

Cadernos de Campo:  
Revista de Ciências Sociais

**UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”**

**Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Araraquara**

**Reitor:** Prof. Dr. Sandro Roberto Valentini

**Vice-Reitor:** Sergio Roberto Nobre

**Pró-Reitor de Pós-Graduação:** Prof. Dr. João Lima Sant'Anna Neto

**Pró-Reitor de Pesquisa:** Prof. Dr. Carlos Frederico de Oliveira Graeff

**FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CÂMPUS DE ARARAQUARA**

**Diretor:** Prof. Dr. Cláudio Cesar de Paiva

**Vice-Diretora:** Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Coordenadora:** Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli

**Vice-Coordenador:** Prof. Dr. Marcelo Santos

**Comissão editorial:** Prof. Dr. Edgar Teodoro da Cunha;

Prof. Dr. Marcelo Santos; Profa. Dra. Maria Jardim

Cadernos de Campo : Revista de Ciências Sociais / Universidade Estadual Paulista,  
Faculdade de Ciências e Letras. – Vol. 1, n. 1 (1994)-. – Araraquara : Faculdade  
de Ciências e Letras, UNESP, 1994–

Semestral

ISSN impresso 1415-0689

ISSN eletrônico 2359-2419

I. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras.

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras –  
Unesp – Araraquara.

**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais FCL/UNESP/Araraquara**

**Laboratório Editorial FCL/UNESP/Araraquara**

Rod. Araraquara-Jaú, Km 1 – CP 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil

Fone: (16) 3334-6219 – Fax: (16) 3334-6267 (Departamento de Sociologia)

E-mail: cadernosdecampo@fclar.unesp.br

Artigos, resenhas e toda correspondência devem ser encaminhadas à Revista Cadernos de Campo/Departamento  
de Sociologia: Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Rodovia Araraquara – Jaú – Km. 1 – Caixa Postal 174 –  
CEP 14800-901 – Araraquara – SP

# Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais

E-ISSN 2359-2419  
ISSN 1415-0689

Cadernos de Campo	Araraquara	n. 22	p. 1-300	jan./jul. 2017
-------------------	------------	-------	----------	----------------

## CADERNOS DE CAMPO: REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

### Editores-chefes

Isaías Albertin de Moraes, Doutorando do PPGCS da UNESP/Araraquara  
Carlos Eduardo Tauil, Doutorando do PPGCS da UNESP/Araraquara  
Douglas Delgado, Mestrando do PPGCS da UNESP/Araraquara  
Matheus Felipe Silva, Mestrando do PPGCS da UNESP/Araraquara

### Comitê Editorial

Isaías Albertin de Moraes, Doutorando do PPGCS da UNESP/Araraquara  
Carlos Eduardo Tauil, Doutorando do PPGCS da UNESP/Araraquara  
Douglas Delgado, Mestrando do PPGCS da UNESP/Araraquara  
Matheus Felipe Silva, Mestrando do PPGCS da UNESP/Araraquara  
Luciane Alcantara, Mestranda do PPGCS da UNESP/Araraquara, Brasil  
James Washington, Doutorando do PPGCS da UNESP/Araraquara, Brasil  
Ana Julieta Parente Balog, Mestranda do PPGCS da UNESP/Araraquara  
João Maciel Araújo, Doutorando do PPGCS da UNESP/Araraquara, Brasil  
Dabana Namone, Doutorando do PPGCS da UNESP/Araraquara, Guiné-Bissau  
Ana Clara Citelli, Mestranda do PPGCS da UNESP/Araraquara, Brasil  
Richard Douglas Coelho Leão, Mestrando do PPGCS da Unesp/Araraquara  
Tatiane Pereira de Souza, Doutoranda do PPGCS da UNESP/Araraquara. Foi professora Substituta do Departamento de Ciências da Educação da FCLAr/UNESP, Brasil

### Conselho Científico

Antonio José Pedroso Neto, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil  
Denise Ferreira da Silva, University of London, Reino Unido  
Elide Rugai Bastos, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil  
Fernanda Arêas Peixoto, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Frederic Lebaron, Université de Versailles - St-Quentin- en-Yvelines, França  
Henrique Amorim, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Brasil  
João Vargas, University of Texas - Austin, Estados Unidos da América do Norte  
Marcos César Alvarez, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Marcos Chor Maio, Fundação Oswaldo Cruz, Brasil  
Prof. Sidney Jard da Silva, Universidade Federal do ABC (UFABC), Brasil  
Vera Alves Cepêda, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil

### Revisão e Tradução

Patricia Veronica Moreira, Doutoranda do PPGLLP da Unesp/Araraquara, Brasil  
Heloísa Postai Sacco, Mestranda do PPGLLP da Unesp/Araraquara, Brasil  
Mayara Mayumi Sataka, Mestranda do PPGLLP da Unesp/Araraquara, Brasil

### Diagramação

STAEPE – Laboratório Editorial

### Normalização

Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras - *Campus* Araraquara

### Impressão

Gráfica Faculdade de Ciências e Letras - *Campus* Araraquara

### Imagem da capa

Fonte: <https://pixabay.com/pt/sangue-crime-horror-morte-mancha-18983/>  
Licença: CC0 Creative Commons

# SUMÁRIO

<b>Apresentação do número</b> .....	7
-------------------------------------	---

## **Artigos**

Artesãs e cooperativas: a construção social do interesse na ação cooperada na economia do artesanato no Maranhão <i>Luciany Fusco Sereno e Paulo Fernandes Keller</i> .....	11
--	----

Para narrar o tempo da vida. Um ensaio sobre a aceleração social <i>João Lucas Facó Tziminadis</i> .....	33
---	----

## **Entrevista**

Interview with Dr. Laurence Sherman <i>Matheus Rennó e Daniel Trielli</i> .....	55
--	----

## **Colaboração especial**

A state of insecurity: the case of Rio de Janeiro <i>Robert Muggah</i> .....	75
---	----

## **Dossiê**

Dossiê Tendências da criminalidades no Brasil: porque o crime no país aumenta? <i>Mateus Rennó Santos e Bráulio Figueiredo Alves da Silva</i> .....	111
--	-----

A Favela do Batan e o projeto das UPPS: a avaliação dos moradores sobre a sua experiência com a ocupação policial permanente <i>Ariley Pinto Rainho Dias</i> .....	113
---	-----

A lógica binária que guia a aplicabilidade dos direitos infanto-juvenis: proteção versus punição <i>Betânia de Oliveira Almeida de Andrade</i> .....	137
---	-----

Sociabilidade e conflitos entre adolescentes e o “regime de desumanização” <i>Daniela Cristina Neves de Oliveira e Márcia Barros Ferreira Rodrigues</i> .....	169
--	-----

“Rodei”: a perspectiva dos jovens cariocas sobre as experiências com a polícia militar ligadas à suspeição de uso ou tráfico de drogas <i>Fernanda Novaes Cruz</i> .....	197
---	-----

Custo do bem-estar social de controle criminal na Amazônia ocidental  
*Jatniel Rodrigues Januário, Antonio Gelson Oliveira Nascimento e Edwan Fernandes Fioravante*..... 221

Retratos da violência urbana e da criminalidade em Boa Vista – Roraima: a capital mais setentrional do Brasil  
*Janaine Voltolini de Oliveira* ..... 245

Cidadania e autoritarismo no Brasil: uma investigação sobre o caráter infrapolítico da “violência de ódio difusa”  
*Ana Paula Silva*..... 271

### **Resenha**

A demanda por deuses: globalização, fluxos religiosos e culturais nos dois lados do Atlântico  
*Rita de Cássia Gonçalo*..... 295

## APRESENTAÇÃO

A revista *Cadernos de Campo*, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Araraquara apresenta seu número 22. O presente número contém as seções resenha e artigos livres, além do dossiê “Tendências da criminalidade no Brasil: porque o crime no país aumenta?”, composto por sua apresentação, uma entrevista, uma colaboração especial e sete artigos oriundos de diversas partes do país.

Rita de Cássia Gonçalo resenhou “A demanda por deuses: globalização, fluxos religiosos e culturais nos dois lados do Atlântico”, de Paulo Gracino Júnior, Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do IUPERJ/UCAM. Gonçalo apresenta o debate do livro enquanto uma problematização acerca da globalização do (neo) pentecostalismo protestante enquanto elemento de profunda mudança social em espaços onde o catolicismo popular resiste à incursão pentecostal.

Abrindo a seção de artigos livres, Luciany Fusco Sereno e Paulo Fernandes Keller debatem a construção social do interesse das artesãs em participar de associações e/ou de cooperativas em “Artesãos e cooperativas: a construção social do interesse na ação cooperada na economia do artesanato no Maranhão”.

O outro artigo da mesma seção é intitulado “Para narrar o tempo da vida. Um ensaio sobre a aceleração social”, escrito por João Lucas Facó Tziminadis. Em seu texto, Tziminadis remonta a relação entre subjetividade e temporalidade nas sociedades contemporâneas, tendo como pano de fundo a narratividade da vida.

Em seguida, apresentamos o dossiê “Tendências da criminalidade no Brasil: porque o crime no país aumenta?”, proposto por Mateus Rennó Santos, doutorando do Departamento de Criminologia e Justiça Criminal da Universidade de Maryland, Estados Unidos, e Bráulio Figueiredo Alves da Silva, Professor Adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O dossiê busca compreender o motivo pelo qual a criminalidade no Brasil aumenta, movimento inverso ao constatado, por exemplo, em diversos países na Europa, Ásia e Oceania.

Na seção entrevista, contamos com a colaboração do Dr. Laurence Sherman, do Departamento de Direito e Estudos Legais da Carleton University,

Canadá. Suas palavras dão conta do desafio do complexo debate acerca da violência enquanto um problema epidêmico que envolve tanto a problematização da criminalidade e da segurança pública, mas também de abordagens acadêmicas para o debate.

A colaboração especial, intitulada “The state of security – the case of Rio de Janeiro”, é de autoria de Robert Muggah, especialista em segurança e desenvolvimento, um dos fundadores do Instituto Igarapé, onde coordena as áreas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e professor no Instituto de Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). O artigo trata a segurança pública no Brasil enquanto instável a partir de momentos de volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade, apresentando dados acerca da segurança pública na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2016.

Abrindo o dossiê, Ariley Pinto Rainho Dias debate, em “A favela do Batan e o projeto das UPPs: avaliação dos moradores sobre a sua experiência com a ocupação policial permanente”, analisa a avaliação dos moradores sobre os impactos desta política pública na sua vida cotidiana e os seus efeitos na sua percepção sobre o futuro do local na favela do Batan, Rio de Janeiro, com dados coletados entre 2014 e 2016.

O segundo artigo do dossiê é de Betânia de Oliveira Almeida de Andrade e intitula-se “A lógica binária que guia a aplicabilidade dos direitos infanto-juvenis: proteção versus punição”. Neste, são mobilizados debates acerca da relação entre justiça, juventude, criminalidade e violência de modo a compreender o “Direito da Criança e do Adolescente” no marco da redemocratização brasileira.

O terceiro artigo do dossiê foi escrito por Daniela Cristina Neves de Oliveira e Márcia Barros Ferreira Rodrigues. Em “Sociabilidade e conflitos entre adolescentes e o ‘regime de desumanização’”, as autoras disutem os homicídios juvenis, à luz das narrativas de vida de adolescentes internos numa instituição de atendimento socioeducativo no Espírito Santo, a saber, na Unidade de Internação Metropolitana (Unimetro).

No quarto artigo do dossiê, Fernanda Novaes Cruz discute as abordagens policiais motivadas por busca de drogas na cidade do Rio de Janeiro, como ocorrem essas abordagens e a forma que os jovens percebem e avaliam o tratamento dado pelos policiais. Seu artigo intitula-se “‘Rodei’: a perspectiva dos jovens cariocas sobre as experiências com a polícia militar ligadas à suspeição de uso ou tráfico de drogas”.

O quinto artigo do dossiê foi escrito por Jatniel Rodrigues Januário, Antonio Gelson Oliveira Nascimento e Edwan Fernandes Fioravante e intitula-

-se “Custo do bem-estar social de controle criminal na Amazônia ocidental”. o custo do bem-estar social relativo ao controle criminal nos estados da Amazônia Ocidental – formada pelos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima com dados coletados no período de 2004 a 2014.

O artigo seguinte, sexto no dossiê, intitula-se “Retratos da violência urbana e da criminalidade em Boa Vista – Roraima: a capital mais setentrional do Brasil”. Neste, a autora, Janaine Voltolini de Oliveira discute a violência urbana e criminalidade em Boa Vista – Roraima, tomando como fios condutores as análises de mortalidade por homicídios, dados do sistema prisional, crime organizado, tráfico de pessoas e registros de ocorrências em delegacias.

O sétimo e último artigo do dossiê e deste número foi escrito por Ana Paula Silva e intitula-se “Cidadania e autoritarismo no Brasil: uma investigação sobre o caráter infrapolítico da ‘violência de ódio difusa’”. Neste, são analisadas as transformações recentes no Brasil e problematiza o aumento da violência depois da democratização, tendo como foco casos de violências banais ou que expressam intolerância.

Boa leitura!



# ARTESÃS E COOPERATIVAS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO INTERESSE NA AÇÃO COOPERADA NA ECONOMIA DO ARTESANATO NO MARANHÃO<sup>1</sup>

Luciany Fusco SERENO<sup>2</sup>  
Paulo Fernandes KELLER<sup>3</sup>

**RESUMO:** O trabalho faz uma análise sociológica da construção social do interesse das artesãs em participar de associações e/ou de cooperativas. Investigam-se ainda as principais vantagens e obstáculos que a ação cooperada enfrenta na economia do artesanato. O trabalho traz reflexões sobre a ação cooperada (a cooperação na produção familiar, na comunidade e na cooperativa) enquanto uma ação social econômica que se encontra na base da organização cooperativa. O estudo de caso foi realizado na cidade de Barreirinhas-MA junto a grupos de artesãs associadas e não associadas na Cooperativa das Artesãs dos Lençóis Maranhenses (ARTECOOP). A pesquisa mostra que a grande maioria das artesãs não participa da cooperativa devido a condições culturais (falta incentivos para estimular a cultura da cooperação) e condições socioeconômicas precárias, mas não deixam de cooperar na comunidade com outras artesãs e na família, isso faz parte da cultura local. A cooperação existe em diferentes contextos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Artesanato. Cooperação. Maranhão.

---

<sup>1</sup> Artigo originalmente apresentado ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como parte integrante do projeto de pesquisa: *Trabalhadores artesãos na sociedade contemporânea: uma análise do trabalho e da produção artesanal a base de fibra de Buriti nas Cidades de Barreirinhas e Tutóia (Maranhão)*.

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Cidade Universitária Paulo VI, São Luís – MA – Brasil. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. lusereno@hotmail.com.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Cidade Universitária Paulo VI, São Luís – MA – Brasil. Professor Adjunto IV do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. paulo\_keller@hotmail.com.

## **Introdução**

No presente artigo discute-se a cooperação na economia do artesanato. Investigam-se as realidades sociais e econômicas do trabalho artesanal com enfoque nas relações sociais de produção e seu ambiente social; destaca-se a importância da organização de associações e cooperativas na economia do artesanato.

Conforme Singer (2002), a formação de cooperativas entre artesãs que têm o apoio dos programas de promoção à produção do artesanato se fundamenta na capacidade de promover a inclusão social por meio da geração de renda, uma alternativa de trabalho para pessoas de baixa renda e por sua capacidade de resgatar valores culturais e regionais.

Sennett (2012, p.15) define a questão da cooperação da seguinte forma: “[...] a cooperação pode ser definida, sucintamente, como uma troca em que as partes se beneficiam. Imediatamente identificável porque o apoio recíproco está nos genes de todos os animais sociais; eles cooperam para conseguir o que não podem alcançar sozinhos.”

De acordo com Sennett (2012) a cooperação antecede a individualização, ela é o fundamento do desenvolvimento humano, na medida em que aprendemos como estar juntos antes de aprender como nos manter à parte. Não podemos nos desenvolver como indivíduos no isolamento, precisamos garantir a própria sobrevivência.

Na cidade de Barreirinhas-MA existe a Cooperativa das Artesãs dos Lençóis Maranhenses (ARTECOOP). A produção tem por base a fibra do buriti, uma fibra vegetal extraída de uma palmeira nativa muito presente na região, com a fibra são produzidas bolsas, chapéus, estojos, tapetes, caminhos de mesa. As artesãs que fazem parte da ATECOOP são mulheres que residem em povoados e na própria cidade de Barreirinhas. Essa produção artesanal é considerada como tradicional e cultural, passado de geração em geração, uma importante fonte de renda para população local. A produção artesanal em Barreirinhas se organiza de forma coletiva. Percebe-se o ato cooperado nas ações de solidariedade entre familiares, vizinhos das artesãs, bem como nas ações coletivas organizadas no âmbito das comunidades do município de Barreirinhas, objetivando, assim, a reprodução da unidade doméstica e a melhoria da qualidade de vida.

Nos dias atuais a produção artesanal de Barreirinhas-MA atende a um mercado diferenciado, a partir do reaparecimento do interesse e da valorização do objeto artesanal e natural. O produto artesanal é um produto diferenciado pela carga cultural e pela identidade que carrega, ou, em uma linguagem pre-

cisamente econômica, um produto com um valor agregado. Os programas de apoio governamentais voltados para o desenvolvimento do artesanato têm como objetivo evidenciar e valorizar sua base cultural, associando seu desenvolvimento à preservação. Assim, os programas de apoio voltado para agregação de valor aos produtos, ao aumento da geração de renda e à ampliação de mercado não podem ser baseadas em promoção do aumento de produtividade ou em adaptação dos produtos “ao gosto do mercado”, sob pena de se perder aquilo que os diferencia: o valor cultural que lhe é intrínseco.

O artesanato enfrenta diversos desafios em um ambiente competitivo, no mercado local e com outros mercados externos. Por um lado, está o discurso que indica a conservação do objeto nas condições em que foi elaborado por compreender que é testemunho de um passado a ser preservado. Comumente atrelado aos segmentos de baixa renda ou populares da sociedade, nesta condição, o objeto artesanal seria provido de uma estética perfeita que ressalta o gosto de seu produtor. Por outro lado, encontra-se um discurso que defende a adequação do artesanato aos ditos “tempos contemporâneos”, que prega a mudança de sua forma, o surgimento de um novo *design* “refinado”, como condição para ganhar o mercado. Essa abordagem é uma continuidade de diálogos destacada por antropólogos, arte-educadores e tantos outros profissionais.

Portanto, um (a) artesão (ã) associado (a) pode (ou não) compreender uma cooperativa exclusivamente na sua dimensão ou relevância econômica cooperar pode ser somente um meio para atender a fins materiais. Na investigação ficamos atentos para os diferentes interesses no ato cooperativo.

Em que medida o (a) trabalhador (a) associado (a) ou cooperado (a) persegue interesses ideais e/ou materiais quando participa da cooperativa? Com base nos estudos de Keller (2011) o trabalho de produção de artesanato à base de fibra de buriti no município é praticado predominantemente por mulheres. A maioria das artesãs locais produz em forma de núcleo familiar de produção que se configura como trabalho artesanal em domicílio. As artesãs cooperadas estão ligadas à cultura da agricultura familiar e produzem artesanato de valor tradicional e cultural, ou seja, que vem sendo produzido ao longo do tempo por comunidades tradicionais e que tem como marca distintiva seu enraizamento na cultura local.

Partimos de uma reflexão sociológica sobre a construção social do interesse na ação cooperada que estaria na base da organização em cooperativa. O trabalho traz reflexões sobre a ação cooperada (cooperação na produção familiar e na cooperativa) enquanto uma ação social econômica que se encontra na

organização cooperativa. Nossas questões de pesquisas são: Por que os atores decidem ingressar em uma cooperativa em vez de agir isoladamente? Quais as motivações e os obstáculos na cultura, na economia e no meio institucional e político para o desenvolvimento de uma ação social cooperada na forma de cooperativa? E, por fim, como se constrói socialmente na cultura, na economia e no meio político-institucional o interesse dos artesãos (a) que não são associados (as) em cooperativas?

A metodologia de trabalho adotada pela pesquisa é baseada no denominado “método de caso detalhado”, uma variação da metodologia de trabalho de campo empregada por muitos antropólogos e sociólogos e proposta por etnógrafos da Escola de Manchester nas décadas de 1950 e 1960 (TUNER, 2005). É um método de pesquisa que não dispensa a descrição detalhada do contexto em que se observa a ação social de modo a valorizar componentes situacionais que preconiza a dinâmica social e ilustram para os significados simbólicos resultando nas interações sociais. De outra forma, a construção do objeto de estudo envolve as contribuições da sociologia reflexiva de P. Bourdieu (1996).

Assim, a primeira etapa da pesquisa foi dedicada a reuniões formais entre a equipe de Pesquisadores referida ao Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Sociedade – GEPTS para nivelamento dos referências teóricos e metodológicos a serem utilizados.

A segunda etapa foi a de realização da pesquisa de campo propriamente dita com visitas e estadias previamente organizadas e acertadas na cidade de Barreirinhas-MA e povoados vizinhos para a realização da pesquisa.

A investigação tem caráter teórico-empírico. Utilizou-se estudo de caso com trabalho de campo-observação direta, metodologia de pesquisa qualitativa, revisão crítica da literatura e atividades de pesquisa documental (fotos e relatórios) e exploratória – pesquisa bibliográfica, e entrevistas semidirigidas realizadas nos povoados Marcelino, Cebola e Boa Vista no município de Barreirinhas-MA, totalizando 10 entrevistados (as). O trabalho de campo foi realizado junto ao grupo de artesãs associadas e não associadas na Cooperativa das Artesãs dos Lençóis Maranhenses (ARTECOOP) no período de 9 a 16 de janeiro de 2015 para elaboração do trabalho de conclusão de curso da graduação. Após realizarmos pesquisa bibliográfica decidimos então elaborar uma pesquisa basicamente através da observação direta, apoiadas por conversas informais, entrevista e registro fotográfico.

A investigação teórica empírica articula de forma combinada ferramentas analíticas dos subcampos da sociologia do trabalho e da sociologia econômica

que afirmam o caráter de construção do objeto de pesquisa, tendo em vista que a pesquisa científica requer sempre que se tenha, perante os fatos, uma postura ativa e sistemática de construções de explicações que, por mais densas que sejam sempre serão parciais e provisórias.

## Revisão da literatura

O estudo teórico foca conceitos do trabalho artesanal e cooperado nos subcampos da sociologia do trabalho e da sociologia econômica. Conceito de trabalho enquanto uma construção social, enfocando a ação social e econômica do ator social (artesão); a cooperativa enquanto organização social e econômica; e a especificidade da cooperativa de trabalho e de produção na realidade da economia do artesanato.

O trabalho é visto de forma geral como a transformação entre homem e natureza, e é nesse sentido que Marx (1975) diferencia o homem dos outros animais, no homem essa relação ocorre de forma própria. O homem é capaz de criar coisas em seu cérebro e concretizá-las utilizando elementos da natureza, criando coisas que não possuíam existência antes da ação humana, “[...] põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil a vida humana.” (MARX, 1975, p.202). Marx afirma que o trabalho é nada mais do que a necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre homem e natureza, e, portanto, de manter a vida humana.

A cooperação no trabalho existe em diferentes contextos sociais e históricos e constitui uma prática social, cultural e econômica. Há diversidades de práticas sociais de cooperação, e aqui enfocamos as práticas de cooperação na heterogênea realidade do artesanato. Temos como referência a perspectiva de Marx (1975) em que cooperação é a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, nos processos de produção diferentes, mas há conexão.

A cooperação permite ampliar o espaço no qual se realiza o trabalho, sendo exigida por certos processos de trabalho em virtude da extensão do espaço em que se executa. Ao cooperar com outros de acordo com um plano desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie. (MARX, 1975, p.378-379).

Marx enfatiza que a “produção capitalista” tem início de fato apenas quando “[...] um mesmo capitalista particular ocupa de uma só vez, número considerável de trabalhadores, quando o processo de trabalho amplia sua escala e fornece produtos em maior quantidade.” (MARX, 1975, p.307). Marx faz distinção importante entre a cooperação no processo de trabalho no início da civilização humana e a cooperação capitalista.

A cooperação no processo de trabalho não capitalista se funda na posse comum dos meios de produção e no indivíduo isolado preso à tribo ou comunidade. Diferente da cooperação no processo de produção capitalista onde o assalariado vende sua força de trabalho e fica subordinado ao capital. (MARX, 1975, p.383).

Marx esclarece que quando o trabalhador coopera sistematicamente, ele fica livre dos grilhões da individualidade e pode vir a desenvolver as potencialidades.

A análise de Marx nos faz refletir sobre as formas coletivas de produção artesanal. Se, por um lado, o trabalho na cooperativa ARTECOOP de Barreirinhas não constitui trabalho assalariado, por estarem baseados nos princípios e valores do cooperativismo e associativismo, nessa lógica não gera mais-valia, por outro lado, há uma produção de mercadoria (objeto artesanal) que tem valor (mercantil, cultural e simbólico) e que atende a um mercado que funciona dentro de uma lógica econômica capitalista (KELLER, 2011).

O trabalho cooperado pode se orientar tanto por interesses materiais, puramente econômicos (individuais ou coletivos), quanto por interesses ideais e materiais. Nesse panorama, a cooperativa pode ser um meio, ou seja, mecanismo organizacional que pode perseguir os mais diversos fins, desde a busca do interesse econômico puro e simples inserido na economia de mercado até formas econômicas alternativas baseadas nos valores do cooperativismo e de solidariedade. Assim, refletimos sobre os interesses e motivações ideais e materiais presentes no ato cooperado.

A sociologia econômica de Weber (1982) pode ser utilizada para analisar fenômenos socioeconômicos (cooperativa) e, com isso, inserir a dimensão social em uma análise voltada para construção social dos interesses (sociais e econômicos).

Swedberg (2005) usa a abordagem da tipologia da ação social de Weber classificada em quatro tipos principais que são: tradicional, afetiva, racional com relação a valores e racional com relação a fins (instrumentalmente racional).

A ação social racional com relação a valores é tipicamente movida por interesses ideais, assim como a ação instrumentalmente racional é tipicamente movida pelos interesses materiais. Os outros dois tipos de ação social, afetiva e tradicional complementam que a ação social pode ser movida pelo hábito (tradição) e pelas emoções, assim como pelos interesses. (SWEDBERG, 2005, p.47).

Há tipos de ação social que serão de grande importância para análise da ação cooperada (e não cooperada) na economia do artesanato, a ação racional com relação a valores (a representação cultural e simbólica do artesanato), a ação racional com relação a fins (representação mercantil do artesanato), ação social tradicional e afetiva (baseadas em estados emocionais e sentimentos).<sup>4</sup>

Segundo Swedberg<sup>5</sup> (2005), Weber procura combinar uma análise da ação centrada nos interesses e outra que considere o comportamento social. A teoria econômica reflete situações em que o agente é movido principalmente pelos interesses materiais e tem o utilitarismo como objeto, mas não leva em conta o comportamento de outros atores (uma ação estritamente econômica). A sociologia ao refletir sobre a ação econômica considera tanto a ação movida pelos interesses ideais, quanto pelos interesses materiais, que também são orientadas pelo comportamento dos outros (ação social). A sociologia econômica enfoca a ação social econômica – isto é, a ação movida principalmente pelos interesses materiais, que é voltada para a utilidade e leva outros agentes em conta. A ação social econômica também pode ser movida pelo hábito (ou tradição) e pelas emoções, combinadas com os interesses.

De acordo com as ideias de Max Weber, toda sociedade compartilha um conjunto de valores e ideias, ou seja, um substrato cultural que transcende a condição social e fundamenta o comportamento econômico.

---

<sup>4</sup> Weber (1991) define a ação racional com relação a valores movidos por interesses ideais; “[...] o sentido de determinada ação não está no resultado que a transcende, mas sim na própria ação em sua peculiaridade.” A ação racional com relação a fins (instrumentalmente racional), movida por interesses materiais, “[...] condições de “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, desse modo, o indivíduo não age de forma emocional nem afetiva, uma ação puramente calculista.” Weber compreende a ação tradicional como “[...] uma ação por costumes arraigados, encontra-se além daquilo que se pode chamar em geral, ação orientada “pelo sentido”, pois não passam de estúbulos habituais, atitudes arraigadas.” E por fim a ação afetiva que está além daquilo que se orienta pelo sentido- está ligada ao estado emocional.

<sup>5</sup> Richard Swedberg em seu livro *Max Weber e a ideia de sociologia econômica* mostra como Weber construiu uma sólida base teórica para a sociologia econômica e como desenvolveu novos interessantes conceitos para analisar a economia.

Investigando a questão do interesse econômico não somente em Marx e Weber, mas também em Bourdieu (2008), este cria condições experimentais de um verdadeiro exame crítico da construção econômica, tais como a representação do agente e da ação, das preferências ou das necessidades. Para Bourdieu o “sujeito” das ações socioeconômicas, os agentes econômicos não atuam isoladamente, mas a partir do coletivo, grupo, família ou empresa tomando decisões econômicas, funcionando a maneira de um campo.

Bourdieu (1996) deixa claro que os agentes sociais não agem sem razão, ou seja, eles têm motivos para agir como agem. Nesse sentido, são “razoáveis”, a não confundir com “racionais”, o que significaria que são motivados por razões conscientes e que escolhem com base em um cálculo racional. Para entender o comportamento dos atores sociais, é preciso entender que eles atribuem importância, ou seja, interesse (*illusio*), a um jogo social, a seus objetivos estratégicos. Nesse ponto de vista, Bourdieu tenta definir o uso do conceito de interesse:

A *illusio* é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, para dizê-lo de maneira mais simples, que vale a pena jogar. De fato, em um primeiro sentido, a palavra interesse teria precisamente o significado que atribuí à noção de *illusion*, isto é, dar importância a um jogo social, perceber que o que se passa aí é importante para os envolvidos, para os que estão nele. Interesse é “estar em”, participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos. (BOURDIEU, 1996, p.139).

Nesse sentido, dizer que os atores sociais são interessados significa que eles acreditam nas regras do jogo social.

Para Bourdieu (1996) a teoria das práticas propriamente econômicas é um caso particular de uma teoria geral da economia das práticas. Mesmo quando elas dão todas as aparências do desinteresse porque escapam à lógica do interesse “econômico” (no sentido restrito) e porque se orientam para alvos não materiais e dificilmente quantificáveis, como nas sociedades “pré-capitalistas” ou na esfera cultural das sociedades capitalistas, as práticas não cessam de obedecer a uma lógica econômica.

De fato, o processo de diferenciação e de autonomização das esferas sociais acarreta uma “[...] explosão da noção de interesse; há tantos tipos de ‘interesse’, quanto há campos. Cada campo, ao se produzir, produz uma forma de interesse

que, do ponto de vista de outro campo, pode parecer desinteresse (ou absurdo, falta de realismo, loucura etc.)” (BOURDIEU, 1996, p.149).

## Trabalho artesanal e cooperado no Maranhão

Essas organizações formadas por grupos de trabalhadores por meio do desenvolvimento de uma racionalidade voltada para as demandas de mercado buscam soluções para o desemprego, adquirindo uma grande expressividade em âmbito nacional com significados e designações distintas como: economia do trabalho (CORAGGIO 2000), economia popular (GAIGER, 1998) e economia solidária (SINGER, 2002). Em geral, segundo Pagotto (2010), esta variedade de conceituações resume a ideia acerca da probabilidade de construção de uma “outra economia”, são cooperativas que se definem pela economia mercantil, embora se afirmem pela mutualidade da economia não mercantil.

Nesse contexto, as cooperativas populares e solidárias são estruturadas como uma alternativa ao enfrentamento do desemprego caracterizando assim, um novo setor econômico.

A economia solidária não é uma panacea. Ela é um projeto de organização socioeconômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – mas não eliminação! - Destes mecanismos pela estruturação de relações econômicas solidárias entre produtores e consumidores. (SINGER, 2002, p.09).

Conforme analisa Singer (2002) quando dezenas de milhares de trabalhadores são expulsos do mercado pelas novas máquinas e pelas novas indústrias capitalistas, eles se organizam por conta própria, coletivamente, em empresas ou em cooperativas e, quando, mais uma vez, o mundo do trabalho é transformado pela ação do capital, os trabalhadores se articulam e se organizam em sindicatos, associações ou atuando informalmente. Nesse sentido, observa-se que uma das soluções para o desemprego seria conceder à massa dos excluídos socialmente condições favoráveis para serem reinseridos na economia por sua própria autonomia.

Um dos principais eixos articuladores das políticas governamentais voltadas para esse setor da economia é a organização desses trabalhadores e o estímulo para que atuem de forma associada e cooperada. Trabalhos pioneiros sobre o

artesanato na década de 1980 já apontavam a importância das associações e cooperativas na economia do artesanato e assim vencer o comerciante “atravessador”. Contudo, dados de pesquisa empírica apontam que uma parcela muito pequena dos artesãos(a) atua de forma associada ou cooperada na região (KELLER, 2011).

O artesanato cultural e tradicional produzido no município de Barreirinhas a partir da fibra do buriti<sup>6</sup> é único no Brasil e configura um importante traço cultural da população da região. A região tem passado por uma série de mudanças e presenciado um expressivo aumento no turismo. O artesanato do buriti é bastante apreciado pelos turistas que visitam a região e tem sido cada vez mais procurado também nos mercados externos.

A fibra extraída da folha da palmeira do buriti é conhecida como “linho” na região, sua obtenção pode ser realizada por membros de toda família. Mulheres e crianças geralmente coletam das palmeiras mais jovens, enquanto a coleta nas palmeiras altas é feita exclusivamente por homens. O extrativismo do buriti envolve práticas tradicionais de manejo baseadas em conhecimento minucioso dos ambientes singulares e das espécies associadas. Entretanto, a coleta da matéria-prima (insumo), se mal manejada, pode exercer uma grande pressão sobre os recursos e levar as palmeiras à morte. As artesãs precisam esperar um período de três meses para retirar novamente o olho da palmeira de buriti. A partir da coleta do “olho”, a atividade envolve uma série de etapas, que são realizadas quase exclusivamente pelas mulheres<sup>7</sup>. Os objetos que compõem o artesanato de palha e linho feito em Barreirinhas representam exemplos significativos e de grande importância nas manifestações culturais e artísticas. Os objetos confeccionados resumem-se em bolsas, tapetes, chapéus, toalhas de mesa, carteiras, entre outros acessórios.

---

<sup>6</sup> “O termo buriti é a designação das plantas dos gêneros *Mauritia*, *Mauritiella*, *Trithrinax* e *Astrocaryum*, da família das arecáceas (antigas palmáceas). Mais especificamente, o termo costuma se referir à *Mauritia flexuosa*, uma palmeira muito alta, nativa de Trinidad e Tobago e das regiões Central e Norte da América do Sul.” (BURITI, 2017).

<sup>7</sup> Os discursos, tanto o masculino como o feminino, permanecem caracterizando o trabalho delas “*como uma ajuda*”, porque as responsabilidades pelas atividades econômicas são sempre deles, tanto na decisão do que plantar, como na comercialização. A falácia da “naturalidade” da divisão sexual do trabalho fica evidenciada nesta pesquisa, constatando-se um grande número de mulheres que se declaram trabalhadoras sem remuneração em atividades produtivas, e que estão também em atividades ditas não produtivas, no mundo doméstico, ou seja, não divididas, mas acumulando diversos tipos de tarefas e compromisso. O trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona de casa que se superpõe a outras atividades principalmente na horta e no quintal. A divisão explicitada nesta pesquisa é uma amostra da persistência da imersão da sociedade rural em uma cultura patriarcal (RUA, 2000).

A ARTECOOP surgiu a partir do encontro de artesãs que se reuniam desde 2000 em diversas iniciativas promovidas por mediadores como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e por intermédio do Projeto Artesanato em Fibra de Buriti<sup>8</sup> que realizando reuniões com as artesãs dos povoados (Cebola, Boa Vista e Marcelino). Reuniões com o objetivo de melhorar o acabamento do produto e profissionalizar a atividade, realizando dinâmicas e cursos. Em sua formação inicial, a ARTECOOP contava com 98 mulheres que se uniram e formaram uma Associação de Artesã e, em 2006, transformou-se na ARTECOOP. A cooperativa tem apoio do Projeto Talentos do Brasil e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>9</sup>. Por meio de apoios e parcerias de órgãos governamentais com a criação de políticas públicas e agências de fomento as artesãs têm obtido maior qualificação e acesso a novos mercados, além do mercado local.

A capacitação, a profissionalização, a formação de cooperativas, associações, a realização de eventos dirigidos e promovidos por órgãos como o SEBRAE e MDA tornam-se uma necessidade para que o artesanato possa competir com outros produtos no mercado.<sup>10</sup> O trabalho artesanal da ARTECOOP está em *folders* e outros materiais de divulgação. Os trabalhos das artesãs são expostos na internet para todo o mundo e através de pedidos *online* é possível adquirir produtos artesanais e conhecer o trabalho dessas artesãs, sem que haja obrigatoriamente a necessidade de que estas se locomovam para os grandes centros urbanos, como há alguns anos era frequente. Nessa perspectiva, o artesão(ã), antes anônimo, isolado em uma pequena localidade do interior, passa agora a interagir, mesmo que através de intermediários: “[...] as indústrias culturais, o turismo, as relações econômicas e políticas, o mercado nacional e transacional de bens simbólicos.” (CANCLINI, 2008, p.245).

<sup>8</sup> O Sebrae vê o artesanato como negócio, inclusão social, instrumento de desenvolvimento e fortalecimento da identidade cultural. Tem o objetivo de multiplicar renda e ocupação em um setor maciçamente de pequenos empreendedores (SEBRAE, 2008).

<sup>9</sup> O Talento do Brasil desenvolvido pelo MDA promove e estimula a troca de conhecimentos, valorizando a identidade cultural, promovendo a geração de emprego e renda e agregando valor à produção de grupos de artesãos rurais. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/talentosdobrasil>>. Acesso em: 20 set. 2017.

<sup>10</sup> Os órgãos de apoio ao artesanato de Barreirinhas promovem oficinas com a inserção do designer que segundo SEBRAE (2008) os artesãos aprendem a desenvolver novos produtos, agregando o design como diferencial de mercado sem perder sua própria identidade. Aliar artesanato e *design* é uma maneira de estabelecer diálogo com o mercado consumidor, além de unir tradição e contemporaneidade. 7As artesãs da ARTECOOP comercializam seus produtos de duas formas: no varejo, em sua própria loja (alugada) para consumidores que são turistas de diversas regiões que afluem para a região dos lençóis, ou, no atacado, por encomenda que atualmente é realizada por meio da Cooperativa Nacional Marca Única – COOPERUNICA.

A partir da capacitação e organização da cooperativa, as artesãs associadas começaram a ter acesso a feiras de comercialização de artesanato em outros estados. Para atingir os objetivos de revitalizar o artesanato tradicional e gerar renda, o programa do Sebrae adotou primeiramente estratégias como a promoção do diálogo entre as próprias artesãs, isso significa incentivar a organização do grupo, a formação de associações e cooperativas, promover o trabalho coletivo, e a realização de oficinas com mestres para o repasse do saber. Ao implementar essas ações contribuiu para aumentar a autoestima de mulheres que se tornam protagonistas do desenvolvimento local. Percebe-se o interesse em cooperar na fala da artesã:

Entrevistada 1: *É, assim, eu vejo que cooperativa é o melhor ramo que tem para artesão, ou seja, trabalhador rurais, porque tem um dizer que: uma andorinha só não faz um verão, e quando a gente se junta em cooperativa é um cooperando com outro, é um ajudando o outro, então isso aí fortalece muito. Pra mim a melhor coisa que eu já participei foi de uma cooperativa.* Marinalva Oliveira, Entrevista 1 [jan. 2014]. Entrevistadora: Luciany Fusco Sereno. Barreirinhas-MA. 1 arquivo. Mp3(30min).

A cooperativa é, então, um meio para que um grupo de pessoas atinja objetivos específicos, por meio de um acordo voluntário para cooperação recíproca. Contando com o apoio de redes primárias e comunitárias de convivência (familiares e vizinhos).

Esquemáticamente, o SEBRAE (2008) um quadro (abaixo) que representa as relações da cooperativa e dos atores individuais:

**Figura 1** – Relações da cooperativa com mercado e indivíduos



Fonte: Sebrae (2008).

Contudo, a prática da ação cooperativa enfrenta obstáculos, na visão de muitas artesãs apresenta situações particulares como problemas internos de gestão da cooperativa e de condições de trabalho. Alguns dos exemplos desses problemas é demora do pagamento dos produtos vendidos, a falta de espaço (oficina) de produção coletiva para as artesãs se reunirem e trabalharem de forma cooperada<sup>11</sup> e vendessem seus produtos informalmente, ou seja, diretamente para o comerciante atravessador.

A pesquisa aponta que a grande maioria das artesãs na região atua de forma não associada em cooperativa, ou associação devido a diversos fatores, principalmente pelas condições socioeconômicas precárias. As condições sociais precárias trazem a necessidade em vender com urgência seus produtos a fim de obter pagamento imediato deparando-se com a figura do comerciante “atravessador”, mesmo que o produto seja desvalorizado, ou seja, sendo vendido abaixo do preço de custo (custo do trabalho e da matéria-prima) em uma forma de comércio injusto. Segundo Keller (2011), os comerciantes ‘atravessadores’ tiram vantagens da situação social das artesãs locais. A maioria delas não tem conhecimento do real valor de seu trabalho e de seu produto e vivem em condições sociais e econômicas difíceis.

Os comerciantes atravessadores (intermediário) saem da capital e viajam pelos povoados comprando a produção diretamente nas casas das artesãs por um valor mínimo, para posterior revenda em São Luís-MA, obtendo, assim, maior lucro. A situação socioeconômica precária acaba limitando o potencial real de geração e distribuição de renda da atividade, desestimulando a prática coletiva de trabalho. Uma das artesãs associada na ARTECOOP e moradora do povoado Marcelino em entrevista nos fala da questão do comerciante atravessador e sobre a sua consciência do trabalho cooperado:

*Entrevistada 2: Hoje eu já trabalho com a fibra do buriti mais diferenciado, em 2001 o SEBRAE apareceu aqui em Barreirinhas, depois que o SEBRAE apareceu aqui em Barreirinhas, teve as oficinas, e aí nós juntamos, vimos que só as pessoas trabalhar individual, nas suas casas, não tava rendendo lucro, porque cada qual fazendo sua peça de produto vendia muito pra atravessador, atravessador comprava da gente, humilhava as artesãs, aí eu vi que aquilo ali não tava sendo certo pra gente. Pra eles tava sendo, porque eles ganhavam o dinheiro deles e agente ganhava quase nada, trabalhava muito, se sacrificava*

<sup>11</sup> Somente no Povoado Marcelino há uma pequena oficina de propriedade das artesãs. No meio Rural (povoados) e nos bairros de Barreirinhas, o espaço de trabalho da maioria das artesãs é a pequena sala, à frente ou o fundo (quintal) de sua própria casa.

*muito e a gente não tava ganhando quase nada, o produto era muito barato, muito barato mesmo.* Neide Silva, Entrevista 2 [jan. 2014]. Entrevistadora: Luciany Fusco Sereno. Barreirinhas-MA. 1 arquivo. Mp3(40min).

Percebe-se nas entrevistas realizadas que as artesãs associadas estão ligadas ao artesanato não somente pelo valor da cooperação, no sentido econômico, mas também simbólico expresso na forma de gostar do trabalho que realizam.

A preocupação com a qualidade e acabamento das peças produzidas, o orgulho sobre o trabalho é percebido, esse gostar das peças está ligado à herança cultural, um saber que é passado de geração a geração. Os valores estão intrínsecos nas relações de trabalho.

Nos relatos identificamos um discurso baseado em valores emocionais, simbólicos, culturais, percebemos também uma produção artesanal baseada na economia doméstica:

Entrevistador: *Você começou como artesã desde que idade?*

Entrevistada 3: *Eu comecei... Eu sempre vi a minha mãe trabalhar, que a minha mãe ela fazia rede, fazia peneira, tapeti. Então, eu vi ela fazer. Só que nesse período, eu era a primeira filha, ela tinha os pequenos, trabalhava pra aumentar a renda da família pra ajudar, eu passava mais a cuidar as crianças, mas sempre eu ajudava, na questão de pôr a rede no tear, ela precisava de uma pessoa pra pegar o linho e ir puxando, ela fazia um banquinho de buriti, que a gente tem. Ai eu pegava o banquinho de buriti, botava em riba, que é de tear, ele é grande, e ali eu ia passando a perna do linho para ela ir juntando pra formar a rede e quando ela ia apartá-la que é pra tirar do talo, rapá, eu ficava, ajudando ela, separando, porque tinha que ter as talas próprias, por que tem umas que não servia, por isso ela me mandava eu preparar. Mas eu achava bom demais quando eu ajudava ela a fazer o artesanato.* Maria Ferreira. Entrevista 3 [jan;2014]. Entrevistadora: Luciany Fusco Sereno. Barreirinhas-MA. 1 arquivo. Mp3(48min).

Destacam-se neste relato os valores, os interesses ideais da cooperação e a importância dos saberes tradicionais específicos dos quais as artesãs são portadoras. O processo de ensino-aprendizagem é desenvolvido informalmente. Ele acontece ao longo dos anos, devido à convivência familiar, não existe propriamente a intenção de ensinar ou aprender alguma coisa, isto ocorre com naturalidade.

Weber (1991) enfatiza que mesmo nos casos em que o comportamento é determinado conscientemente por pontos de vista completamente diferentes dos econômicos, é economicamente relevante. Na medida em que suas condutas e o seu caráter são denominados por motivos econômicos, também em outras relações que não se direcionam para o lado econômico, é economicamente condicionado.

Em nossa investigação social do trabalho e da produção artesanal percebemos práticas de cooperação no núcleo familiar e nas relações de vizinhança. Existem práticas cooperativas na produção artesanal que ocorrem predominantemente no ambiente doméstico (sistema de produção domiciliar), entre as artesãs e seus familiares (marido e filha principalmente), assim como no ambiente comunitário e de vizinhança (pequena oficina coletiva), entre as artesãs de povoado. Os familiares não cooperam somente na confecção do artesanato, cooperam também na comercialização, os filhos ajudam as mães artesãs a divulgar e vender o produto entre os turistas da região. As artesãs da ARTECOOP estão enraizadas nestas redes sociais de produção locais e cooperam nos diversos momentos da produção.

Embora as artesãs de Barreirinhas tenham uma tradição quanto a prática do artesanato destinada à comercialização-mercado (valor de troca) e ao consumo próprio (valor de uso), cabe tão somente as mulheres o principal papel no processo artesanal hoje desenvolvido no Município. A contribuição masculina se restringe apenas a eventuais ajuda a estas, ou na extração da matéria-prima.

Podemos entender esta relação a partir do conceito de Weber (1991) sobre relação social em que ele denomina “relação comunitária” – quando e na medida em que a atitude na ação social repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo, e denomina-se “relação associativa” quando a atitude na ação social repousa num agente ou numa união de interesses racionalmente motivados (com referência a valores ou fins). A relação associativa é a troca estritamente racional referente a fins e livremente pactuada, no mercado. União livremente pactuada e puramente orientada por fins, orientada por objetivos (econômico e outros) dos participantes.

A relação comunitária apoia-se em todas as espécies de fundamentos afetivos emocionais ou tradicionais. A grande maioria das relações sociais, porém tem caráter, em parte, comunitário, e parte associativos. Por mais racional que seja pode criar valores emocionais que ultrapassam o fim primitivamente intencionado.

Por se tratar de uma região que envolve praia, dunas, bem como manguezais há dificuldade de se encontrar terrenos apropriados para prática da agricultura e faz com que as mulheres se empenhem profundamente no trabalho artesanal, encontrando na prática do artesanato, uma forma a mais de contribuição para o sustento de suas famílias intercalando, dessa forma, a atividade agrícola e atividade artesanal. Podem não só ajudar na economia familiar, como também contribuir com uma participação ativa no processo cultural da região. Podemos constatar esta afirmação nos estudos de Canclini: “[...] os estudos sobre artesanato mostram um crescimento do número de artesãos, do volume da produção e de seu quantitativo [...]” (CANCLINI, 2008, p.215). Segundo o autor, isso se deve ao fato da existência de “[...] deficiências da exploração agrária e o empobrecimento relativo dos produtos do campo que impulsionam muitos povos a procurar na venda de artesanato o aumento da renda [...]” (CANCLINI, 2008, p.215), bem como o desemprego que faz com que “[...] jovens procedentes de setores socioeconômicos que nunca trabalharam com artesanato, possam fazer deste seu principal meio de sobrevivência.” (CANCLINI, 2008, p.216).

Os programas de apoio oferecem suporte às artesãs nos diferentes momentos da cadeia de valor do artesanato. Há apoio na produção, divulgação do produto, realização de oficinas para aperfeiçoar o artesanato, mas ainda não são suficientes, no ato de produção as condições ainda são precárias. Faltam equipamentos para o beneficiamento da fibra de buriti, acabamento do trabalho, adequação do espaço de trabalho.

As artesãs associadas têm por objetivo conseguir melhores condições de produção e um comércio justo<sup>12</sup> para o produto artesanal. Segundo o SEBRAE (2005) as artesãs lutam por uma estabilidade econômica e social, lutam para ter acesso a um mercado mais justo e que reconheçam a qualidade do produto e o mais importante, agregando valor social ao artesanato.

A produção artesanal de tradição cultural e de expressão coletiva e individual ainda é pouco reconhecida. O artesanato local é um setor que tem potencial de gerar desenvolvimento econômico e social para as comunidades produtoras. Em estudo de campo nota-se uma situação ainda marcada pela informalidade e precarização das relações e condições de trabalho das trabalhadoras. Assim, no caso específico da economia do artesanato a cooperativa surge como uma forma

---

<sup>12</sup> A busca por um comércio justo segundo documento do SEBRAE (2005, p.09) “[...] propõe a ser alternativa concreta ao atual sistema de comércio global, em que o pequeno produtor fica à mercê do poder econômico que domina as regras do “livre mercado” e não há preocupação com as condições de vida de seus fornecedores. Além do pagamento justo e estável pelo produto, o Comércio Justo tem como objetivo o desenvolvimento sustentável da comunidade de produtores, tanto no aspecto socioeconômico, quanto no que diz respeito ao meio ambiente.”

de organização social. Keller em seu artigo “Trabalho artesanal e cooperado: realidades, mudanças e desafios” destacou os desafios que as artesãs associadas e cooperadas enfrentam:

As trabalhadoras artesãs cooperadas imersas em redes de produção locais em condições de informalidade e precariedade enfrentam diversos desafios: vencer os comerciantes atravessadores que dominam esta economia; realizar a gestão financeira e comercial da cooperativa ou associação; superar as dificuldades na obtenção da matéria prima, promovendo a preservação dos bunitizais; enfrentar as dificuldades financeiras devido às oscilações do mercado; garantir seu reconhecimento e valorização profissional; e, sobretudo, garantir melhores condições de vida e de trabalho. As artesãs associadas ainda representam um grupo quantitativamente muito pequeno em relação ao universo das artesãs desta região. (KELLER, 2011, p.37).

Diante disso, o trabalho em cooperativa se constitui enquanto uma atividade que gera um produto de valor social, cultural, ambiental e econômica que circula ao longo da cadeia de valor do artesanato. Não se pode fazer simplesmente um cálculo de custo e benefício, pois o trabalho cooperado se trata de um ato amplamente simbólico que faz intervir outros valores além da pura maximização de uma utilidade econômica. Portanto, podemos refletir, dessa forma, os tipos de ação social em Weber (1991) sendo estes afetivos, tradicional, ação com relação a valores e ação racional com relação a fins que articulam a dimensão econômica com a dimensão social.

Durante a pesquisa, observou-se como as artesãs atribuíam o valor ao seu produto, em cada grupo havia uma forma diferente quando se trata do valor econômico, as artesãs cooperadas seguem um valor que é atribuído com a ajuda do SEBRAE seguindo uma ficha técnica tendo como base o cálculo do tempo gasto no trabalho e o valor da matéria-prima entre outros insumos, e as artesãs que trabalham de forma não cooperada em cooperativa atribuem outro valor ao artesanato, estas artesãs mostram não ter consciência sobre a valorização do produto, vendem seus produtos por um valor não condizente com o tempo de trabalho gasto para executá-lo, as artesãs não associadas atribuem um valor que lhes parece suficiente, estas não seguem uma ficha técnica com cálculo do custo exato da produção.

Uma bolsa produzida pelas artesãs que fazem parte da ARTECOOP pode alcançar valores superiores a R\$200,00 ou R\$300,00 nos grandes centros urbanos e no mercado da moda. Na loja da ARTECOOP em Barreirinhas, uma

bolsa, por exemplo, custa R\$ 80,00 a R\$ 100,00 e uma bolsa do mesmo design da ARTECOOP produzida pelas artesãs não cooperadas pode ser vendida para os atravessadores pelo valor de R\$30,00. Percebe-se que as artesãs cooperadas da enfrentam uma competição no mercado local e o produto artesanal que circula ao longo da cadeia e chega ao mercado de moda nos grandes centros urbanos adquire maior valor.

A procura por produtos artesanais em Barreirinhas tem aumentado significativamente, estando relacionada principalmente com dois aspectos: o aumento da demanda por artesanato na região pelo turismo cultural e natural-ecológico e o aumento do interesse por este tipo de produto nos grandes centros urbanos. O artesanato da fibra do buriti é uma atividade singular e com alto potencial para contribuir com o bom desenvolvimento regional, por conjugar aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos entre outros. Entretanto, a pesquisa revela ainda uma situação de informalidade da atividade e de exploração das artesãs por um comércio injusto e desigual.

## **Considerações finais**

Com base nas entrevistas e observações, concluímos que a grande maioria das artesãs atua de forma não associada em cooperativa ou associação devido as suas condições culturais (falta incentivos para estimular a cultura da cooperação) e socioeconômicas precárias, mas não deixam de cooperar na comunidade com outras artesãs e na família, isso faz parte da cultura local. A cooperação existe em diferentes contextos.

As condições precárias de vida fazem muitas artesãs comercializarem seus produtos informalmente e de forma não cooperada com comerciantes locais ou de fora, conhecidos como intermediários ou 'atravessadores'. Estes adquirem os produtos artesanais fornecidos pelas artesãs por preços subavaliados (comércio injusto), uma prática totalmente desfavorável. Tal sistema ainda necessita de políticas mais eficazes voltadas para o setor, maiores incentivos e orientações por parte de pessoas ou entidades governamentais.

A pesquisa apontou que há interesses materiais em atuar na cooperativa como a possibilidade de divulgação do produto em outros mercados, a valorização do produto com a obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo e a facilidade para ter acesso a financiamentos e outros apoios institucionais. As artesãs não associadas em cooperativa não recebe apoio financeiro e qualificação como uma artesã associada, e são as principais vítimas do comerciante atravessador.

Os interesses ideais estão marcados pelo valor simbólico, valor cultural. É por meio desses símbolos que elas se mantêm unidas e se reconhecem como um grupo com objetivos comuns. Dessa forma, o trabalho artesanal de Barreirinhas apresenta um caráter marcadamente dual, ao mesmo tempo em que apresenta valor simbólico e cultural, tem também valor econômico, ou seja, apresentam duplo valor: cultural e mercantil:

Esse universo relativamente autônomo [...] dá lugar a uma economia às avessas, fundada, em sua lógica específica, na natureza mesma dos bens simbólicos, realidades de dupla face, mercadorias e significações – cujo valor propriamente simbólico e o valor mercantil permanecem relativamente independentes. (BOURDIEU, 1996, p.162).

Segundo Lima (2011) o artesanato não é mera mercadoria, há uma cultura embutida. Trata-se de um produto diferenciado por ter tanto a dimensão econômica quanto a dimensão cultural. É um produto que integra um sistema de valores culturais da comunidade ou região.

Portanto, o caso da ATECOOP suscita questões pertinentes a duas lógicas da cooperativa apresentados pelo sociólogo Jacob Carlos Lima (2004), quais sejam: a “lógica da solidariedade”, em que a cooperação surge não apenas como um meio para atingir fins econômicos, mas sim perseguindo valores e interesses ideais como cooperativismo e solidariedade; e a “lógica de mercado”, em que a cooperação é vista de forma instrumental como meio para atingir fins materiais ou fins econômicos e financeiros de forma competitiva.

Baseado em dados de Keller (2011) concluímos que o crescimento do número dos trabalhadores que tem no artesanato sua principal fonte de renda (economia substantiva) é atribuído ao crescimento do desemprego tanto no ambiente urbano como no rural. Nesse sentido, pode-se dizer que o artesanato é uma alternativa de sobrevivência para o enfrentamento das consequências das transformações no trabalho em âmbito geral, as quais vêm promovendo desemprego e precarização nas relações de trabalho. Dessa forma, as artesãs aproveitam a experiência e o conhecimento adquiridos ao longo do tempo e, com isso, garantem uma renda mensal (muitas vezes inferior ao salário mínimo vigente) e ao mesmo tempo reproduzem a cultura, a tradição e os costumes regionais.

A grande maioria das artesãs de Barreirinhas que vivem em área rural são de baixa renda, tendo em mãos apenas instrumentos rudimentares e morando nos lugares mais distantes e de difícil acesso, conseguem uma participação ativa no processo socioeconômico e cultural do município. As artesãs associadas na

ARTECOOP ainda representam um grupo quantitativamente muito pequeno em relação ao universo das artesãs nesta região. As experiências das artesãs associadas e cooperadas imersas dentro do amplo universo da economia do artesanato significam mudanças e possibilidades para estas trabalhadoras vencerem o domínio do comerciante “atravessador” e praticar o comércio justo.

Para nossa pesquisa concluímos que quando uma artesã está sozinha, ele tem muito mais dificuldade de produzir e principalmente de comercializar seus produtos, especificamente para aquelas artesãs que não tem escala suficiente para vender o produto por um valor digno, ficando a mercê do comerciante atravessador que paga pouco. Ao se unir em cooperativa, as artesãs têm mais potencial de conseguir romper com os intermediários valorizando seu trabalho e o seu produto.

### **ARTISANS AND COOPERATIVE: THE SOCIAL CONSTRUCTION OF INTEREST IN COOPERATIVE ACTION IN THE CRAFT ECONOMY IN MARANHÃO**

**ABSTRACT:** *The paper presents a sociological analysis of the social construction of the artisans' interest in participating in associations and / or cooperatives, and the purpose is to analyze the reasons for the non – participation of artisans in these organizations. The main obstacles that the cooperative action faces in the craft economy are also investigated. The work brings reflections on cooperative action (cooperation in family production, in the community and in the cooperative) as an economic social action that is at the base of the cooperative organization. The case study was carried out in the city of Barreirinhas-MA together with groups of artisans associated and not associated in the Lençóis Maranhense Artisan Cooperative (ARTECOOP). Research shows that the vast majority of artisans do not participate in the cooperative due to several reasons. It was observed that cooperation exists predominantly between artisan and family members and within communities with other artisans.*

**KEYWORDS:** *Handicrafts. Cooperation. Maranhão.*

### **REFERÊNCIAS**

BOURDIEU, P. O campo econômico. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, v.4, n.6, p.15-57, 2008.

BOURDIEIU, P. É possível um ato desinteressado? In: BOURDIEIU, P. **Razão prática**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996. p.105-118.

BURITI. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2017. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Buriti>>. Acesso em: 20 set. 2017.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2008.

CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G. (Org.). **Economia dos setores populares**: entre a utopia e a realidade. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p.02-19.

GAIGER, L. I. A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. **Contexto e Educação**, Ijuí, v.13, n.50, p.47-71, 1998.

KELLER, P. F. Trabalho artesanal e cooperado: realidades, mudanças e desafios. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.14, n.1, p.29-40, jan./jun. 2011.

LIMA, R. G. Entrevista: artesanato em debate. **Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, Brasília, v.8, n.15, p.187-210, jan./jun. 2011.

LIMA, J. C. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.19, n.56, p.45-62, out. 2004.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

PAGOTTO, C. **Produção associada na era da precarização estrutural**: uma análise da atuação das cooperativas de trabalho. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

RUA, M. G. A. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de panela”?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: Unesco, 2000.

SEBRAE. **Artesanato**: um negócio genuinamente brasileiro. Brasília, 2008.

SEBRAE. **Termo de referência para o comércio justo**. Brasília, 2005.

SENNETT, R. **Juntos**: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SWEDBERG, R. **Max Weber e a ideia de sociologia econômica**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2005.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Ed. da UnB, 1991.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Tradução de Amélia Conh e Gabriel Conh. 2.ed. São Paulo: Ática, 1982.

TURNER, V. **Floresta de símbolos**. Niterói: EDUFF, 2005.

Recebido em 20 de agosto de 2017

Aprovado em 08 outubro de 2017

# PARA NARRAR O TEMPO DA VIDA. UM ENSAIO SOBRE A ACELERAÇÃO SOCIAL

João Lucas Faco TZIMINADIS<sup>1</sup>

**RESUMO:** Trata-se de um ensaio acerca da relação entre subjetividade e temporalidade nas sociedades contemporâneas, tendo como pano de fundo a narratividade da vida. Opera-se uma reflexão sobre o tempo em face dos processos de secularização e individualização, elucidando sua relação com o imperativo da acumulação, de modo que se descubra aí uma natureza temporal aceleratória. À luz da teoria social da modernização e da teoria da aceleração social de Hartmut Rosa, a vida individual é registrada sob a categoria de tempo biográfico, com a finalidade de fornecer um diagnóstico do tempo presente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tempo biográfico. Aceleração social. Narratividade. Hartmut Rosa.

I

Quando Mefisto se apresentou a Fausto como espírito negador, no qual se encarna a mais moderna das forças – a da individualidade que tensiona todo o tecido do real –, as conseqüências mais longínquas de sua chegada já se anunciavam. Marshall Berman (1982) compreendeu como poucos a virulência dessa figura, pois os séculos que se sucederam a Goethe testemunharam desenvolvimento tal que, olhando-se retrospectivamente, um observador sensato não deixaria de reconhecer que todo e qualquer fundamento concebido para a vida humana não pôde senão “percer miseravelmente”. Assim como Descartes resvalara no paradoxo de ter na dúvida a única certeza, Fausto, que

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara – SP – Brasil. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. jltziminadis@hotmail.com.

é o protótipo do indivíduo desenraizado, só pôde lançar os fundamentos de sua vida na certeza da impermanência, tendo plena consciência de que a única duração é a da constante ruptura. Essa é a tragédia fundamental do homem que destronou Deus e assumiu para si o papel de criador. “Fausto não será capaz de criar nada a não ser que se prepare [...] para aceitar o fato de que tudo quanto foi criado até agora [...] deve ser destruído, a fim de consolidar o caminho para mais criação.” (BERMAN, 1982, p.48-49). Essa dialética que invariavelmente retorna ao seu momento de negação é um distintivo da experiência do tempo moderno. E o indivíduo, centro de referência desse processo, que diferencia-se e apropria-se da matéria para transformá-la, sente sobre si mesmo o peso de tal perfusão.

Esse é o pano de fundo diante do qual se desenrola o presente trabalho, pois em sua representatividade alegórica lança luz sobre a dimensão mais premente no registro dos fenômenos modernos: o tempo. Recentemente, Zygmunt Bauman (2001, p.140) definiu a modernidade como “história do tempo”, ou “o tempo em que o tempo tem história”. Pode-se desdobrar dessa definição que essa história do tempo é, antes, a história de sua experiência. O desenvolvimento técnico, *pari passu* ao imperativo da acumulação, resulta numa constante dinamização da experiência vivida, de modo que avulta a ideia de uma aceleração do tempo mesmo, de sua crescente opressão sobre a vida. “Tudo que é sólido desmancha no ar”, dir-se-á, numa voracidade escalar. Na contemporaneidade dita pós-histórica, esse movimento tende a ser percebido como progressiva precipitação num abismo, sem qualquer motivação utópica que forneça sentido à corrida generalizada.

Hartmut Rosa, sociólogo alemão, tem se debruçado sobre a qualidade temporal da modernidade. Com intuito de diagnosticar *nosso tempo*, ele cunhou o conceito de *aceleração social*, e chegou mesmo a defini-lo como chave de leitura do processo de modernização (ROSA, 2013). A partir de um sistema de aceleração, composto por três dimensões fundamentais – aceleração técnica, aceleração do ritmo da vida e aceleração das mudanças sociais –, o autor aponta para um paradoxo fundamental: por que as pessoas sentem-se premidas pelo tempo enquanto novas técnicas de aceleração são desenvolvidas? Estas não seriam, justamente, orientadas para a diminuição do tempo necessário para se realizar tarefas, aumentando, assim, a disponibilidade de tempo? Para que isso ocorra é preciso observar o seguinte: uma lógica de *crescimento exponencial*, seja na reprodução do capital, seja na ampliação das experiências possíveis na cultura, acompanha a lógica de aceleração técnica. Esse crescimento exponencial não é um parale-

lo, mas um traço constitutivo da experiência moderna do tempo. A sociedade apenas acelera, conclui Hartmut Rosa (2013), porque o imperativo de crescimento sempre ultrapassa a aceleração dos meios técnicos. A economia de tempo possibilitada pelo desenvolvimento tecnológico não é, portanto, convertida em alargamento da ociosidade, mas transformada em subsídio para a escalada de capitais, experiências, informações etc. A consequência ulterior é deduzível: a sociedade acelerada é uma sociedade da saturação.

A unidade que encerra o tempo da vida sofre transformações prenes de consequência. O “tempo da vida” torna-se progressivamente incompatível com “tempo do mundo” (ROSA, 2010). Walter Benjamin (1994) já havia percebido, no início do século passado, que o peso das artilharias modernas sobre a vida social legaria ao frágil corpo humano um cenário de desfiguração, diante do qual toda experiência seria maculada pelo presságio de uma nova destruição. O resultado é a fragmentação do fio das gerações. Assim, o indício fundamental do tempo acelerado não é a acumulação edificadora de experiências, mas a sucessão de experiências inacabadas, mediadas pela ruptura. Reinhart Koselleck também observa algo semelhante. Para ele, uma característica fundamental do tempo histórico moderno é o progressivo afastamento entre o “espaço de experiências” e o “horizonte de expectativas” (KOSELLECK, 2006, p.314). Aquilo que se sabe já não limita mais aquilo que se espera, de modo que o presente, que é justamente o ponto de coincidência entre experiência e expectativa, torna-se um interstício cada vez mais curto. “Não apenas o fosso entre o passado e o futuro aumenta; a diferença entre experiência e expectativa é sempre superada, e de forma cada vez mais rápida, para que possa continuar viva e atuante [...]” (KOSELLECK, 2006, p.322).

Esse aspecto é tomado em conta por parte do teórico da aceleração social. A obsolescência das experiências, e sua progressiva intensificação, revela-se na alteração das taxas de mudança social (ROSA, 2013, 2011). Se num período pré-moderno as mudanças ocorriam ao longo de várias gerações, com o advento da modernidade elas passam a ocorrer numa taxa *geracional*, o que significa que a experiência de uma geração tem pouca validade para a subsequente. Essa última condição parece já não fazer sentido para aqueles que vivem o tempo presente, pois a integração social exige cada vez mais que os indivíduos estejam dispostos a despojarem-se de suas experiências ao longo de suas vidas, com o fito de adaptarem-se a mudanças que ocorrem no seio de uma mesma geração. Por isso Hartmut Rosa concebe o status da mudança social contemporânea como *intrageneracional*. Chega-se às portas do problema do *tempo biográfico*. Pois o curso

de uma vida contingenciada pela experiência do fragmento e pela obsolescência impõe obstáculos novos à narração do tempo vivido.

## II

A morte pode ser tomada como *medium* de reflexão privilegiado sobre a vida.

“A ideia de eternidade sempre teve na morte sua fonte mais rica.” (BENJAMIN, 1994, p.207). Nessa asserção iluminadora Benjamin estabelece um paralelo entre o momento da despedida do moribundo e o elo que ata aqueles que vivem aos que já partiram, mas essa relação demonstrou sua força num momento passado, no qual a morte não significava senão o desfecho de um ciclo que se renovaria eternamente. Nessas condições, o grande espólio daquele que morre é a experiência legada aos mais novos, como se esses inaugurassem apenas mais um capítulo na longa história narrada através das gerações. Weber chegou a esse problema ao tomar a pergunta que, para ele, orientava a obra de Leon Tolstói: “a morte é ou não é um acontecimento que encerra sentido?”. A resposta só pode ser negativa quando trata-se do “homem civilizado”, uma vez que “a vida individual do civilizado está imersa no ‘progresso’ e no infinito e, segundo seu sentido imanente, essa vida não deveria ter fim”. O “progresso” guarda uma lógica segundo a qual um novo acontecimento sempre é possível, de modo que “nenhum dos que morrem chega jamais a atingir o pico, pois que o pico se põe no infinito”. Em tudo essa morte civilizada difere da dos antigos camponeses, que “ao fim dos seus dias [...] não subsistia enigma que eles ainda teriam desejado resolver” (WEBER, 2011, p.31).

Acelerar a vida é também uma resposta moderna à finitude da existência (ROSA, 2010). Essa afirmação só pode cobrar seu sentido quando se compreende que o ímpeto moderno de ampliar a experiência humana é transformado em paradigma de *boa vida*. Deve-se tomar em consideração a intransponível fatalidade da morte, sobretudo na medida em que o processo de secularização reduz progressivamente as expectativas de continuidade *ad infinitum*. A aceleração, nesse sentido, pode avultar como uma forma de suturar a lacuna entre o “tempo da vida” e o “tempo do mundo” (ROSA, 2013). A morte não apenas transforma-se em mote de aceleração, mas passa necessariamente por uma ressignificação diante da vida. A comunidade narrativa das gerações cede lugar a uma estrutura propriamente biográfica do conteúdo narrado. Proceda-se uma “temporalização

da vida” (ROSA, 2013, p.228). Em sua solidão, o indivíduo encontra-se diante da difícil tarefa de narrar seu próprio percurso.

O sentido da identidade individual que as formas sociais pré-modernas apresentavam em seu seio só pode ser compreendido a partir de condições externas ao indivíduo, de modo que não se pode averiguar aí uma questão da identidade. Essa só emerge quando essas formações dão os primeiros indícios de dinamização. Na medida em que a composição da identidade pessoal perde, paulatinamente, o caráter de *dado* em razão do caráter de *escolha*, a fundamentação ética migra da *comunhão* para a *convicção*, do destino da comunidade para formação do caráter, de modo que é possível traçar um paralelo entre o desenraizamento dos indivíduos e sua dinamização identitária. Aqui fica evidente que, em termos lógicos, o processo de individualização fez emergir duas tendências tensionadas no seio da sociedade moderna: de um lado, a liberalização das fronteiras da experiência possível e, de outro, o peso da responsabilização do indivíduo em dar forma à própria vida. Esse *ser-aí* entrecortado pela incerteza e pela responsabilidade sobre si é o sujeito da psicanálise. Historicamente, ele já se manifesta na figura do gênio renascentista.

O homem, deslocado do centro da criação, foi convocado a se tornar o centro de suas próprias referências e assim encontrar (ou inventar) seu lugar na ordem do universo. A melancolia renascentista adquire, assim, um prestígio muito diferente do abatimento da vontade característico da acedia medieval. O melancólico do humanismo, convocado a buscar em si mesmo a medida de suas escolhas, reúne vontade de saber, consciência de si, busca de sentido, angústia diante da escolha [...] Tal otimismo humanista não impediu, porém, que o melancólico renascentista sofresse o peso de uma consciência angustiada ante a insignificância de sua presença no mundo. (KEHL, 2009, p.69).

O leitor contemporâneo de clássicos antigos, como a *Odisseia* ou a *Ilíada* de Homero, por exemplo, caso não tenha um mínimo de familiaridade com a cultura grega, seus deuses, heróis e passagens “épicas”, terá sérias dificuldades em compreender de imediato as genealogias e histórias cruzadas que entretecem o cosmos no qual se desenvolve a narrativa. A mediação coerente dos acontecimentos, e a despreocupação do narrador em efetuar explicações, ou facilitar a inserção do leitor ou ouvinte no contexto daquilo que é contado, expressa uma condição cultural que em tudo difere da condição moderna. Há para os antigos, pode-se

pensar com Benjamin, uma “forma artesanal de comunicação” (BENJAMIN, 1994, p.205) que vincula narrador e ouvintes em uma comunidade semântica. A vida de Ulysses não pode ser narrada de outro modo que não pelas constantes referências aos acontecimentos que conformam a mitologia grega, isto é, não pode ser narrada separadamente.

No romance moderno os aspectos biográficos das personagens são profundamente relevantes (LUKÁCS, 2011). Em seu isolamento o herói romanesco deve tatear o caminho a ser seguido, criando uma identidade em relação ao leitor, que também não pode fazer grandes previsões sobre a sequência dos seus dias. Para Benjamin, o surgimento do romance moderno já sinalizava o declínio irreversível da narrativa, pois esta, diz, provém da “tradição oral, patrimônio da poesia épica”, que só pode ser alimentada pela experiência compartilhada, pela transmissão de saberes que corrobora aquilo que outrora se chamava “sabedoria – o lado épico da verdade” (BENJAMIN, 1994, p.201). Num dos mais importantes exemplares da literatura romanesca, a configuração da nascente sociedade burguesa e, com ela, a figura do indivíduo indeciso, problemático, desorientado em relação ao caminho que deverá tomar para dar fim à sua biografia, registra a imagem de uma tensão profunda entre a individualização e o seu peso sobre o próprio indivíduo. Trata-se de outra obra de Goethe: *Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister* – precursor do *Bildungsroman* (romance de formação). Num diálogo exemplar, o jovem Wilhelm, inquieto, questiona seu interlocutor se este crê que a vida digna é aquela que deixa conduzir-se pelo destino. A resposta o surpreende:

A trama deste mundo é tecida pela necessidade e pelo acaso; a razão do homem se situa entre os dois e sabe dominá-los; ela trata o necessário como a base de sua existência; sabe desviar, conduzir e aproveitar o acaso, e só enquanto se mantém firme e inquebrantável é que o homem merece ser chamado um deus na Terra. Infeliz aquele que, desde sua juventude, habitua-se a querer encontrar no necessário alguma coisa de arbitrário, a querer atribuir ao acaso uma espécie de razão, tornando-se mesmo uma religião segui-lo! (GOETHE, 2006, p.83).

Desenredado de uma comunidade de destino, Wilhelm é impelido a utilizar-se de sua própria razão para dar forma à sua vida. O tempo biográfico aparece aqui como uma esfera fechada em si mesma, diante da qual apenas o indivíduo pode, auxiliado pela razão, estabelecer critérios, fazer escolhas e postular um

horizonte a ser perseguido. Nenhuma necessidade é sustentada pelo destino, nenhum acaso resulta da providência. O aparecimento dessa dialética na obra de Goethe, historicamente sintetizada no conceito de *Bildung*, expressa uma vontade de *autonomia*. E mais: a razão aparece aqui como medida de justiça entre a ampliação da experiência e a conformação da vida a uma conduta plena de sentido.

O ideal da formação (*Bildung*), expressa, por um lado, a preocupação acerca da boa conduta, do desenvolvimento bem talhado do tempo da vida, do uso da razão como meio de discernimento. Por outro, ele traz em si uma proposta humanista segundo o qual a *boa vida* consiste no desenvolvimento máximo dos potenciais e talentos subjetivos, o que implica na ampliação de todos os horizontes, e em potencial, ruptura com qualquer conteúdo moral. Volta-se aqui ao problema da finitude, pois, diante do significado assumido pela morte, a única forma de realizar tal ideal consiste na aceleração de todas as experiências. “Aquele que vive mais rápido pode, então, num certo sentido, completar uma variedade de projetos de vida dentro da duração de uma única vida, e tornar suas possibilidades de experiência acessíveis para si.” (ROSA, 2013, p.183, tradução nossa). O lapso de Hartmut Rosa é sugestivo: aquele que acelera tem em seu horizonte alcançar uma variedade de *projetos de vida*, mas dificilmente esses projetos tornam-se efetivados. O tempo biográfico, que com o declínio da eternidade passa a ser a única unidade de tempo diante da qual cada indivíduo deve orientar suas ações, não pode desenrolar-se na mesma cadência que percorre um mujiqe a sua vida. A mesma cultura que temporaliza a vida é aquela que a lança num mundo objetivo profundamente inconstante. A velocidade desse “tempo do mundo” só pode ser acompanhada ao preço da própria fragmentação do “tempo da vida”. Se o conceito deve captar o movimento da experiência que trata, o *tempo biográfico* guarda o potencial da *explosão biográfica*.

Na análise de Berman, é chamada a atenção do leitor sobre um fragmento específico – e revelador – da obra de Goethe. No *Fausto*, após a destruição criadora de todas as formas e conteúdos que povoavam o antigo mundo da tradição, prostra-se diante da onda avassaladora um último rincão de estabilidade e serenidade. Trata-se da de uma pequena porção de terra ocupada pelos velhos Filemo e Báucia. “São demasiado velhos, demasiado teimosos, talvez demasiado estúpidos para se adaptar e mudar; no entanto, são pessoas belíssimas, o sal da terra em que vivem.” (BERMAN, 1982, p.68). Esse vestígio do passado precisa ser destruído em razão de uma lógica imanente àquele espírito negador. A vida de “progressos” (Weber) que Fausto busca encarnar guarda, no entanto, uma

consequência ulterior imprevisita: ela mesma deve perecer. A sua expansão, por fim, lança seu *eu* no cadinho do tempo.

Ao matar o casal de velhos, ele prenuncia sua própria sentença de morte. Tendo eliminado todos os vestígios deles e do seu velho mundo, não lhe resta mais nada a fazer. Agora ele está pronto para dizer as palavras que selam de realização a sua vida e, por isso, o conduzem à morte: *Verweile doch, du bist so schoen!* (Pára, instante que passa, és tão formoso!) [...] Ironicamente, assim que esse fomentador conseguiu destruir o mundo pré-moderno, destruiu também qualquer razão para continuar no mundo. (BERMAN, 1982, p.69).

### III

A formação da identidade individual vincula-se necessariamente a um quadro referencial de tempo, isto é, de escalas e pontos de orientação temporais que garantem ao indivíduo – já desprovido dos predicados substanciais típicos de uma comunidade pré-moderna – uma relativa confiança para com as etapas básicas através da qual conduzirá sua vida. Aquilo que acima foi esboçado como gênese do tempo biográfico vai ao encontro das crescentes necessidades – não obstante contraditórias – por regulamentação social de parâmetros que permitam aos indivíduos vislumbrar, ao longo de suas vidas, balizas biográficas. Norbert Elias (1998) fala de um “nível de síntese relativamente baixo” dos conceitos temporais de sociedades primitivas. A ideia mesma de tempo emergiria ao longo de um processo sintetizador de experiências de duração: os ciclos da lua, a variação das estações, a sazonalidade da agricultura etc. Mesmo quando esses ritmos são transferidos para instituições temporais mais elaboradas, são eles invariavelmente os quadros de referência para o desenvolvimento da vida individual. Mas não deixa de ser perceptível, diante da aceleração social, que os quadros de referência temporal tornam-se notavelmente turvos contemporaneamente. Há uma certa dissolução da sequencialidade cronológica das fases da vida (ROSA, 2013), pois esta já não se desenha no plano de um ciclo que encerra sentido.

Se nos tempos presentes essa sensação de desregulamentação de todos os referenciais beira a unanimidade, cabe demonstrar que a aceleração social nasce numa modernidade marcada pela ordem. Conta-se que na Inglaterra do tempo das primeiras máquinas a vapor, a sirene das fábricas, compassada com o relógio mecânico, impunha uma nova cadência bastante contrastante

em relação à temporalidade ancestral do homem comum, que remontava aos mais longínquos costumes camponeses (THOMPSON, 1984). A despeito da difícil adaptação, não faltaram moralistas que, à época, incentivavam o trabalho regular e a disciplina temporal baseada nas escalas abstratas do relógio – mais eficazes e produtivas que a inconstância do tempo concreto, baseado na duração mesma de cada atividade. Na data tardia de 1903, um “velho oleiro” escrevia que condenava a falta de cálculo e regularidade de seus colegas, pois que uma vez que estes seguissem o ritmo da máquina a vapor, aprenderiam os hábitos da industriiosidade regular e contínua (THOMPSON, 1984). Ao mesmo tempo, a penetração social da máquina prolongava o tempo de trabalho, expandindo, assim, o espectro da aceleração social. Jonathan Crary, professor norte-americano de história da arte, destaca a obra de Joseph Wright of Derby, *Arkwright's Cotton Mills by Night*, pintada por volta de 1782. Nessa tela é possível distinguir, numa noite nebulosa e iluminada pela lua cheia, a parede e as janelas de um edifício industrial, embrenhado entre árvores. Observa-se que, diferentemente de todos os outros elementos da paisagem, os moinhos de algodão não são iluminados pela lua, mas por uma luz própria.

A estranheza da pintura vem em parte da inserção discreta, mas notadamente antipitoresca, de prédios de tijolos de seis e sete andares em uma paisagem rural de bosques selvagens. Segundo historiadores, são estruturas sem precedentes na arquitetura inglesa. Mais inquietante, no entanto, é a elaboração de uma cena noturna na qual a luz da lua cheia, iluminando um céu repleto de nuvens, coexiste com os pequenos pontos de luz das janelas dos moinhos de algodão, iluminadas por lâmpadas a gás. A iluminação artificial das fábricas anuncia a instauração racionalizada de uma relação abstrata entre tempo e trabalho, separada das temporalidades cíclicas dos movimentos da Lua e do Sol. A novidade dos moinhos de Arkwright não está no determinante mecânico, como o motor a vapor (os moinhos eram hidráulicos) ou as recém-inventadas máquinas de tecer, mas na **redefinição radical da relação entre tempo e trabalho**: a ideia de operações produtivas ininterruptas, do trabalho lucrativo em funcionamento 24/7. (CRARY, 2014, p.71, grifo nosso).

O tempo natural e divino, encarnado na oscilação dos astros, cede lugar ao tempo maquinico, encarnado na atividade metódica e indiferente para com as determinações naturais da fábrica. Se a metáfora de Bauman (2001) é prudente,

pode-se observar nos moinhos de algodão de Arkwright a manifestação de um espírito próprio à “modernidade sólida”. Surge aí, para Hartmut Rosa, o ambiente social e o sentido histórico das formações individuais baseadas numa identidade ao mesmo tempo individual e coerente. Trata-se do individualismo que chama a atenção de Max Weber no estudo da ética protestante, pois que se orienta a partir de critérios que não se atam à tradição e se desvinculam, paulatinamente, de sua confissão religiosa, restando apenas a “vocação” (*Beruf*) como baliza fundante. A ética do trabalho torna-se o principal referencial de administração do tempo biográfico, pois que nessa fase sólida da modernidade a funcionalidade e o esquematismo das instituições proporcionavam certa estabilidade dos horizontes de orientação. A “temporalização da vida” é enredada numa “identidade estável *a posteriori*” (ROSA, 2013), de modo que o caminho escolhido para cursar o tempo da vida é dificilmente revisado, o que difere do padrão identitário da “modernidade tardia”, no dizer de Rosa.

A relativa constância que enreda esse tipo de formação biográfica, e que proporciona uma identidade coesa, está profundamente ancorada naquele padrão temporal cuja palavra de ordem exprimia um apelo à prudência, à regularidade, ao comedimento – enfim, um padrão temporal regulamentado pela previdência. Apesar de indicar um salto qualitativo na aceleração dos ritmos da vida social quando comparado ao padrão errante do tempo nas sociedades pré-modernas, a fixidez da estrutura temporal da modernidade clássica possibilitava um processo concomitante de individualização e construção de um curso biográfico cujo resultado era uma identidade bem delimitada. Essa se revela na estrutura de sentido das narrativas pessoais.

O acirramento da aceleração social na virada do milênio, segundo tornou-se um diagnóstico comum a muitos pensadores contemporâneos, implicou a implosão da linearidade narrativa dos percursos biográficos, sobretudo pelas mudanças ocorridas no âmbito da relação dos indivíduos com o trabalho e com outros indivíduos. No quadro da teoria da aceleração social, essa “onda aceleratória” seria o resultaria da confluência de três fenômenos revolucionários: (1) as revoluções políticas que marcaram o fim da Guerra Fria e a queda do mundo soviético, (2) a revolução digital das comunicações, que alterou o status da informação e da mobilidade social e, por fim, (3) a revolução econômica da acumulação flexível do capitalismo financeiro (ROSA, 2013).

A primeira dessas causas, ver-se-á, pode ser aquela cujas consequências toquem mais fundo no que diz respeito ao horizonte histórico e ao horizonte de orientação biográfica. O mesmo homem que declarou o fim da história, em

meio ao burburinho da queda dos muros e das cortinas, reconheceu, numa tonalidade algo romântica, que “o fim da história será um momento muito triste”. Pois aquela disputa entre mundos fornecia um alimento para a alma, alçava as trajetórias individuais a um sentido coletivo, reabilitava os ídolos que, na mente de um filósofo do século XIX, já haviam vivenciado seu crepúsculo. “No período pós-histórico”, diz Fukuyama, “[...] não haverá arte nem filosofia, apenas a perpétua conservação do museu da história humana.” (FUKUYAMA, 1990, p.31). Eric Hobsbawm (1995) observa que o colapso do socialismo é acompanhado de uma tendência ascendente nas sociedades ocidentais: novas buscas pela *comunidade*, políticas de identidades e particularismos outros. Do ponto de vista histórico, isso pode ser lido como a implosão das grandes narrativas numa miríade de outras pequenas. A raiz histórico-valorativa dos dois mundos em disputa na Guerra Fria remontava a um ponto comum: a razão universalista e secular, fruto de uma acumulação histórica da intelectualidade ocidental. O ideal do progresso, que no último século foi mais vigoroso que agora, era consequente de sentido: a humanidade caminhava sobre os trilhos de um destino comum. O revisionismo histórico hodierno é em tudo diverso desse quadro. As vidas individuais, cada vez mais desfiladas das grandes narrativas, tornam-se biografias cada vez mais revisadas.

A desorientação histórica, no entanto, não é parte de um processo de despotencialização e desaceleração social. Pelo contrário. A questão que se coloca de forma cada vez mais veemente é a de saber para onde, apesar de tão velozmente, corre o mundo. A boa metáfora dessa experiência é aquela do próprio Hartmut Rosa (2010), quando este observa que em dado momento da modernidade o grande símbolo da aceleração era a *motocicleta*, que representava a liberdade de sempre locomover-se mais rápido para um destino mais ou menos traçado de antemão. Na “modernidade tardia”, a motocicleta é substituída pela *roda de hamster*, sempre girando no mesmo lugar. Dezenas de caminhos se abrem aos indivíduos que, premidos pelo tempo finito de suas vidas, dificilmente chegam ao fim de um deles.

A velocidade das novas tecnologias comunicacionais suprime não apenas o espaço, mas o próprio tempo, criando uma rede de coordenações instantâneas e aumentando as possibilidades de *multitarefa*. A desregulamentação das divisas entre tempo livre e tempo de trabalho é o desdobramento dessa nova condição. “As práticas de flexibilidade [...] concentram-se mais nas forças que dobram os homens.” (SENNETT, 2010, p.53). A cultura da aceleração se revela, seja no que toca os valores que circulam e orientam a vida social, seja no que toca às

transformações administrativas que fitam um maior desprendimento entre os indivíduos e as organizações, naquilo que Richard Sennett identificou como um processo de “corrosão do caráter”. Ainda na introdução de seu belo ensaio, o sociólogo norte-americano define brevemente o significado de caráter, e sua obstaculização numa sociedade “impaciente”.

O termo caráter concentra-se sobretudo no aspecto a longo prazo de nossa experiência emocional. É expresso pela lealdade e o compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro. Da confusão de sentimentos em que todos estamos em algum momento em particular, procuramos salvar e manter alguns; esses sentimentos sustentáveis servirão a nossos caracteres. Caráter são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem.

Como decidimos o que tem valor duradouro em nós uma sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? Como se podem buscar metas de longo prazo numa economia dedicada ao curto prazo? Como se podem manter lealdades e compromissos mútuos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo continuamente reprojctadas? Estas as questões sobre o caráter impostas pelo novo capitalismo flexível. (SENNETT, 2010, p.10-11).

A rotina organizada em torno das variações trabalho/não-trabalho, que por um longo período servia de referência fundamental para o desenvolvimento de um percurso biográfico relativamente retilíneo, transforma-se, para os novos *managers*, um obstáculo a ser vencido.. A regularidade temporal, tão cara à burguesia industrial dos tempos idos, dá lugar a uma estrutura pautada no “flexitempo” (Sennett), cuja maleabilidade permite atar a lógica de acumulação às mais variadas formas de individualidade. O que se verifica é um completo divórcio entre o líder empresarial e o grande projeto de Henry Ford. Aquele heroísmo de abnegação, que de alguma maneira concedia honra a ética ao trabalho, é substituído por um estilo rapinador, que Sennett identifica na predisposição competitiva dos homens de negócios que, periodicamente, reúnem-se em Davos, na Suíça, para o Fórum Econômico Mundial – o “homo Davos”. A figura escolhida pelo sociólogo para encarnar essa nova espécie é Bill Gates, que no seu comportamento de jogador se diferencia de padrões mais arcaicos, como aquele encarnado por John Rockefeller:

Gates, por exemplo, parece não ter a obsessão de se apegar às coisas. Seus produtos surgem numa fúria e desaparecem com a mesma rapidez, enquanto Rockefeller queria ser dono de perfuradoras de petróleo, prédios, máquinas ou estradas de ferro, a longo prazo. A falta de apego a longo prazo parece assinalar a atitude de Gates em relação ao trabalho: ele falou mais de alguém tomar posição numa rede de possibilidades do que ficar paralisado num determinado emprego [...] Mas sua disposição a dobrar-se é evidenciada por estar pronto para destruir o que fez, diante das demandas do momento imediato – tem a capacidade de largar, embora não de dar (SENNETT, 2010, p.72).

A atitude tipificada na figura de Gates pode ser generalizada, e não apenas entre seus pares, mas também como um ideal de realização pessoal que se verifica num largo estrato da sociedade capitalista contemporânea. Estar preparado para abraçar as oportunidades do momento – mesmo que para isso seja necessário abandonar todo o percurso já trilhado – é a máxima do ideal de sucesso, e não apenas no âmbito da economia, como também no das relações afetivas (BAUMAN, 2004). Essa exortação à flexibilidade é, ao mesmo tempo, uma desaprovação moral da manutenção dos compromissos de longo prazo, o que, de maneira contrastante, aponta a própria dissolução do padrão moderno de temporalização da vida. Pois esse padrão pressupõe a formação de uma unidade de tempo coerente. Ocorre que, se se segue a sugestão de Rosa (2013), a temporalização da vida dá lugar a uma *temporalização do tempo*. Temporalizar o tempo é conceber as experiências, os eventos, as relações etc. como unidades de tempo transitórias, que se desvinculam entre si e encerram-se sobre si mesmas (ROSA, 2013). O tempo temporalizado implica numa perda total da pretensão de unidade – e não obstante, por mais motivado que seja pela liberalização, implica num déficit de autonomia. A aceleração do ritmo da vida, cujo sintoma mais evidente é a sensação de que *não há tempo*, pode ser compreendida na chave de uma pluralização do *eu*, seu desmembramento em diversas frentes, que se dá tanto numa perspectiva sincrônica quanto diacrônica. Por fim, a identidade relativamente estável que se pretendia construir ao longo do percurso biográfico acaba por ceder seu lugar para um padrão de *identidade situacional*, que só pode ser definida temporariamente. Emerge uma transformação dos critérios de reconhecimento social: estiolam-se progressivamente as perspectivas *posicionais* – isto é, o lugar ocupado por um indivíduo dentro do tecido social – em razão das perspectivas *performativas* –

que avaliam os indivíduos a partir de seu desempenho em no momento de realização de uma dada atividade.

#### IV

Debruçado sobre a questão da performance, o sociólogo francês Alain Ehrenberg também aponta o peso que essa palavra-valor adquire na conformação social do capitalismo flexível. E aqui é verificável a transposição do ideal do empresário bem-sucedido, que outrora figurava o conjunto de representações éticas da burguesia estabelecida, para o âmbito das massas. Isto é, por um lado a lógica empresarial passa a fundamentar a vida de homens e mulheres de estratos sociais os mais variados, criando, no imaginário coletivo, o ideal de uma realização pessoal pautada no espírito do jogador voraz. Por outro, a introjeção do espírito empresarial é acompanhado por uma larga desmobilização das forças sociais na proteção da vida individual, o que se revela como gatilho da corrida pelo pódio – e dota de justificativa social o estigma dos perdedores. A performance emerge, nesse contexto, como uma “teatralização de si mesmo”, uma representação competitiva do eu, que receia ser deixado para trás, e portanto torna-se empresário de si. A performance de dada peça de teatro não se confunde com a peça mesma: esta última é duradoura e independente de suas interpretações. O caráter performático do novo padrão de reconhecimento social não engana quanto à sua forma de ser fugaz. A norma por detrás desse caráter consiste na individualização total, na redução infinitesimal da identidade individual: ser-aí-agora.

Da obra de Ehrenberg pode-se retirar um exemplo interessante. Filha da nobreza de Mônaco, a Princesa Stéphanie, de sobrenome Grimaldi, não sentia que seria um bom destino ser lembrada – ou esquecida – como membro de uma das poucas famílias verdadeiramente aristocráticas da Europa. Sua identidade, portanto, deveria ser resultado de seu empenho em tornar-se notável. Mas não apenas pelo que ela faz ou pela sua vocação laboral, mas simplesmente pelo que ela é. “Ao dar um sentido humano trivial a sua existência, ela acrescenta algo mais à sua notoriedade, por assim dizer estatutária, de nascimento (princesa Grimaldi), uma notoriedade pessoal construída onde seu sobrenome apaga seu nome (não se diz mais Stéphanie de Mônaco, mas Stéphanie).” (EHRENBURG, 2010a, p.70). A dimensão problemática desse referencial identitário revela-se em sua insustentabilidade. Ser igual a si mesmo é dar uma volta no nada, sobretudo quando ao longo de uma vida mais de uma identidade é almejada. Sem qualquer garantia

em relação ao futuro, o tipo-ideal do indivíduo performático, enredado em sua identidade situacional, parece ser profundamente suscetível a novas formas de mal-estar. Mais do que nunca a intuição de Benjamin é fulgurante: o choque das vivências (*Erlebnis*), que se precipita no frenesi das identidades possíveis, deixa os indivíduos não mais ricos, mas mais pobres em experiências narráveis.

O culto à performance guarda uma relação subterrânea, bastante incômoda, entre a pluralização e liberalização identitária e as novas formas de administração da vida sob o capitalismo flexível.

A junção da crítica à ironia sagaz pode resultar em quadros extremamente sugestivos do tempo presente. Isso ocorre com o pequeno trabalho de Luciano Gallino (2009), “Diário póstumo de um flexível”, publicado originalmente no periódico *La Repubblica*, em 2002. Tratando da flexibilização das relações de trabalho, na forma de um diário – que, pelas indicações da abertura do texto, estaria sendo lido por uma civilização futura – escrito por um trabalhador mediano, Gallino traça, no progresso das confissões, o estado de espírito desse sujeito diante da condição de profunda incerteza que o acompanha em seu percurso biográfico. O que se depreende da experiência ali fabulada é uma angustiante permanência no incomensurável, isto é, uma constante e reiterada incapacidade de avaliação do percurso percorrido, pois a cada momento no qual se empreende essa avaliação, o resultado é uma nova revisão biográfica – um eterno retorno às questões iniciais. E mais: a sensação dessa imobilidade mórbida, que ata o sujeito em um tempo desprovido de serialidade, é ao mesmo tempo acompanhada pela passagem fugaz de experiências informes, sem relevância formativa, o que afeta esse indivíduo flexível não apenas em sua relação consigo mesmo mas também na relação que estabelece com sua parceira e seus familiares. A falta de previsão, marcada pela concreta falta de previdência, precipita na experiência desse sujeito a ansiedade de um futuro totalmente desprovido de garantias – o que o leva a esforçar-se ainda mais para, talvez, remediar essa falta de garantias.

A condição miserável do homem flexível, que deve correr para manter-se no mesmo lugar, é também o propulsor de um mal-estar social cada vez mais evidente. A ansiedade gerada por todos os medos que podem devir de uma ordem imprevisível, somada ao solapamento do caráter e da confiança em si, propiciam um estado de terror continuado no qual a saúde emocional torna-se extremamente vulnerável. Assim aconteceu, segundo o periódico britânico *The Guardian* (WILLSHER, 2014), na gigante das telecomunicações francesa, *Orange*, que durante o ano de 2014 registrou 10 suicídios entre seus funcionários. Tal situação parece ser uma segunda vaga do mesmo fenômeno

ocorrido entre 2008 e 2009, período no qual uma quantidade significativa de funcionários tiraram suas próprias vidas – segundo o periódico *Libération* (L'ENQUÊTE..., 2015) foram 35 vítimas. Quase todos os relatos deixados pelos funcionários que se suicidaram, e segundo suas famílias, a depressão em que se encontravam e que os levou a cometer tal ato estava atrelada às condições de trabalho a que eram submetidos dentro da empresa. Dentre as principais queixas, constam a pressão contínua pelo aumento do trabalho e a organização interna da empresa baseada na ideia de mobilidade no espaço de trabalho – isto é, os funcionários eram periodicamente deslocados de seus postos, de maneira a não criarem vínculos permanentes nas relações estabelecidas. Essas notícias aterradoras, apesar de apontarem para casos de extremidade, não deixam de sugerir uma tendência patológica que, subterraneamente, acompanha o culto à performance e o desmantelamento de um padrão biográfico voltado para a unidade de sentido.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, nas primeiras décadas do século XXI a depressão atingirá níveis epidêmicos, chegando ao posto de segunda doença mais difundida, permanecendo apenas atrás das doenças cardiovasculares (ROSA, 2013; KEHL, 2009). Apesar de necessitar de constantes cuidados analíticos, a tomada da depressão como uma patologia do tempo presente – pelo fato de ser uma *patologia do tempo* – pode ser bastante sugestiva para compreender os efeitos da aceleração social sobre a vida psíquica na contemporaneidade e, conseqüentemente, deprender uma forma típico-ideal das novas formas de subjetividade que emergem com as transformações temporais. Alain Ehrenberg (2010a) foi um dos pioneiros nessa percepção, e sua obra dedicada ao culto da performance vincula diretamente a experiência do espírito empreendedor à generalização social da “depressão nervosa”. A normatividade da autonomia e o derretimento dos padrões de orientação disciplinar, cuja referência é Édipo (EHRENBERG, 2010b), lançam os indivíduos no abismo do *si-mesmo* e da concorrência.

A difusão massiva de psicotrópicos e a banalização de seu uso, sobretudo a partir dos anos 1980, já denota o estabelecimento de um mal-estar social que, não obstante, encontra nos próprios dispositivos sociais – no caso, a medicina – a sua solução (EHRENBERG, 2010a). A toxicomania emergente, para Ehrenberg, está profundamente vinculada ao acirramento da concorrência E, para ele, a depressão aparece como a mais emblemática das doenças do tempo presente, pois, segundo defende, a depressão é o estado patológico de uma individualidade radicalmente autonomizada, desprovida de solidariedade

social, e acometida pelo medo da insuficiência. Quando deparados com a insuficiência, esses empresários de si, não obstante, só tem duas opções: drogar-se ou abandonar o jogo. A droga torna-se uma prótese do eu. Num artigo publicado no *The New York Times* (SCHWARZ, 2015), relata-se uma série de casos de abuso de drogas para *Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade*, nos quais a melhora da performance profissional aparece como grande objetivo comum – pois, como consta nos relatos, as exigências do trabalho fazem do sono uma barreira. Tais medicamentos agem no organismo aumentando a capacidade de concentração e trabalho por horas. O abuso *dessas* drogas, já há muito tempo comum entre estudantes universitários, começou a tornar-se uma prática também comum entre profissionais dos mais variados setores. Não usar esses auxiliares externos pode significar uma profunda desvantagem do ponto de vista da concorrência, de modo que, no trocadilho em inglês ali empregado, essas não são drogas usadas “*to get high*” (para entorpecer-se), mas “*to get hired*” (para ser contratado). Num período de quatro anos o número de adultos norte-americanos que passou a consumir esse tipo de estimulante aumentou em 53%, atingindo algo em torno de 2,6 milhões de adultos em 2012. Esse tipo de prática reflete de maneira exemplar o modo pelo qual as novas formas de administração do tempo biográfico podem converter-se em práticas perversas. Não desregulamentar a própria condição fisiológica pode significar estar fora do jogo.

Existem pelo menos três motivos segundo os quais pode-se identificar na depressão uma patologia social própria ao tempo acelerado. Em primeiro lugar, porque sua caracterização indica, de maneira bastante estabelecida entre especialista, que suas causas encontram-se num aumento significativo de stress, o que significa uma maior exposição a ritmos frenéticos de mudança dentro de um quadro de grande incerteza e insegurança. Em segundo lugar, porque a depressão representa uma reação psíquica a condições temporais nas quais a experiência do tempo é marcada pelo turvamento do sentido do devir, um tempo sem futuro. Em terceiro, porque, além de sua emergência epidemiológica estar localizada justamente no momento em que são identificadas as transformações mais profundas na estrutura temporal do tempo presente, a depressão parece traduzir, em uma forma patológica pura, a experiência temporal da paradoxal “paralisação frenética” (ROSA, 2013). Para Maria Rita Kehl, torna-se evidente que os sujeitos do tempo presente estão mais suscetíveis a deprimir-se, de modo que a depressão pode ser tomada como um índice demonstrativo de uma nova sensibilidade, marcada pela violência da aceleração.

Analisar as depressões como uma das expressões do sintoma social contemporâneo significa supor que os depressivos constituam, em seu silêncio e em seu recolhimento, um grupo tão incômodo e ruidoso quanto foram as histéricas do século XIX. A depressão é a expressão do mal-estar que *faz água* e ameaça afundar a nau dos bem-adaptados ao século da velocidade, da euforia *prêt-à-porter*, da saúde, do exibicionismo e, como já se tornou chavão, do consumo generalizado. A depressão é sintoma social porque desfaz, lenta e silenciosamente, a teia de sentidos e de crenças que sustenta e ordena a vida social desta primeira década do século XXI. Por isso mesmo, os depressivos, além de se sentirem na contramão de seu tempo, veem sua solidão agravar-se em função do desprestígio social de sua tristeza. Se o tédio, o *spleen*, o luto e outras formas de abatimento são malvistas no mundo atual, os depressivos correm o risco de ser discriminados como doentes contagiosos, portadores da má notícia da qual ninguém quer saber. (KEHL, 2009, p.22, grifo do autor).

Como disse recentemente o filósofo teuto-coreano Byung-Chul Han (2015), a depressão faz parte de um rol de doenças diferentes daquelas causadas por excesso de ação imunológica, como as neuroses clássicas. Ela é a forma patológica de uma subjetividade que se apercebeu desprovida da capacidade de *negar*, de estabelecer ou vislumbrar um horizonte de limite. O indivíduo deprimido encontra-se na mesma constelação dos ansiosos, dos incapazes de manter atenção por períodos longos, dos ativistas de si mesmo. A implosão do eu é a forma de ser numa sociedade marcada pelo *excesso de positividade*. A depressão, tudo indica, é o estado anímico daqueles que, com ou sem consciência disso, viram-se prostrados diante de um abismo: sua lentidão é testemunho do fato de não poderem dar mais nenhum passo adiante. De alguma forma, nessa patologia do tempo presente, que se caracteriza pela atonia, pode-se entrever o surgimento de um padrão biográfico desprovido de conteúdo narrável. Ou uma hiper-narrativa, inenarrável.

O que esse Fausto deseja para si mesmo é um processo dinâmico que incluiria toda sorte de experiências humanas, alegria e desgraça juntas, assimilando-as todas ao seu interminável crescimento interior; até mesmo **a destruição do próprio eu** seria parte integrante do seu desenvolvimento. (BERMAN, 1982, p.41, grifo nosso).

## NARRATING THE TIME OF LIFE AN ESSAY ON SOCIAL ACCELERATION

**ABSTRACT:** *This is an essay about the relation between subjectivity and temporality in contemporary societies, against the background of life's narrativity. It performs a reflection over time due the processes of secularization and individualization, elucidating it's relation to accumulation imperative, in ways which is discovered there an accelerative temporal nature. In light of social theory of modernization and of Hartmut Rosa's social acceleration theory, individual life is captured under the category of biographical time, in order to give a current time diagnoses.*

**KEY-WORDS:** *Biographical time. Social acceleration. Narrativity. Hartmut Rosa.*

### REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Amor líquido:** sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v.1).

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

CRARY, J. **24/7:** capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

EHRENBERG, A. **O culto da performance:** da aventura empreendedora à depressão nervosa. Aparecida: Ideias e Letras, 2010a.

EHRENBERG, A. **The weariness of the self:** diagnosing the history of depression in the contemporary age. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2010b.

ELIAS, N. **Sobre o tempo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

L'ENQUÊTE sur les suicides à France Telecom est close. **Libération**, [S.l.], 06 janv. 2015. Disponível em: <[http://www.liberation.fr/societe/2015/01/06/l-enquete-sur-les-suicides-a-france-telecom-est-close\\_1174705](http://www.liberation.fr/societe/2015/01/06/l-enquete-sur-les-suicides-a-france-telecom-est-close_1174705)>. Acesso em: 20 set. 2017.

FUKUYAMA, F. ¿El fin da la historia? **Estudios Públicos**, Santiago, n.37, p.01-54, 1990.

GALLINO, L. Diário póstumo de um flexível. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v.2, n.1, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/viewFile/2192/1800>>. Acesso em: 17 out. 2017.

GOETHE, J. W. V. **Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister**. São Paulo: 34, 2006.

HAN, B. C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

HOBBSABWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KEHL, M. R. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo, 2009.

KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LUKÁCS, G. **Arte e sociedade: escritos estéticos, 1932-1967**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2011.

ROSA, H. **Social acceleration: a new theory of modernity**. New York: Columbia University Press, 2013.

ROSA, H. Aceleración social: consecuencias éticas y políticas de una sociedad de alta velocidad desincronizada. **Persona y Sociedad**, Santiago de Chile, v.25, n.1, p.9-49, 2011.

ROSA, H. Full speed burnout? From the pleasures of the motorcycle to the bleakness of the treadmill: the dual face of social acceleration. **International Journal of Motorcycle Studies**, [S.l.], v.6, n.1, 2010. Disponível em: <[http://ijms.nova.edu/Spring2010/IJMS\\_Artcl.Rosa.html](http://ijms.nova.edu/Spring2010/IJMS_Artcl.Rosa.html)>. Acesso em: 20 set. 2017.

SCHWARZ, A. Workers seeking productivity in a pill are abusing A.D.H.D. drugs. **The New York Times**, [S.l.], 18 abr. 2015. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2015/04/19/us/workers-seeking-productivity-in-a-pill-are-abusing-adhd-drugs.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2015/04/19/us/workers-seeking-productivity-in-a-pill-are-abusing-adhd-drugs.html?_r=0)>. Acesso em: 20 set. 2017.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2010.

THOMPSON, E. P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica, 1984. p.239-293.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.

WILLSHER, K. Orange France investigates second wave of suicides among staff. **The Guardian**, [S.l.], 19 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/business/2014/mar/19/orange-france-investigates-second-wave-suicides>>. Acesso em: 20 set. 2017.

Recebido em 17 de março de 2017

Aprovado em 21 de maio de 2017



# INTERVIEW WITH DR. LAURENCE SHERMAN<sup>1</sup>

Matheus RENNÓ<sup>2</sup>

Daniel TRIELLI<sup>3</sup>

**Matheus Rennó:** I am a guest editor for a journal in Brazil now and I made a proposal to talk about: why does crime in Brazil keep increasing as it decreases around the world? And not just Brazil, Latin America as well, right? I have this wonderful graphic produced here. It is the crime rate from Brazil since the 1970s.

**Dr. Sherman:** Whose is this from?

**Matheus Rennó:** The World Health Organization. I took the root data, and then I extracted it. Basically, it shows that crime has been rising since the 1970s, on a steady basis, right? And we would like to know from you, your opinion about this. Maybe you know the cause, if you have any ideas about that? In particular, what can the police do as an institution and it is a huge institution in Latin America? To address this issue, in particular, what can the police do to reduce and to prevent crime?

**Dr. Sherman:** Well, it is interesting that it is a mixed picture insofar as homicide is going up over forty years in Brazil, in general, but in the last 10 years, I believe, in Sao Paulo, it has dropped quite substantially. Now, whether that is an artifact of measurement, or counting, or whether it is a peculiar result of the influence of certain powerful gang members in the prisons. These are all possibilities, but

---

<sup>1</sup> Transcribed by Patricia Veronica Moreira and Reviewed by Heloísa Sacco and Patricia Veronica Moreira.

<sup>2</sup> University de Maryland (Umd), College Park – DC – Estados Unidos. Doctorate in Departament the Criminology and Criminal Justice. msantos8@outlook.com.

<sup>3</sup> University de Maryland (Umd), College Park – DC – Estados Unidos. Journalist and Graduate Assistant in College Park. dtrielli@gmail.com.

what we need to address, in terms of the police, is the things that they do that produce less murder than if they did not do them and, at least in the Western North Atlantic countries, what we know is the fundamental thing they do is to go out and do patrol, because when they stop doing it under a police strike, you have very big increases in homicides, bank robberies, other things. And the cases so that are pretty clear, when the Nazis arrested all the Danish police, in 1944. Big increase in crime. Even with the Nazi army there, but they were carrying about surveyor crack. In Helsinki, 1976, when the police went on strike, very substantial increases in violent injuries treated in health clinics. And there, you are not relying on police to file homicide reports, because they are on strike, so they cannot reach you. You have got to get the hospital data. Same thing happens in Montreal, in the 1960s; and Boston, in 1919; Liverpool, in 1919. We do not have a single police strike that does not have a big jump in homicide. So, it is called the knockout experiment. It is a way of doing a controlled experiment insofar as the only thing that changes is whether or not the police are out there on the street. But, by extension, it implies that if having less of it is a bad thing, having more of it might be a good thing. And the question then is what we mean by more? So, in one country I will not name, it is not Brazil, but it has favelas. In fact, it has a million people in one particular favela with an enormous amount of homicides heavily concentrated in hot spots. And one of my Latin American colleagues tried to conduct an experiment in adding more police to the hot spots. And what he discovered in the course of the experiment was that he was not getting more police on the hot spots. So, he wanted to talk to the police who work there about why they would not go to spend more time in the hot spots and the arrangement was he would sit at the front of the police station as they can work every day, so he would talk to them and only about half of the police were supposed to be working there ever showed up. So, it is what in some places you call a ghost payroll. People are being paid to be police, but they are not working. So, I could start with that very basic level. There is a lot of people on the payroll in Latin America to be police officers. The fundamental question is how many of them are working. The best way to answer that question is sitting right there inside that phone, it is called GPS. And if you can bio-identify a GPS transponder, so that you know where your police officers are for every minute that they are supposed to be paid, you could go a long way towards improving the percentage of **05:00** time that police are being paid for, in which I do not know that we can say that they are working, but at least they are located in the places that can be targeted in the same way. So, for

example, if you want to reduce homicide very precisely, you should be using GPS to find out exactly where the homicide occurred. Too especially important in favelas, we do not have street addresses or house numbers in the same kind of precision that we expect in Europe, notwithstanding the fact that they do not have it in Japan. Well, they do exist that the houses are numbered in the order in which they are built. So, they are very hard to find. The question then of what the police do, other than in fact stand guard in these hot spots, which according to Schargrodsky's research with Di Tella, in Buenos Aires, they did after the Jewish temples were bombed and, wherever Jewish temple in Buenos Aires had a 24 hour guard. There was a radiating effect of deterrence around those temples, so there was no crime at all. Well, I should not say that, but there is certainly substantial reductions in crime from before the guards were there and in comparison to other similar parts of Buenos Aires that did not have stationary police. Now, I have argued that the evidence for 24 hour constant patrolling of a certain location being necessary as opposed to intermittent control is very weak. We do not have any idea exactly how much police dosage percentage of the time, in which homicides might occur, that the police need to be present. What is the optimal level? And so, one thing Latin American police could do or Brazilian police could do is to experiment with different levels, just kind of like how much aspirin you need to take to prevent heart attacks. If you have too much aspirin, you get stomach bleeding; if you do not have enough aspirin, then you might get a stroke or other blood thickening diseases. So, the question for policing is in a quantitative sense, how much is enough? What is the dosage response curve to get the homicide rate down? And it may vary depending on whether they go downtown to a business district, or a suburban neighborhood with a commercial area where there is a lot of shooting. The answers will be predictably complex and that is why you need not just one experiment, but many. But, it requires a commitment to learning a culture of curiosity that has not historically been associated with any part of the legal system, not just the police. And, I just spoke at the annual meeting of the Society for Evidence Based Policing, in England, where there is over 200 police officers coming to a two-day conference, that is called Promoting a Culture of Curiosity and Policing. So, to simplify the first thing, police could do to help fight homicide is to be curious, not just about who done it, but how do you prevent it? And the curiosity about the question of prevention is the driving force for reducing homicide much as it was for Sir Robert Peel in creating the Metropolitan Police in London at taxpayer expense, but massive opposition. Rich people did not want to pay taxes to have the police.

They wanted body guards which they paid for; they did not want to protect anybody else, even though they were getting robbed in the streets themselves. But, you know, rich people do not like taxes.

**Matheus Rennó:** I am glad that changed over the years.

**Dr. Sherman:** Well, it certainly has changed in Britain and I do not think any rich people anymore would want to get rid of the police force just to save taxes. They are convinced. It took while. It took about 50 years in England to convince them. And even though the long term homicide rate drop in England is very clear, from about the 1832 to 1900, but the curiosity about how you do that is more than just where do the police go to prevent stranger robberies that resulted in murder or acquaintanced disputes outside of pubs or taverns where people are drunk and they will kill each other if somebody does not break up the **10:00** fight. These are obvious ways in which the police can prevent murder. What is not so obvious is how you deal with technological changes, like the rise of the motorbike and Uruguay is a very good example of this. My Ph.D. student who is the director of research for the Ministry of Interior whose name is heavier than Angelo or Don Angelo has found much to the contradiction of prevailing sociological theories of crime that some of the standard cross-sectional predictors of lower homicide rates has been happening in Uruguay, in the theoretical direction of an advantage, less inequality, less unemployment, higher education, more female workforce participation and with all of these positive changes in society. Since the end of the military dictatorship, what you have seen is not less homicide, but more, and one of the indicators that has gone along with more economic prosperity, more economic equality is that a much higher percentage of the population has a motor vehicle and it gives rise to the kind of crime that could not happen when criminals did not have motorcycles and, particularly, the use of two people on a motorbike all night going by somebody to grab a purse or to shoot them in the head and steal their motorbike. So, one person is holding onto the handlebars while the other person is shooting the murder victim, and then jumping off and driving off with motorbike. These are sort of unintended consequences of increased economic prosperity that need to be identified in a highly data driven way. And one of the frustrations in Uruguay, which has developed a very advanced I.T. system that can integrate GPS data on where the police are with where the crime is happening, one of the frustrations is that the detail that is digitally coded in the homicide reports, is not very granular, there

is not much filling out of a lot of the form questions that are already there, like whether the murder was on a motorbike and moving at the time. That would be very important question, probably; it has been for at least 10 years. But, as far as I understand it, you cannot retrieve that from the data, so, maybe, the second thing for the police to do. So, number one, be curious; number two, pursue that curiosity by increasing data collection about homicide and trying to get much more of an understanding of the dimensions of the homicide event and the homicide victim-offender relationships. So, to the extent that there might be more domestic homicide in the rise of female participation in the workforce where women are now economically independent, they can throw the men out. That may be causing homicides, I do not know. I think you have to understand that context and they probably should not be just write a story about it, but should boxes to tick. We need the boxes to go to digital information. And, I do not think that exists in Latin America, I know there are some observatories for crime in various places that are funded by various development groups, but they tend to have a pretty rocky relationship with the police, because the police view them as a kind of threat and understandably, so, which may mean that instead of having these institutions exist outside the police. The point really is to invade the police agencies or better yet, the way we say that Cambridge is that we want the police to invade the university. We want the police to merge with the values of open and truthful inquiry into drawing conclusions wherever the data support them. Not something the president of the United States particularly believes in, but which universities are still committed to.

**Matheus Rennó:** I could not help, but smile when you say that, because we are a long way to that in Brazil. Like, the transparency and truthfulness of police reports are still being debated, you know.

**Dr. Sherman:** But, that is a good sign. At least, that is being debated, right?

**Matheus Rennó:** Right. I mean, it has been debated, you know, not being debated, but being yelled at each other, basically.

**15:00**

**Dr. Sherman:** I did not hear that in 2002 and 2003, when I was there for the World Congress on Criminology, in Rio. I did not hear people challenging. What I did hear was that homicide was being counted as murder, if somebody

was identified as the murderer. And, if there was a bullet-riddled body and they did not know who did it, well, it was just a death. They kept the homicide numbers down. That was not even being criticized; it was just stated as a fact that is the way we counted. The claim was it is not just Brazil; it is everybody in Latin America. I do not know if that is true. Clearly, you cannot count homicides that way, because then you are measuring police success in investigations rather than the risk of death to a citizen by violence. That is the thing to count, which is why the crime harm index is an interesting way to incentivize the police. And, it is interesting that the Uruguayan police who constitute 1% of the population of Uruguay, so, certainly, lots of them; thirty thousand of three million, or so. Police in Uruguay really like the idea of a crime harm index, so, that it would give them a real win, if they could get homicide down or rape, or, I say that much rape, but mostly homicide. And, so how the crime harm index works is that you multiply each offense type by the gravity of the sentence, how serious the sentences of the law or the sentencing guidelines in the United States would set down. And this is what we have now recommended in Britain with the Cambridge crime harm index based on the English sentencing guidelines, and the police are embracing it with abundant passion. They love this because it frees them from having to deal with very low detection rates on burglaries, on car break-ins, on things that are very high volume, not very serious, very hard to solve and which could take up all their time, so they could never do anything about homicide. So, I think the third thing about homicide the police have to do is to clearly make it a priority to have everybody understand that you have to make a choice, between concentrating resources on the high heart rare events and doing very little about the high volume events that affect far more people directly, but to explain to those people whose burglaries are being solved, that this is the rational decision, if you want to live in a society with fewer bullets whizzing around and where you are less likely to get killed as a bystander. So, I do not even know how many bystander killings there are in Latin American cities, but I suspect that it is not zero. The densely populated is enough for two guys have a shootout; other people are going to die. And, that is why homicide affects everybody. Even rich people who are in secure locations, when they get in their car and they drive down the street, they can have a bullet come through the window.

**Daniel Trielli:** So, it seems to me that the idea behind the crime harm index, which is to invest in high level rare events and the invest in high volume low

harm events seem to reduce. But even reducing, it seems to go counter the theory of the broken windows.

**Dr. Sherman:** The theory is wrong. There is no evidence that you reduce homicide by going after the little stuff. And lots of criminologists have tested that dimension of the theory.

**Daniel Trielli:** Because, it is a pet theory for a lot of people.

**Dr. Sherman:** Well, they like the idea. But, number one, can you deliver it? When was the last time you saw a street in Latin America that did not have any graffiti or rubbish on the street or people jaywalking, or soliciting for prostitution or selling drugs? I mean, it is very hard to deliver those things unless you have a cultural support anyway. So, you are not going to turn Rio into Geneva without that, the police cannot do it, by arresting everybody. **20:00** It is almost like deporting all the illegal immigrants in the United States. It would take up a very substantial portion of the budget. Forget health care. So, there is this myth that we have the capacity to deliver zero tolerance for broken windows policing, regardless of whether the theory is correct. We do not have the capacity and, if you cannot do something, then you need to take that option off the table.

**Matheus Rennó:** If you did, theoretically, I agree with you, would it affect the behavior of people?

**Dr. Sherman:** Well, there is no evidence that it is going to reduce homicide. There is wonderful experiments that show that if you go to a nice country like the Netherlands and you put a paper on the floor of the parking lot, that you have people who come out and find a piece of paper in their windshield, underneath the windshield wiper, that if they take that piece of paper, they are going to throw it down on the ground. But, if you have a completely pristine parking garage and there is no paper on the ground, you also do the same thing, then people will take the piece of paper and they put it in their car. They do not make a mess. So, all we know is that if there is already a mess, people are more likely to make a mess themselves. But, that does not have anything to do with homicide. And so, we need to think in terms of much more of a specific set of causes for a homicide than for crime in general, just the way you would think about what is the cause of leukemia, as opposed to disease in general? Leukemia

does not have the same causes as the Zika virus. So, you do not come up with one strategy to deal with both Zika and leukemia, and in policing, a homicide specific strategy needs to go with homicides specific causes. So, what are those causes? That brings us up to number four, causes of homicide are increasingly apparent in social network research as being connected to the relationships of violent young men to each other and to rival social networks. You can, in Andrew Papachristos' work, at Yale, mostly with Chicago data; you can predict who is going to be murdered by their network position in relation to prior patterns of murder. So, there is an advanced neural science to this network modeling exercise that can predict homicide with the kind of science and engineering that Brazil has. There is no reason why that capability should not be trained on the data that can be assembled from police intelligence reports about the associations of people who get arrested together, who are seen together, who are known to have been in fights or challenging other gangs. And, if you take your network data seriously, as you would if you were trying to stop the spread of syphilis or typhoid or other contagious infectious diseases, then you can try to stop the spread of infection. And, there is a variety of ways to do that that has been sort of tried out in the U.S. It is called pulling levers and you try to give very specific threats to take away privileges from an entire network of people who might be about to retaliate against another network, that just shot and killed one of their members. So, you target your deterrence on the people who are most likely to commit the next homicide. And, you can even target it within the network on the people who are most likely to be influenced by police pressure. The thing is to do that in a way that is not just deterrent, but possibly persuasive. So, I think the police starting point is we will scare them. We will show them who is boss, we will prove that we are bigger than them. Well, with young men that just invites people to say: 'oh yeah, you cannot scare me. And, I would rather die than admit I am scared'. So, just talking tough with them or even beating them up is not going to do as much I would hypothesize as trying to co-opt them to persuade them to join in with some larger effort that will give them a sense of meaning and, maybe, that is creating some sort of local governance of territories within favelas. Maybe, it is having a peace conference in order to map out, this is our territory and this is your territory. We promise to stay out of your territory. We will have a border with the border guard between the third, whatever it takes to create little nation states that are capable of doing what Europe eventually got around to doing, which was to stop killing each other over border disputes. And, I hope Europe stop doing that now. Not entirely, but...

**Daniel Trielli:** But, that also would entail a shifting in the mind frame of police in Brazil as to relinquishing power or the idea that they have a problem.

**Dr. Sherman:** It does not relinquish the power, but it increases the power. What you really need to sell, I think, is the idea that police should add soft power. So, this I think this worked at number four, add soft power to harden power. They have got plenty of hard power. They have got the tanks, they have got the machine guns and so for, and what is increasingly effective in all parts of the world right now is soft power. Soft power relies on symbols, it relies on heroes. It relies on sports stars or celebrities. It relies on somebody who is able to reach, not only the potential offenders, but their families, their girlfriends and their mothers, and to have a cultural resonance around the idea of peace that it is a bigger man who is the one who makes the world safer rather than just making more dangerous.

**Matheus Rennó:** How to do that?

**Dr. Sherman:** Well, I think that you should ask the Brazilian men not me, but I can say that in this country, there is some success claimed for what is called the violence interrupters and these are guys who are former criminals, who are older and who take advantage of the kind of, I do not know, whether it is even genetic, there may be some biological respect for age and experience that young men who are younger men have for older men, especially, if the older men have lived lives just like their own. So, I do not think it helps to have, you know, a billionaire to take over a police district, especially, if you are trying to persuade young men born into poverty. But, if you have another older man born into poverty, which is what they have done in Chicago and, that person is assigned to go to a network of offenders who are about ready to kill people in another network and can start the dialogue in effect to prevent the war from developing forward. The qualitative evidence suggests that can work in some cases. What is not clear and it is very frustrating; it is not clear how you identify the situations and really whether you can do it without the police. And, I think that the claim in Chicago has been that they have done it based on local neighborhood knowledge rather than with the police. That is probably a mistake, because the police do not want to share their intelligence with anybody. But, if the police were equipped with violence interrupters who were trained to do those kinds of negotiations and the police could dispatch

the violence interrupter to a particular target group and individuals, then you might get a higher percentage of the situations that are homicides about to happen. And, I think that is probably a valuable way to proceed towards homicide prevention, through the infectious disease model, which is not as easy as having somebody who has just been tested positive for HIV. List the names and address of everybody that had sex with them the past six months or a year, which in some cases is pretty harsh, isn't it? It not only tests their memory, but whether they ever knew in the first place who they are having sex with. And yet, it is about the best you can do for infectious disease control. And, it may be that this violence interrupter idea is not the same thing as giving people a drug to prevent the development of AIDS, in response to HIV infection. We do not ever randomized trial to show that the violence interrupters work, even in Chicago or even in **30:00** the United States. We have suggestive evidence, like Boston where they started to do something like that that involved African-American ministers. So, people who were the Church leaders of these segregated communities, they got heavily involved in calling in a whole gang to a church basement with the police and the minister was giving authority to the police to say, if this other gang that you hate has somebody murdered, we are going to come down on you like a ton of bricks. You are not going to be able to walk across the street without getting arrested for jaywalking. Those of you who are on probation will get you when you are out at night trying to go see your girlfriend; we are going to put you behind bars. We are going to do everything possible to make your life miserable. If you shoot somebody on the other side and if somebody on the other side gets shot, we are going to blame you no matter who does it. So, you might want to protect those people. And those kinds of meetings, which you can read in various journalistic descriptions, New York magazine had an article about 15 years ago, 18 years ago now, that is a kind of cultural or soft power approach, in which the police integrate themselves with cultural leaders. Now, is the church so bankrupt in Latin America that you cannot do that with local priests? I do not know, maybe, some of the fundamentalist or evangelical churches. There is another word which is, I think, it is about the end of the world, the apocalyptic churches and Jehovah's Witnesses. Some of them have amazing power with their constituents. Whether that would reach into the homicide networks is another question. But, religion has always been a strong force in Latin America, probably, a much stronger force than the rule of law and yet, not without its own problems of corruption and legitimacy. So, that

is why you should not ask me the question of how to do our soft power. What I think needs to be done is for Brazilian social scientists, like you, to take not only social science theory, but recent innovations in advanced economies. And, to think about how much of that is nudging people with soft power. And, how much we can do by making it automatic, that people do not get involved in retaliatory violence. And, one really interesting idea, which such strike, strike to some people is unethical. But, Brazil is a wonderful place to do this. If you have somebody who has been in prison and I do not know how many people go to prison in Brazil, but presumably a fair number come out of prison and then go kill somebody. So, they are part of the homicide problem. If you take David Kirk's evidence from the hurricane in Louisiana where all these people came out of prison, but they could not go home, because the home, the whole neighborhood was under water. So, they want different places across Louisiana, and the further away they went, the lower the chance they had of coming back to prison. And, this affects over three years. If you took people who were gang members in Sao Paulo, and if you could do it without the gang bosses stopping you, when they come out of prison do not send back to São Paulo, send them to Minas Gerais, send them anywhere, but São Paulo. And, you know, make the further the better. They just have to find a new life. Oh, and by the way, maybe, you should set them up with a job. A place to live or a church, maybe, have the local priest to be their sponsors, maybe, you know, subsidize the churches to hire people who would be in effect probation officers whose job, it is not to catch the offender doing something wrong, but to support the offender to get involved in a law abiding life. So, why should the police do these things? The police are guys with uniforms and guns who lock people up. And, that is really where you need some heroic police leadership, people like August Vollmer who will say we have to embrace science. We have to understand our main job is crime prevention. Our job is to stop people from breaking the law. And, the way we stop people from breaking the law involves many more techniques besides arresting and then, prosecuting. We need a bigger toolkit. Let us just put more tools in our toolkit. You want body, cameras, you want GPS. You want tanks, you want helicopters. Good. Let us just keep getting more tools. And one of the best tools we have is soft power. Let us have a whole soft power toolkit and that requires, you know, innovative partnerships between social scientists and the police, and, better yet to make police themselves social scientists. So, we had couple of police captains from São Paulo who wanted to study Cambridge and university would not let us

admit them, because their English was not good enough. They understood me. So, I do not know, it is frustrating. I am thinking of opening a private university where I do not have an English language. That could work.

**Daniel Trielli:** So, this brings us to a question that we had about the attitudes of police in Brazil, which are quite polarized. There is a crowd of people that says that police, they are the guys with the uniforms and the guns, they are supposed to and they even go, like there is a big slice of society that says, you know, a good criminal is a dead criminal. The police are supposed to just kill criminals. If you are a criminal, you are not a good citizen, and therefore, you are doomed for all life. And, there is another slice of society that rails against the police brutality and maybe excessively tries to stop any reasoning of good policing and effective policing.

**Dr. Sherman:** All policing is bad.

**Daniel Trielli:** Right. Exactly.

**Dr. Sherman:** Versus all policing is good, right?

**Daniel Trielli:** How do you break away from that? How do you break that dichotomy?

**Dr. Sherman:** Talk about the Enlightenment, talk about reason, talk about facts that we do not put a man on the moon, by saying good or bad, we do with the math, we do with experiments, with all of the ways that we know how to do complicated things, in medicine and engineering. Brazilians know how to build skyscrapers. It is very technically complicated work. People tend not to have opinions about what sort of steel is used, but people who build skyscrapers certainly do and the people who regulate the buildings care about it, because they do not want the skyscrapers to fall over. So, I think that the first condition has to be persuading the public that there is a technical body of knowledge about crime prevention that is of the same order of complexity as building construction advanced agriculture. I like to say brain surgery. It is not quite there yet, but there is a lot of brain surgery that is really guess work and we are learning through experience, which is certainly in the case of policing, but there is a growing science and somebody has got to talk the public into understanding

that perhaps, starting with the police themselves, who really do not want to bother to learn at all, because it is very threatening if you are in charge and somebody comes along and says: 'you know, you do a much better job, if you use all this knowledge', and they have no idea what the knowledge says. Which is why I am convinced the best way to change the police around the world is to educate their leadership. And, that is why I spend almost every minute of every day doing, except when I am doing exams for undergraduates in the university. And even then, I am trying to get them to become aware, because I got some cops in the class, who knows, I do not know, where that could go.

**Daniel Trielli:** But, do you think that discussion that we know that that happens in Brazil, that dichotomy, you think that is common throughout the world, especially in countries with high crime indexes?

**Dr. Sherman:** I am sorry, that what happens?

**Daniel Trielli:** This dichotomy between, you know, good or bad policing.

**Dr. Sherman:** And, look, it happens here. And, we have a problem right now with President Trump trying to do things, like hire 10000 ICE agents overnight, when all the knowledge we have is that if you want to add 10000 police to any organization to do it right, you would probably take 10 years, because when you hire lots of people very fast, their misconduct rates are through the roof. ICE, in particular, only gets applicants from people who live along the border. Well, CPB and the inspector general who worked there under both Bush and Obama said they had a continuing problem of people trying to get into the police who were, actually, Mexican drug gang members. And, the reason the gang wanted them to work for police was to tip them off about where the police were going to be, what the raids were going to be, a total corruption of the police, in which they managed to prevent, by knocking back, around 90% of the applicants could not pass the background check and they did it thoroughly. And so, you cannot change or even grow a police institution rapidly without appreciating the complexity and dangers of doing that, and even with the police force you have, the salaries may be way too low, the education requirements may be way too low. And, there needs to be some lobbying, some politics in favor of a more educated police force, which is turning out to be coming from inside policing itself in Britain. So, the college policing is recommending, I think, you were there when

we started this last year, Matheus. They are going to require a university degree to be the lowest level of police, after three years, so they get hired, they have to have a year or so of college or university education before they hire. But within three years to be able to keep their job, they have to have the bachelor's degree in Policing. And, that is right up with the Danish standard, where they do it in a Danish police college. The Dutch do the same thing. So, the only people go there are police. But, the British system is going to be that you go to a regular university, like in Maryland, and instead of taking a bachelor's degree in criminal **40:00** justice or criminology, you take a bachelor's degree in policing. And so, it includes much more specifics about the war, forensic evidence, a little bit of the operational stuff, but not that much. It is more about the context and what they really should be teaching is evidence based policing, which nobody is doing it. That is not even on the plan, too much extend in Britain. But, I think, it is the way that things are going to head. And, if only because the police recognize that they get more prestige and more respect and probably higher salaries, if they are leading an educated professional and not just a group of bureaucrats whose main job is to be the muscle rather than the brains.

**Matheus Rennó:** One of the reasons that Crocker's proposes for the British police is to be so much more effective than the American police, is that they can be fired. They could be fired at least. Today, the Brazilian police rarely can be fired, only on extreme occasions or at least, they are already fired, for any reason. Do you think that is an issue? How do you address that?

**Dr. Sherman:** I think you have a number of dimensions that, from the very earliest days, the British police were firing police, British police leaders were dismissing officers for drinking on duty and everybody drank during the workday in 1830, in Britain. And, I do not have the exact estimate, but it is something along the lines of 80% of the first cohort of constables was fired, mostly for alcohol. So, if you take that as your starting point that, we have a standard and nobody gets to keep a job, once they meet that standard. Then, you can go to the next step, which Britain did not get to until four years ago. That is called a national register of people who are barred from ever becoming a police officer, which means, if you get fired in São Paulo, you cannot go to Rio and get a job, if you get fired in London, you cannot go to Manchester and get a job. We had an officer, in fact, convicted of negligent homicide who had been fired in Surrey, and then hired in London. And, that was a nice powerful case

to justify establishing this register. So, this register exists, it has been in Florida for 20-25 years. Once you are fired as a police officer anywhere in Florida, it has to be reported to the State Department of Law Enforcement. And then, your social security number or your identifiers say this person's fingerprints that this person may not ever be a police officer, peace officer in the state of Florida. So, if you look into that kind of technology based system for eliminating people who have already been proven to be untrustworthy with the powers of police, that is probably a good starting point, rather than trying to raise salaries, rather than trying to change the discipline. I mean, some people do get fired in Brazil, right? So, if you can, I do not know, if there is a big problem there going someplace else, but, symbolically, the idea that when you are fired, you are fired forever from police, and you cannot just go to another force, that might be very important, especially, if you have got two or three local police forces, in some of these, you could get a state in a city, a regional force or whatever. So, yeah, what else could you do? You could have one state, they could afford it. Try something like a 25% increasing, starting salary and bump everybody up at the same time, rather than adding to the number of police officers. Politically, it is very popular to say we want more police. I do not think it is that hard for a populist politician to say. The problem is that the way my opponents, the current government, the way they are running things, they are paying for all these police that they are not showing up for work. So, you can make a big scandal out of that ghost police work. I want to pay the police officers more money, but we will have fewer people getting the money, who are not working. So, that is how we will pay for. We will just cut the current police force down to the real level that you are already getting. So, cut the cost will take some of that money and we will invest it back into higher salaries. So, we can recruit a whole new group of police. And, by the way, we will give them even more money, if they have a university education in law or social science and if we get enough of those, then we will not hire anybody else. But, if we do not get enough of those, we will also hire high school ones, so, you do not have to have the degree to get hired, but you get preference for having the degree. And, you know, there is at least 10 applicants for every police constables job in Britain. I do not know what it is in Brazil. But then, they started about. Police officers started the same as teachers about 20000 pounds a year, which is \$25000 US. And, it is very expensive to live there, but there is a national health service, there is lots of other safety net things, so, it is hard to make a comparison. But, experimenting with more money, more education, more discipline, those are all good things. But, I would

not start there, because you know there is a lot of crooks with a heart of gold. There is a lot of really bad people, there is a lot of police officers who have done really bad things and like good Catholics, you know, they can get forgiven and go on and do good things. And, what do they do, if they can get really excited about effective police work? Because, I think, they get very cynical very early on. They do not have much capacity to make communities safe, they have to fight with the politicians, and they have to fight with the gangsters. So, they just give up and they fight for their own interests, but you can still touch their heart, you can still say: 'wouldn't you like your children to live in a safer community? Wouldn't you like your mother to live in a safer community? And you can make that difference'. So, I am very happy to rehabilitate criminals, including police.

**Matheus Rennó:** That is my next question, like if you were to become the police chief, like I understand your proposal that we need to learn more, but you do not have time to do that. So, if it was to happen today, what would you prioritize?

**Dr. Sherman:** I would prioritize hot spots policing, and then training for how to do it. What do you do in the hot spot? How do you interact with people? How do you speak to them? Can you be polite, can you be respectful, can you be persuasive? And, can you be very vigilant about they are carrying guns and try to make hot spots effectively gun free zones? And, why are hot spots hot? It is because lots of people go there. So, you could experiment even with access to hot spots, ways of cutting off areas with lots of pedestrians from any automobile access, which is good, even for motorcycles. They cannot come in and steal lady's purses or handbags. That could help to reduce the homicide rates. So, the first thing is to map where and when the murders are happening, and then to throw lots of police at the times and places where the murders are happening. The second thing is to **50:00** figure out who is getting murdered and who is doing the murdering. So, the victim and the offender analysis lead you to networks and ways of intervening in networks. And, I suppose the third thing is to be constantly pounding the drum about this is complicated stuff. It is not just like fighting a war. It is more like combating an epidemic and we need all the powers of Public Health. You might even retain the Director of Public Health, which is happy to own the violence problem and many public health practitioners want to see violence like an epidemic or an infectious disease. So, if you ally with doctor this and doctor that, they are all there in their white coats and they are

talking about how to prevent bloodshed, then you get the television image of the police as caring about saving lives. And, I do not know how much of that message right now gets through; the police may not want to say we are here to save lives. They may want to say we are here to fight back against the enemy. And, you know, soldiers are not supposed to save lives; they are supposed to win battles. That is the first thing I would do is change the narrative. We are not fighting a war. These are our own citizens. We are not at war with them. We want to make them safe as well as everybody else. And, safe and healthy means that we are going to ally ourselves, not with the military but with public health agencies.

**Matheus Rennó:** As an expert, as a foreign expert, right? From another country. Do you think you could contribute to that process and how so? I mean, you know for police stations or do you think we, as experts or you see us as experts?

**Dr. Sherman:** Well, I think the key is to generate a professional social movement among police officers, so that they themselves understand what policing can be and they want to do it. Much like John Maynard Keynes created a revolution along economists, which helped, we think, to get us out of the depression and may have helped save us from a depression in 2008, because Keynesian economics came back in. And, what did he replace? He replaced the doctrine of no deficits of high interest rates of fiscal restraint as a way to deal with recession. And, it was exactly the opposite, it was making things worse. So, when he turned it over, he said: 'no, deficits are good. Having more capital and money flowing is good'. So, lower the interest rates increase the budget and you will get the economy to recover. People say, it did not really happen until World War II, but the truth is that Roosevelt could not get the Congress to really go into deficit very much, because all of the economic theory of the Congress was the old school. And so, here we have old school policing, which is be tough guys and go out and fight with criminals, and that is not getting us anywhere. What we need is a group of Keynesian police, you know, police who want to flip the narrative and to say it is not about being tough with the tough guys about being smart and we are going to be smart in all these ways involved advanced data analysis and highly knowledgeable police strategists as well as tacticians. And when it gets down to something like you can increase the burglary detection rate, if you have the forensic technician spend about 50% more time at the burglary scene than they are allowed to in Brisbane. That is very specific tactical stuff and police like that. They like to know the answers to questions, like how much

time is enough to investigate a burglary? And we could not tell them that two years ago, but now one of my master's students who I talked to yesterday has not only published his randomized trial that demonstrates that he is now fighting the battle to change the policy, so that the detectives can spend more time at the crime scene. And this kind of cultural change within the police organization where research is taken much more seriously is never easy, but it is not going to be won by academics. It is going to be won by the police who themselves have been convinced by their university experience that evidence based policing makes much more sense than opinion based policing.

**Matheus Rennó:** So, do you think our main role is education?

**Dr. Sherman:** I think the best thing that universities can do is to promote both the production of new knowledge and the application of new knowledge, including knowledge about application, and therefore in universities, I did not used to think this, I used to think that we were just shovels and all that. What we know about policing from research, we just shovel it into the police leaders and they would go back and apply. That does not work nearly as well as getting them to do a piece of research. So, I think when you say education, I think, you have to add this notion of education and demonstration of research, education based on research, and then research based on training and having to do it right. That is what gets medical research done, because doctors have a stake in getting published, in peer reviewed journal articles, which you cannot say is true lawyers. You cannot say is true for lots of other professions. Accountants really have no skin in the game, because it is not in the nature of those professions to be improved by new knowledge. So, it is more of the more scientifically based professions, like medicine, agriculture, engineering that is where becoming a real expert through research is a pathway to earning more money and professional promotion and advancement. And so, what we want to see is a whole generation of police who rise to the top, because they embraced research and we are seeing that in Britain and Australia, certainly, not in the US.

**Daniel Trielli:** I just want to briefly talk about a point that I was mind running...

**Dr. Sherman:** Oh, I am late for my meeting. Last point?

**Daniel Trielli:** Gun free zones, you mentioned that. How do you used to like, there is an ongoing rise of debate of gun owning by private citizens in Brazil? How do you feel about that?

**Dr. Sherman:** Well, you get a picture fight. I would start with promoting gun free zones. Even people who own guns like them. And, I am happy to continue this into part two, at some point.

**Matheus Rennó:** Sure, we understand you are very busy. Thank you so much.

Recebido em 05 de abr. de 2017

Aprovado em 02 de maio de 2017



# A STATE OF INSECURITY: THE CASE OF RIO DE JANEIRO<sup>1</sup>

Robert MUGGAH<sup>2</sup>

**ABSTRACT:** Brazil's public security situation is volatile, uncertain, complex and ambiguous. The country's exceedingly high rates of violent crime are a product of structural institutional weaknesses in the criminal justice sector and aggravated by routine political and economic crises. Rio de Janeiro is particularly vulnerable to outbreaks of criminal violence owing to failures in governance and systemic corruption together with competition between territorial drug factions and sharp socio-economic inequalities. Rio de Janeiro state and metropolitan region suffered a dramatic deterioration in security since 2016 and the situation is likely to worsen in the foreseeable future. It is unlikely that the return of the armed forces to the streets of Rio de Janeiro is going to positively affect the situation chronic institutional weaknesses. This article considers the state of insecurity in Rio de Janeiro, highlighting official trends in crime prevalence and the dynamics of criminal governance.

**KEYWORDS:** Public security. Organized crime. Drug policy. Violence reduction. Corruption.

## Introduction

Brazil is facing a range of crises, not least in relation to public security. Rio de Janeiro's security environment can be described as VUCA - volatile, uncertain, complex and ambiguous. It is volatile owing to a spike in crime in 2016 and

---

<sup>1</sup> Credit to Nathan Thompson, Florencia Balestra, Michele dos Ramos, and Ana Paula Pellegrino for their substantive inputs into earlier versions of this draft. Thanks also to the Norwegian Consulate in Rio de Janeiro for supporting the research that underpins this paper.

<sup>2</sup> Founder of the Igarapé Institute and SecDev Group. Visiting professor at the Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Instituto de Relações Internacionais, Rio de Janeiro – RJ – Brasil. robert@igarape.org.br.

early 2017. It is uncertain in that the ongoing political and economic crises, including the imprisonment of high-level public and private sector officials, are precipitating a re-organization of organized crime. There is complexity due to competing criminal interests across the state and metropolitan region. Finally, there is ambiguity due to ongoing corruption (Lava Jato) investigations that have only recently kicked-off in Rio de Janeiro with far-reaching implications.

The manifestation of these characteristics is a highly dynamic security environment. Ever since 2015 there has been a sharp and significant increase in lethal and non-lethal crime including homicide, violent assault, rape, street robberies, car-jackings, disappearances and cargo-theft. There is partly due to a significant re-organization of criminal governance in and around metropolitan Rio de Janeiro, due in part by the premature termination of long-standing truce between the country's two primary drug-trafficking factions. Insecurity is also exacerbated by a significant crisis of leadership at the state and municipal level and severe austerity measures that are affecting the delivery of basic services, including the delivery of law enforcement.

This article considers Rio de Janeiro's past and future challenges with public security. The first section features a statistical overview of spatial and temporal "hot spots" in Rio de Janeiro state and metropolitan region. Section two considers recent shifts in the geopolitics and organized crime, in particular among the so-called drug factions. Section three hones in on the resurgence of militia groups in Rio de Janeiro. The fourth section reviews the state of the public and private security sector at the national, state and metropolitan scales. The article provides a preliminary overview of historical trends and patterns of crime, together with projections looking forward. As with all studies based on primary and secondary crime statistics, the findings are tentative.

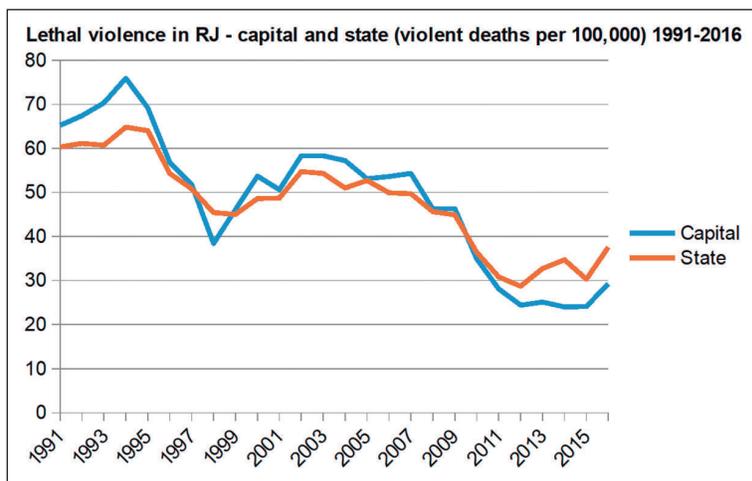
## **Violent crime in the state**

Rio de Janeiro witnessed a sharp rise in violent crime in 2016 and early 2017. The Institute for Public Security (ISP) reported that some 5,033 people were intentionally murdered between January and December 2016 (RJ, 2017). The absolute toll was 20% higher than 2015 when 4,200 people were murdered. It is, according to ISP, the worst absolute toll in more than six years<sup>3</sup>. This sharp

---

<sup>3</sup> To put these numbers in perspective, 29 people were murdered in all of Norway in 2015, a rate of 0.6 per 100,000. See [homicide.igarape.org.br](http://homicide.igarape.org.br).

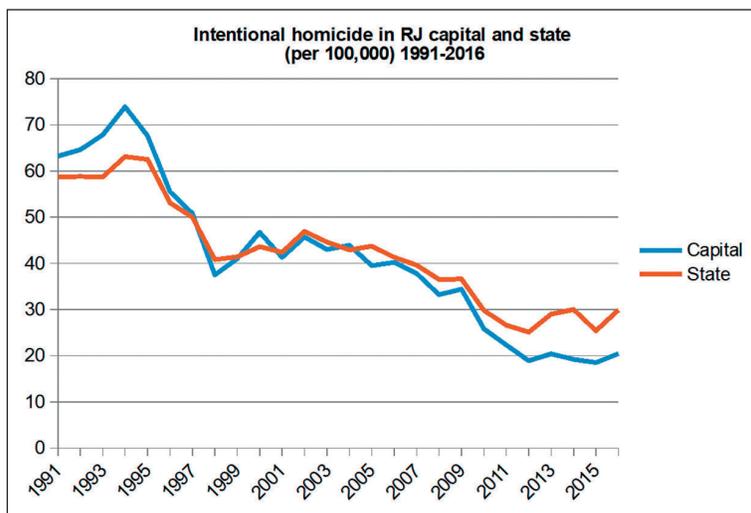
increase coincides with the decline of the state's flagship pacification program – or UPP – over the past 24 months. It also stands in contrast to a downward trend in murder that started in 2009 and reached some of the lowest rates in 25 years<sup>4</sup>.



**Source:** Elaborated by the author using Instituto de Segurança Pública (ISP) data.

It is not just homicide, but virtually all forms of crime that increased in 2016 and early 2017. In 2016, over 208,908 assaults were reported by the Institute for Public Security (ISP) across the state of Rio de Janeiro, the highest absolute number since records were tallied in 2003. By way of comparison, there were 147,933 reported cases in 2015. This is partly due to the higher-than-normal numbers of visitors to Rio during the summer Olympics in 2016. But this is far from the only reason and is a significant cause for concern.

<sup>4</sup> In 2015, Rio de Janeiro reduced the homicide rate by 15, 1% compared to 2014 reaching the second lowest rate (25,4 per 100,000 inhabitants) since 1991. See Nascimento and Antais (2016).



Source: Elaborated by the author using Instituto de Segurança Pública (ISP) data.

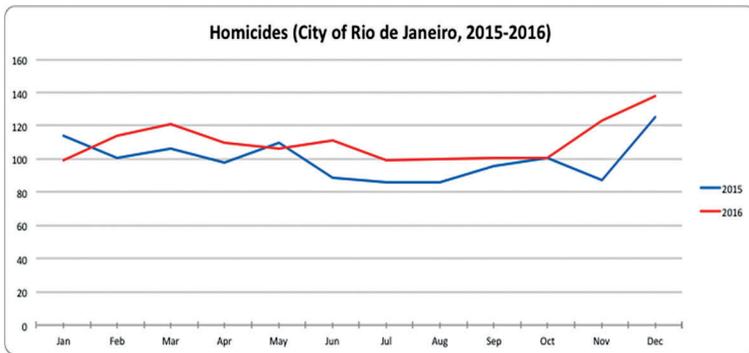
A particular worry is the alarming spike in street crime. Some 93,955 street robberies were reported in 2016 as compared to 65,437 in 2015. Likewise, more than 41,700 vehicles were stolen in 2016 as compared to 31,035 in 2015. That amounts to 113 cars per day or a car every 12 minutes. At least 19,583 phones were reported stolen in 2016 as compared to 12,038 in 2015. The “true” magnitude of crime is difficult to discern since many of these crimes are under-reported or not properly registered.

There are also very real concerns about the striking rise in cargo theft across Rio de Janeiro. Brazil’s rate of cargo theft is the highest in Latin America and has surged 150% over the past three years in Rio de Janeiro. There were close to 8,000 such hits in 2016, most of them clustered in the northern zone of Rio such as Chapadão and Pedreira. The recession is clearly part of the problem, and many of the thefts – of food products and alcohol to pharmaceuticals and cell phones – are a result of inside jobs<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> The estimated value of these thefts range wildly from \$100 million to \$1 billion a year. See Biller (2016).

## Violent crime in the city

In 2016, the municipality of Rio de Janeiro experienced steady increases in violent crime<sup>6</sup>. Homicide in the city rose by 10% in 2016 (1,323 murders) from the year before. At least 453 people were killed in 2016 as a result of police intervention – what is still popularly known as “auto de resistência”, despite the official name having changed to “homicídio decorrente de intervenção policial”. The final months of 2016 saw a sharp spike in police killings, indicating a more forceful engagement strategy<sup>7</sup>. Overall, there were 50% more people who died in encounters with the police in 2016 as compared to 2015 (304 killed).

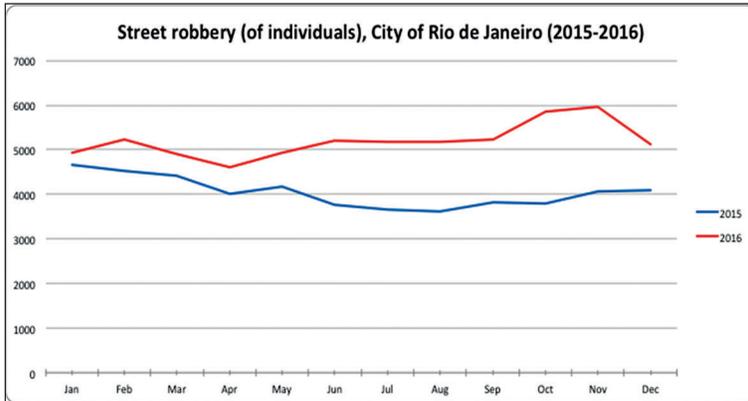


Source: Elaborated by the author using Instituto de Segurança Pública (ISP) data.

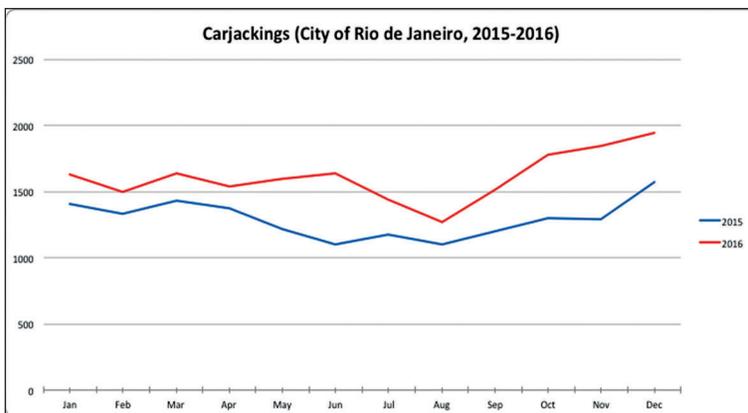
Recent trends in theft suggest a more mixed scenario in the city of Rio. Street robbery of individuals in the city rose by 28% in 2016 (62,346 total robberies). Street robbery was up 25% in December 2016 from December 2015. Robbery at ATM withdrawal machines, on the other hand, declined significantly by nearly 40% from 2015 to 2016. Meanwhile car-jackings in the municipal area rose by 25% to 19,326 incidents in 2016, following an upward trend in recent months. In December of 2016 alone, there were nearly 2,000 car-jackings in the city of Rio de Janeiro.

<sup>6</sup> See descriptive statistics in tables and figures immediately below, which include comparisons by month for selected types of crimes in 2015 and 2016.

<sup>7</sup> Specifically, October, November and December of 2016 saw increases of 137 percent, 175 percent and 169 percent, respectively, over the same period in 2015.



**Source:** Elaborated by the author using Instituto de Segurança Pública (ISP) data.



**Source:** Elaborated by the author using Instituto de Segurança Pública (ISP) data.

Some parts of the Rio de Janeiro metropolitan area inevitably experience a higher incidence of crime than others – including homicide, violent assault, rape, missing persons, street robbery, cell phone theft and carjacking. According to ISPGEO, roughly 50% of all homicides occur in less than 1.2% of street addresses (MONTEIRO, 2017). In order to provide a baseline for comparison, this report presents a rank order (the top 10) of the neighborhoods with the highest number of crimes in select categories of crime, using the most recent available disaggregated data for RJ neighborhoods<sup>8</sup>.

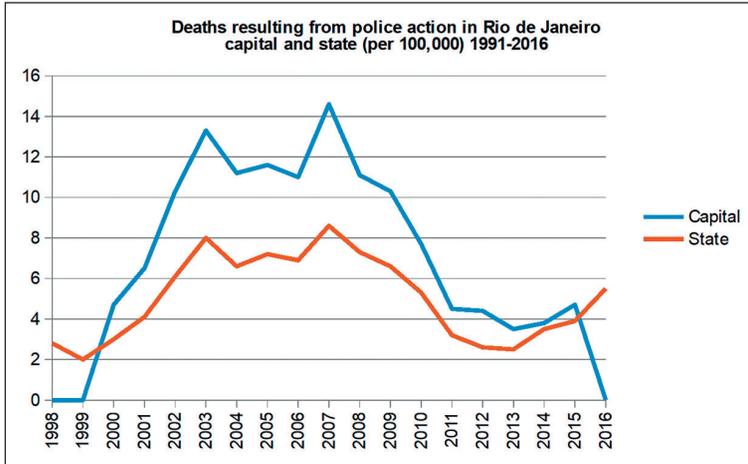
<sup>8</sup> Disaggregated data is only available for April-September 2016. In future reports, Igarapé Institute will provide a longer time series, including 2017 data. The current assessment offers illustrative trends, though it should be noted that there are reasonable factors that can shape crime trends.

It is important to note that crime and victimization tends to concentrate – in space, time and among specific people. It is also quite persistent, though can change depending on seasons and events. There appears to be a high clustering of violent (lethal and non-lethal) crime in the North and West Zones, as well as downtown Rio (Centro). For example, in the period of April to September 2016, Bangu and Santa Cruz registered the most homicides (41 each), followed by Campo Grande (26), Realengo (23) and Penha (19) (see neighborhood rankings immediately below). But these rankings can shift from month to month.

There are similar types of clustering effects when it comes to violent assault, though the data skews more heavily toward the West Zone. Specifically, Campo Grande in the West Zone registered the most violent assaults (*lesão corporal dolosa*), with Barra da Tijuca, Santa Cruz and Centro also high on the list. Only one neighborhood in the South Zone – Copacabana – was in the top 10 neighborhoods for violent assault, with 287 registered during this 6-month period – more than one occurrence per day. Of the 10 neighborhoods with the highest number of rapes reported during the 6-month period, eight of the 10 neighborhoods were in the West Zone. Downtown Rio and Copacabana were the exceptions, each registering 16 rapes during the period.

## **Police violence and police killings**

Police violence continues to be a major cause for concern. Rio de Janeiro's military and civil police involvement in the excessive use of force is systematic and widespread (MUGGAH, 2016). This is not a new challenge; in 2003 Rio de Janeiro's police killed 1,195 civilians (classified as *auto de resistência, at the time*), most of them young black men. In 2007, 1,330 citizens reportedly died in the course of police action. These numbers are astonishing when you consider that in 2015, across the whole of the United States (a country with a population more than 50% larger than Brazil's) an estimated 1,134 people were killed by police.



**Source:** Elaborated by the author using Instituto de Segurança Pública (ISP) data.

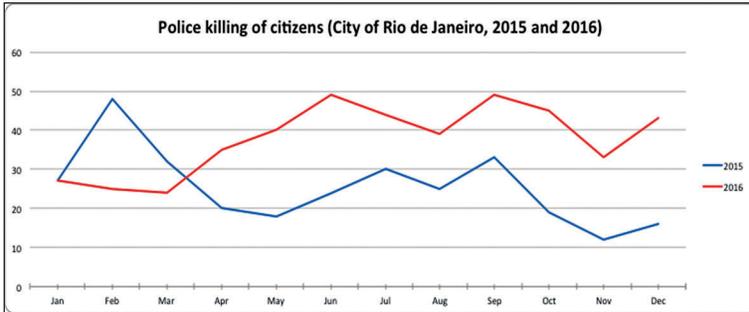
More positively, police killings declined dramatically between 2003 and 2015. Between 2003 and 2015, the number of auto-resistance deaths actually fell by 46% across the entire state of Rio de Janeiro, and 62% in the capital. In 2013, for example, there were just 416 civilians killed – intolerably high, but down almost threefold. This is not to excuse the police but to put the statistics in historical perspective. The drop in killing is attributed to improvements in training and pay generated by the pacification program. Indeed, such killings dropped by more than 85% in areas where the UPPs were introduced.

Yet police-led killings are now on the rise. In 2014 there were 584 people killed during the course of arrest; in 2015, the number rose again to 645. In 2016 more than 920 people were killed as a result of police interventions in the state of Rio de Janeiro, a sharp increase over the same period last year according to the state's Institute for Public Security. There are several competing theories explaining the rise in killings.<sup>9</sup>

Police are also being killed in growing numbers. There were 142 police killed in the line of duty in 2016, the highest number since 2004 when 191 officials were murdered. It represents a 30% increase on the previous year. So far

<sup>9</sup> One of the reasons why such violence is rising is due to the institutional crisis in the police and the rising levels of factional violence. Another has to do with the considerable levels of mental stress in Rio's two police forces. A 2014 Stanford-University-led survey of Rio's military police officers found that many experienced high levels of violence during childhood. Roughly 18% of respondents witnessed a homicide as a child. Another 25% were victims of a violent assault at a young age and 32% said they had a friend or family member murdered. It is widely known that previous exposure to violence can reproduce aggressive behaviour.

in January and February 2017 another 17 police officers have been assassinated, underlining a dangerous escalation. A military police commission analyzing risk determined that its officers have a greater chance of dying in the line of duty in Rio de Janeiro (3.6 percent) than did U.S. soldiers in World War II (2.5 percent) (GOULART, 2017).



Source: Elaborated by the author using Instituto de Segurança Pública (ISP) data.

## Geopolitics of crime

Gang violence is endemic in Rio de Janeiro and across many major Brazilian cities. There are literally dozens of different criminal groups, the locally called factions, in Brazil – all the relevant ones aligned in one way or another with PCC or CV. The Federal Prison Bureau has detected PCC and CV presence, along with another 23 distinct groups in federal Brazilian prisons. There is no equivalent map for state prisons, where the majority of the prison population resides. There has until recently been an unspoken embargo on naming specific factions in media outlets for fear of legitimizing them (GLENNY, 2016). This is a common challenge across Latin America, where public authorities do not want to provide criminal groups with so-called “diplomatic recognition”. It appears that this informal embargo no longer applies, with major news outlets now reporting gang faction activities in more detail. There is growing scrutiny of gang activities after a decades-long truce between the PCC and CV has crumbled, resulting in a sharp increase in violent competition.

As is widely reported in the academic literature, the PCC and CV have vastly different models of organization (WILLIS, 2015).<sup>10</sup> The former is on the ascendant and operates through robust codes of conduct (ESTATUTO...,

<sup>10</sup> See also Penglase (2008), Biderman et al. (2014) and Feltran (2010).

2017), a vertical command and control structure and a system of welfare in and out of prisons. The latter is much more territorial and has been fragmented over the years on account of the ongoing pacification program in Rio de Janeiro.

The PCC was formed in 1993 has clear international (i.e. Argentina, Bolivia, Colombia, Paraguay, Peru and Venezuela) and national (active in 23 of 27 Brazilian states) presence (GENTILE, 2017). They also have a tight hierarchical organization and local chapters with a very strong code/ethos of behavior. They are especially strong in SP, their state of origin, but also Paraná, Mato Grosso and Mato Grosso do Sul. They are traditionally enemies of ADA and TCP, due to their historical alliance with the CV, but that is now changing as they seek to control various municipalities across Rio de Janeiro state.

Meanwhile, the CV was formed in 1979, is more decentralized and works through local factions who loosely affiliate themselves with the carioca group. It has a long established connection to Colombian cartels. Its international presence was shaken in the last decade, as the UPP program in Rio started gaining ground in CV-held favelas. But it has grown back in recent years (especially in Argentina and Paraguay, as well as via proxies with groups like the FARC in Colombia).

The CV is very territorial with a stronghold in Rio, where it competes with other factions – TCP, ADA, Povo de Israel, and the militia. This ongoing dispute over territory has shaped the group and determines many of the differences it has when compared with the PCC. Its membership in Rio is young and exceedingly violent. The CV is especially well distributed in the North, Center and South Zone. Meanwhile, ADA is primarily in the South Zone, while TCP is based in the North.

## **The end of the gang truce**

The PCC and CV essentially abided by a truce for two decades – this guaranteed a steady flow of drugs and guns to the cities. But this arrangement started to fray in the beginning of 2016. The underlying shift is partly structural - due to a growing demand for cocaine in Brazil and collapsing public security capacity in the country starting in 2014 and 2015. In a sense, the context for taking a large slice of the drug trade “ripened” and the PCC has taken the initiative. CV, on the other hand, is fighting back.

There was evidence of the PCC conspiring against the CV in early 2016. The PCC purportedly began expanding its operations into Rio de Janeiro in

early 2016, if not before. Police intercepted calls from a prison in SP between PCC members plotting their Rio expansion. The PCC were seeking to co opt people affiliated with the CV and have them move drugs, arms, housing subsidies and legal assistance on the PCC's behalf. They claimed as many as 80 new recruits and local reports confirmed a growing PCC presence in selected areas of Rio de Janeiro (WERNECK, 2016).

Signs of a more violent rupture between the PCC and CV emerged in April 2016. There were concerns that the PCC was preparing for "war" from their branch in the Paraguayan city of Pedro Juan Caballero. The PCC has had an active presence in Paraguay since the country is the center of marijuana trade (largest producer in South America) and an ample source of weaponry and ammunition. There is a long history of gang violence in the Tri-border areas, with significant outbursts in 2014 between two Brazilian crime bosses. CV and ADA, also a faction from Rio, are known to be active there as well.

Brazilian and Paraguayan news reported on the PCC arming up in the first two quarters of 2016. The spark emerged on June 14th with the killing of a notorious drugs and arms dealer, Rafaat Toumanit. Rafaat is known to have serviced both the PCC and CV over the years, as well as other crime factions on both sides of the border. He was killed in a gangland ambush when 10 men with a .50 cal machine gun unloaded 200 rounds. There are rumours that this action was led by Jarvis Pavão and involved a combination of gangsters, most of them PCC.

The circumstances of the killing of Rafaat are still murky. The PCC is almost certainly involved. But there is also some speculation that a local chapter of the CV may also have been involved in the hit. This has yet to be substantiated, though it is believed that both the PCC and CV had severed ties with Rafaat a year earlier when he refused to lower prices for his products. It may be the case that the PCC secured control (directly or by proxy) of this key distribution network.

## **Escalating violence in and outside prisons**

The PCC publicly declared war on the CV in September in a widely circulated letter signaling its reasons (RODRIGUES, 2016). The PCC said that the CV had formed partnerships with PCC enemies – some who killed PCC members. Violence followed. Deadly clashes broke out between the gangs over the course of 2016, but with a significant escalation from October onward. The

PCC has also started moving into municipalities in RJ, from Paraty and Angra to Baixada Fluminense and reportedly into Rocinha and other urban areas of Rio, though we have yet to see the outbreak of direct violence between the two factions on the city's streets.

There is a longtime link between drug gangs and the prison system in the country, which serves both as a recruiting ground for new labor and operates as headquarters of complex schemes. While in some prisons cell blocks are divided by different factions, in others the gangs exert direct control - sometimes of the whole unit - and will persecute rivals should their affiliation come to their attention. They also “baptize” newcomers and offer a de facto protection network for the prisoner's family, covering the state's lacking social services branch, in exchange for loyalty and latter contribution to the group.

Prison violence escalated in 2016 - much of it attributed to the fight between the PCC and CV. Some reports estimate that the prison system was 60% more violent in 2016. There were at least 88 murders in prison facilities located in Acre, Ceará, Mato Grosso do Sul, Piauí and Roraima in 2016, compared to 55 in 2015. Ceará has registered the greatest number of deaths (50), while Roraima saw a rise from 4 in 2015 to over 30 in 2016. Mato Grosso do Sul registered an increase from 9 to 17.

The escalation of violence really started in September and October 2016. In late September, roughly 200 inmates rioted and escaped from the overpopulated Jardimópolis prison in Sao Paulo state. They had good reason to flee - there were signs of major violence in the months to come. A prison riot in Roraima state on 16 October left as many as 18 killed. All the victims were allegedly CV. Members of the PCC invaded a prison wing where CV resided and attacked them with knives and batons. Two key gang leaders were decapitated - Valdineys de Alencar Sousa (Vida Loka) and Leno Rocha de Castro (G3).

Several other riots occurred in October including in Acre and Roraima. On 18 October, 25 inmates were injured at a prison in Acre. On 20 October, four inmates were killed and 19 injured during a prison riot at the same prison. Most of those killed were believed to be affiliated with the PCC. That week, many CV members incarcerated in SP prisons requested to be transferred to “neutral sites” and PCC members in Rio requested transfers to ADA-controlled cell blocks and prison units, raising a flag that a new alliance might be forming. The violence has escalated inside and outside prisons across Brazil in 2017. There have already been three dramatic massacres in 2017 resulting in over 130 killed - in Amazonas with 56 killed (all PCC in a privately run prison in Manaus), in

Roraima (on January 5) with 33 killed (mostly The Northern Family, associated with CV), and again in Manaus with four killed (on January 9), though the victims' affiliations are still not clear.

This wave appears to be linked to a dispute over the northern international drug trafficking route, over which the Família do Norte wants to consolidate its domain. Dozens more were assassinated outside the prison gates. Here the killings took on a new dimension and gave rise to a national crisis, as images of mutilated corpses stormed the country and led the federal government to take action. A state-level response in Rio is also under construction, as strain to the prison system increases. As shocking as the 2017 riots have been, the violence is not unprecedented. The most lethal episode of prison violence in Brazil occurred in 1992 when 111 inmates were killed during a riot in the Carandiru prison in São Paulo. Other outbreaks occurred in Rondônia in 2002, Maranhão in 2010, Pernambuco in 2011, Rio de Janeiro in 2014 and Roraima last year. Prison violence has been registered in virtually all of Brazil's states over the past decade.

## Militia reconfiguration

The militia challenge is not new to Rio de Janeiro. Militia have existed in the state since the 1970s, though they began expanding in power and influence in the 1990s. These groups originally emerged in the Rio das Pedras favela as informal "security patrols". Then, as now, they combined active-duty and retired police, firefighters and prison guards who offered security services in return for payment (ZALUAR, 2012). They were quietly tolerated by law enforcement and the potential threat they posed to public security was ignored by scholars.

Attitudes toward the militia were initially sympathetic. Cesar Maia claims that militia were "seen by the people and the authorities as much better than the traffickers"<sup>11</sup>, constituting not so much a failure of existing policies than as quasi-legitimate forms of "community self-defense".<sup>12</sup> These attitudes are often amplified by elected officials. Former mayor Eduardo Paes once claimed that the "polícia mineira", as militia were known, offered a better alternative to drug factions and could ensure the safety of the residents of Jacarepaguá, Vila Sapê and Curicica (EDUARDO..., 2012). Sergio Cabral also met with notorious militia

---

<sup>11</sup> Quoted in Schmidt (2006).

<sup>12</sup> Quoted in Bottari and Ramalho (2006).

leaders, praising them for their community leadership role and dedication to Rio de Janeiro's West Zone.<sup>13</sup>

Public opinion turned abruptly against the militia after a highly visible episode of violence. In 2008, three journalists assigned to covering the activities of the militia and their interaction with local residents in Batan, a favela bordering Rio's main avenue, were kidnaped and tortured. Before being released, the three were brutally assaulted, had their equipment broken and received death threats demanding that they curtail their publishing on militia activities. Once the story hit the news, local politicians rapidly distanced themselves from militia members who had previously networked with cabinet-level secretaries. The militia has adopted a wide range of rents in communities where they are active. Drug factions typically establish territorial control to protect a single activity: retail of narcotics. By contrast, militia extract rents from community residents in exchange for protection, but also illegally pirate and tax basic public and private services such as gas, cable TV, energy access, and informal transport. Both groups prey on low-income neighborhoods in Rio de Janeiro and have interests in protecting turf, as well as attacking competitors where necessary.

The public outrage following the Batan incident opened a window of opportunity for tackling the growth and spread of militias. Marcelo Freixo, then already a state deputy for PSOL, led the charge to open a commission of parliamentary inquiry (or CPI) on the illegal machinations of armed groups in the West Zone. According to Freixo, "more than economic activity, militiamen are projecting power". When assessing the connections between militias and local politicians, Luiz Eduardo Soares, a former national secretary for public safety, observed that "[...] there are regions where the police and political institutions were captured by criminal organizations which submit the people to radical forms of despotism [...]" (HÁ LUGARES..., 2015).

The militia has successfully infiltrated some parts of the state and city government, in particular their legislative bodies.<sup>14</sup> In 2008, for example, state judges issued arrest warrants for Jerônimo Guimarães Filho and his brother Natalino José Guimarães, a city councilman and state legislator, respectively. They were accused of being part of one of Rio de Janeiro's most notorious militia, the *Justice League*, which operated in the West Zone. Carmen Guimarães,

---

<sup>13</sup> In 2007, Sergio Cabral attended the inauguration of a water supply system in Paciência and not only sat next to well-known militiamen, but also praised them for their role as community leaders. Not that long ago, militias were described by the governor as "friends who had dedicated their life to the west zone. See Junqueira (2010).

<sup>14</sup> For example, Natalino Guimarães (DEM-RJ), elected in 2006 with 50 thousand votes.

Jerônimo's daughter and political heir was arrested later that year under similar charges and stepped down from her position on the city council. There were also attempts to legislate the formalization of militia. In 2008, before the incident involving the journalists, Guimaraes submitted a bill to legalize the militias (MENDONÇA, 2008a). The proposal was approved by the state legislature, but later buried by the executive (MENDONÇA (2008b). Nevertheless, the Freixo-led CPI highlighted the relationships between Alvaro Lins (the former-head of the Civil Police) and Jorge Babu (a widely known politician from Santa Cruz) and various militia groups. Several other public figures were cited in the final report for having established alliances with militias in a few territories during electoral campaigns, notably the police inspector Marina Maggesi and the former secretary for public safety Marcelo Itagiba (CHAVES, 2014).

While the CPI did not deter the territorial expansion of militia groups, it nevertheless exposed many of their political connections and forced a retreat behind the curtain. Even so, they continue exerting political clout. As gatekeepers for key electoral strongholds, they have tremendous influence over political campaigns for municipal and state government (GOMBATA, 2014). They have also funded several political campaigns, an issue raised by Justice Gilmar Mendes, the president of Brazil's Superior Electoral Tribunal (TSE), during the municipal elections in 2016 (CAMPOS, 2016). Furthermore, the militia has been linked to at list six politically-motivated killings during last year's elections.

There are also signs of increasing tension between militia and gang factions. During 2016, tensions flared over the control of favelas at least two dozen times, especially in Praça Seca, Jordão, Carobinha, Morro do 18 and Fubá. In other cases, such as in Campo Grande, the conflicts are among distinct militia groups (SOARES, 2016). After a few years operating under the radar, these violent disputes and political assassinations indicate that militias are once more seeking to exert political leverage. While police forces focused on expanding the UPPs and breaking the spine of Comando Vermelho from 2009 to the present, the militias quietly consolidated their domains.

The extent of militia control is disconcerting. There is evidence of militia group activity in Baixada Fluminense (especially São João do Meriti)<sup>15</sup>, in the south (Angra dos Reis to Paraty)<sup>16</sup>, in the north of the state (Campos dos

---

<sup>15</sup> See Marins and Vasconcelos (2016).

<sup>16</sup> See JUSTIÇA... (2010).

Goytacazes and Macaé)<sup>17</sup> and in heavily touristed coastal cities such as Cabo Frio, Rio das Ostras and São Pedro da Aldeia (OPERAÇÃO..., (2016a). An example of violent competition over territory occurred recently when the militia controlling Gardênia Azul became involved in a violent conflict with the Comando Vermelho (CV), who control Cidade de Deus. Locals report that the CV attempted to invade Gardênia Azul several times during 2016. The most brazen attempt in late November 2016 resulted in gunfights with the UPP and the crashing of a military police helicopter, killing four police officers. The next day seven bodies were found in Cidade de Deus (O QUE ESTÁ ACONTECENDO..., 2016).

There are no reasons to believe that the militia will slow their expansion in Rio de Janeiro state and city. Recent investigations into the Justice League have revealed that they already oversee a vast network of pharmacies, bakeries, beauty salons and street vendor collectives in Itaguaí, Seropédica and Queimados. The militia-supported businesses have also diversified into small and medium-sized hotels, local non-profit organizations and public-housing projects (NUNES, 2016). There are also signs that militia have expanded their reach outside of Rio de Janeiro, with separate operations identified in Pará, São Paulo, Bahia, Ceará, and Mato Grosso do Sul (MISSE, 2011).

## **The state of public security**

Brazil's public security sectors at the national, state and metropolitan levels are under tremendous stress. The national authorities – in particular the Ministry of Justice – are preparing to authorize a public security plan that prioritizes homicide reduction, prison reform and fighting organized crime. The state authorities – especially the secretary of public security and the civil and military police – recently experienced a transition in leadership and rolling strikes. The municipal authorities, notably the municipal guard, are also exploring a more proactive approach to public safety, including patrolling in hot spot areas.

The tough-on-crime approach is widely supported at the national, state and municipal levels. This is because Brazilians overwhelmingly adopt conservative approaches to public security. The public is broadly supportive of reducing the age of criminal responsibility from 18 to 16 (87%) and of stiffening pen-

---

<sup>17</sup> See OPERAÇÃO... (2016a).

alties for so-called heinous crimes. While vigorously criticized by the human rights community, there are signs of increasingly forceful approaches to law and order at all levels of government, including in Rio de Janeiro where the secretary of public security has vigorously advocated for raising penalties for gun- and drug-related crime. Indeed, in 2017, the Rio de Janeiro government requested (and received) more than 8,500 soldiers to shore-up public security efforts (MUGGAH, 2017b). This was the twelfth time the military has been deployed to Rio de Janeiro since 1992 (MUGGAH, 2017a).

At all levels – whether national, state or municipal – public security strategies are hampered by relentless political and economic crises. There are growing demands for greater austerity and cutbacks. National public expenditures for public security increased in 2015 by 11% from the previous year (to \$23.7 billion) in the wake of the World Cup and preparation for the Olympics, but dropped in 2016<sup>18</sup>. Likewise, Rio de Janeiro state’s public security budget was curtailed by more than 30% in 2016. As a result, public security programs – including UPP intervention – have literally ground to a halt or gone in reverse. Police morale has plummeted, partly because police officers are rarely paid on time, if at all.

The prison violence crisis that started in late 2016 escalated in 2017, and is likely to spread to Rio de Janeiro. Rival gangs are fighting a war over the drug trade and control of the country’s prisons. The continued policy of mass incarceration and the appalling conditions of Brazil’s prison conditions will exacerbate the situation. There are signs that Rio de Janeiro’s more than 50 prison facilities are suffering from a chronic water shortage, and this in a city that reaches 35-40°C temperatures in the summer. All of these issues suggest that the structural conditions for increased violence are ripe.

## National strategies

The government has struggled to get ahead of the public security crisis - including the recent wave of prison massacres. The announcement of building

---

<sup>18</sup> Brazilian expenditures on public security are also difficult to measure. According to the Brazilian Public Security Forum, some \$23.7 billion was spent on public security nationally in 2015, an 11.5% increase from the previous year. There are many budget lines including state-level public security budgets: Sao Paulo spent the most – \$3.5 billion. Municipalities spent just \$1.3 billion on public security in 2015, and this represents an increase of 394% since 1998. Meanwhile, the Ministry of Justice spent \$3.5 billion, the Federal Police spent \$1.7 billion and the Federal Highway Police spent \$1 billion.

more prisons has been met with derision. But this is somewhat unfair. Today's catastrophic violence is ultimately a result of decades of neglect in Brazil's overcrowded jails, a reluctance to invest in violence prevention and a festering organized crime problem.

The Ministry of Justice is nevertheless expected to formally launch a national public security plan<sup>19</sup>. The draft national strategy features several genuine innovations. It proposes an integrated approach - bringing together homicide reduction, measures to fight organized crime and prison reform - rather than a collection of "projects" as is often the case. The Ministry has also stressed the critical role of federal, state and municipal government cooperation. This is new. The federal government typically skirts public security claiming that it is the constitutional responsibility of states. What distinguishes the current draft strategy from earlier proposals is its focus on homicide and prison reform. For example, the plan also sets out an ambitious target - 7.5% reduction in homicide a year. What is more, the draft plan also proposes measures to address the prison crisis - an issue that is impossible to avoid.

## **State strategies**

Rio de Janeiro's public security infrastructure is under strain. A major factor continues to be the declining price of oil in 2015 and reduced investment by Petrobras and associated infrastructure and construction companies (ALVARENGA, 2015). These stresses are exacerbated by the ongoing Lava Jato investigations and the surging expenditures associated with the Rio 2016 Olympic Games in August. As a result, Rio de Janeiro's state government declared a "state of calamity" just prior to the mega-event (PUFF, 2016).

Overall public security investments have been volatile in recent years. In 2014, Rio de Janeiro's budget for public security amounted to R\$5.7 billion (REZENDE, 2014). In 2015, in preparation for the Olympics, it rose to R\$10.1 billion - though this amount was reduced by R\$85 million midway through the year. In 2016, the budget was set at R\$10.2 billion, but experienced a R\$2 billion reduction. The federal government provided supplementary support following the state of calamity to the tune of R\$2.9 billion to ensure salaries for police could be paid (RIO..., 2016).

---

<sup>19</sup> Igarapé Institute personnel met with the Minister of Justice as well as several staff in Brasília, São Paulo and Rio de Janeiro between December 2016 and January 2017.

A major concern among public security specialists is the state's inability to pay basic salaries, ensure essential services and honor contracts. For example, police are complaining about lacking basic supplies – whether for forensic investigations, crime reporting or even cleaning services. Civil police employees have already started protesting – initiating the *Juntos Com a Polícia* campaign to solicit funds for basic materials. In early November 2016, for example, a public call was issued requesting that entrepreneurs provide free services to civil police or defray policing costs<sup>20</sup>. The question of non-adjusted salaries and back-payments is hugely controversial and a potential flashpoint<sup>21</sup>.

Notwithstanding a significant surge in investment to bolster public security for the 2016 Olympics, there appears to be little lasting legacy. Efforts to coordinate intelligence, defense, law enforcement and customs capabilities before and during the 2016 Olympics<sup>22</sup> were transient. Some legacy equipment – including surveillance balloons and CCTV cameras – were welcome by the military and civil police, but are expensive to operate and maintain. The political volatility and financial downturn are also generating additional tensions owing to the arrest of prominent politicians and – increasingly – judicial officials. Specifically, former governors Anthony Garotinho and Sérgio Cabral were jailed and implicated in a range of corruption and bribery scandals in the tens – perhaps hundreds – of millions of dollars. The jailing of business entrepreneur Eike Batista is also unsettling the elite. There are concerns of massive misappropriation of funds and the investigations have only just begun. This has fueled a sense of unease in the police and judicial sectors, including associated impunity.

There was an important transition of leadership in Rio de Janeiro's State Department for Public Security (SESEG) in 2016. After 10 years of leadership and steadily increasing budget, State Secretary José Mariano Beltrame stepped down in October 2016. He was the longest serving Secretary and responsible

---

<sup>20</sup> Selected service providers, once hired by private companies, are also exempt from basic public tendering procurement procedures (BACELAR; RESENDE; BOTTARI, 2016).

<sup>21</sup> In 2014, Governor Pezão introduced a set of measures to address salaries – including an increase from 11-14% discount for pensioners and public employees earning more than R\$5,000 and a higher tax rate of 16% for public servants with salaries of more than R\$5,000/month. These salary readjustments have affected public security. Readjustments for military and civil police, however, were supposed to be due in 2017 but have been postponed to 2020. As of February 2017, the payment of extra time and bonuses for meeting crime reduction targets from 2016 were also delayed. See *Governo...* (2016), *Saveira* (2016) and *Rouvenat* (2016).

<sup>22</sup> See *Plano Estratégico de Segurança Integrada (PESI) Rio 2016*, approved by the interministerial ordinance nº 1.678 from September 30, 2015 (BRASIL, 2015).

for implementing the UPP program since 2008 and designing an integrated system of targets and results monitoring (SIM) in 2009. He is credited with helping lead a major reduction in criminal violence in the state (MAGALONI, 2015). His successor is Roberto Sá, a career federal and state police officer with a background in law who was himself part of Beltrame's cabinet<sup>23</sup>.

With new leadership come a number of subtle changes in the overall strategic direction of public security priorities. In addition to reorganizing the department<sup>24</sup>, the new Secretary's priorities are to improve intelligence cooperation between the military and civil police forces and to expand the fight against illicit firearms trafficking. He has announced a new special investigation division for firearms trafficking (Delegacia Desarme) see Boeckel (2017). He is also expected to invest in more robust firearms and ammunition control policies, including measures to reduce weapons diversion from law enforcement arsenals and private security companies and better ammunition tracing in Rio de Janeiro proper (TADEU, 2016).

There has also been a re-organization of the state police. Specifically, Roberto Sá appointed two new officials to head law enforcement – Carlos Augusto Leba as new chief of civil police and Wolney Dias Ferreira as general commander of the military police. All three share a strong connection and this is expected to help strengthen much-needed integration between the PCERJ and PMERJ. The Institute for Public Security has also launched a new data-driven crime mapping tool with support from the Igarapé Institute and several business leaders which is already improving information flow. However, there are still challenges with some units closing due to financial pressure.<sup>25</sup>

## **Penal strategies**

Rio de Janeiro has yet to see a mass outbreak of violence in its prison system, but the threat is chronic and rising. As in other states, Rio de Janeiro's 43

---

<sup>23</sup> Sá had been the Undersecretary of Planning and Operational Integration, directly involved in the development and implementation of the System of Targets (SIM).

<sup>24</sup> Roberto Sá has been reorganizing SESEG's organizational charts after the resignation of several undersecretaries, the reduction of staff and departments (the Superintendence for Prevention, for example, was eliminated). A decree with SESEG's new organizational chart is expected to be published by February 2017. Interviews with Roberto Sá and others.

<sup>25</sup> For example, the so-called Coordination for Strategic Affairs (Coordenadoria de Assuntos Estratégicos – CAES) in the military police is being closed. It was responsible for managing the PMERJ's incident report system (BO PM) and the implementation of the Aptitude Index for the Use of Force (Índice de Aptidão ao Uso da Força – IAUF).

prisons are massively overcrowded. The stated registered a significant increase in its prison population in recent years: the tally grew from 33.627 inmates in December 2013 to 50.482 inmates in December 2016, an overall increase of 16.855 (50.1%)<sup>26</sup>. Of this total, about 21.450 inmates are in a pre-trial status, which corresponds to 42% of the prison population, slightly more than the national average of 40.13%.

The number of available places in the prison system increased from 27.069 in December 2013 to 27.242 in December 2016, an increase of just 173 vacancies (0.6%). The implications are obvious. In 2013, the state prisons' occupation rate was 124%; the number swelled to 185% above the total capacity available as of December 2016. This represents a startling deficit of 23.030 vacancies (RJ..., 2016).

The situation is extremely precarious and could dissolve rapidly. The state is currently unable to pay suppliers – including for meals to inmates. In late November 2016, the State Secretary for Correctional Administration (SEAP) estimated the debt to be roughly R\$172.7 million and there are still remnants debts of 2015 in the amount of over R\$46.6 million. The state's monthly cost for the provision of meals in the prison system was estimated in December at R\$28 million.

The state appears to be unable to guarantee basic living conditions for inmates. For example, SEAP reported that prisons' overpopulation is leading to dangerous shortages of water supply for prisoners. What is more, prisons are by and large spaces that are extremely hostile and unhealthy, both physically and psychologically<sup>27</sup>. The excessive number of people per cell, the medieval conditions, the lack of preventive and curative care<sup>28</sup> and the countless reports of violence and brutality paint a scene of disorder, neglect and instability.

At least 716 inmates have died while in the state's prison system over the past 3 years, which represents an increase of 90.9% from the previous three-year period. The primary cause of death was illnesses, mainly tuberculosis, recurrent in overcrowded prison spaces. In the first month of 2017, the number of deaths from preventable disease in the penitentiary units of Rio totaled 11 people

---

<sup>26</sup> Data from the State Secretary for Correctional Administration (SEAP) in 26.12.2016.

<sup>27</sup> See more on the health conditions of prisoners in the state of Rio de Janeiro, Brazil at Minayo and Ribeiro, (2016).

<sup>28</sup> The problem is such that in 2016 the Public Defender of Rio de Janeiro denounced - in a confidential report - that the penitentiary system of Rio de Janeiro has not bought medicines and supplies since 2014.

(PÔSSA, 2017). There are warning signs of outbreaks of other mosquito-borne illnesses as well.

There is considerable evidence from other Brazilian states of how overcrowding and misery can reinforce the influence and power of crime factions. Rio de Janeiro is no exception, and the influence of gangs is evident including in the complexes in Bangu and Campos. This is aggravated by the fact that screening processes currently allocate inmates according to their faction affiliation. According to SEAP, one of the most important criteria for prisoner allocation is the criminal faction of the inmate, as the detainees are sent to the units in which their respective criminal organizations command (BIANCHI, 2017).

## **Municipal strategies**

The 2016 municipal elections were unusual, not least in the prioritization of public security by both politicians and civil society in the political agenda. For the first time in history, virtually all-mayoral candidates set out comprehensive proposals in this area (ANDRADE; AZEVEDO, 2016). This is unexpected, since public security is constitutionally the purview of the state, even if there is a wide range of strategies where municipalities can play a proactive and preventive role.

The newly elected mayor – Marcelo Crivella – installed a hardliner as his Secretary of Public Order. In December 2016, Col. Paulo César Amendola took charge. Amendola is one of the original founders of the Special Operations Battalion of the PMERJ (BOPE) and has pending charges of torture and kidnapping that extend back to the dictatorship era (NOGUEIRA, 2016). Needless to say, his appointment is considered controversial in a city suffering from chronic police violence and excessive use of force.

The mayor's public safety team has prioritized the strengthening of the municipal guard. The new head of the municipal guard – Tatiana Mendes – is herself a former guard member, which distinguishes her from past directors.<sup>29</sup> The new secretary has already called for expanding the surveillance of bus lines servicing the principle beaches to avoid mass robberies (*arrastões*). The idea is to bring police and municipal guard together to stop and frisk adolescents and

---

<sup>29</sup> The General Statute of the Municipal Guards recommends that a military police officer be designated as the Chief of the Municipal Guard. The new Chief, however, is a retired career officer from Rio's Municipal Guard, having been responsible for coordinating the School Patrol in the City of Rio de Janeiro and also headed the Tourism Support Group.

turn back minors from entering the area. The Childhood, Youth and Elders Court of the city of Rio de Janeiro in fact banned these practices in 2015. The new secretary is on record publicly dismissing the ruling<sup>30</sup>.

## Private security strategies

The private sector is also playing a growing role in the public security debate. In October 2015, together with former New York mayor Rudolph Giuliani, Governor Pezão and representatives of Rio de Janeiro's Federation of Commerce signed a new agreement for *Operação Segurança Presente*. The basic goal of the program was to finance public-private safety initiatives to leverage police activity in key neighborhoods. The initiative drew inspiration from *Lapa Presente*, which is believed to have significantly contributed to reducing crime in certain areas of downtown Rio de Janeiro between 2013-2015<sup>31</sup>.

The original focus of *Operação Segurança Presente* was on three sites. These include the *Aterro do Flamengo* (near Santos Dumont Airport), *Meier* (a middle-class area in the North Zone) and *Lagoa* (a wealthier neighborhood in the South Zone). Since December 2015, 363 security agents have been deployed to patrol these areas at a cost of R\$22 million. In July, just before the Olympic Games, the operation was extended to *Centro*, with special attention to *Praça Mauá* (including the Olympic Boulevard) and *Cinelandia*, where most of the tourists were expected to circulate. For *Centro* alone, 528 new agents cost approximately R\$47 million (COMEÇA..., 2016). In this latter case, the budget was divided between *Fecomercio* business members and the municipal government.

The *Operação Segurança Presente* initiative is costly, but straightforward. Patrols are made up of active police officers and off-duty police and reserve personnel from the state police and armed forces. Only active officers are permitted to carry firearms, while others are equipped with tasers and pepper-spray (and apparently cameras). Street patrols are carried out on bicycles, motorcycles and

---

<sup>30</sup> In a G1 interview, the new Secretary said: "We are talking to the Prosecutor's Office to reach an agreement about how this work will be done. However, we know that some individuals that go to the beach do not go there for fun, but to practice large-scale lootings." See Brito (2017).

<sup>31</sup> According to "official" reports, between 2013 and 2015, while crime rates in the city as a whole skyrocketed, street-robbery in the area around *Lapa* fell by 95% and pick-pocketing was reduced by 93%. In the two-year period, the program was also responsible for nearly 4,400 detentions, mostly for drug possession (almost 3,000), robbery (219) and drug-trafficking (134). See Constancio (2016).

cars, though most happen on foot. Agents wear bright colored vests and are expected to undertake a wide range of tasks including public order, preventing street vending, deterring street crime and arresting drug dealers, as well as other tasks not ordinarily associated with policing<sup>32</sup>.

The program is also credited by some of its proponents with having made significant reductions in crime, though the results appear to be mixed. In Centro, for example, thefts of phones were purportedly 95% lower in 2016 when compared to 2015, as were robberies in public transport (83%) and in the street (81%)<sup>33</sup>. In Lagoa, results were similar: robberies were reportedly 83% lower in comparison to the previous year, with not a single report issued in September, October or November (OPERAÇÃO..., 2016b). There is also praise for the program's impact on altering the "perception" of security<sup>34</sup>.

In Meier, however, the results are less positive. While the area monitored by patrols experienced a 50% reduction in criminality (preliminary reports do not specify what kind), streets bordering that area had a 21% increase in car-jacking and 28% more robberies in public transportation (SALLES, 2016). It appears that criminal behavior may have adapted. There is an urgent need to subject the program to more robust evaluation to monitor results, not least given the considerable public expenses.

It is worth noting that these interventions are considered controversial and come at a significant social cost. Between January and October 2016, agents operating in Aterro do Flamengo, Lagoa and Meier reported 2.021 arrests. In Centro, four months after the beginning of operations 1.170 individuals (SEGURANÇA..., 2016) had already been detained. One of the programs managers, police commander Marcos Andrade, claims that all personnel are trained and monitored (SEGURANÇA..., 2016). These arguments are widely disputed (VIEIRA, 2016) with even some members of the program complaining about their treatment and tasks<sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> These include providing social assistance (supporting the homeless to find public shelters), helping address congestion and assisting with major public events (street marathons, music concerts, carnival, etc.).

<sup>33</sup> Numbers for October 2016 compared to October 2015 (SATRIANO, 2016).

<sup>34</sup> Residents associations have mostly welcomed extra patrols around their areas, claiming that it is a smart solution for a police institution that is currently overstretched due to reduced personnel and overloaded by the concentration of financial and material resources in pacified favelas. See Magalhães (2015). Also, for what it's worth, the operation's Facebook page conducted a survey among its 9.300 followers and 92.5% considered the program to be 'great'. See OPERAÇÕES... (2016).

<sup>35</sup> Agents taking part in the Operação Segurança Presente have also complained against working conditions and personal security. Despite not being able to act like policemen and carry proper equipment, they are being requested

The zealous application of stop-and-frisk is a frequent concern registered by human rights groups in the city<sup>36</sup>. Several prominent academics have also disputed claims of the program's success, the quality of the training of its agents, the use of military personnel for ostensive policing, and the way the initiative diverts public forces from their routine work (VIEIRA, 2016). Some have expressed concern about the creation of what is described as an "official militia".<sup>37</sup> It is worth underlining that former public secretary Jose Beltrame was a strong opponent of *Operação Segurança Presente*, openly disagreeing with how it was forged (LEITÃO, 2015). Describing the program as "shopping mall surveillance", he objected to how it diverted resources and re-prioritized areas for police action (COSTA; SERRA, 2016).

Nevertheless, there is a strong demand for increased security, whether administered by public or private entities. Municipal politicians are competing for more patrols to their electoral jurisdictions. Many of them promised to ramp up security provision for their constituents. Those with privileged access to the governor and mayor hope to jump the queue. For his part, mayor Crivella has assured the public that current patrols will be sustained during his four-year mandate and he hopes to extend the operation to Barra da Tijuca and Copacabana.

There is a temptation in Brazil – and *Rio de Janeiro* in particular – to "projectize" public security. Strategic plans come and go, and *Operação Segurança Presente* is no exception. As pacification wanes (and is seen as tainted, having been a plan of previous governors), the new strategy catches on. What is more, it is starting to win supporters elsewhere. Police representatives from Alagoas state travelled to Rio to learn from the program, and announced that elements would be replicated in Maceió (SEGURANÇA..., 2016).

---

to tackle violent crimes and produce arrests. In December, for example, during an operation to curb drug-trafficking in Centro, a homemade grenade was thrown at a patrol while suspects attempted to evade detention. Another agent had already been shot in Aterro do Flamengo in similar circumstances earlier that year (PM..., 2016; POLICIAIS..., 2016).

<sup>36</sup> A police officer interviewed by Agência Brasil reported that some individuals are specifically targeted by agents. They are taken to police stations almost every day, sometimes more than once.

<sup>37</sup> Pedro Chavarry, a retired police colonel, also criticized the operation for its bias. Instead of prioritizing areas with high levels of crime rates, such as the Baixada Fluminense or Bangu, state authorities and elite businessmen decided to build a guard to attend their own interests. He also raised concerns over what he called "the outsourcing of a constitutional obligation" to the private initiative. See Vieira (2016). Paulo Ramos, state legislator from the opposition (PSOL) also echoed these critiques classifying the program as 'official militias' paid by the commercial sector. See Beltrame... (2016).

## **Future trends and over-the-horizon issues**

The short- and medium-term security projections for Rio de Janeiro are dark. The state and city have yet to reach the bottom, and there are worrying signs that the situation could deteriorate further still in 2017. The reasons for this are wide-ranging, including the volatile political climate, the turbulent economic situation, the ever-expanding corruption investigations, the paralysis of the public security sector, the escalating gang and militia activity, and the tinderbox that are Rio de Janeiro's prisons.

There are several "known unknowns" that will certainly shape the trajectory of public security in Rio de Janeiro. One of them is Lava Jato, which has been nothing short of a game changer across Brazil. But the investigations in Rio de Janeiro have only just started and the consequences could be seismic. Already two former governors and a renowned business tycoon were jailed. Several politicians and businessmen have also followed including Jorge Picciani who was recently re-elected as the ALERJ president (PICCIANI..., 2017). But the concern is that the majority of elected officials in ALERJ and others in the judiciary are compromised.

There are several risks on the near-term horizon in 2017. All of them could have implications for the wider security environment. The federal government in Brasilia is distracted: Rio de Janeiro managed to hold public security partially together in 2016 because of massive financial injections from the federal government. Now that the Olympics have come and gone, there are fewer incentives and more constraints on providing federal transfers. What is more, the federal police and armed forces are less disposed to providing support given other priorities and cutbacks. Many agencies are launching their own initiatives and not coordinating.

*State and municipal politicians and civil servants implicated in Lava Jato:* There is guaranteed to be continued investigations and arrests linked to the sprawling corruption and bribery scandals. These are spreading also into an ever-widening array of business areas. All of this will ensure more instability, which in turn will undermine the continuity of public security programs. As more revelations come to light, this will also no doubt reveal insight into the criminal economy and relationships between factions.

*Weakening government and civil servant unrest:* continued scandals affecting state and municipal elected officials will undermine progress on much-needed fiscal and social welfare reforms. What is more, there will be continued impacts

on budgets and salaries. This will contribute to continued civil servant unrest, including de facto “strike action” and escalation of instability on the street. These strains will affect the authority of the secretary of public security and the capacity and resolve of police. There will be an effort to maintain the status quo with little ability to advance more proactive policing and justice measures.

*Increasing power of gang factions and risk of prison violence:* There is considerable evidence of growing tensions between the PCC and CV in Rio de Janeiro, especially outside the metropolitan region. There are signals of the CV increasing their stockpiles of arms, as well as PCC efforts to coopt groups aligned with the CV. PCC and CV could start open conflict in peri-urban and even downtown areas, though the incentive is to the contrary. It is more likely that violence will escalate in selected prisons, potentially triggered by issues related to over-capacity/under-service.

*The potential spark during 2018 elections:* there is traditionally an increase in violence before and during elections in Brazil, and Rio de Janeiro in particular. As groups jockey for position – especially given the resurgence of militia – this is to be expected in the lead up to 2018. There are also less restraints on violence given the vacuum of leadership (note that there are no longer politicians such as Cabral, Garotinho, Cunha and others on the scene). Likewise, there are uncertainties associated with the future role of Picciani and Paes, etc. There are risks of more populist and extremist candidates stepping into the breach.

*Continued brain-drain from Rio de Janeiro:* The more talented residents of Rio de Janeiro that leave, the more it undermines future investment and innovation. There are signs of continued and significant out-migration of high-net worth individuals and educated residents – either to other parts of Brazil or abroad. A closed and inefficient immigration system does not help. The loss of such individuals will also undermine domestic support for critical reform.

## **UM ESTADO DE INSEGURANÇA: O CASO DO RIO DE JANEIRO**

**RESUMO:** *A situação de segurança pública do Brasil é volátil, incerta, complexa e ambígua. As taxas excessivamente altas de crimes violentos do país são produto de fraquezas institucionais estruturais no setor de justiça criminal e agravadas por crises políticas e econômicas de rotina. O Rio de Janeiro é particularmente vulnerável a surtos de violência criminal devido a falhas na governança e corrupção sistêmica, juntamente com a concorrência entre facções de drogas territoriais e desigualdades socioeconômicas acentuadas.*

*O estado e a região metropolitana do Rio de Janeiro sofreram uma dramática deterioração da segurança desde 2016 e a situação provavelmente se agravará no futuro previsível. É improvável que o retorno das forças armadas às ruas do Rio de Janeiro afete positivamente a situação de fraqueza institucional crônica. Este artigo considera o estado de insegurança no Rio de Janeiro, destacando as tendências oficiais no predomínio do crime e a dinâmica da governança criminal.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Segurança pública. Crime organizado. Política de drogas. Redução de violência. Corrupção.*

## REFERENCES

ANDRADE, H.; AZEVEDO, G. Conheça as propostas dos candidatos à Prefeitura do Rio para sete temas. **Uol Eleições**, [S.l.], 30 set. 2016. Available in: <<https://eleicoes.uol.com.br/2016/noticias/2016/09/30/cariocas-apontam-problemas-e-uol-lista-propostas-de-candidatos-a-prefeito.htm>>. Access on: 18 Sept. 2017.

ALVARENGA, D. Impacto da Lava Jato no PIB pode passar de R\$ 140 bilhões, diz estudo. **G1**, São Paulo, 11 ago. 2015. Available in: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/impacto-da-lava-jato-no-pib-pode-passar-de-r-140-bilhoes-diz-estudo.html>>. Access on: 18 Sept. 2017.

BACELAR, C.; RESENDE, D.; BOTTARI, E. Sem dinheiro para manutenção, Polícia Civil pede ajuda a empresas. **Extra**, [S.l.], 02 nov. 2016. Available in: <<http://extra.globo.com/emprego/servidor-publico/sem-dinheiro-para-manutencao-policia-civil-pede-ajuda-empresas-20399712.html>>. Access on: 18 Sept. 2017.

BIANCHI, P. Um presídio por facção: Rio faz divisão informal de presos para evitar confrontos. **Uol Notícias**, [S.l.], 13 jan. 2017. Cotidiano. Available in: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/13/um-presidio-por-faccario-faz-divisao-informal-de-presos-para-evitar-confrontos.htm>>. Access on: 18 Sept. 2017.

BIDERMAN, C. et al. **Pax monopolista and crime: the case of the emergence of the Primeiro Comando da capital in São Paulo**. [S.l.]: Corporación Andina de Fomento, 2014. CAF Working paper, n. 2014/03. Available in: <<http://scioteca.caf.com/bitstream/handle/123456789/712/paxmonopolista-crime-primeirocomandodacapital-saopaulo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Access on: 15 Sept. 2017.

BILLER, D. Rio's drug gangs, squeezed by recession, go on hijacking spree. **Bloomberg**, [S.l.], 28 Oct. 2016. Available in: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2016-10-28/rio-s-drug-gangs-squeezed-by-recession-go-on-hijacking-sprees>>. Access on: 11 Sept. 2017.

BELTRAME muda discurso e elogia 'segurança privada' nas ruas do Rio. **Veja**, [S.l.], 23 fev. 2016. Available in: <<http://veja.abril.com.br/brasil/beltrame-muda-discurso-e-elogia-seguranca-privada-nas-ruas-do-rio/>>. Access on: 18 Sept. 2017.

BOECKEL, C. RJ anuncia delegacia especializada no combater ao tráfico de armas. **G1**, Rio de Janeiro, 09 jan. 2017. Available in: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/cupula-da-seguranca-publica-do-rj-detalha-plano-contra-o-trafico-de-armamento-pesado.ghtml>>. Access on: 18 Sept. 2017.

BOTTARI, E.; RAMALHO, S. A polícia paralela: milícias expulsam traficantes de drogas já controlam 92 favelas na cidade. **Jornal O Globo**, [S.l.], p. 19, 10 dez. 2006.

BRASIL. Portaria interministerial nº 1.678, de 30 de setembro de 2015. Aprova o Plano Estratégico de Segurança Integrada para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 out. 2015. Available in: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=34&data=09/10/2015&captchafield=firistAccess>>. Access on: 18 Sept. 2017.

BRITO, C. Comandante diz que Guarda Municipal vai auxiliar PM na segurança do Rio. **G1**, Rio de Janeiro, 12 jan. 2017. Available in: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/comandante-diz-que-guarda-municipal-vai-auxiliar-pm-na-seguranca-do-rio.ghtml>>. Access on: 18 Sept. 2017.

CAMPOS, A. C. Gilmar Mendes teme financiamento do crime organizado nas eleições do Rio. **EBC Agência Brasil**, Brasília, 08 set. 2016. Available in: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-09/gilmar-mendes-teme-financiamento-do-crime-organizado-nas-eleicoes-do-rio>>. Access on: 15 Sept. 2017.

CHAVES, C. Milícias do século XXI. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH-Rio, 2014.

COMEÇA a terceira etapa da operação Centro Presente, no Rio. **G1**, Rio de Janeiro, 26 jul. 2016. Available in: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/07/comeca-terceira-etapa-da-operacao-centro-presente-no-rio.html>>. Access on: 18 Sept. 2017.

CONSTANCIO, T. Lapa presente aumenta segurança do Rio antigo. Rio de Janeiro: Secretaria do Governo, Governo do Rio de Janeiro, 02 jan. 2016. Available in: <<http://www.rj.gov.br/web/segov/exibeconteudo?article-id=2689835>>. Access on: 18 Sept. 2017.

COSTA, C.; SERRA, P. Beltrame critica o Segurança Presente. **O Globo**, [S.l.], 10 dez. 2016. Available in: <<http://oglobo.globo.com/rio/beltrame-critica-seguranca-presente-18260544>>. Access on: 20 Sept. 2017.

EDUARDO Paes elogia ações de milícias de PMs em Jacarepaguá. **O Globo Online**, [S.l.], 24 maio 2012. Available in: <<http://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2006/eduardo-paes-elogia-acoes-de-milicias-de-pms-em-jacarepagua-5000337>>. Access on: 15 Sept. 2017.

ESTATUTO do PCC tem 18 artigos e código de ética. **Diário de Sorocaba**, Sorocaba, 09 jan. 2017. Available in: <<http://diariodesorocaba.com.br/noticia/251665>>. Access on: 15 Sept. 2017.

FELTRAN, G. de S. The Management of Violence on the São Paulo Periphery: the repertoire of normative apparatus in the “PCC era. **Vibrant**, Brasília, v.7, n.2, p.109-134, 2010. Available in: <[http://www.vibrant.org.br/downloads/v7n2\\_feltran.pdf](http://www.vibrant.org.br/downloads/v7n2_feltran.pdf)>. Access on: 15 Sept. 2017.

GENTILE, R. Governo de SP ‘exportou’ PCC para outros Estados ao transferir presos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 jan. 2017. Available in: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1850133-governo-de-sp-exportou-pcc-para-outros-estados-ao-transferir-presos.shtml>>. Access on: 15 Sept. 2017.

GOMBATA, M. O poder da milícia nas eleições do Rio de Janeiro. **Carta Capital**, São Paulo, 30 set. 2014. Available in: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/o-poder-da-milicia-nas-eleicoes-do-rio-de-janeiro-1597.html>>. Access on: 15 Sept. 2017.

GOULART, G. Em 23 anos, mais de 3 mil pessoas morreram na PM: levantamento foi feito pela Comissão de Análise de Vitimização Policial da corporação. **O Globo**, [S.l.], 31 jan. 2017. Available in: <<http://oglobo.globo.com/rio/em-23-anos-mais-de-3-mil-pessoas-morreram-na-pm-20849191>>. Access on: 15 Sept. 2017.

GOVERNO do Rio anuncia pacote de medidas para combater crise. **G1**, Rio de Janeiro, 04 nov. 2016. Available in: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/governo-do-rio-anuncia-pacote-de-medidas-para-combater-crise.html>>. Access on: 18 Sept. 2017.

GLENNY, M. Ocupação do vazio deixado pelas UPPs: A maior disputa pelo controle do comércio de cocaína entre as facções cariocas está se transformando em um conflito ainda mais assustador. **O Globo**, [S.l.], 08 dez. 2016. Available in: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/ocupacao-do-vazio-deixado-pelas-upps-20607788>>. Access on: 15 Sept. 2017.

HÁ LUGARES do Rio em que a polícia é despótica, sufoca a vida dos jovens. **El País**, Madrid, 03 out. 2015. Available in: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/29/politica/1443481474\\_415938.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/29/politica/1443481474_415938.html)>. Access on: 15 Sept. 2017.

JUNQUEIRA, A. Vídeo do YouTube mostra Sergio Cabral confraternizando com milícia em 2007. **Estadão**, São Paulo, 27 ago. 2010. Available in: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,video-do-youtube-mostra-sergio-cabral-confraternizando-com-milicia-em-2007,601430>>. Access on: 15 Sept. 2017.

JUSTIÇA começa a ouvir 70 suspeitos de integrar milícia em Angra dos Reis. **G1**, Rio de Janeiro, 19 maio 2010. Available in: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/05/justica-comeca-ouvir-70-suspeitos-de-integrar-milicia-em-angra-dos-reis.html>>. Access on: 15 Sept. 2017.

LEITÃO, L. RJ montou programa de segurança privada sem consultar Beltrame. **Veja**, [S.l.], 09 dez. 2015. Available in: <<http://veja.abril.com.br/brasil/rj-montou-programa-de-seguranca-privada-sem-consultar-beltrame/>>. Access on: 20 Sept. 2017.

MAGALHÃES, L. E. Lagoa, aterro e Méier terão policiais pagos pela Fecomércio. **O Globo**, [S.l.], 24 set. 2016. Available in: <<http://oglobo.globo.com/rio/lagoa-aterro-meier-terao-policiais-pagos-pela-fecomercio-17868090>>. Access on: 18 Sept. 2017.

MAGALONI, B. et al. **Violência letal no Rio de Janeiro: uma análise espacial de homicídios e mortes decorrentes de intervenção policial**. Stanford: CDDRL, Program on Poverty and Governance: Stanford University, 2015. Not published.

MARTINS, M. A.; VASCONCELOS, G. Na Baixada Fluminense, 14 candidatos e políticos foram mortos desde 2015. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 set. 2016. Available in: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/09/1810543-na-baixada-fluminense-14-candidatos-e-politicos-foram-mortos-desde-2015.shtml>>. Access on: 15 Sept. 2017.

MENDONÇA, A. V. Alerj aprova proposta que pode legalizar milícias: anteprojeto foi encaminhado para a sanção do governador Sérgio Cabral. Polícia Comunitária seria formada por policiais aposentados que atuariam onde moram. **G1**, Rio de Janeiro,

12 abr. 2008a. Available in: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL398914-5606,00-ALERJ+APROVA+PROPOSTA+QUE+PODE+LEGALIZAR+MILICIAS.html>>. Access on: 15 Sept. 2017.

MENDONÇA, A. V. Cabral descarta idéia que poderia legalizar milícias: deputado Natalino propôs a criação da Polícia Comunitária. Para governador, policiais aposentados devem trabalhar em atividades nos batalhões. **G1**, Rio de Janeiro, 14 ago. 2008b. Available in: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL400595-5606,00-CABRAL+DESCARTA+IDEIA+QUE+PODERIA+LEGALIZAR+MILICIAS.html>>. Access on: 15 Sept. 2017.

MINAYO, M. C. de S.; RIBEIRO, A. P. Condições de saúde dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.21, n.7, 2016. Available in: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232016000702031](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000702031)>. Accessed on: 18 Sept. 2017.

MISSE, M. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.19, n.40, p.13-25, Oct. 2011.

MONTEIRO, J. Perdida mas registrada: o ISP está atento à preocupação da população com as balas perdidas. **O Globo**, [S.l.], 06 fev. 2017. Available in: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/perdida-mas-registrada-20873859>>. Access on: 11 Sept. 2017.

MUGGAH, R. Caught between police and gangs, Rio de Janeiro's residents are dying in the line of fire. **The Conversation**, [S.l.], 04 set. 2017a. Available in: <<https://theconversation.com/caught-between-police-and-gangs-rio-de-janeiro-residents-are-dying-in-the-line-of-fire-83016>>. Access on: 11 Sept. 2017.

MUGGAH, R. Rio de Janeiro: a war by any other name. **Small Wars Journal**, [S.l.], 25 April 2017b. Available in: <<http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/rio-de-janeiro-a-war-by-any-other-name>>. Access on: 11 Sept. 2017.

MUGGAH, R. How did Rio's police become known as the most violent in the world? **The Guardian**, [S.l.], 03 Aug. 2016. Available in: <<https://www.theguardian.com/global-development-professionals-network/2016/aug/03/rio-police-violent-killing-olympics-torture>>. Access on: 11 Sept. 2017.

NASCIMENTO, K.; ANTAIS, I. Estado do RJ apresenta redução de 15% nos homicídios dolosos em 2015. **Instituto de Segurança Pública**, Rio de Janeiro,

19 jan. 2016. Available in: <<http://www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=348>>. Access on: 11 Sept. 2017.

NOGUEIRA, I. Secretariado de Crivella une ex-guerrilheiro a fundador do Bope. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 dez. 2016. Cotidiano. Available in: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/12/1843067-no-rio-secretariado-de-crivella-une-ex-guerrilheiro-a-fundador-do-bope.shtml>>. Access on: 18 Sept. 2017.

NUNES, M. Milícia da Zona Oeste do Rio avança para municípios da Baixada Fluminense. **Extra**, [S.l.], 14 fev. 2016. Available in: <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/milicia-da-zona-oeste-do-rio-avanca-para-municipios-da-baixada-fluminense-18670699.html>>. Access on: 18 Sept. 2017.

OPERAÇÃO tenta prender suspeitos de integrar milícia no Rio: MP, PM, Civil e Federal tentam cumprir mandados contra 11 pessoas: esquema envolvia roubo e desmanche de carros. **G1**, Rio de Janeiro, 19 fev. 2016a. Available in: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/operacao-cumpre-tenta-prender-suspeitos-de-milicia-no-rio.html>>. Access on: 18 Sept. 2017.

OPERAÇÃO lagoa presente reduz criminalidade. **Imprensa RJ Notícias**, Rio de Janeiro, 21 nov. 2016b. Assistência Social. Available in: <[http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo;jsessionid=622C48B0BA64ECAB0189A3D303208C6F.lportal2?p\\_p\\_id=exibeconteudo\\_INSTANCE\\_2wXQ&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=pop\\_up&p\\_p\\_mode=view&\\_exibeconteudo\\_INSTANCE\\_2wXQ\\_struts\\_action=%2Fext%2Fexibeconteudo%2Fview&\\_exibeconteudo\\_INSTANCE\\_2wXQ\\_groupId=103138&\\_exibeconteudo\\_INSTANCE\\_2wXQ\\_articleId=3005455&\\_exibeconteudo\\_INSTANCE\\_2wXQ\\_viewMode=print](http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo;jsessionid=622C48B0BA64ECAB0189A3D303208C6F.lportal2?p_p_id=exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ&p_p_lifecycle=0&p_p_state=pop_up&p_p_mode=view&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_struts_action=%2Fext%2Fexibeconteudo%2Fview&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_groupId=103138&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_articleId=3005455&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_viewMode=print)>. Access on: 18 Sept. 2017.

OPERAÇÕES Segurança Presente completam 1 ano. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 01 dez. 2016. Available in: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2016/12/01/operacoes-seguranca-presente-completam-1-ano/>>. Access on: 18 Sept. 2017.

PENGLASE, B. The bastard child of the dictatorship: the Comando Vermelho and the birth of “Narco-Culture” in Rio de Janeiro. **ResearchGate**, [S.l.], jan. 2008. Available in: <[https://www.researchgate.net/publication/236813754\\_The\\_Bastard\\_Child\\_of\\_the\\_Dictatorship\\_The\\_Comando\\_Vermelho\\_and\\_the\\_Birth\\_of\\_Narco-Culture\\_in\\_Rio\\_de\\_Janeiro](https://www.researchgate.net/publication/236813754_The_Bastard_Child_of_the_Dictatorship_The_Comando_Vermelho_and_the_Birth_of_Narco-Culture_in_Rio_de_Janeiro)>. Access on: 15 Sept. 2017.

PICCIANI é reconduzido à presidência da Alerj sob protestos. **Terra**, [S.l.], 01 fev. 2017. Available in: <<https://noticias.terra.com.br/brasil/politica/jorge-picciani-e-reconduzi>>

do-ao-cargo-de-presidente-da-alerj-em-meio-a-protestos,21ef32e57c0cf86823f728d4bb8fd25fq1wly3rq.html>. Access on: 20 Sept. 2017.

POLICIAIS da Operação Centro Presente são atacados com Granada. **O Dia**, [S.l.], 03 dez. 2016. Available in: <<http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-12-03/policiais-da-operacao-centro-presente-sao-atacados-com-granada.html>>. Access on: 18 Sept. 2017.

PÔSSA, N. Presídios do Rio registraram 11 mortes por doença nos nove primeiros dias de 2017. **EBC Radioagência Nacional**, [S.l.], 14 jan. 2017. Available in: <<http://radioagencianacional.ebc.com.br/geral/audio/2017-01/presidios-do-rio-registraram-11-mortes-por-doenca-nos-nove-primeiros-dias-de>>. Access on: 18 Sept. 2017.

PM é baleado por criminosos durante operação Aterro Presente. **R7 Notícias**, [S.l.], 25 jan. 2016. Available in: <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rj-no-ar/videos/pm-e-baleado-por-criminosos-durante-operacao-aterro-presente-25012016>>. Access on: 18 Sept. 2017.

PUFF, J. 4 motivos que levaram o Rio a decretar estado de calamidade pública. **G1**, Rio de Janeiro, 18 jun. 2016. Available in: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/4-motivos-que-levaram-o-rio-a-decretar-estado-de-calamidade-publica.html>>. Access on: 18 Sept. 2017.

O QUE ESTÁ ACONTECENDO na Cidade de Deus? **Exame**, [S.l.], 21 nov. 2016. Available in: <<http://exame.abril.com.br/brasil/o-que-esta-acontecendo-na-cidade-de-deus/>>. Access on: 18 Sept. 2017.

REZENDE, C. Segurança terá R\$ 10 bilhões em 2015. **O Dia**, Rio de Janeiro, 16 dez. 2014. Available in: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-12-16/seguranca-tera-r-10-bilhoes-em-2015.html>>. Access on: 18 Sept. 2017.

RIO de Janeiro vai receber R\$ 2,9 bi por gastos com segurança na Olimpíada. **Portal Brasil**, [S.l.], 27 out. 2016. Available in: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2016/10/rio-de-janeiro-vai-receber-r-2-9-bi-por-gastos-com-seguranca-na-olimpiada>>. Access on: 18 Sept. 2017.

RJ registra mais de 5 mil homicídios em 2016, pior índice em 6 anos, aponta ISP. **G1**, Rio de Janeiro, 15 mar. 2017. Available in: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/rj-registra-mais-de-5-mil-homicidios-em-2016-pior-indice-em-6-anos-aponta-isp.ghtml>>. Access on: 11 Sept. 2017.

RJ tem déficit de mais de 23 mil vagas no sistema carcerário, diz MP-RJ. **G1**, Rio de Janeiro, 14 out. 2016. Available in: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/10/rj-tem-deficit-de-mais-de-23-mil-vagas-no-sistema-carcerario-diz-mp-rj.html>>. Access on: 18 Sept. 2017.

RODRIGUES, L. Carta que teria sido espalhada pelo PCC explica guerra em presídios: “Salve Geral do PCC” foi transmitido entre membros com ordem de guerra contra o Comando Vermelho. **Campo Grande News**, Campo Grande, 20 out. 2016. Available in: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/carta-que-teria-sido-espalhada-pelo-pcc-explica-guerra-em-presidios>>. Access on: 15 Sept. 2017.

ROUVENAT, F. Alerj devolve a Pezão projeto que adiaria aumentos da Segurança Pública. **G1**, Rio de Janeiro, 19 dez. 2016. Available in: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/alerj-devolve-a-pezaoprojeto-que-adiaria-aumentos-da-seguranca-publica.ghtml>>. Access on: 18 Sept. 2017.

SALLES, S. Operação Méier Presente reduz crimes como roubos e pedestres e furtos. **O Globo**, [S.l.], 31 dez. 2016. Available in: <<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/operacao-meier-presente-reduz-crimes-como-roubos-pedestres-furtos-20703648>>. Access on: 18 Sept. 2017.

SATRIANO, N. Roubos de celulares na Presidente Vargas, centro do Rio, caem 95%. **G1**, Rio de Janeiro, 28 out. 2016. Available in: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/10/roubos-de-celulares-na-presidente-vargas-centro-do-rio-caem-95.html>>. Access on: 18 Sept. 2017.

SAVEDRA, P. Coluna do Servidor: sem previsão de pagamento de hora extra. **O Dia**, Rio de Janeiro, 14 ago. 2016. Available in: <<http://odia.ig.com.br/economia/2016-08-14/coluna-do-servidor-sem-previsao-de-pagamento-de-hora-extra.html>>. Access on: 18 Sept. 2017.

SCHMIDT, S. Milícias de policiais chega a Zona Norte. **Jornal O Globo**, [S.l.], 22 set. 2006.

SEGURANÇA Presente é modelo para Alagoas. **Imprensa RJ Notícias**, Rio de Janeiro, 10 nov. 2016. Available in: <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=2997980>>. Access on: 18 Sept. 2017.

SOARES, R. Rio tem 15 guerras de quadrilhas rivais em 21 bairros da cidade a 81 dias das Olimpíadas. **Extra**, [S.l.], 16 maio 2016. Available in: <<http://extra.globo>>.

com/casos-de-policia/rio-tem-15-guerras-de-quadrilhas-rivais-em-21-bairros-da-cidade-81-dias-das-olimpiadas-19312324.html>. Access on: 15 Sept. 2017.

TADEU, R. Quartel da PM de Copacabana teve desvio de armas por quatro anos. **Extra**, [S.l.], 18 set. 2016. Available in: <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/quartel-da-pm-de-copacabana-teve-desvio-de-armas-por-quatro-anos-20133611.html>>. Access on: 18 Sept. 2017.

VIEIRA, I. Operação de segurança no Rio financiada pela Fecomércio divide opiniões. **EBC Agência Brasil**, [S.l.], 05 jun. 2016. Available in: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-06/operacao-de-seguranca-no-rio-financiada-pela-fecomercio-divide-opinioes>>. Access on: 18 Sept. 2017.

ZALUAR, A. The growth of “militias” in Rio de Janeiro. In: FORUM OF SOCIOLOGY, 2., 2012, Buenos Aires. **Conference Paper**... Madrid: ISA, 2012.

WERNECK, A. Investigações mostram que Rocinha está sob controle de facção de SP: disputa por territórios pôs fim à associação com traficantes dos complexos do Alemão e da Penha. **O Globo**, [S.l.], 15 dez. 2016. Available in: <<http://oglobo.globo.com/rio/investigacoes-mostram-que-rocinha-esta-sob-controle-de-facciao-de-sp-20649600>>. Access on: 15 Sept. 2017.

WILLIS, G. **The killing consensus**: police, organized crime and the regulation of life and death in urban Brazil. Berkeley: University of California Press, 2015.

Recebido em 05 de abr. de 2017

Aprovado em 13 de maio de 2017

# DOSSIÊ TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADES NO BRASIL: PORQUE O CRIME NO PAÍS AUMENTA?

Mateus Rennó SANTOS<sup>1</sup>  
Bráulio Figueiredo Alves da SILVA<sup>2</sup>

Diversos estudos indicam que uma grande parte dos países do mundo está ficando mais segura (LaFree et al., 2015; Tseloni et al., 2010; Weiss et al., 2016; Zimring, 2006). Nos Estados Unidos, um dos países mais estudados pela criminologia internacional, a taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes decresceu de mais de 10 em 1991, para 6 em 2002: uma redução de quase 40% em apenas 11 anos. Esta redução abrupta nos homicídios foi uma grande surpresa para os especialistas da época (Dilulio Jr., 1995).

O Canadá, por exemplo, atingiu a mesma redução nos crimes violentos durante os anos 90, apesar de ser bem menos violento que os Estados Unidos, e de não ter apresentado qualquer aumento em seu efetivo policial, ou população prisional (Ouimet, 2002). O mesmo foi observado em diversos países na Europa, Ásia e Oceania (LaFree et al., 2015; Tseloni et al., 2010). Apesar das causas desta redução ainda serem um mistério, ela é observada em tantos países, e de forma tão consistente, que ela já foi considerada um fenômeno global (Aebi e Linde, 2012).

Entretanto, estudos recentes mostram que nem todos os países participaram desta tendência (Weiss et al., 2016). O Brasil é um destes países violentos, com uma taxa média de homicídios no período superior a 20 homicídios a cada 100 mil habitantes, um valor mais de três vezes maior do que a taxa dos Estados Unidos, cinco vezes maior do que a do Uruguai, e mais de 20 vezes o valor da Alemanha, ou do Japão.

---

<sup>1</sup> University de Maryland, College Park – DC – Estados Unidos. Doutorando do Departamento de Criminologia e Justiça Criminal. msantos8@outlook.com.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – BH – Brasil. Professor Adjunto do Departamento de Sociologia. braulio.fas@gmail.com.

Desta forma, propomos um dossiê temático objetivando investigar as causas desta trajetória dos homicídios no Brasil, e do porquê, frente a uma tendência internacional de queda na criminalidade violenta, o país permanece em uma trajetória quase que ininterrupta de aumento na taxa de homicídios nacional. O que torna a criminalidade no Brasil tão única, a ponto de confrontar as tendências do mundo, e permanecer tornando-se cada vez mais grave, apesar do conhecimento geral da seriedade do problema da segurança pública no país?

Recebido em 05 de abr. de 2017

Aprovado em 02 de maio de 2017

# A FAVELA DO BATAN E O PROJETO DAS UPPS: A AVALIAÇÃO DOS MORADORES SOBRE A SUA EXPERIÊNCIA COM A OCUPAÇÃO POLICIAL PERMANENTE

Ariley Pinto Rainho DIAS<sup>1</sup>

**RESUMO:** A favela do Batan, localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, foi um dos primeiros territórios a receber a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) – um projeto que visa a ocupação policial permanente em áreas consideradas perigosas na cidade e oferece em contrapartida novos bens e serviços públicos às populações das áreas ocupadas. Este artigo resulta de uma pesquisa etnográfica iniciada em 2014 e encerrada em meados de 2016. Proponho analisar a avaliação dos moradores sobre os impactos desta política pública na sua vida cotidiana e os seus efeitos na sua percepção sobre o futuro do local. Os dados mostram a decepção dos moradores não só em relação ao projeto, mas também em razão à incapacidade do Estado em resolver os seus problemas. Os moradores passam a acreditar na incapacidade dos projetos sociais em transformar aqueles considerados “irrecuperáveis”.

**PALAVRAS-CHAVES:** Favela. Rio de Janeiro. Policiamento comunitário. Violência urbana.

## Introdução

A favela do Batan fica localizada no bairro de Realengo, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro – uma das regiões mais pobres do município<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. ariley\_dias@yahoo.com.br

<sup>2</sup> De acordo com o Instituto Pereira Passos (IPP), o bairro de Realengo possui Índice de Desenvolvimento Social (IDS) na faixa de 0,58, número inferior ao total do município (0,61). O Índice IDS difere do Índice de

Em maio de 2008, o local chama atenção da discussão pública sobre a violência urbana quando milicianos<sup>3</sup> torturam jornalistas que realizavam uma reportagem investigativa sobre a atuação do grupo local<sup>4</sup>. Devido ao fato, o Batan passa a integrar o programa “Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)” no início de 2009. A iniciativa propõe o policiamento permanente em áreas consideradas perigosas na cidade – as favelas – e, como contrapartida, o Estado passa a oferecer novos bens e serviços a fim de diminuir as taxas de crime no Rio de Janeiro.

A concentração espacial em áreas de importância logística para a realização de megaeventos em anos posteriores, que se tornaram conhecidas como “cinturão olímpico”, é alvo de desconfiança por privilegiar os espaços de maior interesse ao mercado imobiliário em detrimento de outras áreas e de que as UPPs perderão força com o fim das Olimpíadas de 2016 (BURGOS et al., 2012). O Batan nem fica próximo dos locais onde ocorreram os megaeventos e nem de lugares com alto interesse comercial. Devido a sua proximidade com a Avenida Brasil, via expressa que liga a Zona Oeste ao centro da cidade, a região se caracteriza como sendo “de passagem”. A região é constituída, em grande parte, de residências de poucos andares, muitas em estágio de construção, pequenos comércios e motéis, típicos de autoestrada, além de outras favelas. Uma delas, a do Fumacê, passa a integrar a UPP Batan em 2012 quando os traficantes locais, diferente da favela vizinha o local nunca esteve sob o controle de milicianos, perdem o controle do território. Isso mostra que a área de atuação da UPP Batan vai além das fronteiras da área considerada pelas classificações locais como parte do Batan. Os moradores têm a percepção de que a favela não possui grande relevância ao projeto, pois ela só teria integrado o projeto pela repercussão do caso de tortura ter coincido com a emergência das UPPs<sup>5</sup>. Apesar disso, havia grandes expec-

---

Desenvolvimento Humano (IDH) por calcular o nível de saneamento e conforto ao invés da renda populacional, mas a interpretação do número é semelhante – as condições de vida são melhores quando o resultado se aproxima de 1.

<sup>3</sup> Grupos formados por agentes do Estado, especialmente policiais, em posições de comando. Eles impõem a cobrança de taxas em troca de segurança por meio de um discurso de oposição ao domínio de narcotraficantes, além da imposição de monopólio sobre alguns serviços (ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007; CANO; DUARTE, 2012). O Batan foi comandado por um período de aproximadamente um ano pelo Grupo Águia, uma filial da Liga da Justiça – o maior grupo miliciano do Estado.

<sup>4</sup> O episódio ocorreu quando a milícia local descobriu que jornalistas disfarçados de moradores estavam fazendo uma reportagem sobre a atuação do grupo no local. Após horas de tortura, os repórteres foram libertados com vida na Avenida Brasil (MÉNARD, 2008).

<sup>5</sup> O território foi o terceiro a receber uma unidade.

tativas por mudanças, pois raramente o Batan recebeu uma política pública de tal importância.

Este artigo se baseia em uma pesquisa etnográfica realizada entre 2014 e 2016 por meio de entrevistas semiestruturadas e observação participante. O objetivo principal é verificar a avaliação dos entrevistados sobre o futuro da favela com a experiência de policiamento permanente. Baseio-me na ideia de Dewey (1938) de que os atores possuem a capacidade de estabelecer um conhecimento coletivo a partir da sua própria experiência de vida. Para acessar esse quadro, as entrevistas se dividem com perguntas de acordo com a temporalidade dos fatos. Elas iniciam com questões referentes a fatos passados, depois sobre o momento atual<sup>6</sup> com a UPP e os efeitos da nova configuração situacional sobre algo que o entrevistado considera problemático e, por fim, as perguntas finais são direcionadas aos planos dos atores em relação ao futuro imaginado por eles.

A história de vida não é apenas um método para acessar um quadro geral, ela serve também como uma ferramenta importante para conhecer uma realidade ainda não familiar para o pesquisador (BERTAUX, 1997). Por isso, optei por entrevistas semiestruturadas, por poder direcionar a certas questões ao mesmo tempo que deixo oportunidade para as pessoas apresentarem outras que possam ter relevância ao trabalho. Considero os entrevistados como indivíduos dotados de agência competente (SCHÜTZ, 1943; GREIMAS, 1966; GARFINKEL, 1967) – antes dotados da capacidade de produzir efeitos em uma situação. Por isso, a análise se concentra no direcionamento das ações individuais dentro de um quadro situacional por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas dentro do Batan. Glaser e Strauss (1967) concebem que a compreensão de um fenômeno abstrato depende da compilação sistemática dos dados obtidos em campo, ou seja, a teoria sofre modificações constantes durante a pesquisa. A observação participante, outra ferramenta etnográfica, permitiu a reelaboração dos questionários por meio da percepção mais densa do contexto onde o entrevistado está inserido (AGAR, 1996). Vários moradores foram entrevistados mais de uma vez conforme o andamento da pesquisa. Ao ir às reuniões comunitárias, encontros mensais de prestação de contas entre o comando policial e os moradores, pude perceber que apenas os que moram no centro do Batan<sup>7</sup> participam. Isso revela a relação entre localização interna e a relação estabelecida com a polícia. Então,

<sup>6</sup> De acordo com o período da realização da entrevista.

<sup>7</sup> Denomino essa região de central em razão da maior oferta de serviços oferecidos e pela sua centralidade na origem da favela conforme o relato dos moradores.

elaborei questões referentes a forma dos entrevistados classificarem a favela e estabeleci um critério na forma de escolhê-los.

Ao invés de obter uma amostra de todas as regiões do Batan, devido ao tempo de pesquisa, me concentrei em duas. A primeira se localiza na área central considerada a ocupação mais antiga, segundo os moradores teria ocorrido nos anos 1940, onde as pessoas estabelecem uma proximidade maior dos agentes estatais. A segunda é a região do Morrinho, a área mais elevada dentro de um espaço predominantemente plano, tida como a mais perigosa e com os habitantes classificados como os mais pobres do Batan. A rede de entrevistados foi construída a partir de indicações dos próprios entrevistados. Apesar da alta chance de vies por causa da dependência dos dados às redes construídas pelos entrevistados, o método é útil porque muitos possuem uma história em comum já que muitos moram na região praticamente toda a sua vida<sup>8</sup>. A indicação dos entrevistados também auxilia para o estabelecimento de um laço de empatia, condição fundamental na análise da vida cotidiana (HOLLAN; THROOP, 2011), em um ambiente de forte desconfiança<sup>9</sup>. A possibilidade de riscos e perigos possui um papel fundamental na efetivação da vida cotidiana na favela (MACHADO DA SILVA, 2004; CAVALCANTI, 2008), por isso os entrevistados possuem bastante receio de falar sobre certos assuntos. De modo a preservar a identidade dos entrevistados, todos os nomes citados aqui são fictícios, exceto os que pelo cargo que ocupam torna impossível esconder a sua identificação. Como o objetivo do artigo é observar a diferença entre o período anterior e o posterior à integração da favela ao projeto das UPPs, nenhum dos entrevistados faz parte da migração de novos habitantes em busca de segurança com o policiamento permanente<sup>10</sup>.

O final dela foi determinado com a observação de uma saturação dos dados com a não ocorrência de novos dados significativos baseado na concepção de “*grounded theory*” proposta por Glaser e Strauss (1967). O momento foi o período de agravamento da crise econômica sofrido no Estado do Rio de Janeiro

---

<sup>8</sup> Segundo Guest, MacQueen e Namey (2012), o método de snowball, a escolha da análise baseado nas redes estabelecidas pelos entrevistados, é indicada para os casos de uma população diferenciada e socialmente conectada. Uma situação semelhante ao Batan que possui uma localidade bem estabelecida e com uma identidade diferenciada em relação às áreas externas – tanto as outras favelas quanto as que não são consideradas faveladas.

<sup>9</sup> Segundo a minha experiência em campo, a indicação de alguém conhecido parece gerar um conforto maior do entrevistado em relação ao propósito da pesquisa. Por exemplo, Marcos, um dos entrevistados, me relatou que a indicação de Dona Maria foi fundamental para a concessão da entrevista devido ao seu medo de que a polícia descobrisse alguns dos fatos revelados por ele.

<sup>10</sup> A experiência do Batan com a UPP é considerada positiva pela ausência de conflitos armados. A fama de UPP bem-sucedida atraiu novos moradores ao local.

e a estagnação do projeto das UPPs. O descontentamento dos moradores em relação ao projeto e o retorno de atividades ostensivas de grupos armados ilegais no território não resultaram até o momento da escrita deste artigo em um conflito armado diferente de outras favelas com UPP.

### **Uma nova forma de combate ao crime nas favelas: a UPP no Batan**

O projeto das UPPs apresenta a concepção de que os riscos aparecem devido à ruptura com a lei. Portanto, segundo essa perspectiva, a falta de dispositivos legais dentro destes territórios acarreta na emergência de conflitos armados. De forma semelhante ao ocorrido em outras favelas, os moradores não foram avisados sobre o ingresso do Batan no programa das UPPs, uma experiência vivenciada de modo indeterminado pela conformação do projeto a partir da experiência prática (CANO; BORGES; RIBEIRO, 2012). Em um período de aproximadamente seis meses, Wolney, policial e também morador do local, passa a comandar um Destacamento de Policiamento Ostensivo (DPO)<sup>11</sup> logo após a retirada do comando miliciano. No mesmo período, o morador policial se torna presidente da associação de moradores, cargo ocupado durante quatro anos após ser retirado do cargo por um movimento de moradores descontentes, sem qualquer consulta popular. Wolney, conhecido como “xerife da paz”, recebeu denúncias pelo seu comportamento agressivo e de obter vantagens pessoais ao gerenciar os novos serviços públicos oferecidos (AMADO, 2011). Apesar das reclamações sobre a falta de uma participação maior do comando da UPP na questão, alguns entrevistados afirmam que o projeto possibilitou uma resolução menos conflituosa do que em períodos anteriores à sua implantação. João Paulo, um dos moradores a favor da renúncia de Wolney, afirma que nunca tinha visto canais de prestação de contas como no momento posterior à UPP. Apesar da participação na militância no movimento negro em outras favelas, ele tinha medo de participar politicamente no Batan devido ao medo da vigilância de grupos armados. O entrevistado foi o responsável pela criação da comissão de moradores “Crescendo Juntos – Jardim Batan” em prol da organização de eleições para a presidência da associação de moradores.

O arrefecimento dos confrontos armados parece ser um dos principais motivos para as pessoas exporem de forma mais livre a sua opinião. Alguns

---

<sup>11</sup> Base de apoio da Polícia Militar em localidades periféricas. Uma tentativa de aproximar a polícia da população, porém sem a participação de outras instituições estatais como a UPP.

trabalhos apontam que as UPPs resultaram, em seu período de maior êxito, no fim da presença de tiroteios na vida cotidiana ao mesmo tempo que os moradores se sentem mais vigiados por causa do aparato de vigilância com várias câmeras espalhadas pela favela (MESQUITA, 2014; MENEZES, 2015). Porém, o relato dos entrevistados mostra que essa experiência ocorreu antes da chegada da UPP. O último grande tiroteio teria sido no momento que os milicianos expulsaram os traficantes locais aproximadamente um ano antes do caso de tortura envolvendo os jornalistas. O grupo impunha o cumprimento de regras baseado em uma rede de moradores informantes que seria pior do que a dos policiais da UPP. O fato de o Batan ter sido a única favela incorporada ao projeto com um comando anterior estabelecido por milicianos pode explicar as poucas críticas em relação ao sistema de câmeras diferente de outros locais. Apesar da vigilância, parece que houve um controle menor sobre as ações dos moradores. Alguns moradores apresentam uma fala crítica a uma vigilância menor em relação ao período anterior. Luzia, dona de um bar no Morrinho, afirma que as pessoas respeitavam mais as regras no período anterior à chegada da UPP. Ela se mostrou descontente quando precisara do auxílio da polícia em um caso de roubo ao seu estabelecimento:

*Aqui [no Morrinho] não mudou muita coisa. O pessoal aqui do morro continua cheirando seu pó. O meu bar já foi assaltado com UPP aqui dentro. Eles vieram aqui e fizeram a ocorrência. Mas é aquilo: eles não resolvem nada, nunca pegam ninguém. Eles falam que não podem resolver muita coisa, pois não houve flagrante e muitos são “de menor”. Tem um pessoal lá de cima que correram atrás e pegaram os caras que fizeram a safadeza. Eles descobriram as coisas roubadas em um barraco lá em cima e me devolveram.* (Trecho da entrevista de Luzia).

O relato acima exemplifica a descrença na eficiência nos instrumentos legais em resolver os problemas cotidianos. As críticas se direcionam especialmente na morosidade das resoluções judiciais. Uma das mais recorrentes é a questão da necessidade de um flagrante para que os policiais possam intervir diretamente. Se antes os moradores recorriam ao grupo que comandava o território, com a presença da UPP há a necessidade de se deslocar até uma delegacia mais próxima. Muitos desistem de usar a nova opção e buscam outras soluções como o caso da entrevistada acima. O policiamento permanente possibilitou que o saber técnico dos agentes policiais seja questionado. Além da relação com a polícia continuar distante, a capacidade do ator estatal em manter a ordem

passa a ser cada vez mais questionada conforme o projeto entra em um período de estagnação.

As críticas também aparecem na fala dos policiais, pois muitos parecem não acreditar na resolução do crime por meio dos instrumentos legais. Uma atitude recorrente é a exigência do reconhecimento dos moradores em uma determinada categoria, a de não-bandidos, para escapar de situações constrangedoras. Uma moradora do Batanzinho, favela próxima e comandada por um grupo de traficantes da mesma facção que estava no Batan no passado, e que trabalha em um bar no Batan relata que os mesmos policiais da unidade desrespeitam os habitantes do lugar onde mora. Ela tem receio de ser reconhecida por olheiros do tráfico se for vista conversando com um policial. Dona Maria, uma antiga moradora no Batan, conta uma história de agressão contra o seu filho durante uma vista policial:

*Um dia, o meu filho levou a namorada para a casa dela de moto. Já era de madrugada, mas ela não gostava de deixar a mãe sozinha em casa porque [a mãe] tem síndrome do pânico. Ela mora com a mãe lá no Bahia [uma localidade interna no Batan]. Já era meia noite e pouca. Meu filho se levantou e falou para mim que ia leva-la rapidinho. (...) Depois que ele deixou a namorada em casa, um carro da UPP parou a moto dele e perguntou aonde ele morava. Ele falou: “Moro na Rua Vicente Mariano”. Os policiais perguntaram: “Que rua é essa?” Ele falou: “A Rua do Bira”. [Os policiais responderam:] “Mas eu não te conheço”. Meu filho falou: “Precisa conhecer?” E eles já se irritaram, desceram no carro e foram em cima dele, agredindo ele. Ele falou: “Vou te mostrar a minha identidade”. Mas eles não pararam. Aí ele falou: “Olha lá, tem testemunha”. Eles olharam [para ver se alguém observava a cena] e ele meteu o pé. (Trecho da entrevista de Dona Maria).*

As duas críticas estão fortemente atreladas a um grande conflito interno das favelas. Zaluar (1985) aponta para a presença de duas representações antagônicas: o trabalhador, aquele que consegue garantir o sustento da sua família fora do crime apesar da precariedade do trabalho disponível para o pobre urbano, e o bandido, a pessoa que almeja um ganho financeiro por meios ilegítimos mesmo que de forma violenta<sup>12</sup>. Os relatos dos entrevistados apresentam tentativas de

<sup>12</sup> É importante ressaltar que bandido não possui o mesmo significado que criminoso dentro deste quadro dicotômico, ou seja, a prática de um ato ilegal por si só não categoriza alguém como bandido. A autora identifica a presença de uma “ética do provedor”, dessa forma, o trabalhador busca o bem-estar de uma coletividade, como

distanciar a sua imagem com a dos bandidos, de forma semelhante ao relato da autora na etnografia da Cidade de Deus nos anos 1980. Porém, as fronteiras entre as duas categorias se tornam cada vez mais maleáveis. Por exemplo, alguns jovens moradores apesar de se identificarem como trabalhadores já passaram pela experiência do encarceramento. Isso mostra a alta possibilidade dos mais pobres de serem classificados como bandidos (TELLES, 2009; HIRATA, 2010; FELTRAN, 2014). A falta de confiança entre a polícia e o morador pode se relacionar com a alta possibilidade de o segundo ter as suas ações classificadas como ilegais.

Ao invés da presença permanente policial conseguir estabelecer uma relação de confiança, os atores estatais permanecem distantes da população. Alguns informantes se queixam do fato de não ter poder decisório nas políticas implementadas, algo que confirma a ideia de que o Estado por meio da polícia tenta tutelar os habitantes das favelas ocupadas (OLIVEIRA, 2014). Um jovem entrevistado critica a população do Batan por não criticar mais abertamente os policiais ao contrário dos moradores do Fumacê, por isso, de acordo com a sua opinião, os policiais respeitariam mais a favela vizinha. Com o passar do tempo, os moradores percebem uma diminuição nos casos de humilhação pública quando o policial reconhece as pessoas que moram na favela.

A incorporação de um determinado território pela UPP apresenta resultados inesperados além da incorporação de populações que se percebem como integrantes de localidades diferentes, mas de pessoas que não se identificam como faveladas até a chegada da UPP. Uma localidade conhecida como Bahia está situada no ponto mais ao sul da área incorporada pelo programa, entre ponto central do Batan e o Posto 200. Um espaço ocupado basicamente por casas muradas

---

a família, mesmo que recorra a meios ilegais. Os moradores percebem certas semelhanças com os bandidos, pois eles também nasceram na mesma localidade e possuem a “revolta” em relação às condições precárias na vida de um favelado. Porém, o bandido almeja o benefício próprio por meio do que Zaluar denomina de “máquina” – ferramentas, como as armas de fogo, que garantem o poder coercitivo sobre os outros moradores. Ela exemplifica a diferença entre as duas categorias com os relatos de roubos a supermercados. Os entrevistados legitimam a ação por não prejudicar alguém pobre e sim um ente despersonalizado. Porém, diferentemente dos bandidos que auxiliavam as ações, os trabalhadores participavam a fim de prover os bens necessários para o sustento de sua família. De acordo com Zaluar (1985, p.162): “[...] a participação dos bandidos nos saques ao lado dos trabalhadores não foi de mim escondida, embora os trabalhadores não desconhecem que tinham objetivos e motivos diferentes. Muitos daqueles apenas aproveitavam a ocasião para roubar objetos caros, deixando a comida para os que reclamavam por ela.” O modelo apresentado por Zaluar apresenta uma perspectiva essencialista que consegue estabelecer a dicotomia entre as duas categorias apesar da ambiguidade existente entre elas. A imagem positiva de certos traficantes locais não se deve ao apoio de determinadas situações, mas a uma ideia sobre a subjetividade do sujeito. Todavia, “[...] todos concordam que o que atrai nesta opção é a fama, poder e o dinheiro fácil que ela traz.” (ZALUAR, 1985, p.166) e não a melhoria da localidade como um todo.

com poucos andares em grandes lotes e uma loja que funciona como bar e venda de itens de primeira necessidade de propriedade da família Bahia, nome que origina a denominação do local, um contraste com o abundante comércio e oferta de serviços públicos na área central ou até mesmo com a alta presença de bares no Morrinho. De acordo com João Paulo, os moradores do Bahia só passaram a se identificar como favelados após a chegada da UPP:

*Antes do processo de pacificação [termo utilizado para identificar a incorporação de uma favela no projeto das UPPs], a área conhecida como Batan era muito mais restrita. Alguns, por exemplo, falavam que o Batan vai até a Rua Lino de Moraes [é considerada o ponto que demarca o final das áreas centrais do Batan e o início da localidade conhecida como Bahia], onde tem o asilo dos idosos. Os moradores que moram na minha rua, que seria a região limítrofe, a consideram como parte do Batan antigo. Já os moradores da Lino de Moraes [rua onde fica a área chamada de Bahia] não se consideravam moradores do Batan. É uma questão de pertencimento. Quando houve o processo de pacificação, essa área foi ampliada até comunidades que possuem outros nomes, como Cristalina e Posto 200. Agora, vai até o Condomínio dos Ipês. O Estado passou a identificar essa região assim. Não consideravam comunidades<sup>13</sup>. Até porque não havia favela ali. [Os moradores] não se consideravam como favelados e nem como parte do Batan, não queriam ser identificados como pertencentes a uma área conhecida pela cidade como “de risco”. O próprio Batan é um loteamento com áreas desordenadas dentro dele. Antes, a favela era vizinha da gente. Houve até uma migração da associação de moradores: antes, era filiada à Famerj e depois vai para a Faferj. [...] Os serviços públicos estão concentrados nas áreas que considerávamos Batan, acho que por ser uma área de grande vulnerabilidade. Porque lá tinha o tráfico de drogas. Lá que a milícia ocupou após a retirada do tráfico. Ali que era onde o bicho pegava mesmo. O resto entrou na parada. O Estado os colocou. Passa a ser porque o Estado diz que tudo isso agora é Batan. Tanto que, no outro lado da Avenida Brasil, o Fumacê continua sendo chamado assim, enquanto o resto virou Batan. (Trecho da entrevista de João Paulo).*

<sup>13</sup> Frequentemente, moradores ou atores institucionais utilizam o termo *comunidade* para diferenciar os favelados dos grupos narcotraficantes que atuam ali, pois a palavra exaltaria aspectos positivos de seus habitantes. Segundo Birman (2008), o eufemismo não resulta no fim da associação dos favelados a aspectos negativos.

O trecho acima assemelha a percepção dos moradores do Bahia como favelados ao momento em que o comércio de drogas, antes restrito às vielas próximas das ruas principais, avança para a região central do Batan. Apesar da sua proximidade com o resto da favela, de acordo com os relatos, a localidade do Bahia era percebida como um espaço “tranquilo” por não ser ocupado por traficantes e nem por milicianos. A percepção dessas pessoas como faveladas não significa que a UPP gerou a migração de grupos locais, mas a previsão de que a área possa sofrer riscos futuros com a ocupação policial. Ao invés de desejar a sua coexistência, a presença da polícia, semelhante aos grupos armados ilegais, está associada a riscos potenciais. Um efeito que parece resultar da percepção da violência urbana como principal problema da cidade – um fenômeno chamado por Misse (1999) de “acumulação social da violência”.

De forma semelhante ao que ocorreu em outras favelas que integram o projeto, a experiência com o policiamento permanente passou por um período de grandes expectativas no início, apesar dos boatos recorrentes do seu fim após o término dos megaeventos, até o período de descrédito em relação a possíveis melhorias no futuro. Assim que cheguei a campo, os rumores se concentravam na possibilidade de atividades ostensivas de traficantes no Morrinho. A possibilidade se torna factível a partir do momento que pequenas bocas-de-fumo ressurgem nas vielas junto às ruas principais – um fato importante ainda mais se considerarmos a forte repressão sofrida ao uso de drogas na favela durante o período miliciano. Mas o ponto principal da mudança foi quando ocorreu o assassinato de um comerciante (ARAÚJO; ERNESTO, 2015), mesmo com a vítima denunciando publicamente que estava sofrendo ameaças de morte publicamente durante uma reunião na sede da UPP na véspera do seu falecimento. Após o fato, surgiram vários boatos sobre uma possível ligação do comerciante com o grupo miliciano<sup>14</sup> e que logo depois ao fato pessoas integrantes da milícia teriam assassinado dois moradores conhecidos por serem usuários de drogas<sup>15</sup>. A descrição desses rumores não significa que os fatos sejam relatados de forma verdadeira. Eles têm relevância pelos seus efeitos nas ações dos atores tendo em vista o seu poder de fornecer uma interpretação coletiva sobre situações impre-

---

<sup>14</sup> Apesar da experiência em outras favelas apontar a oposição entre comerciantes e milicianos em razão, principalmente, da cobrança de taxas (CANO; DUARTE, 2012), no Batan os moradores que possuem alguma atividade comercial são percebidos como parte do grupo de apoio à milícia em razão da percepção do grupo ser o mais efetivo no combate aos traficantes.

<sup>15</sup> De forma semelhante, à associação de comerciantes à milícia, os usuários são tidos como um grupo de moradores que apoiam um retorno do tráfico.

vistas (SHIBUTANI, 1966). O risco de ocorrer um conflito armado no futuro, no momento da implementação do policiamento permanente, se baseava na permanência de moradores ligados aos dois grupos armados ilegais dentro da favela, mas sem agir de forma ostensiva<sup>16</sup>. No final desta pesquisa, em 2016, emerge a visualização de perigos factíveis de um conflito futuro com a UPP vista como um projeto fracassado. Até o momento de escrita deste artigo não houve grandes mudanças no cenário. O mesmo processo pode ser visto na função da polícia de mediar a relação entre Estado e a população local.

## **A polícia e o seu papel de mediador**

A transformação do policial em um mediador entre a população e o poder público resulta na concepção de que, em contrapartida à ocupação do território, o Estado deve oferecer novos serviços a fim de resolver o problema do crime. Em outras palavras, o morador fica menos atraído pela vida no crime à medida que obtém o acesso aos bens oferecidos pelas instituições estatais. Uma perspectiva que reproduz a ideia de favela atrelada aos problemas da cidade (VALLADARES, 2005). A chegada da UPP com a militarização da vida cotidiana acarretou na perda de importância de outros mediadores, em especial os grupos associativos de moradores (ARAÚJO SILVA; CARVALHO, 2015). Antes, aqueles com importância na política interna do Batan levantavam as reivindicações por meio da sua rede de contatos externa. Com a UPP, eles precisam trazê-las para o comando da unidade. Pelo que pude observar em campo, apenas as lideranças ou moradores do centro da favela traziam questões para a polícia. No caso do Morrinho, vários entrevistados relataram que nunca entraram na sede da UPP.

Essa nova característica do policial que faz parte do projeto da UPP leva críticas, tanto de moradores quanto dos próprios policiais, em razão dos casos não poderem ser resolvidos de forma imediata, semelhante as críticas no combate ao crime descritas na sessão anterior. A mediação também resulta um outro efeito inesperado pelos planejadores do projeto. As UPPs não possuem apenas o objetivo de inibir a atividade de grupos armados ilegais, o programa se encontra em um contexto de tentativas de tornar as práticas policiais adequadas ao Estado democrático de direito (RIBEIRO, 2014). Por isso, o comando e o efetivo de uma unidade mudam constantemente a fim de evitar a personalização

---

<sup>16</sup> No caso dos traficantes, além dos familiares, muitos líderes do grupo se mudaram para a favela vizinha do Batanzinho no outro lado da Avenida Brasil. Já os milicianos, além dos moradores favoráveis ao grupo, nunca teriam realmente cessado as suas atividades no Batan.

do projeto. Em outras palavras, a UPP busca ser percebida como uma política de Estado ao invés de estar atrelada a algum ator público. Porém, a avaliação dos moradores sobre o projeto parece estar condicionada a abertura dos comandantes para escutar as demandas dos moradores.

Assim como os outros atores, alguns policiais pensam em projetos voltados ao bem-estar da localidade, como os policiais ensinarem algumas práticas esportivas na sede da unidade. Um dos comandantes melhores avaliados, o capitão Eliezer, tinha projetos bem sucedidos na área educativa – uma ação bastante mencionada para explicar o sucesso inicial do programa. No momento da minha entrada em campo, em meados de 2014, vários entrevistados relacionavam a pouca abertura de diálogo do então comandante com o aumento de furtos na favela. De fato, a primeira reunião comunitária foi convocada apenas quando a capitã Joyce passou a ser a nova comandante. Um de seus primeiros atos foi participar de um evento comemorativo na associação de moradores, inclusive divulgando o número de seu telefone celular para as pessoas entrarem em contato com ela em caso de problemas. De acordo com Sztompka (1999), quando uma expectativa depositada se confirma, uma rotina de confiança é estabelecida. A tentativa de despersonalização do programa, com mudanças constantes do efetivo, é tida como algo negativo. Simone, moradora que foi presidente da associação de moradores durante o meu tempo em campo, avalia negativamente a mudança constante do efetivo policial:

*Já teve policiais que moravam aqui. Mas foram transferidos. Todos os policiais da UPP vêm de fora. Teria que ficar uns três que conhecessem realmente a comunidade a fundo, saber todas as entradas e as saídas, não ficar batendo cabeça. [...] Quando a comunidade tá entrando no eixo, eles trocam o capitão. Quando tá começando a acertar, eles trocam. Aí começa do zero. É isso que atrapalha as “pacificações”. É a troca de comandantes, é a troca de contingente, é isso que atrapalha. [...] Ninguém quer aproveitar [e experiência dos comandos anteriores na gestão atual], todo mundo quer fazer o seu. Aí já entra a vaidade. O comandante traz os policiais dele e leva os dele. (Trecho da entrevista de Simone).*

Primeiro, decisões discricionárias são inerentes a prática policial, pois os problemas na vida cotidiana demandam respostas rápidas ou soluções alternativas às prescritas sem poder recorrer a algum tipo de supervisor (BITTNER, 2003). Portanto, é impossível que o projeto das UPPs consiga controlar todas as ações dos policiais nos territórios ocupados, principalmente tendo em vista a longa

lista das suas atribuições na vida social no território. O projeto deve encontrar o meio caminho entre a total discricionabilidade dos atos policiais e as regras definidas por lei. Segundo, a fala da entrevistada corrobora a hipótese de que prevalece a desconfiança entre os vários operadores da justiça criminal ao invés da coordenação das atividades (VARGAS; RODRIGUES, 2011). No caso relatado, dentro da Polícia Militar parecem existir rupturas entre os seus integrantes com a modificação do efetivo leal ao comandante transferido e a não transmissão do conhecimento adquirido durante a experiência. As pessoas percebem que os avanços na relação com a polícia se dissipam com as mudanças impostas pelos gerenciadores do projeto sem levar em conta a sua opinião e nem apresenta qualquer justificativa da transferência a elas. Apenas um policial permanece na unidade desde a sua inauguração. Ele possui grande prestígio com a população local, inclusive é pastor em uma igreja local, mas aparentemente não consegue evitar o desconhecimento do novo efetivo sobre o Batan.

As reuniões comunitárias mensais são o principal meio de prestação de contas. Ela inicia com a justificativa de representantes de órgãos estatais às demandas do encontro anterior. Depois, com a mediação do comandante da unidade, os moradores presentes podem levantar algumas reivindicações. O policial mediador possui o papel de filtrar as questões levantadas de acordo com o que ele considera como causa pública. As críticas consideradas relevantes não apenas devem atentar para o caráter geral de seus efeitos, mas também as chances reais de resolver o problema – um processo que Boltanski (2000) denomina de “des-singularização”. Por exemplo, uma moradora em uma reunião no Fumacê pede uma viatura próxima ao local da sua casa, pois, segundo ela, houve aumento do número de assaltos no caminho percorrido do ponto de ônibus até a sua casa. O policial responsável pela mediação<sup>17</sup> respondeu que a viatura foi transferida para a entrada da favela em razão de demandas levantadas em uma reunião anterior. Como não havia condições econômicas para ter mais uma viatura, o caso não pode ser levado adiante.

Grande parte da polícia parece não conhecer a vida social local. Em uma entrevista, a capitã Joyce, que chefiava a unidade durante boa parte do meu período em campo, me relatou que ficou surpresa com as diferenças internas entre os moradores e as consequências disso para a relação deles com a polícia. Ela apenas sabia a existência da rivalidade entre o Batan e o Fumacê em razão da disputa entre facções traficantes rivais em um momento anterior. A então comandante

---

<sup>17</sup> O comandante não estava presente no dia.

tentou consolidar um sistema de rodízio nas reuniões comunitárias entre as áreas internas atendidas pela UPP porque moradores de áreas mais distantes, que nem se consideram moradores no Batan, não recorriam à polícia devido à distância à sede da unidade<sup>18</sup> e apontavam problemas diferentes, como o aparecimento de traficantes oriundos da Vila Kennedy<sup>19</sup> no Posto 200 – localidade mais próxima aos bairros vizinhos Padre Miguel e Bangu – algo não percebido em outras partes do Batan.

Além desse problema existente desde o início da ocupação, os entrevistados percebem um esvaziamento das reuniões. Um dos exemplos é o João Paulo e a sua tentativa de comandar um grupo de trabalho (GT), um meio de discussão formado por moradores e outros atores pertencentes ao Estado, para resolver o problema da falta de linhas de transporte no Batan. A única linha de ônibus transita em horários irregulares. Por isso, a única oferta de transporte público legal está presente na Avenida Brasil. De acordo com o entrevistado:

*O GT praticamente morreu porque o Instituto Pereira Passos, que coordena a ação da UPP Social<sup>20</sup>, não conseguia mais trazer representantes da secretaria de transportes para o GT. A única reunião que houve com a Secretaria Municipal de Transporte não foi mediada pela UPP Social. Ela foi intermediada pelo parlamentar do Estado [o deputado Thiago Pampolha]. E ainda assim não redundou em absolutamente nada, inclusive o plano viário que foi feito pela CET Rio, porque o Batan virou um caos tanto para pedestres quanto para motoristas, pois não tem uma linha de ônibus que circule dentro dele. O projeto foi apresentado por um representante, a comunidade apresentou as demandas e nada foi feito. Não adianta mapear se o Estado não vai olhar para isso. Aquilo que vi três, quatro anos atrás não é a mesma coisa. As pessoas se sentem frustradas. Por que eu vou à reunião da UPP se nada vai ser resolvido? As pessoas acham que é perda de tempo. (Trecho da entrevista de João Paulo).*

<sup>18</sup> Devido à distância, muitos moradores recorrem ao sistema de transporte alternativo via vans para transitarem entre as áreas mais distantes e o centro do Batan – onde está localizada a sede da UPP.

<sup>19</sup> Na época, a favela passou a integrar o projeto das UPPs. Por isso, vários traficantes fugiram para locais próximos.

<sup>20</sup> O programa Rio+Social é uma reformulação da UPP Social, programa para a área social em favelas do município com UPPs, em uma parceria com a ONU Habitat. Ele substituiu a UPP Social Carioca, versão do projeto criada com a passagem do mesmo do Governo do Estado para a Prefeitura, em 2011, a partir de disputas políticas pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, que geria até então o mesmo e seguiu o gerindo no restante do Estado, agora sob a batuta do secretário Rodrigo Neves, que substituiu o engenheiro Ricardo Henriques, criador do programa. A UPP Social Carioca, por sua vez, passou a ser operada pelo IPP, sob direção do mesmo Henriques. Em 2012, Henriques foi substituído no IPP pela economista Eduarda La Rocque, que promoveu a revisão do programa.

O transporte de vans e o de mototáxi oferecem uma possibilidade de transporte interno. Porém, ambos apresentam uma frota pequena e realizam apenas pequenos trajetos. Por exemplo, a linha de vans possui apenas seis carros e realizam apenas o trajeto Largo do Chuveirinho – um dos principais pontos da favela – até Bangu – um bairro vizinho. Ambos os serviços enfrentam problemas em relação à sua legalização. A chegada da UPP possibilita a formalização dos serviços já existentes na favela. No caso do Batan, um dos principais objetivos foi o de substituir a oferta dos serviços oferecidos pelos milicianos. Em especial, a legalização da oferta de TV's por assinatura com a possibilidade de encontrar pacotes promocionais para os moradores<sup>21</sup>. O caso dos transportes não foi bem sucedido, pois poucas concessões foram obtidas a determinados veículos e não para a frota inteira. A relação com a polícia gera conflitos devido às multas aplicadas, em grande parte por estacionamento em lugar proibido. Como o serviço não é legalizado, há risco de multa em todo o trajeto, inclusive no ponto utilizado para o estacionamento dos veículos. Atualmente, os motoristas parecem ter desistido de legalizar o serviço. Há boatos que o transporte alternativo voltou a ser gerenciado pela milícia local.

Outro ponto de discussão é o papel do comandante para a liberação dos eventos realizados na favela. A necessidade de autorização prévia e a ausência de definição explícita dos critérios de avaliação<sup>22</sup> torna, na prática, impossível a liberação se o promotor do evento não tiver boas relações com a direção da UPP ou que os agentes policiais não o conheçam. Carlos, um jovem morador, relata que o seu emprego em uma agência de oferta de crédito dentro da sede da UPP possibilitou uma aproximação com o comando da UPP e, conseqüentemente, a liberação das festas promovidas por ele. Ricardo, outro jovem morador, aponta para a alta possibilidade de não obter a autorização para a realização do evento dentro do período estabelecido por lei, pois os policiais responsáveis pelo atendimento dificultam o acesso ao comandante. Grande parte das exigências legais não é cumprida ou são relativizadas, algo esperado se for considerado o alto custo para obedecê-las<sup>23</sup>. Portanto, o comandante usa a possibilidade discricionária

---

<sup>21</sup> De acordo com a CPI das Milícias (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO, 2008), o Batan tinha um comércio lucrativo de vendas ilegais dos sinais de TV por assinatura – prática conhecida popularmente como “gato-net”.

<sup>22</sup> Como no decreto nº 44.617/14 (RIO DE JANEIRO, 2014), sobre as definições para a realização de eventos no Estado do Rio de Janeiro, que dispõe apenas sobre os prazos do processo e a autorização prévia.

<sup>23</sup> Um dos exemplos, é a exigência da supervisão de um engenheiro para a montagem de palcos. Algo bastante difícil se considerar que muitas manifestações são de pequeno porte e com escassos auxílios financeiros.

para definir o evento que será aceito ou não. As manifestações culturais envolvendo o funk praticamente não existem no Batan, apesar da minha observação de ser um gênero musical bastante escutado pelos jovens no local – algo bastante recorrente em favelas que integram o projeto das UPPs (FACINA, 2014).

### **Conclusão: da ausência para a ineficiência das instituições governamentais**

O Batan é considerado um dos casos de sucesso do projeto das UPPs. Até o momento da escrita deste artigo, não houve a eclosão de grandes conflitos ou repúdios à ocupação policial permanente. Porém, a minha pesquisa mostra o enfraquecimento das suas propostas. A milícia e o tráfico local passaram a agir de forma mais ostensiva. Os programas se tornaram ineficientes. Em parte, porque os objetivos sociais sempre estiveram em segundo plano em relação aos fins militares (HENRIQUES; RAMOS, 2011; FLEURY, 2012; CARVALHO, 2013; LEITE, 2014), sobretudo o excesso de poder do comandante sobre a vida cotidiana dos moradores do espaço ocupado, com o combate contra as formas de vida consideradas perigosas (HEILBORN; FAYA; SOUZA, 2014) e a economia informal existente antes da chegada da UPP (CUNHA; MELLO, 2012; OST; FLEURY, 2013). Por outra, a UPP não conseguiu corresponder às expectativas dos moradores, em especial aqueles envolvidos no ativismo local. Os benefícios que chegaram com o programa parecem perder a sua efetividade ao longo do tempo, por isso a espera incessante por resoluções dos problemas possui uma importância para a configuração da nova forma de sociabilidade nas favelas ocupadas (CAVALCANTI, 2013). Bruno conta que voltou a morar no Batan com a chegada da UPP após o seu desânimo com as perseguições impostas pelos milicianos no período anterior. Ele conseguiu a vaga de colaborador no programa UPP Social. A sua função era mediar as relações da equipe dos pesquisadores do programa com os moradores, além de poder influenciar as pesquisas por meio da sua experiência como morador do Batan. O entrevistado considera um fracasso a tentativa de prestação de contas de acordo com as demandas levantadas:

*Quando você trabalha em um programa, você não desenvolve parcerias sozinho, você segue um cronograma de ações. Eram os objetivos e parcerias que chegavam no Instituto Pereira Passos, com algumas secretarias e iniciativa privada, parcerias público-privadas. [...] A gente levava para as secretarias aquilo [as demandas] que enxergávamos como potenciais [de serem resolvidas].*

*O levantamento de demandas era um dos escopos de atuação do programa. A gente atuava na identificação das demandas para as secretarias municipais. Só que a máquina é engessada. A gente até acreditou no início que isso era possível, realizar e priorizar essas demandas. Isso não aconteceu. Os caras já tinham uma maneira de trabalhar e chega um programa que quer acelerar essas demandas, sendo que no Rio de Janeiro tem milhares de demandas que não foram resolvidas. (Trecho da entrevista de Bruno).*

Antes, os moradores percebiam o Estado como uma entidade ausente. Pois, na visão deles, o poder público não se interessaria pela melhoria da favela exceto nas relações de trocas de votos no período eleitoral. A chegada da UPP resultou na percepção da ineficiência do Estado em resolver os problemas locais<sup>24</sup>. Tendo em vista o conceito de Thévenot (1986) de investimento de forma, a capacidade dos atores em mobilizar elementos heterogêneos em torno de categorias gerais, proponho a emergência de investimentos particulares. A perspectiva de futuro dos atores se concentram em melhorias em um grupo restrito de pessoas por não perceberem possibilidades de ganhos a uma população mais ampla. Marcos, um dos moradores pioneiros da ocupação do Morrinho no início dos anos 1990, explica a sua desilusão na sua participação como líder local:

*Todo mundo quer [morar no Morrinho]. Muita gente foi entrando. Aí vem gente de tudo que é tipo. Vem estuprador, vem gente de tudo que é tipo para formar um bairro novo. [...] Agora, penso mais em mim. É uma luta muito complicada. Agora eu tenho um filho e ele está crescendo no meio disso. Ele tem um irmão [filho da sua ex-mulher] que é envolvido. Olha o exemplo para o meu filho. [...] Nunca tive esperança [de que a UPP trouxesse melhorias], pois quem não mora na comunidade não se preocupa com ela. Agora com essa dificuldade do estado [a crise financeira estadual]. Como eles vão ajudar, se precisam de ajuda? O estado está falido. (Trecho da entrevista de Marcos).*

A dificuldade em pensar em conjunto reproduz de forma dramática a dicotomia pensada por Zaluar (1985) entre trabalhadores e bandidos para entender

---

<sup>24</sup> Acho importante ressaltar que a percepção dos moradores sobre a ausência não significa que o Estado não estivesse presente no Batan. Estudos anteriores criticam a perspectiva da favela como um território a parte do resto da cidade (MACHADO DA SILVA, 1967; LEEDS; LEEDS, 1977; PERLMAN, 1977). A intensificação de mecanismos de prestação de contas, a presença da polícia fora de momentos de conflito e inclusão do Batan em um dos principais programas do Estado do Rio de Janeiro podem ter contribuído para a noção de que o Estado passou a estar presente de forma permanente após a UPP.

a heterogeneidade presente nas favelas. Em várias propostas dos moradores em melhorar o Batan naturalizam a exclusão daqueles considerados bandidos. Os antigos líderes comunitários passam a elaborar propostas voltadas a uma parte da favela. Porém, a fronteira entre as duas categorias é bastante maleável. Os moradores parecem não pensar o bandido atrelado a uma qualidade inerte. Boa parte de seus habitantes transitam pelas duas categorias e a percepção de uma pessoa como trabalhador passa a incorporar mecanismos, por exemplo, o da conversão religiosa<sup>25</sup>. Tendo isso em vista, aqueles classificados como bandidos ou previstos a se tornar um devem aceitar as opções de recuperação. Por exemplo, Marcos critica a falta de interesse dos jovens do Morrinho em participar do curso de jardinagem proposto por ele, o único disponível para as pessoas da região. Ou seja, mesmo não tendo interesse pelo curso, eles precisam participar para demonstrar que desejam se transformar em trabalhadores. A falha dos elementos cívicos, nos termos propostos por Boltanski e Thévenot (1991), em propor um futuro em comum a todos pode acirrar as distâncias internas em um conflito previsto pelos moradores para ocorrer em um momento próximo.

### **THE FAVELA OF BATAN AND THE UPPS' PROJECT: THE EVALUATION OF THE RESIDENTS ABOUT THEIR EXPERIENCE WITH PERMANENT POLICE OCCUPATION**

**ABSTRACT:** *The favela of Batan, located in west zone of Rio de Janeiro's city, was one of first territories to receive Pacifying Police Units (UPPs) – a project that aims the permanent police occupation in areas considered dangerous in the city and it offers a counterpart new public goods and services to people from occupied areas. This article result from an ethnographic research began in 2014 and ended in 2016. I propose to analyze the residents' evaluation about the impacts of this public policy in their everyday life and their effects in their perception about the future of this site. The data shows the disappointment of residents not only in relation to project but due to incapacity of State to resolves their problems. The residents started to believe in inability of social projects in transform those who are considered "irrecoverable".*

**KEYWORDS:** *Favela. Rio de Janeiro. Communitary police. Urban Violence.*

---

<sup>25</sup> Um ato específico não é suficiente para alguém ser categorizado como um bandido, mas a sua associação a uma subjetividade específica. Portanto, o processo envolve tanto uma categorização coletiva sobre a subjetividade de um determinado sujeito quanto o próprio indivíduo que entra na vida no crime a internaliza. Os processos de conversão religiosa promovidos por entidades cristãs neopentecostais oferecem um meio efetivo para uma nova interpretação a respeito da subjetividade de alguém antes identificado como bandido (TEIXEIRA, 2012).

## REFERÊNCIAS

AGAR, M. H. Recasting the “ethno” in “ethnoepidemiology”. **Medical Anthropology**, Philadelphia, v.16, n.4, p.391–403, 1996.

AMADO, G. Tenente do Bope atua como ‘xerife’ no Batan e é alvo de críticas de moradores. **Extra**, Casos de Polícia, 25 abr. 2011. Disponível em: <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/tenente-do-bope-atua-como-xerife-no-batan-e-alvo-de-criticas-de-moradores-1661152.html>>. Acesso em: 04 maio 2017.

ARAÚJO, A.; ERNESTO, L. Dono de bar é assassinado no Batan: crime ocorreu dentro do estabelecimento: Francisco Carlos Vieira de Souza teria relatado ameaças um dia antes da morte. **O Dia**, Rio de Janeiro, 29 abr. 2015. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-04-29/dono-de-bar-e-assassinado-no-batan.html>>. Acesso em: 04 maio 2017.

ARAUJO SILVA, M. C.; CARVALHO, M. B. Circuitos políticos em uma favela pacificada: os desafios da mediação. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.63-76, 2015.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Alerj, 2008.

BERTAUX, D. **Les récits de vie**. Paris: Nathan, 1997.

BIRMAN, P. Favela é comunidade? In: MACHADO DA SILVA, L. A. (Org.). **Vidas sob o cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008. p.99-114.

BITTNER, E. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: EDUSP, 2003.

BOLTANSKI, L. **El amor y la justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción**. Buenos Aires: Amorrortu, 2000.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification: les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.

BURGOS, M. B. et al. O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas: desigualdade & diversidade: **Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n.11, p.49-97, 2012.

CANO, I.; BORGES, D.; RIBEIRO, E. (Org.). **Os donos do morro**: uma avaliação exploratória do impacto das unidades de polícia pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: LAV/ UERJ, 2012.

CANO, I.; DUARTE, T. L. **No sapatinho**: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2012.

CARVALHO, M. B. A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v.16, n.29, p.285-308, 2013.

CAVALCANTI, M. À espera, em ruínas: urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da PACificação. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v.6, p.191-228, 2013.

CAVALCANTI, M. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.35-59, 2008.

CUNHA, N. V.; MELLO, M. A. da S. A UPP e o processo de urbanização na favela Santa Marta. In: MELLO, M. A. da S. et al. **Favelas cariocas**: ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.433-474.

DEWEY, J. **Logic**: the theory of inquiry. Nova York: Henry Holt, 1938.

FACINA, A. **Acari cultural**: mapeamento da produção cultural em uma favela da Zona Norte do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

FELTRAN, G. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, v.27, n.72, p.495-512, 2014.

FLEURY, S. Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta. **Sociologias**, Porto Alegre, v.30, p.194-222, 2012.

GARFINKEL, H. **Studies in Ethnomethodology**. Nova Jersey: Prentice Hall, 1967.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory**: strategies for qualitative research. Chicago: Aldine, 1967.

GREIMAS, A. J. **Sémantique structurale**: recherche et méthode. Paris: Larousse, 1966.

GUEST, G.; MACQUEEN, K.; NAMEY, E. **Applied thematic analysis**. Thousand Oaks: Sage, 2012.

HEILBORN, M. L.; FAYA, A.; SOUZA, J. F. Juventude e sociabilidade em um “território pacificado” no Rio de Janeiro. **Aceno**, Goiânia, v.1, n.1, p.102-122, 2014.

HENRIQUES, R.; RAMOS, S. **UPPs Social: ações sociais para a consolidação da pacificação**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, UFRJ, 2011.

HIRATA, D. V. **Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida**. 2010. 367f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

HOLLAN, D. W.; THROOP, C. J. **The anthropology of empathy: experiencing the lives of others in pacific societies**. Nova Iorque: Berghahn Books, 2011.

LEEDS, A.; LEEDS, E. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

LEITE, M. P. Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v.7, n.4, p.625-642, 2014.

MACHADO DA SILVA, L. A. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.19, n.1, p.53-84, 2004.

MACHADO DA SILVA, L. A. A política na favela. **Cadernos de Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v.9, n.41, p.35-47, 1967.

MÉNARD, R. Equipe de O Dia sequestrada e torturada. **Observatório da Imprensa**, n.488, 03 jun. 2008. Disponível em: <[http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/equipe\\_de\\_o\\_dia\\_sequestrada\\_e\\_torturada/](http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/equipe_de_o_dia_sequestrada_e_torturada/)>. Acesso em: 04 maio 2017.

MENEZES, P. V. **Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”**: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MESQUITA, W. A. B. Quando o trabalho é desordem: as demandas dos vendedores ambulantes com a chegada da UPP ao Complexo do Alemão. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v.7, n.4, p.685-702, 2014.

MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. 413f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, J. P. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.125-161, 2014.

OST, S.; FLEURY, S. O mercado sobe o morro: a cidadania desce? efeitos socioeconômicos da pacificação no Santa Marta. **Dados**, Rio de Janeiro, v.56, p.635-671, 2013.

PERLMAN, J. **O mito da marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. São Paulo: Paz e terra, 1977.

RIBEIRO, L. O nascimento da polícia moderna: uma análise dos programas de policiamento comunitário implementados na cidade do Rio de Janeiro (1983-2012). **Análise Social**, Lisboa, n.211, p.272-309, 2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n. 44.617, de 19 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre a concessão de autorização para a realização de eventos culturais, sociais, desportivos, religiosos e quaisquer outros que promovam concentrações de pessoas, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 21 fev. 2014. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=265883>>. Acesso em: 20 set. 2017.

SCHÜTZ, A. The problem of rationality in the social world. **Economica**, Londres, v.10, n.38, p.130-149, 1943.

SHIBUTANI, T. **Improvised news**: a sociological study of Rumor. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1966.

SZTOMPKA, P. **Trust**: a sociological theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

TEIXEIRA, C. P. 'Frios', 'pobres' e 'indecentes': esboço de interpretação de alguns discursos sobre o criminoso. In: MISSE, M.; WERNECK, A. (Org.). **Conflitos de (grande) interesse**: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.179-204.

TELLES, V. S. Nas dobras do legal e ilegal: ilegalismos e jogos de poder. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, n.5-6, p.97-126, 2009.

THÉVENOT, L. Les investissements de forme. In: THEVENOT, L. (Org.). **Conventions** économiques. Paris: PUF, 1986. p.21-71.

VALLADARES, L. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VARGAS, J. D.; RODRIGUES, J. N. L. Controle e cerimônia: o inquérito policial em um sistema de justiça criminal frouxamente ajustado. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.26, n.1, p.77-96, jan.-abr. 2011.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.21, n.2, p.89-101, 2007.

Recebido em 27 de maio de 2017

Aprovado em 24 de jul. de 2017



# A LÓGICA BINÁRIA QUE GUIA A APLICABILIDADE DOS DIREITOS INFANTO-JUVENIS: PROTEÇÃO *VERSUS* PUNIÇÃO<sup>1</sup>

Betânia de Oliveira Almeida de ANDRADE<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho se insere em um conjunto de pesquisas sobre a relação entre justiça, juventude, criminalidade e violência. Tenho por objetivo analisar a transição do “Direito do Menor” para o “Direito da Criança e do Adolescente”, de modo a compreender este marco no processo de (re)democratização da sociedade brasileira. As contribuições empíricas, neste sentido, apresentam-se como fundamentais para compreensão da aplicabilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente – evidenciado por seu caráter protecionista integral aos direitos infanto-juvenis – nesta sociedade hierárquica. Trato dos paradoxos embutidos no código jurídico que estabelece normas uniformes em um contexto de desigualdade.

**PALAVRAS CHAVES:** Direito. Menor. Criança. Adolescente. Desigualdade.

## Introdução

O presente trabalho se insere em um conjunto de pesquisas que visam indagar a relação entre justiça, juventude, criminalidade e violência. Por intermédio de pesquisa empírica e bibliográfica pretende-se analisar a **construção social** da figura do “*menor*”<sup>3</sup>, tendo em vista a antinomia aparente entre o “ser”

<sup>1</sup> A pesquisa que deu fruto a este trabalho foi financiada pelo CNPq, na modalidade de Pesquisa de Iniciação Científica, intitulada: “A construção dos Direitos Infanto-Juvenis e a Manutenção da Clientela da Justiça Juvenil por mais de um século”, coordenada para Professora Vivian Gilbert Ferreira Paes, em 2015/2016.

<sup>2</sup> Universidade Federal Fluminense (UFF), Faculdade de Direito, Niterói - RJ - Brasil. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito. betaniaalmeida@id.uff.br.

<sup>3</sup> O uso do termo **menor**, neste contexto, tem por objetivo enfatizar o fato de que ainda que tenha ocorrido a alteração do Código de Menores, para o Estatuto da Criança e do Adolescente, o termo “menor” continua a ser considerado pejorativo, o mesmo continua a ser usado para classificar um grupo seletivo de crianças ou adolescentes.

e o “dever ser” do direito. Para tanto, terei como foco o período de transição, quando houve alteração de uma *legislação menorista*, que previa a repressão, por outra que teria por objetivo a proteção integral às crianças e adolescentes, para então pensar as práticas institucionais que atualizam e reinterpretam estas legislações.

Analiso o período de transição do “**Direito do Menor**” para o “**Direito da Criança e do Adolescente**”, de modo a compreender este marco no processo de (re)democratização da sociedade brasileira. A transição do Código de Menores (BRASIL, 1979) para o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990a) foi uma das consequências deste processo. A partir destas alterações normativas, o ‘*menor*’ passa a ser juridicamente considerado um sujeito de direitos, a lógica de repressão e controle é substituída pela lógica da proteção integral.

Conforme salienta Clifford Geertz (2002), o “direito” é parte de uma forma específica de pensar a realidade. Assim como a etnografia, este funciona a luz do saber local. No entanto, o mesmo não pode ser concebido como uma “[...] onipresença que paira para os céus, sobre tudo e todos [...]”, muito menos como um conjunto de “[...] artifícios engenhosos para evitar disputas [...]” (GEERTZ, 2002, p.261). Neste contexto, há uma grande problemática, uma vez que, a princípio, a representação jurídica do fato é meramente normativa.

As contribuições empíricas, neste sentido, tornam-se fundamentais para compreensão sobre de que modo, no universo das práticas, a alteração legislativa não resultou em alteração efetiva na realidade social brasileira. Afinal não é possível interpretar a realidade pela mera análise da norma jurídica, deixando de lado uma parte importante do contexto social. Pois, se assim fizermos, não seremos capazes de “[...] identificar com clareza grande parte daquilo que um processo jurídico realmente é.” (GEERTZ, 2002, p.271).

Em contraposto a lógica protetiva aos direitos da criança e do adolescente, que rege a normativa internacional sobre os direitos infanto-juvenis, o presente trabalho tem por objetivo ressaltar a marcante característica punitiva presente no universo das práticas. Neste sentido, destaco a referida característica punitiva que guia a aplicabilidade dos direitos infanto-juvenis a partir do trabalho de campo desenvolvido na Vara da Infância e da Juventude, comarca de Niterói, no Rio de Janeiro.

## A transição do “Direito do Menor” para o “Direito da Criança e do Adolescente”

### O “Direito do Menor”

Na Doutrina do Direito Penal do Menor, concentrada nos Códigos Penais de 1830 e 1890, a criança ou o adolescente não eram reconhecidos enquanto sujeitos de direito, mas como “coisas” que estavam sob inteira responsabilidade de seus donos, seus Pais. A referida fonte doutrinária preocupava-se com delinquência praticada pelo *menor*, imputando responsabilidade ao mesmo após uma “pesquisa do discernimento” (PEREIRA, 2008). Neste período havia uma única Lei Penal aplicável aos maiores e menores de idade. Deste modo, os menores de idade recebiam o mesmo tratamento que os demais, sendo aplicadas as mesmas penas pelos mesmos delitos, diferenciando pela aplicabilidade de uma atenuante.

Esta doutrina teve vigência durante o Século XIX e início do XX, sendo possível caracterizar este período por uma etapa penal diferenciada que se dá a partir do surgimento dos primeiros Códigos Penais. Tanto o primeiro Código Penal do Brasil, que entrou em vigor em 1830, quanto o Código Republicano adotaram o critério **biopsicológico**, de modo que era feita uma análise do discernimento dos jovens.

No Código Penal de 1830 a responsabilidade penal é fixada aos 14 anos, mas menores de idade na faixa etária de 7 (sete) à 14 (quatorze) anos poderiam ser recolhidos em casas de correção se praticassem crimes e se seu discernimento fosse comprovado para prática de tal delito, podendo permanecer privados de liberdade até completar 17 (dezesete) anos. Aos jovens de idade entre os 14 (quatorze) e 21 (vinte e um) anos as penas seriam atenuadas (BRASIL, 1830 apud SPOSATO, 2011). Neste contexto, estas crianças ou adolescentes eram juridicamente tratadas como “**menores**”, termo claramente associado a prática da “**vadiagem**” e “**gatunagem**”. Em 1830, o Código Criminal do Império, em seu Capítulo IV, tratava especificamente de vadios e mendigos, criminalizando as respectivas condutas:

**Art. 295; CP/1830:** Não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta, e útil, de que passa subsistir, depois de advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda suficiente. **Pena:** de prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias.

**Art. 296; CP/1830:** Andar mendigando: **1º** Nos lugares, em que existem estabelecimentos públicos para os mendigos, ou havendo pessoa, que se ofereça a sustentá-los; **2º** Quando os que mendigarem estiverem em termos de trabalhar, ainda que nos lugares não haja os ditos estabelecimentos; **3º** Quando fingirem chagas, ou outras enfermidades; **4º** Quando mesmo inválidos mendigarem em reunião de quatro, ou mais, não sendo pai, e filhos, e não se incluindo também no número dos quatro as mulheres, que acompanharem seus maridos, e os moços, que guiarem os cegos. **Penas:** de prisão simples, ou com trabalho, segundo o estado das forças do mendigo, por oito dias a um mês. (BRASIL, 1830, grifo nosso).

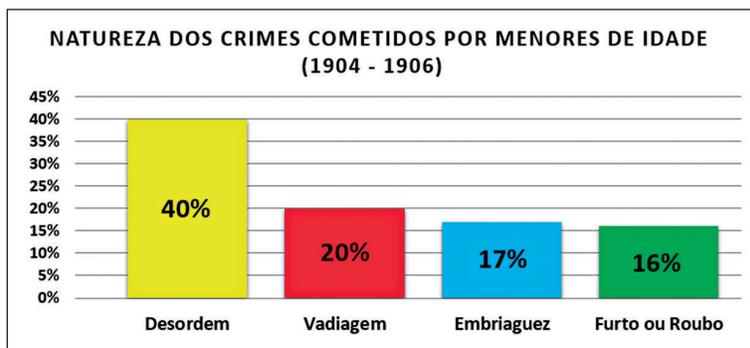
No Código Penal de 1890 a responsabilidade penal permaneceu a mesma do código anterior. O que viria a ser novidade é o fato do menor de 9 (nove) anos não ser considerado criminoso, conforme estabelece o Art. 27, § 1º do referido dispositivo legal. Mas, entre 9 (nove) e 14 (quatorze) anos é possível verificar a permanência da utilização do caráter **biopsicológico**, fundamentado no discernimento, para recolher jovens que fossem considerados autores de atos infracionais para serem alocados em estabelecimentos disciplinares – não podendo exceder os 17 (dezesete) anos<sup>4</sup>. Entre 14 (quatorze) e 17 (dezesete) anos, o discernimento é presumido, com redução de 2/3 da pena base aplicada aos adultos. E, por último, entre 17 (dezesete) e 21 (vinte e um) anos as mesmas penas para os adultos seriam aplicadas para estes (BRASIL, 1890 apud SPOSATO, 2011). Conforme sinaliza Pinto (2008), neste período os “menores” eram percebidos como invisíveis.

Neste sentido, cabe destacar que a prática de condutas criminosas por menores de idade está presente nas estatísticas criminais desde quando se iniciou sua elaboração. As estatísticas cada vez mais precisas sobre a ocorrência de crimes na cidade, demonstram que entre 1900 e 1916 “[...] o coeficiente de prisões por dez mil habitantes era distribuído da seguinte forma: 307,32 maiores de idade e 275,14 menores de idade” (SANTOS, M., 2015, p.214). No entanto, “[...] a natureza dos crimes cometidos por menores era muito diversa daqueles cometidos por adultos.” (SANTOS, M., 2015, p.214), uma vez que estes refletem uma menor agressividade, como é possível perceber por intermédio do gráfico 1.

---

<sup>4</sup> Estes poderiam ser recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, pelo tempo que o Juiz estabelecer, com a restrição destes não poderem permanecer nos estabelecimentos após seus 17 (dezesete) anos (SANTOS, M., 2015).

Gráfico 1



Fonte: Marco Antonio Cabral dos Santos (2015, p.214).

Note-se que, entre os anos de 1904 e 1906, 77% dos crimes praticados referiam-se delitos que criminalizavam uma classe, como os motivados por “desordens”, “vadiagem” ou embriaguez. Os dados indicam uma menor agressividade dos delitos envolvendo **menores**, uma vez que dentre os crimes cometidos por menores de idade, apenas 16% referiam-se a furto ou roubo. Em relação aos crimes de homicídio, se for feita uma comparação com os índices da criminalidade adulta, veremos que 93,1% dos homicídios foram praticados por adultos, enquanto 6,9% foram praticados por menores de idade (SANTOS, M., 2015).

Vê-se um exemplo claro do que Edmundo Coelho (1978) classifica como “**criminalização da marginalidade**”, uma vez que a lei é elaborada de tal forma que é elevada a probabilidade de ser violada por tipos sociais específicos. “Assim, determinados papéis sociais são **roteiros típicos** que se fazem acompanhar da atribuição, a certas classes de comportamento, da probabilidade de que sejam desempenhadas por tipos particulares de atores sociais.” (COELHO, 1978, p.285). Neste sentido, a repressão a vadiagem está claramente relacionada ao processo de libertação dos escravos e o enorme crescimento da cidade, através do fluxo de imigrantes. A plebe urbana formada por desocupados, subempregados, pequenos delinquentes e aventureiros constituem o setor deserdado, visto pela sociedade como potencialmente perigoso.

Com a criação do primeiro Juizado de Menores, em 1923, no Brasil, é possível perceber a incidência de uma nova doutrina, a Doutrina Tutelar da Situação Irregular. Esta promoveu a separação dos processos que tinham como objeto a prática de condutas criminosas por menores de idade da esfera do

Direito Penal. Assim, o que vemos é um direito tutelar de menores diferenciado. As crianças e adolescentes passam a ser considerados juridicamente incapazes, sendo necessário que os mesmos sejam tutelados e protegidos. Deste modo, não são compreendidos enquanto sujeitos de direito.

Com a vigência do Código Mello Matos de 1927 já era possível perceber campanhas contra esta teoria do discernimento, bem como em relação a aplicação de medidas repressivas contra os menores em vez de simples medidas educativas (PEREIRA, 2008). A partir da criação do primeiro Juizado de Menores do Brasil, em 1923, surgiu o primeiro Código destinado a menores em nosso país. Deste modo, fica vigente a responsabilidade penal plena de adultos fixada aos 18 anos e dos menores aos 14 anos. Entre 14 e 18 anos, ocorrendo a prática de delito, seria aplicada um processo penal de natureza especial (SPOSATO, 2011).

Da entrada em vigor do Código Penal de 1940 em diante, passam a ser considerados inimputáveis os menores de 18 anos. A partir disso, resalto dois aspectos centrais: o critério biológico, de modo que a falta de idade torna o indivíduo imputável e a não utilização do mesmo sistema de responsabilização para menores, aspecto esse que é de natureza político-criminal. Entretanto, pelo fato de considerar o menor de 18 anos uma pessoa ainda incompleta, existe uma forte característica de perspectiva **menorista** se observado as adoções de políticas penais para jovens anteriores (SPOSATO, 2011).

O Art. 59 do Código Penal de 1940 (Decreto-lei 3.688/1941) previa uma contravenção relativa a conduta da vadiagem, que consistia em: “Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, em ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita” (BRASIL, 1940). Obviamente, o artigo penaliza indivíduos das camadas mais baixas da sociedade, como: pessoas desempregadas, por mais que os mesmos estejam à procura de emprego; os que se dediquem ao mercado informal de trabalho; ou, os jovens que buscam ingressar pela primeira vez no mercado de trabalho (COELHO, 1978, p.285). Esta **estigmatização** das camadas sociais destituídas com o rótulo de “vadios”, é o que ocorre na história brasileira desde o período colonial.

Vale destacar que para o Código de Menores de 1927 e o Código Penal de 1940 conciliarem foi necessário a adoção de um Decreto-lei, nº 6026, para criar sintonia harmônica entre os dois Códigos. Posteriormente a tentativa de harmonia entre ambos foi sendo modificada até o segundo Código de Menores, em 1979 (SPOSATO, 2011).

Além da questão referente a idade, surge a presença de duas categorias: os abandonados e os delinquentes. A presença dessa diferenciação implicou na abrangência do número de menores e diminuição de crianças e adolescentes. Desse modo, fica claro que havia uma distinção quanto a forma que era visto o jovem, seja pela sua situação econômica como física (SPOSATO, 2011). Neste sentido, é possível perceber a criminalização da pobreza, de modo que mesmo sem a prática de condutas antijurídicas os menores de idade poderiam ser institucionalizados se percebidos como abandonados.

### **O “Direito da Criança e do Adolescente”**

“A Carta Constitucional de 1988 trouxe e coroou significativas mudanças em nosso ordenamento jurídico, estabelecendo novos paradigmas.” (AMIN, 2015, p.49). Do ponto de vista político, após o período da ditadura militar, caracterizado pela restrição de direitos, desponta-se a necessidade de reafirmar valores caros que nos foram ceifados. De um sistema normativo, garantidor do patrimônio do indivíduo, passamos para um novo modelo jurídico que tem em vista resguardar a dignidade da pessoa humana. “O binômio individual-patrimonial é substituído pelo coletivo-social” (AMIN, 2015, p.49). Neste contexto, o novo perfil social almejado pelo legislador constitucional não poderia deixar que o sistema jurídico da criança e do adolescente permanecesse restrito aos “menores” em abandono ou estado de delinquência (AMIN, 2015).

No período de Processo Constituinte (BRASIL, 1988) foram realizadas duas campanhas por agentes interessados em assegurar os direitos infanto-juvenis. Na década de 80, houve a insurgência de um grande debate sobre diversos aspectos referentes à proteção da infância e da adolescência, em que a orientação buscava subsídios nos documentos internacionais específicos no que se referem à proteção e promoção dos direitos humanos. Consistia em um “Movimento Pró-Constituinte”, que coletava assinaturas para as emendas populares referentes aos direitos da criança e do adolescente. Neste sentido, merece destaque o trabalho das organizações sociais, que especialmente a partir de 1985, através de efetivas campanhas, atraiu debates com setores governamentais e segmentos da sociedade civil voltados para o atendimento da criança e do adolescente (PEREIRA, 2008). Como produto do trabalho destas organizações nasceu o “Fórum Nacional Permanente de Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum DCA” que atuou como principal articulador da ampla mobilização social pela Emenda na constituição apresentada ao Congresso Nacional com mais de 250

mil assinaturas (PEREIRA, 2008). No total, foram coletadas as assinaturas de mais de duzentos mil eleitores e de um milhão e quatrocentos mil crianças e adolescentes.

A campanha “Criança e Constituinte” (Setembro/86) ocorreu por iniciativa do Ministério da Educação, voltada ao atendimento das crianças e adolescentes. A segunda campanha, “Criança-Prioridade Nacional” (Junho/87), foi uma mobilização nacional para coleta de assinaturas, visando aprovação de uma emenda. O trabalho das organizações sociais e a consequente mobilização nacional forneceram ao legislador constituinte subsídios para elaboração de normas de proteção à infância e adolescência. A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) condensou os preceitos fundamentais da Declaração Universal dos Direitos da Criança, corrigindo uma grave omissão na história jurídica brasileira. Essas duas campanhas tiveram como fruto os Artigos 227<sup>5</sup> e 228<sup>6</sup> da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que posteriormente influenciaram o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990a).

Notadamente, no que se refere aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, a Declaração Universal dos Direitos da Criança (UNICEF, 1959) traz em seu corpo o primeiro conjunto de valores da Doutrina da Proteção Integral, caracterizada por princípios fundamentais reconhecidos universalmente. As nações unidas, por conseguinte, proclamam que a criança tem direito a cuidados e assistência especiais. Por fim, a Convenção sobre os Direitos da Criança (BRASIL, 1990b) reconhece a criança como verdadeiro sujeito de direito, a exigir proteção especial e absoluta prioridade.

Assim, a intensa mobilização de organizações populares e de atores da área da infância e juventude, acrescida da pressão de organismos internacionais<sup>7</sup>, foi essencial para que o legislador constituinte se tornasse sensível a uma causa já conhecida como primordial em diversos documentos internacionais (AMIN,

---

<sup>5</sup> **Art. 227; CF/88:** É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. [...] § 3º; V - obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade; [...]VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins [...]. (BRASIL, 1988).

<sup>6</sup> **Art. 228; CF/88:** São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial. (BRASIL, 1988).

<sup>7</sup> Como a UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância, que está presente no Brasil desde 1950, apoiando as mais importantes transformações na área da infância e da adolescência no País.

2015), como: a Declaração de Genebra, de 1924<sup>8</sup>; a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (Paris, 1948)<sup>9</sup>; a Declaração dos Direitos da Criança, de 1959; a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, de 1959<sup>10</sup>; e, Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e da Juventude, de 1985<sup>11</sup>.

É possível ressaltar diversas alterações trazidas pela Carta Magna ao Direito Penal Juvenil. Pois, com esta, se inicia a etapa **garantista**. E, para que tal momento seja reconhecido é preciso notar que a Constituição é dotada de carácter social ao defender a garantia e os direitos da sociedade e estabelecer assim as diretrizes para que tais direitos possam ser efetivados. O Direito Penal Juvenil vem ser abordado na Carta Magna no Capítulo VII, com destaque para os Artigos 227, V<sup>12</sup> e 228<sup>13</sup> (BRASIL, 1988).

Houve um avanço no paradigma dado a infância e adolescência no Brasil, substituindo-se o tutelar/**menorista** pelo **garantista**, englobando direitos e garantias não somente aos menores de 18 (dezoito) anos em situação irregular, mas a todas as crianças e adolescentes (SPOSATO, 2011). Portanto, ocorreu uma constitucionalização do Direito da Criança, trazendo transformações significativas, como aborda a autora:

---

<sup>8</sup> A Declaração de Genebra foi aprovada pela Assembleia Geral da Associação Médica Mundial em Genebra, 1948, sofrendo alterações em 1968, 1984, 1994, 2005 e 2006.

<sup>9</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada pela Organização das Nações Unidas em Paris no dia 10 de dezembro de 1948.

<sup>10</sup> A Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, é um tratado internacional entre os países-membros da Organização dos Estados Americanos e que foi subscrita durante a Conferência Especializada Interamericana de Direitos Humanos, em 22 de novembro de 1969, na cidade de San José da Costa Rica. Entrou em vigor em 18 de julho de 1978, sendo atualmente uma das bases do sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos.

<sup>11</sup> Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing), Adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 40/33, de 29 de novembro de 1985.

<sup>12</sup> **Art. 227; CF/1 988:** É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010); § 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos: V - obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade. (BRASIL, 1988)

<sup>13</sup> **Art. 228; CF/1988:** São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial. (BRASIL, 1988).

A começar pela superação da categoria de menoridade, como desqualificação e inferiorização de crianças e jovens, agora em condições de igualdade perante a lei. E finalmente, a incorporação do devido processo legal e dos princípios constitucionais como norteadores das ações dirigidas à infância e ao mesmo tempo, limites objetivos ao poder punitivo sobre adolescentes autores de infrações penais. (SPOSATO, 2011, p.44).

Segundo Sposato (2011), para que os princípios constitucionais do Direito da Criança e do Adolescente tenham harmonia e validade é necessário assegurar proteção integral aos jovens, sendo esta materializada por políticas universais, de proteção ou socioeducativas. Somente assim poderá ser visível a constitucionalização do Direito das Crianças.

Estamos diante de uma Etapa Garantista dos Direitos da Criança e do Adolescente, uma vez que se torna evidente a extensão das garantias constitucionais do processo penal de adultos aos processos relacionados à imposição de medidas socioeducativas, como as medidas privativas de liberdade aplicadas a crianças e adolescentes (SPOSATO, 2011). Como principal característica desta etapa, vemos o reconhecimento do menor de idade como pessoa, “[...] e, portanto, sujeito de direitos e titular de uma capacidade progressiva para exercê-los”. (SPOSATO, 2011, p.71). “De tal capacidade, deriva o modelo de responsabilidade, que neste caso está condicionada à prática de um fato penalmente típico.” (SPOSATO, 2011, p.71).

Assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990a) trouxe consigo a determinação de “prioridade absoluta” para a infância e a adolescência por intermédio de uma norma constitucional. Neste sentido, estabelece-se uma primazia ou preferência para políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes. Os princípios da prioridade absoluta e o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento inspiraram a doutrina proteção integral à criança e ao adolescente.

Com a adoção da Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990a), o Estatuto da Criança e do Adolescente, é possível verificar a superação formal do modelo tutelar ou de proteção e a adoção do modelo de responsabilidade (SPOSATO, 2011). O referido modelo de responsabilidade se caracteriza pela combinação entre o educativo e o judicial. O caráter educativo, neste sentido, se refere ao conteúdo das medidas que tem em vista responsabilizar o adolescente pela conduta antijurídica praticada, uma vez que as mesmas devem possuir caráter pedagógico e excepcional. O aspecto judicial, por contrapar-

tida, guarda a semelhança da justiça juvenil com a justiça penal de adultos. Neste modelo ocorre a isenção da responsabilidade criminal do menor de 18 (dezoito). A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu Artigo 228<sup>14</sup>, estabelece a imputabilidade penal aos 18 (dezoito) anos. O referido dispositivo atribui à legislação especial a normatização da questão, o que fez o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990a) ao responsabilizar os adolescentes (12 [doze] aos 18 [dezoito] anos incompletos) e isentar de responsabilidade as crianças (até 12 [doze] anos incompletos) pelas condutas antijurídicas praticadas.

O respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento é algo que deve ser levado em consideração neste contexto, uma vez que a condição atribuída à criança e ao adolescente é consequência de determinações de tratados internacionais como: a Declaração de Genebra de 1924 que já determinava a necessidade de proporcionar à criança uma proteção especial; a Declaração Universal de Direitos Humanos das Nações Unidas de 1948 que previa o direito a cuidados e assistência especiais; a Declaração Universal dos Direitos das Crianças de 1959; a Convenção Americana de Direitos Humanos que prevê a todas as crianças os direitos as medidas de proteção que a condição de menor requer; e, por fim, as Regras de Beijing que estabelece normas mínimas para a administração da Justiça da Infância e Juventude (PEREIRA, 2008). Com destaque especial, vale ressaltar a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança que é resultado de um esforço comum de vários países que buscaram definir direitos humanos comuns a todas as crianças e adolescentes, relacionados à característica específica de condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (PEREIRA, 2008).

A Convenção Internacional consagra os Direitos da Criança e traz como pressuposto a Doutrina Jurídica da Proteção Integral, ou seja,

[...] que os direitos inerentes a todas as crianças e adolescentes possuem características específicas devido à peculiar condição de pessoas em vias de desenvolvimento em que se encontram, e que as políticas básicas voltadas para a juventude devem agir de forma integrada entre a família, a sociedade a ao Estado. (PEREIRA, 2008, p.22).

---

<sup>14</sup> **Art. 228; CF/1988:** São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial. (BRASIL, 1988).

Neste contexto, vemos a grande dificuldade de se enxergar um modelo puro no sistema de justiça juvenil. De um lado é possível identificar características de um modelo ainda tutelar, e de outro, a introdução pelo ECA de mecanismos extrapenais no trato de alguns conflitos envolvendo adolescentes que são próprios de um modelo educativo ou de bem-estar social (SPOSATO, 2011). Assim,

A manutenção da lógica tutelar no modelo de regulação de justiça juvenil brasileiro é confirmada pela presença das cinco principais características dos modelos de proteção: a) a negação de sua natureza penal, b) a indeterminação das medidas aplicáveis, c) recusa ao critério de imputabilidade, d) ausência de garantias jurídicas e) amplo arbítrio judicial. (SPOSATO, 2011, p.75).

## **Uma análise empírica sobre a aplicabilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente**

Kant de Lima e Baptista (2010) demonstram a importância do uso da interdisciplinaridade entre o Direito e outras áreas do conhecimento, pois a partir desta se pode relativizar categorias e conceitos, assim como desconstruir verdades consagradas reproduzidas pelo fazer jurídico. A pesquisa empírica, com um olhar direcionado ao contexto fático, busca analisar a realidade. Neste sentido, este trabalho não busca corrigir o raciocínio jurídico, mas trabalhar a partir de um “[...] ir e vir hermenêutico entre os dois campos.” (GEERTZ, 2002, p.171). A partir da interdisciplinaridade, utilizando do conhecimento das diferenças entre as sociedades humanas, busco ‘estranhar’ minha própria sociedade, descobrindo nela aspectos inusitados e ocultos por uma familiaridade embotadora da imaginação sociológica (KANT DE LIMA; BAPTISTA, 2010).

## **Inserção em Campo**

O trabalho de campo na Vara da Infância e da Juventude de Niterói foi desenvolvido por observação direta das audiências realizadas, tendo em vista obter conhecimento sobre os direitos infanto-juvenis, com ênfase na rede de jovens em conflito com a lei, a fim de compreender o universo das práticas. Para tanto, elaborei um caderno de campo onde fiz minhas anotações que depois

foram digitalizadas para acessos futuros e melhor compreensão do que foi apreendido em perspectiva. Em cada informação descrita foi levado em consideração o “status de segredo de justiça” que envolvem os litígios da justiça infanto-juvenil. Dessa forma, os relatos a seguir discorrem apenas sobre o conteúdo discutido nas audiências e não sobre os processos que informam a ida dos jovens a estes locais.

A realização da pesquisa empírica no Judiciário se deu em dois momentos distintos. Deste modo, as percepções apresentadas neste trabalho podem ser em relação a qualquer um dos períodos direcionados ao trabalho de campo.

### **Primeiro momento direcionado a campo**

No primeiro dia direcionado ao trabalho de campo fui à 1ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca da Capital, no Rio de Janeiro<sup>15</sup>. O prédio tinha uma estrutura precária. Na entrada havia uma mulher uniformizada atrás do balcão que solicitou que eu me identificasse e para tanto pediu minha identidade. Ela anotava o nome e o RG de todas as pessoas que se identificavam ao entrar em um caderno. Perguntei para esta pessoa como eu poderia assistir audiências, ela me informou que eu deveria subir as escadas e no segundo andar me informar sobre o procedimento necessário.

Antes de subir foi possível analisar o ambiente em que estava e percebi ainda no primeiro andar diversos cartazes sobre adoção ou abandono de crianças, cartazes que tentavam trazer aspectos positivos a esta circunstância. Mas, o que mais me chamou atenção foi uma frase que estava escrita na parede que se referia a um avanço quanto à alteração legislativa que ocorreu, quando o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990a) entrou em vigor, substituindo o Código de Menores (BRASIL, 1979); mencionava um marco significativo que seria a ampliação da noção de cidadania para pessoas menores de 18 anos e o reconhecimento destes enquanto sujeito de direitos; agradecia a uma ‘pessoa ilustre’ que teria sido de grande influência para que ocorresse este avanço. Na subida da escada havia, em toda parede, imagens de diversas crianças brincando demonstrando estar felizes.

Assim que cheguei ao segundo andar do prédio pude avistar o cartório e neste perguntar sobre o que eu deveria fazer para assistir audiências. Neste local

---

<sup>15</sup> A competência desta Vara é para atuar na área da Infância - matérias cíveis -, da Juventude e do Idoso. Em um outro momento frequentei esta Vara como estagiária do Cartório, período em que foi possível assistir audiências e perceber o funcionamento da rotina.

vi imagens de Santos<sup>16</sup> em todo lugar, assim como imagens de Jesus em quadros ou na Cruz. A pessoa que me atendeu no cartório me informou que as audiências que envolvem crianças, adolescentes ou idosos são ‘segredo de justiça’, mas que se fosse para fins acadêmicos eu deveria levar um requerimento feito pelo coordenador do meu curso uma semana antes da audiência que eu gostaria de assistir. Deste modo, seria necessário que eu solicitasse autorização para assistir cada audiência específica e ficaria a critério do Juiz responsável por esta autorizar.

Ao conversar com colegas sobre a dificuldade encontrada para desenvolver a pesquisa, me informaram que uma colega de sala haveria assistido algumas audiências na Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, Comarca de Niterói<sup>17</sup>. Procurei conversar com esta colega, que por sua vez me falou sobre a facilidade que encontrou para assistir audiências; afirmou que foi necessário apenas que se identificasse enquanto aluna da UFF e a partir disto permitiram que ela assistisse as audiências. Segui as instruções da minha colega e no dia seguinte fui à referida Vara.

Na entrada não encontrei medidas de segurança, sequer solicitaram identificação. Segui as instruções da minha colega e esta segunda etapa do trabalho de campo se desenvolveu de maneira mais fácil. Ao chegar no andar descrito pela minha colega, direcionei-me ao Cartório e um Senhor que estava lá me informou que deveríamos bater em uma porta e falar com o oficial de justiça, nos apresentando como estagiários da Faculdade de Direito da UFF.

Assim que cheguei ao servidor que me atendeu (policial) logo me reconheceu como estagiária e pediu que eu sentasse para esperar que as audiências iniciassem. Enquanto esperava, os adolescentes que aguardavam a audiência permaneceram na mesma sala que eu. De cabeça baixa, algemados, sem pronunciar uma palavra, com o uniforme da unidade de internação (blusa branca, bermuda azul e chinelo branco), os meninos jovens e negros esperavam o início da audiência.

Assim que se iniciaram os preparativos para o início da audiência permitiram que eu entrasse. O Juiz sinalizou para que eu sentasse nas cadeiras localizadas no fundo da sala e durante os 4 meses e meio de trabalho de campo que desenvolvi foi deste local que assisti as audiências. Neste sentido, é impor-

---

<sup>16</sup> Imagens de santos relacionados a religião católica.

<sup>17</sup> A Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, Comarca de Niterói, é classificada como Comarca Única por ter competência para tratar de todas as matérias, como questões da esfera civil - como guarda, adoção, medidas protetivas - e atos infracionais. Geralmente há uma divisão por diferentes Varas, em diferentes espaços, em relação as matérias: matérias cíveis *versus* atos infracionais; quando esta não ocorre, a Vara é classificada como Comarca Única.

tante frisar que em nenhum momento me foi informado que as audiências que assistimos eram “segredo de justiça” e que, por este motivo, nada do que seria exposto ali poderia ser divulgado. Havia apenas um cartaz na porta da entrada da sala que informava ser proibido o uso de celular dentro da sala, regra que sequer era respeitada pelo Juiz responsável pela audiência, assim como pelos demais profissionais que estavam naquela sala.

## **Segundo momento de ida a campo**

No segundo momento direcionado ao trabalho de campo dediquei 6 meses para realização da pesquisa. Retornei a mesma Vara da Infância, da Juventude e do Idoso e logo na entrada pude perceber que os procedimentos de segurança estavam claramente mais rigorosos. Para que eu entrasse no prédio foi necessário passar por um detector de metal, assim como minha bolsa foi submetida a análise de um scanner. Em seguida, ao chegar no andar destinado a Justiça Infanto-juvenil, me deparei com um grande número de policiais armados no local<sup>18</sup>.

Como não percebi um ambiente informal como de costume, me dirigi ao cartório para perguntar qual procedimento deveria ser adotado para que eu pudesse assistir audiência. O senhor que me atendeu informou que eu deveria procurar o Oficial de Cartório e perguntar a ele qual o procedimento necessário. Este Senhor, que foi o mesmo que me atendeu quando tive o primeiro contato com a pesquisa de campo, me fez uma série de indagações sobre quais motivações me levavam a ter interesse em assistir audiências. Informei-lhe que estava desenvolvendo uma pesquisa.

Sentada no corredor, esperando o início das audiências, foi possível perceber o movimento dos Jovens Representados chegando, assim como dos agentes públicos. O termo “menor” era usado com grande facilidade pelas pessoas daquele local. Tanto os funcionários do cartório, como as pessoas que estavam no corredor se referiam aos jovens como “menores”. Outro fator que despertou minha atenção foi a nova forma utilizada para chamar as pessoas que estavam no corredor para a sala de audiência. A Juíza utilizava um microfone dentro da sala de audiência que reproduzia o som pelos corredores.

O Oficial de Cartório pediu para que eu ficasse esperando ainda no corredor enquanto ele perguntava à Juíza se ele autorizaria minha entrada na sala

---

<sup>18</sup> A maioria das pessoas que estavam ali eram policiais fortemente armados.

de audiência. Fiquei aproximadamente 30 minutos sentada aguardando até que ele me convidou a entrar e me direcionei à sala de audiência, que em nada aparentava estar modificada. Sentei na lateral da sala, em um ângulo que me possibilitaria ter uma visão ampla do local. O Promotor e o Defensor também eram os mesmos. No entanto, o Juiz responsável pela Vara haveria sido alterado, assim como o escrivão.

## **A sala de audiência**

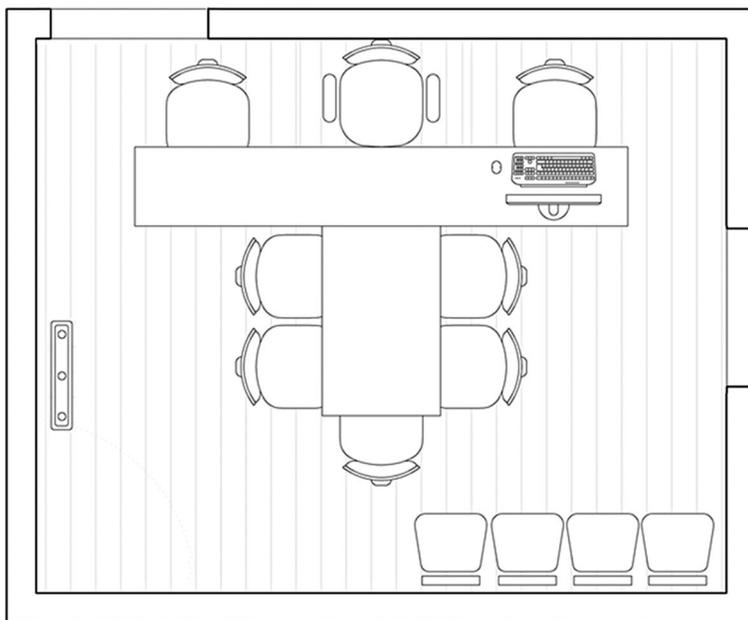
Percebo a sala de audiência com um espaço fundamental para compreender diversos aspectos que construção do discurso jurídico. O ritual da audiência, neste sentido, torna-se fundamental para que se compreenda o campo jurídico. Assim, a audiência é fonte de dados para pesquisa empírica (GARAPON, 1999), consiste em um lugar delimitado e pré-determinado para que ocorresse o referido ritual. Deste modo, torna-se fundamental a descrição do referido espaço.

Era uma sala de audiência relativamente pequena. Ao entrar me sentava atrás de onde os jovens costumavam ficar, o que me possibilitou visualizar alguns diálogos entre os atores envolvidos nos episódios, além de propiciar uma visão ampla da sala. Havia uma mesa enorme no meio, com cinco cadeiras, duas do lado direito, uma no centro e duas do lado esquerdo. De frente para essa mesa encontra-se a da Juíza, que senta no meio. Ao lado direito dela senta a escrivã – com um computador modelo antigo anotando tudo que é falado - e do lado esquerdo a procuradora.

Um ponto que merece destaque é o fato de que o local onde fica o Juiz, o representante do MP e escrivão são mais altos do que a mesa onde fica o defensor ou advogado, o adolescente, e/ou as testemunhas, o que demonstra a existência de uma estrutura hierarquizada entre esses atores. Na lateral esquerda havia um suporte com a bandeira do Brasil e a do Estado do Rio de Janeiro e no centro uma cruz com Jesus.

O espaço era consideravelmente pequeno, de modo que entre os intervalos das audiências eu tinha que levantar para que as pessoas pudessem entrar e sair sem que esbarrassem em mim. Era uma sala pequena, simples, com ar-condicionado e um computador de modelo antigo. Da sala de audiência era possível ver uma porta que possibilitava uma passagem para outra sala, onde funcionava o gabinete do Juiz.

**Imagem 2** – sala de audiência



**Fonte:** Planta feita pela estudante de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro Alexandra Rosa.

## **Análise empírica**

A partir da pesquisa empírica desenvolvida foi possível perceber a reprodução de uma dogmática jurídica. O campo jurídico estava coberto por uma rotina que ocasionava um atuar inconsciente por parte dos juristas. Em todas as audiências que assisti durante os dois momentos direcionados ao trabalho de campo, os referidos ritos tratavam-se majoritariamente de audiências sobre atos infracionais e era possível perceber a reprodução de um protocolo, de uma rotina.

Dentre as audiências assistidas, nos dois momentos destinados ao trabalho de campo, selecionei parte das anotações realizadas que se mostram mais significativas para o desenvolvimento da pesquisa. Trabalhei com o modelo de saturação dos resultados, e muitas informações que se tornaram repetitivas acabaram me informando sobre as rotinas. Isso é interessante, pois, há uma orientação para o acompanhamento individualizado destes adolescentes, mas observamos que, em alguns casos, havia a reunião de alguns casos semelhantes para serem tratados em uma mesma audiência, visando a economia do tempo de andamento das mesmas.

Neste sentido chamo atenção para o fenômeno da simplificação dos fatos destacado por Geertz (2002), uma vez que estamos diante da interpretação da tradução que as instituições fazem da linguagem da norma (se, então) para a do fato (como, portanto). A simplificação dos fatos se dá a partir da limitação das questões morais, de modo que as mesmas passam a ser percebidas como se pudessem ser solucionadas pelo simples uso de regras específicas. O lugar dos fatos no ordenamento jurídico passa pelas seguintes etapas: a explosão dos fatos, o temor dos fatos e em resposta a essas ocorrências, a esterilização dos fatos. Deste modo, compreendendo o direito como um saber local, a análise das narrativas a serem descritas poderão me auxiliar na compreensão da sensibilidade e cultura jurídica local.

Durante o trabalho de campo desenvolvido na Vara da Infância e da Juventude de Niterói, um advogado, atuante na área dos direitos da criança e do adolescente, disse que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não haveria sido criado para o ‘pivete’, mas para o jovem “de família” que comete um “deslize”. Afirmação que me fez refletir sobre a cultura jurídica local. Pois, por mais que o ECA tenha adotado um caráter protecionista integral aos direitos infanto-juvenis, visando ampliar a noção de cidadania para todas as crianças e adolescentes, tornando-os sujeitos de direito, a afirmação deste advogado me fez perceber que a lógica protetiva se aplica a um seletivo grupo.

Vemos aqui um reflexo de nossa cultura jurídica que “[...] concebe a estrutura social brasileira como sendo hierárquica, atribuindo diferentes graus de cidadania e civilização a diferentes segmentos da população.” (KANT DE LIMA, 1989). Conforme sinaliza Roberto Kant de Lima (1989), a cultura jurídica demonstra uma permanente ambiguidade na relação da população com os procedimentos judiciais quando se torna necessário a aplicação da lei. Tal ambiguidade exprime-se, no Brasil, “[...] na classificação popular das leis que ‘pegaram’ e das leis que ‘não pegaram’.” (KANT DE LIMA, 1989). Ainda é possível perceber isso no fato de que “[...] dependendo da situação, a *mesma* lei pode ser ou não aplicada.” (KANT DE LIMA, 1989, grifo do autor).

Neste sentido, é possível destacar o fenômeno descrito por Patrice Schuch (2003) de que mesmo após promulgada a legislação protetiva se pôde perceber um agravamento do encarceramento juvenil e da ideia de periculosidade do adolescente. Schuch (2003) trata dos paradoxos embutidos no código jurídico, que na esperança de promover justiça social em uma sociedade democrática, exigem normas uniformes que nem sempre são bem adaptadas ao contexto dos grupos-alvo das ações. Com o objetivo de assegurar igualdade

entre os indivíduos, promulgam legislações que pressupõe igualdade em um contexto de desigualdade.

Durante o trabalho de campo, desenvolvido na Vara da Infância e da Juventude (Comarca de Niterói), presenciei o magistrado afirmando - quando a mãe de um dos jovens indagou sobre qual seria a diferença entre CRIAAD e CRIAM<sup>19</sup> - que: “nada mudou, só tiraram o ‘menor’ e colocaram adolescente.” A seguinte fala evidencia que a realidade do discurso encontrado na prática difere do discurso presente no texto legal, perpetuando a doutrina anterior que como efeito, incide na trajetória crimínável dos jovens. Um exemplo disto é um relato de audiência – isto é, prática jurídica - obtido em fevereiro de 2016, no trabalho de campo ulteriormente mencionado:

*O menino chegou algemado.*

*A mãe o acompanhava e chorava antes mesmo do início da audiência. Ela se sentou ao lado do filho na parte direita da mesa.*

*O garoto estava com calça azul, blusa branca e chinelo, o vestuário padrão dos meninos já internados em uma unidade socioeducativa e a mesma sandália.*

*A Juíza deu começo dizendo: Vou ler sua representação.*

*Segundo o que estava escrito, o menino era acusado de portar 250g de maconha em 274 embalagens, 4g de crack em 36 embalagens e mais uma quantidade x de cocaína também em x embalagens, estava com dois maiores na hora do flagrante pela polícia e estava fazendo uso de armas de fogo sem registro. Nesse momento, em que a Juíza falava do porte de armas, ela lia da representação que o mesmo havia atirado na PM no ato, seguido de dois tiros dos maiores.*

*Enquanto a Juíza falava, o jovem interrompeu para dizer que era mentira.*

*Mas, a mesma continuou lendo sem notar o que ele dissera.*

*A Juíza prosseguiu dizendo: Recebia R\$250,00, ligado ao tráfico de drogas e realiza atividade.*

---

<sup>19</sup> Durante o trabalho de campo realizado na Vara da Infância e da Juventude, Comarca de Niterói, no decorrer de uma audiência, o Juiz informa à mãe que seu filho será novamente levado ao CRIAAD. Quando o magistrado faz uso deste, a Mãe pergunta o que seria CRIAAD e ele informa que era onde o jovem estava internado. Por conseguinte, a mãe pergunta se CRIAAD é o mesmo que CRIAM, e o Juiz afirma que sim. A única alteração entre do CRIAM, para o CRIAAD seria de uma letra.

CRIAAD – Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente

CRIAM – Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor

*Ao terminar, ela perguntou: São verdade esses fatos?*

*O Jovem responde: Não.*

*A Juíza responde: Me fala o que não é verdade.*

*O Jovem responde: Na parte da abordagem. Eles abordaram e começaram a bater nos “de maior”. Deram um tapa na minha cara. Foi aí que dei o tiro para o alto. E os “de maior” atiraram na PM.<sup>20</sup>*

*A Juíza pergunta: Por que você disse para a promotoria outra história?*

*O Jovem responde: Porque falaram que se eu confessasse pra eles, iam me matar. Me ameaçaram de morte.*

*A Juíza pergunta: Então foi por isso que alterou as histórias?*

*O Jovem responde: Sim, me ameaçaram de morte.*

*A mãe do jovem interrompeu nesse momento, aumentando o barulho do choro e expressando querer falar algo. A juíza virou para ela e disse: “É melhor não dizer nada. Sei que é difícil ver o filho nessa situação, mas você não estava lá, não pode fazer nada”.*

*A Juíza deu continuidade as perguntas ao jovem:*

*Você tem 17 anos?*

*Sim.*

*Você estuda?*

*Não.*

*Parou em que ano?*

*Segunda série.*

*Terceiro ano.*

*Já trabalhou?*

*Parei.*

*Quanto tempo trabalhou para o tráfico?*

*Um mês?*

*Você conheceu os sujeitos aonde?*

*Na favela mesmo.*

---

<sup>20</sup> Na representação e nos depoimentos anteriores, o jovem havia dito que ele atirou na PM na hora do flagrante e os dois maiores para o alto.

*Você tinha pistola?*

*Sim.*

*Nesse dia você tinha vendido alguma coisa?*

*Sim.*

*Quanto você ganhava lá?*

*250 reais.*

*Sua função?*

*Atividade.*

*Também era vapor?*

*Não.*

*E essa balança de precisão<sup>21</sup>? Ficava com você? Para que era?*

*Pesar a droga.*

*Você tinha uma 9 mm?*

*Sim.*

*Quanto tempo leva para ganhar uma arma dessa?*

*Ganhei quando entrei, deram na minha mão.*

*Os outros também estavam armados com uma 38 mm e uma 9 mm?*

*Sim.*

*Sabe qual arma com quem?*

*Nesse momento o jovem disse o nome dos sujeitos e quem era dono das armas.*

*Em seguida a juíza virou para a mãe do menino e perguntou: Você sabia que ele estava envolvido no tráfico?*

*A Mãe respondeu: Sim, tentei tirar... Falei... Passei uma semana atrás dele...*

*Fui ao Conselho pedir ajuda... Nada.*

*A Juíza pergunta: Você tem outros filhos?*

*A Mãe responde: Sim, uma menina e um menino.*

*A Juíza pergunta: Já te deram problema?*

*A Juíza voltou seu olhar para a documentação que estava na mão dela, virou para o jovem e falou: Seu aniversário é em junho... Se continuar, nem preciso te falar para onde vai, né? Tá pertinho, vai fazer 18 anos.*

<sup>21</sup> Balança apreendida junto as armas de fogo e drogas no momento do flagrante.

*Sim.*

*A Juíza informa que a próxima audiência é dia 30 de março.*

*Nesse momento o jovem saiu com sua mãe e a Juíza falou para trazer o menino da próxima audiência. Como anteriormente, voltou a conversar com as outras pessoas do recinto.*

Com base no relato supracitado - assim como nas demais audiências assistidas ao longo do trabalho de campo -, foi possível perceber que quando o adolescente está próximo de completar a maioridade (os “18 anos” ressaltados), a magistrada reproduz um discurso das consequências de suas atitudes a partir do momento que atingir a maioridade penal. Aparenta não estar de acordo com medida socioeducativa aplicada. Seu discurso sinaliza as fragilidades da classificação biológica, do critério etário para classificação da imputabilidade penal.

Para além da análise do caso concreto em questão na audiência, da conduta antijurídica praticada pelo adolescente, a magistrada apresenta um discurso repressivo em relação à suposta trajetória criminosa do adolescente. Perguntas como: “A quanto tempo você trabalha no tráfico?”, “Você estuda?”, “Você trabalha?”, demonstram uma grande atenção com o papel que esta pessoa desempenha enquanto sujeito na sociedade, o que evidencia uma análise que vai além da conduta típica praticada pelo adolescente.

Em suas colocações, parece como irreduzível o futuro dos jovens na carreira criminal e na institucionalização destes a partir das prisões. Sendo assim, é possível destacar a primeira dimensão da classificação do sujeito enquanto sujeito criminal, uma vez que o Juiz vai para além do fato típico em questão.

Num primeiro momento, é selecionado um agente que possua uma trajetória criminável, para atender a demanda de incriminação; posteriormente, se faz necessário identificar neste agente uma experiência social específica da área; e por fim, é realizada uma identidade do agente com o curso da ação. Isto é, a sujeição criminal (MISSE, 2007) é um processo social de construção de identidades que podem habitar no chamado “mundo do crime”. O crime se torna a razão de ser do agente criminável e não uma ação criminosa. Por conta disso, tem-se uma incriminação preventiva, onde se detém o poder de prever num indivíduo sua capacidade de praticar um crime.

Deste modo, se atribui ao agente uma tendência de praticar crimes, com base na crença de que sua trajetória confirma, geralmente com a expectativa de

que ações incrimináveis venham ocorrer com regularidade. Isto torna-se perceptível a partir de falas como:

*[...] T., seu aniversário é em junho... Se continuar, nem preciso te falar para onde vai, né? Tá pertinho vai fazer 18 anos [...];*

*[...] Fazendo 18 anos não será mais brando. Ao contrário, você vai preso e não internado. Precisa ter consciência disso. É sua última chance! [...].*

*[...] Por esse caminho não vai dar certo para você, você tem que ouvir sua mãe. Vai fazer 18 anos daqui a pouco e aí vai poder ficar preso, muito preso, preso de verdade [...].*

*[...] você sabe que falta menos de 2 meses para fazer 18 anos, né. Com essa idade as coisas mudam [...].*

“Antes que haja crime, inicia-se o preventivamente o processo da incriminação.” (MISSE, 2007, p.192). Assim, o que ocorre é a cristalização do crime no indivíduo, “[...] a transformação do evento possível de ocorrer em um sujeito social que incorpora em si o evento criminal.” (MISSE, 2007, p.192). Este processo ocorre quando os próprios indivíduos frequentemente suspeitos ou acusados incorporam em sua identidade essa suspeita e acusação (MISSE, 2007). Michel Misse (2007) classifica este fenômeno como “sujeição criminal”: neste o crime é incorporado no sujeito, naturalizado em sua personalidade. Assim, o jovem torna-se um sujeito criminal, alguém de quem esperamos que sempre continue a cometer crimes.

Neste sentido, vale ressaltar que quando a magistrada pergunta: “Onde ele estava?”, “Você sabia o que ele estava fazendo?”, “Ele trabalhava?”, busca demonstrar que a trajetória do referido sujeito é criminoso. Assim, vai além de uma análise da trajetória criminal do adolescente, deixa de preocupar-se apenas com a conduta do fato típico praticado pelo adolescente e aponta a existência de uma trajetória criminoso (MISSE, 2014). Ocorre a criminalização não só do sujeito, mas de suas práticas rotineiras, de suas condutas como um todo. Ocorre a seleção do agente a partir de sua trajetória criminal, pois se considera que em algum momento poderá voltar a cometer tal crime. E, quando a Juíza pergunta: “Os outros filhos dão problema?”, a mesma busca demonstrar como a trajetória da família é criminoso e não só a do sujeito que praticou a conduta antijurídica. Assim, a criminalização vai para além da figura do menor.

Para além da responsabilização da família, é necessário ressaltar a responsabilização da figura materna. Mais do que a culpabilização da família, há a culpabilização da mãe que tem vários filhos “dando problema”. Pois, na maioria das audiências, quando havia acompanhamento do responsável legal dos adolescentes, majoritariamente era a figura materna que estava ali, seja pela figura da mãe, seja pela da avó. Esta é percebida como principal responsável pela educação dos adolescentes, pois são elas que criam seus filhos sozinhas. Deste modo, por mais que o ECA responsabilize a sociedade como um todo pelas crianças e adolescentes, as referidas mães são percebidas como as principais responsáveis pelo fracasso na educação dos mesmos. A mãe é culpabilizada por não ser capaz de punir e corrigir o filho, o que supostamente faz com que o mesmo se desvie do “caminho correto”.

Mas, o que é “caminho correto”? É uma construção social. Caminho correto é o papel que a sociedade espera que as pessoas desempenhem. Por mais que não se espere do “menor” um “futuro promissor”, espera-se que o mesmo se adeque ao papel que ele deve desempenhar enquanto pessoa na sociedade, como trabalhando em uma oficina ou em um lava jato. Por conseguinte, não causa nenhum espanto que o jovem esteja atrasado na escola ou que tenha deixado de estudar, afinal não se espera que aquele jovem estude.

Por diversas vezes, nas audiências, a Juíza fez perguntas como: “Ele já deu problema?”, “Seus outros filhos já deram problema?”, “Ele só está dando problema agora?”, “Vamos resolver esses dois problemas logo?”, a partir dessas perguntas se pode perceber a correlação imediata destes jovens que praticam atos infracionais como filhos que dão problema. Mas este fato leva à seguinte indagação: “Será que só esses meninos dão problema? Afinal, qual adolescente nunca ocasionou algum problema?”. A maioria dos adolescentes “dão problema”, mas apenas uma pequena parcela é percebida como desviante.

## **Considerações finais**

A partir do trabalho desenvolvido chego à conclusão de que a lógica da punição está atrelada à figura do jovem infrator, do menor ou até mesmo do “menino que tem cara de menor”<sup>22</sup>. Pois, este adolescente é percebido como

---

<sup>22</sup> “*Aquele menino tem cara de menor*”: Essa fala foi reproduzida por uma das pessoas que trabalhavam no cartório da Vara da Infância da Juventude (matérias cíveis). Um adolescente estava na Vara para uma audiência de guarda e foi classificado como “*um menino com cara de menor*”. Por mais que as pessoas que trabalham com o serviço interno não tenham contato com os representados, é possível vê-los quando é necessário resolver algo em outro

criminoso, um sujeito que deve ser punido pelo que praticou. O fenômeno da criminalização trabalhado por Michel Misse (2007) se faz presente na figura do **menor infrator**, afinal, a criminalização é derivada da estratificação social, é uma forma de criminalizar uma determinada parcela e um determinado grupo passa ser concebido como mais vulnerável a prática de delitos. Há um grupo seletivo que é concebido como menor, que está sujeito ao fenômeno da criminalização, não são todos os adolescentes que são classificados de tal modo. Quando ocorre a classificação de um sujeito como “menor” pelas suas características físicas ou de gênero, ocorre a incriminação deste sujeito.

Logo no início do trabalho de campo foi possível perceber que existe uma lógica binária que guia o funcionamento da justiça infanto-juvenil: a proteção e a punição. Lógicas que se aplicam de forma seletiva a grupos específicos. Antes mesmo de iniciar a efetiva participação nas audiências foi possível perceber que há divisão até mesmo dos espaços para aplicabilidade das duas perspectivas de tratamento as crianças e adolescentes. Na Cidade do Rio de Janeiro há uma divisão entre a Vara da Infância e da Juventude que tratará de matéria penal e da que tratará da matéria civil. Na prática, o que se pode perceber é que eles se dividem entre a Vara da Infância e da Juventude que aplicará a perspectiva da proteção para crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados em alguma medida, e, portanto, merecem ser protegidos, e a que aplicará a perspectiva da punição para adolescentes autores de atos infracionais, e, portanto, merecem ser punidos.

A localização das Varas da Infância e da Juventude nos dizem muito a respeito desta lógica binária pela qual se guia aplicabilidade dos direitos infanto-juvenis. Enquanto a Vara da Infância da Juventude e do Idoso que trata de matérias cíveis, abrangendo a perspectiva da proteção, localiza-se na Praça Onze, no Centro do Rio de Janeiro, em local de fácil acesso, a Vara da Infância da Juventude e do Idoso que trata de atos infracionais, abrangendo a perspectiva da punição, localiza-se em Olaria, bairro da Zona Norte do mesmo município.

Na Vara da Infância e da Juventude localizada na Praça Onze era possível perceber diversas frases ou imagens que objetivavam demonstrar como ocorreram significativas mudanças positivas em relação a conquista de direitos para crianças

---

setor. Quando uma das precisou sair, se deparou com este jovem e falou: “*nossa, tem um menino lá fora com cara de menor*”. A partir desta fala, sai do local onde eu estava para tentar identificar que tipo de menino se enquadrava na classificação “menor”. Havia um único adolescente sentado no corredor, ele estava ao lado de duas mulheres. Tanto ele, quanto elas tratavam-se de *corpos negros*, vestiam-se de forma humilde. O jovem usava roupas de cores fortes (vermelho sangue e azul marinho), que chamavam bastante atenção, cordões dourados e largos, estava de bermuda e camisa regata, calçava um chinelo de tiras largas, da marca *kener*.

e adolescentes. Em diversos espaços do local haviam imagens de crianças brincando, de frases de amor e de cartazes de conscientização quanto a necessidade do fomento a adoção, apresentando a mesma como um ato de amor.

Neste sentido, cabe destacar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990a) adotou um caráter protecionista integral aos direitos infanto-juvenis. No entanto, esta legislação visava instaurar direitos universais em uma sociedade ainda relativista e hierárquica, e como consequência, houve um aumento da criminalidade entre a juventude; se pôde perceber um agravamento do encarceramento juvenil e da ideia de periculosidade do adolescente. Deste modo, concluo que a nova legislação, que propunha metas universalistas, tem como parâmetro um determinado grupo social. Quando o advogado, atuante na área dos direitos da criança e do adolescente, diz que o ECA não haveria sido criado para o “pivete”, mas para o jovem de família que comete um deslize, é possível concluir que a lei não foi criada para ser aplicada de forma igualitária, por isso a doutrina da proteção aplica-se para jovens da classe média e a da punição para jovens das demais classes. Não importa, portanto, a conduta antijurídica praticada, mas sim a qualidade das pessoas envolvidas.

A maioria dos adolescentes praticam condutas antijurídicas, mas apenas os que são vítimas da sujeição criminal (MISSE, 2014) são punidos por tal fato. Aos percebidos como sujeitos criminais aplica-se a perspectiva punitiva, aos não sujeitos ao fenômeno da criminalização aplica-se a perspectiva protetiva. Pois; os conflitos derivados de condutas antijurídica praticadas por adolescentes que não estão sujeitos ao fenômeno da criminalização muitas vezes não se resolvem por mecanismos judiciais, mas na esfera privada. E; quando são solucionados por mecanismos judiciais, a estes jovens não se aplica a medida de internação, mesmo não é concebido como “bandido” e a perspectiva que se sobrepõe é a da proteção, portanto não merece a privação de liberdade, ficar preso ou “pagar cadeia”<sup>23</sup>.

Deste modo, por mais que crime seja um fenômeno social geral, a criminalidade é fenômeno da minoria. Segundo Juarez Cirino dos Santos (2001), a criminalidade registrada indica apenas a atividade de controle, como função de denúncia e perseguição penal, mas não indica a extensão real da criminalidade, integrada, também, pela criminalidade oculta, a chamada **cifra negra da**

---

<sup>23</sup> Quando os jovens se referem à medida de privação de liberdade eles tratam a mesma como se fosse prisão ou uma cadeia. Até mesmo a Juíza, quando afirma ao Jovem que o mesmo ficará “preso de verdade”, ela nos leva a compreender que quando o jovem está privado de liberdade ele já está preso, por mais que haja diferença entre a “prisão dos menores de idade” e a prisão dos maiores de idade.

**criminalidade.** Para as crianças pobres parece haver um caminho já delineado, a criminalidade registrada indica apenas a seleção de uma minoria criminalizada, pois grande parte dos adolescentes praticam atos infracionais. No entanto, há um grupo selecionado institucionalizado.

Os principais atos infracionais pelos quais os jovens são punidos estão relacionados ao tráfico de drogas e a crimes patrimoniais. No Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2015 foram apresentados dados que evidenciam o fato das condutas análogas<sup>24</sup> a crimes que os jovens praticam se condensam basicamente nas condutas criminosas análogas aos crimes de roubo e tráfico de drogas. O crime de roubo equivale a 42% dos atos infracionais praticados pelos adolescentes, enquanto o crime de tráfico equivale a 24,8% e o crime de furto equivale a 3,6%. De modo que, os três juntos nos fazem chegar a porcentagem de 66,8% dos atos infracionais praticados pelos adolescentes no Brasil, enquanto os homicídios equivalem a 9,2%.

Neste sentido, vale mencionar que a referida problemática torna-se ainda mais evidente no Rio de Janeiro (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015, p.88), uma vez que os atos infracionais pelos quais os jovens são apreendidos são predominantemente tráfico e roubo. Assim percebe-se que os dois juntos equivalem a 77,87% dos atos infracionais praticados, sendo o roubo 40,83% e tráfico 37,04%. Deste modo, percebe-se que diferente do que ocorre na conjuntura nacional, o crime de tráfico quase se equipara ao de roubo no estado do Rio de Janeiro, sendo apenas 3,79 % inferior. Além disto, a porcentagem em relação ao ato infracional homicídio é significativamente inferior em relação aos dados nacionais, uma vez que enquanto no Brasil como um todo equivale a 9,2%, no Rio de Janeiro equivale a 5,95 % e a tentativa de homicídio equivale a 0%.

Vemos assim que os direitos infanto-juvenis, bem como diversos outros, não possuem uma eficácia universal, foram criados para um grupo social específico e para circunstâncias específicas. Existem tipos sociais preestabelecidos. Jovem, menor, criança e adolescente são categorias usadas para classificar grupos específicos e atribuir direitos diferenciados a cada um deles. É possível perceber o que Roberto Da Matta fala quanto ao fato de que as leis se aplicam de forma relativa, uma vez que a quem está inserido em uma rede de importância de dependência pessoal a aplicação da mesma pode ser majorada ou minorada (DA MATTA, 1979).

---

<sup>24</sup> Refiro-me a condutas criminosas, mas crianças e adolescentes não praticam crimes, mas condutas análogas aos crimes tipificados no nosso código penal, classificadas como ato infracional.

## THE BINARY LOGIC THAT GUIDES THE APPLICATION OF CHILDREN'S RIGHTS: PROTECTION VERSUS PUNISHMENT

**ABSTRACT:** *The present paper is inserted in a group of researches about the relation between justice, youth, criminality and violence. The objective is to analyze the transition between the “minor’s rights” to the “children and adolescents rights”, in order to understand this landmark in the process of (re)democratization of Brazilian society. Empiric contributions, in this way, shows themselves as essential foundations to the understanding of the applicability of the child and adolescents statute – which has to be highlighted for its integral protection to youth rights – in this hierarchic society. Also I analyze paradoxes inserted in legal legislation, which establishes uniform regulations in a context of inequality.*

**KEYWORDS:** *Right. Minor. Child. Adolescent. Inequality.*

### REFERÊNCIAS

AMIN, A. R. Princípios orientadores do direito da criança e do adolescente. In: MACIEL, K. R.; CARNEIRO, R. M. **Curso de direito da criança e do adolescente:** aspectos teóricos e práticos. 8.ed, rev.atual. São Paulo: Saraiva, 2015. v.6, p.60-73.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015. Disponível em: <[http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/10/9-Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-Publica-FSB\\_2015.pdf](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/10/9-Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-Publica-FSB_2015.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2017.

ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA MUNDIAL. **Declaração de Genebra.** Genebra, 2007. Disponível em: <<http://www.pactoglobal.org.br/Public/upload/ckfinder/files/Publicacoes/DeclaracaoGenebra.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2017

BRASIL. Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990a. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 21 set. 2017.

BRASIL. Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990b. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. **Diário Oficial da União:** República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 nov. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm)>. Acesso em: 21 set. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 21 set. 2017.

BRASIL. Lei n.6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 out. 1979. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6697.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm)>. Acesso em: 21 set. 2017.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal. **Carta de Lei**, Rio de Janeiro, 16 dez. 1830. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm)>. Acesso em: 22 set. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei n.2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm)>. Acesso em: 17 out. 2017.

COELHO, E. C. A criminalização da marginalidade ou a marginalização da criminalidade. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p.139-161, 1978.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Convenção Americana de Direitos Humanos**. Costa Rica, 1969. Disponível em: <[https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2017.

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GARAPON, A.; HENRIQUES, P. F. **Bem julgar**: ensaio sobre o ritual judiciário. 1999.

GEERTZ, C. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 2002.

KANT DE LIMA, R. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.10, n.4, p.65-84, 1989. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_10/rbcs10\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_04.htm)>. Acesso em: 30 de jul. 2017.

KANT DE LIMA, R.; BAPTISTA, B. G. L. O desafio de realizar pesquisa empírica no Direito: uma contribuição antropológica. In: ENCONTRO DA ACADEMIA

BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 7., Recife, 2010. Anais... Recife: ABCP, 2010. p.4-17.

MISSE, M. Sujeição criminal. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p.204-214.

MISSE, M. Notas sobre a sujeição criminal de crianças e adolescentes. In: SÉ, J. T. S.; PAIVA, V. (Org.). **Jovens em conflito com a lei**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.191-200.

NAÇÕES UNIDAS. **Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude**: Regras de Beijing. Paris, 1985. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/SinaseRegrasdeBeijing.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <[http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2017.

PEREIRA, T. S. **Direito da criança e do adolescente**: uma proposta interdisciplinar. São Paulo: Renovar, 2008.

PINTO, B. L. **Ideologias e práticas dos tribunais criminais do Distrito Federal no tratamento de “menores” (1890-1912)**. 2008. 247f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SANTOS, J. C. O adolescente infrator e os direitos humanos. **Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**, Fortaleza, v.2, n.2, p.90-99, 2001. Disponível em: <<http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/32/33>>. Acesso em: 22 set. 2017.

SANTOS, M. A. C dos. Criança e criminalidade no início do século XX. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2015. p.210-230.

SCHUCH, P. Trama de significados: uma etnografia sobre sensibilidades jurídicas e direitos do adolescente no plantão da delegacia do adolescente infrator e no juizado da infância e da juventude de Porto Alegre. In: DE LIMA, R. K. **Antropologia e direitos humanos 2**. Niterói: Ed. da UFF, 2003. p.157-202.

SPOSATO, K. B. **Elementos para uma teoria da responsabilidade Penal de Adolescentes**. 2011. 227f. Tese (Doutorado em Direito Público) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

UNICEF. **Declaração universal dos direitos das crianças**, 1959. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao\\_universal\\_direitos\\_crianca.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2017.

Recebido em 08 de jun. de 2017

Aprovado em 21 de ago. de 2017



# SOCIABILIDADE E CONFLITOS ENTRE ADOLESCENTES E O “REGIME DE DESUMANIZAÇÃO”

Daniela Cristina Neves de OLIVEIRA<sup>1</sup>  
Márcia Barros Ferreira RODRIGUES<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho discute os homicídios juvenis, à luz das narrativas de vida de adolescentes internos numa instituição de atendimento socioeducativo no Espírito Santo, a saber, na Unidade de Internação Metropolitana (Unimetro). A fim de contribuir para a explicação do motivo de este tipo de violência criminalizada se perpetuar, propomos um exame da constituição da masculinidade e dos conflitos potencialmente letais **entre** os adolescentes, por meio das interações estabelecidas no comércio varejista de drogas ilícitas no contexto dos bairros pauperizados da Região Metropolitana da Grande Vitória. Comprendemos que ser socializado num “regime de violência”, característico das disputas entre os pontos de venda daquele comércio, legitima moralmente a prática de homicídios, na percepção dos adolescentes. Ademais, também discutimos acerca do “regime de desumanização”, enquanto um elemento explicativo importante o qual nos ajuda a entender a **indiferença** ou **resignação** da sociedade abrangente com relação aos homicídios juvenis.

**PALAVRAS CHAVES:** Homicídios juvenis. Masculinidade. Conflitos. Sociabilidade juvenil. “Regime de desumanização”.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória - ES - Brasil. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. danielacristina.ndo@gmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória - ES - Brasil. Professora Titular do Departamento de Ciências. mbfrodrigues@gmail.com.

## Introdução

O presente trabalho se propõe a discutir os homicídios juvenis a partir das narrativas de vida de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa<sup>3</sup> na Unidade de Internação Metropolitana (Unimetro) no âmbito do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases). Esses adolescentes estão internos, segundo as narrativas, em função de vínculos com o comércio varejista de drogas ilícitas, o qual fomenta, como veremos ao longo do trabalho, interações competitivas marcadas por uma cultura agonística, baseadas na “desconfiança” e no tratamento dos “outros” de pontos de venda concorrentes como “inimigos”.

Todo homicídio envolve um conflito, mas nem todo conflito se degenera em homicídio. Entendemos que o conflito não é um ponto fora da curva do cotidiano, mas é o resultado de uma série de microtensões presentes na vida cotidiana. Zalar e Leal (2001) ressaltam que o conflito é inevitável nas sociedades, pois o consenso nunca é total. Por isso, abordamos os conflitos entre adolescentes que são, naturalmente, anteriores aos homicídios, a fim de compreendermos a prevalência do quadro de mortalidade violenta que atinge sobremaneira certo segmento socioeconômico dos adolescentes e jovens brasileiros.

Os adolescentes definem as interações **entre** os grupos do comércio varejista de drogas ilícitas como sendo um estado de “guerra”. Assim, um dos motivos apontados para os conflitos que vivenciam no interior da unidade de internação são, justamente, as tais “guerras na rua”. A sociabilidade construída nesse meio, faz com que, por exemplo, um adolescente se defina como “sensível” e, embora seja capaz de cometer homicídios, se diz, ao mesmo tempo, incapaz de matar uma galinha. Afinal, o homicídio ocorre em um “regime de violência”, num estado de “guerra”, em que se não matarem, poderão morrer. Isso nos leva a refletir sobre a **moral** que rege a conduta dos adolescentes em certo tipo de sociabilidade. A **moral** manifesta pelos adolescentes pode ser estudada à luz da expressão usada por eles de “andar **certo** na vida **errada**”.

---

<sup>3</sup> Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Ecriad), os menores de 18 anos são “penalmente inimputáveis”. Nesse sentido, verificada a prática do ato infracional, que significa a conduta descrita como crime ou contravenção penal, são aplicadas as chamadas “medidas socioeducativas”. As medidas socioeducativas são divididas entre as que são executadas em meio aberto (advertência, reparação do dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida) e as de privação de liberdade (semiliberdade e internação em estabelecimento educacional). Em geral, a medida de internação é aplicada quando se trata de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa (BRASIL, 2002).

Com efeito, o comércio de drogas ilícitas instalado nos bairros pauperizados da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV)<sup>4</sup> é um catalisador dos homicídios juvenis, em que adolescentes se tornam vítimas e perpetradores de práticas violentas. Conforme pesquisa do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN, 2015) acerca dos homicídios de jovens com idades entre 15 e 29 anos, os municípios da região metropolitana mantiveram altas taxas de homicídios juvenis entre os anos de 2003 e 2012. No último ano analisado, Cariacica e Serra chegaram a, respectivamente, 193,4 e 183,7 vítimas jovens por cem mil habitantes, e ainda tiveram média histórica de 185,8 e 192,9 casos por cem mil habitantes. Já os municípios de Viana e Vila Velha obtiveram média histórica (entre 2003-2012) na casa de 130 vítimas por cem mil habitantes, enquanto Vitória encontra-se na faixa de 120 por cem mil habitantes. Guarapari e Fundão, respectivamente, aparecem no grupo de 100 e 90 homicídios juvenis por cem mil habitantes. Em relação a Fundão, o estudo ressaltou que a pequena população acaba provocando uma maior variação da taxa de homicídio juvenil, em caso de aumento ou diminuição de ocorrências para esse município. No que concerne à vitimização de adolescentes e jovens, o pesquisador Marcos César Alvarez (2014, p.110) afirma que

Agressores e vítimas na realidade se confundem, o jovem considerado como agressor quase sempre emerge de um contexto social marcado pela pobreza e pela privação de direitos e seu destino será marcado também pela violência: a morte precoce no conflito com outros jovens, no enfrentamento com a polícia ou ainda nas mãos de grupos de extermínio.

Para além disso, discutimos, aqui, a constituição da identidade de gênero masculina, a partir da categoria nativa “sujeito-homem” - um *status* que tem a ver com a autonomia e respeitabilidade. Tendo em mente que são os homens as principais vítimas de homicídio no Brasil (CERQUEIRA et al., 2016), examinamos o aspecto cultural do significado do papel do gênero masculino na percepção dos adolescentes.

No que se refere à criminalização da juventude urbana pobre, partimos da abordagem de Freire (2010) quanto ao denominado por esta autora de “regime

---

<sup>4</sup> A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) é composta pelos municípios de Cariacica, Fundão, Serra, Guarapari, Viana, Vila Velha e Vitória. Esses municípios abrigam quase a metade da população do Espírito Santo. A RMGV é resultado da contínua absorção de migrantes vindos de várias regiões do próprio estado, do país e do exterior (DADALTO; RODRIGUES, 2015).

de desumanização”, a fim de problematizar o motivo da prevalência dos homicídios juvenis no Brasil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, a qual lança mão de técnicas de entrevistas em grupo, narrativas de vida<sup>5</sup> e observação participante. Apresentamos dados parciais do estudo em andamento acerca da dinâmica de sociabilidade e dos conflitos entre adolescentes e jovens na RMGV. Nesse sentido, analisamos, aqui, as narrativas de vida de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. A outra dimensão dessa pesquisa compreende o estudo da sociabilidade e dos conflitos intra e entre grupos juvenis nos bairros populares do município de Vitória e, logo, fora da unidade de internação, porquanto objetivamos comparar diferentes estilos de sociabilidade no mesmo contexto socioeconômico.

Para realizarmos a pesquisa de campo no interior da unidade de internação, precisamos atravessar alguns caminhos institucionais. Submetemos o projeto de pesquisa ao Iases<sup>6</sup>, o qual foi avaliado pela Subgerência de Formação e Pesquisa da instituição (Subfop). Depois, precisamos comparecer ao Centro Integrado de Atendimento Socioeducativo (Ciase), onde funciona a Subfop, a fim de ouvirmos o primeiro parecer sobre o projeto. Infelizmente, dado que o trabalho não havia sido avaliado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (Cep), ele não foi aprovado e, talvez, também em função de singularidades metodológicas relativas às pesquisas no campo das Ciências Sociais, o qual é diferente de outras áreas disciplinares, como a Psicologia e o Serviço Social. Desse modo, precisamos submeter o trabalho ao Cep e até obtermos a aprovação, esperamos quase dois meses. Finalmente, o projeto de pesquisa obteve parecer positivo do Cep em novembro de 2016. Assim sendo, quando conseguimos entrar na Unimetro para iniciar a pesquisa de campo, nos reunimos com a gerente da unidade e com a subgerente de atividades pedagógicas, a fim de alinharmos o trabalho com as possibilidades institucionais. Permitiram que entrevistássemos um grupo de dez adolescentes após as aulas do curso de elétrica, no período da manhã. A princípio, nossa intenção era entrevistar vários grupos distintos dentro da unidade, porém, levando em conta o curto

---

<sup>5</sup> O conceito de relato ou narrativa de vida mencionado foi introduzido na França por Daniel Bertaux em meados da década de 1970, com o objetivo de propor uma concepção metodológica alternativa à história de vida. Constitui em um tipo de entrevista narrativa em que o pesquisador solicita ao entrevistado que relate a totalidade ou uma parte de sua experiência vivida; diferente da história de vida, pois se ocupa apenas de um ou mais fragmentos da experiência vivida (BERTAUX, 2010).

<sup>6</sup> Agradecemos a todo o corpo técnico do Iases em geral, especialmente da Subfop e da Unimetro por terem gentilmente colaborado com o desenvolvimento dessa pesquisa. Igualmente, agradecemos a equipe do Cep-UFES que contribuiu de maneira paciente e generosa com o nosso trabalho.

período de tempo de que dispúnhamos, em função do cronograma de pesquisa aprovado tanto pelo Cep quanto pela Subfop, e, além disso, considerando que até estabelecer um vínculo de confiança com os adolescentes levaria tempo, optamos por concentrar o estudo apenas naquele grupo de dez adolescentes, os quais participavam do curso de elétrica.

Dessa maneira, enfocamos a Unimetro, onde foram realizadas cinco entrevistas em grupo (grupos focais)<sup>7</sup> com a participação de dez adolescentes, com idades entre 17 e 19 anos. Tais entrevistas foram realizadas após as aulas do curso de elétrica, o qual é ofertado apenas aos adolescentes que estão nas fases intermediária e conclusiva<sup>8</sup> da medida socioeducativa, como uma espécie de **estímulo** para que o adolescente se ajuste às normas institucionais. Desses dez, foram selecionados três para as entrevistas narrativas individuais. Os critérios de seleção desses adolescentes partiram, basicamente, de dois pontos. O primeiro tinha a ver com o fato de nas entrevistas em grupo eles terem discutido mais acerca do principal tópico de interesse deste trabalho, qual seja, a dimensão vivencial em conflitos **entre** e **intra** grupos. O segundo ponto era, simplesmente, a vontade deles de participarem do estudo. Após a etapa das entrevistas em grupo, perguntamos quais rapazes gostariam de continuar colaborando com a pesquisa, por meio da realização de entrevistas individuais. Boa parte dos adolescentes manifestaram interesse e, nesse sentido, precisamos escolher quatro, observando quais deles haviam discutido mais os temas de interesse do presente estudo, como dito acima. Contudo, não foi possível entrevistar o quarto adolescente, pois no dia destinado para essa atividade, o rapaz estava isolado na moradia “reflexiva”, destinada aos adolescentes que transgridem as normas da instituição. Todas as entrevistas foram conduzidas pela pesquisadora que desenvolve um estudo sobre adolescentes e conflitos no âmbito do curso de pós-graduação em Ciências Sociais.

---

<sup>7</sup> O grupo focal consiste em uma técnica de coleta de dados por meio das interações grupais através da discussão de um tema particular ou um problema bem definido sugerido pelo investigador. Como técnica, ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Além disso, pode ser compreendido como um meio para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos (GONDIM, 2002).

<sup>8</sup> O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo estabelece para os programas de execução de medidas socioeducativas de internação que a organização do espaço físico, bem como a organização da intervenção educativa aconteçam em torno de fases de atendimento. A progressão das fases é condicionada ao estabelecimento de um **perfil** que o adolescente deve atingir. Dessa forma, o atendimento socioeducativo é dividido nas seguintes fases: inicial, intermediária e conclusiva (BRASIL, 2012).

De acordo com a instituição, a unidade possui noventa vagas e estavam internos, no momento da pesquisa, aproximadamente cem adolescentes. Em respeito a “Instrução de Serviço nº038-P” de 20 de janeiro de 2012<sup>9</sup> (ESPIRITO SANTO, 2012), que dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos de pesquisa no âmbito do Iases, as entrevistas foram registradas por meio de anotações no diário de campo, sem o uso de recursos audiovisuais, inclusive gravadores de áudio. Durante as entrevistas em grupo e individuais, anotávamos rapidamente apenas palavras-chave. Imediatamente após os encontros, gravávamos em áudio no celular como tinha sido a entrevista, descrevendo as partes mais relevantes. Depois redigíamos a descrição num bloco de notas no computador, a partir do áudio e da memória. Os roteiros das entrevistas, em geral, consistiam em tópicos relacionados aos objetivos da pesquisa e também em pontos relevantes que os adolescentes queriam discutir e que não havíamos pensado. Esforçamo-nos para que esses encontros não tomassem a forma de um interrogatório, mas para que se desenvolvessem como conversas informais – nesse ponto considerávamos também a técnica de coleta de dados conhecida como observação participante (WHYTE, 2005; TAVARES, 2006). O trabalho de campo na unidade durou, aproximadamente, dois meses: entre março e abril de 2017.

A Unimetro está localizada em Xuri, Vila Velha, a qual fica no mesmo ambiente do complexo prisional dos adultos. O fato é motivo de críticas, pois a avaliação feita é que o tratamento dos adolescentes é similar ao dos adultos. A situação, bem como as violações de direitos humanos na Unidade de Internação Socioeducativa (Unis), em Cariacica, foram debatidas em uma reunião da Corte Interamericana de Direitos Humanos em maio de 2017 (FERNANDES, 2017). A Unimetro atende especificamente aos adolescentes mais velhos, com idades entre 17 e 21 anos<sup>10</sup>. Em julho de 2016, o Iases passou a integrar à Secretaria de Direitos Humanos do estado do Espírito Santo (IASSES..., 2016), a qual foi criada no mesmo período. Antes, o Instituto era vinculado à Secretaria da Justiça, a mesma responsável pela gestão das unidades prisionais. Essa situação pode ser compreendida também como uma estratégia política para melhorar, por assim dizer, a imagem pública do sistema socioeducativo.

---

<sup>9</sup> Os técnicos da Subfop estão revendo estas normas, de modo a tornar mais simples o trabalho de pesquisa no âmbito da instituição. Inclusive nós e outros pesquisadores fomos convidados para participar desse processo de revisão.

<sup>10</sup> O Ecriad define que a medida de internação deve ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, obedecendo critérios de separação por idade, compleição física e gravidade da infração (BRASIL, 2002).

Enfim, na primeira parte do artigo, discutimos as consequências do “regime de desumanização”, problematizando a prevalência dos homicídios de jovens pauperizados urbanos no Brasil. Na segunda, apresentamos estudos sobre a construção social da masculinidade, refletindo o impacto desta no estabelecimento de relações de competição que favorecem a emergência de conflitos potencialmente letais. Fazemos um balanço bibliográfico sobre esses pontos em articulação com os dados da pesquisa empírica realizada na Unimetro.

## **A concepção moral dominante que admite, tacitamente, os homicídios juvenis**

Freire (2010), em seu trabalho sobre a sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro (RJ), reflete sobre os repertórios da “violência urbana” e os “direitos humanos” por meio de quatro tipos de coletivos, a saber, moradores de condomínios fechados, policiais militares, advogados que atuam em defesa dos direitos humanos e familiares de vítimas de violência policial. A partir desse estudo, a autora aponta evidências de que existe uma gramática de sociabilidade que não assume como óbvio o pertencimento de todos os moradores da cidade a uma humanidade comum. A pesquisadora examina as formas de coordenação que sustentam a sociabilidade no RJ, inspirando-se nas abordagens sociológicas pragmatistas. Desse modo, ela postula o conceito de “regime de desumanização”. Para a autora,

[...] o regime de violência apreende uma ordem ilegítima na qual os seres não são passíveis de serem incorporados a uma humanidade comum e, neste sentido, as ordens de grandezas que distribuem uma situação não são mais reconhecidas. Enfrentam-se meras forças. A *metafísica da violência* inviabiliza a ordenação de seres em uma humanidade comum e, por este motivo, o regime de violência torna-se um regime do injustificável, da guerra, e se opõe ao regime de justificação. (FREIRE, 2010, p.120, grifo nosso).

A situação da “violência urbana” faz com que se enfrentem meras forças, numa guerra, em que o outro é “desumanizado”. Entretanto, Freire (2010) discute que não se trata, meramente, de um “regime de violência”, porque este poderia explicar estados de guerra e de exceção, mas não a sociabilidade no Rio de Janeiro, embora esta seja afetada por situações de recurso à força. Então, trata-

-se de um “regime de desumanização”, o qual é caracterizado por uma **metafísica** que orienta uma gramática de justificação pública que busca extrair certos seres de uma humanidade comum.

No início de 2017 foi possível verificar uma evidência neste sentido, da “desumanização” de determinadas vidas. Durante o período que ficou conhecido como “crise da segurança pública” no estado do Espírito Santo<sup>11</sup> (SOBE..., 2017), em função de protestos de familiares de policiais militares em toda a RMGV, aproximadamente 200 pessoas foram assassinadas. A maioria das vítimas era do sexo masculino, de pele parda e moradora dos bairros periféricos da RMGV, isto é, o mesmo perfil<sup>12</sup> dos que, geralmente, mais morrem no Brasil (CERQUEIRA, et al., 2016; DADALTO; RODRIGUES, 2015). Em meio ao caos urbano, foi comum notarmos comentários nas redes sociais, em sites de notícias e pelas ruas de pessoas que diziam, **resignadamente**: “só morrem bandidos”. Dessa forma, a indignação não era proporcional a dimensão da tragédia, visto que as vítimas eram concebidas como “menos humanas” por serem supostamente “bandidas”. Não é exagero afirmar que muitas pessoas se declaravam, inclusive, aliviadas com os assassinatos, pois, em tese, significava que o Estado estaria, por conseguinte, “limpo da bandidagem”. Ora, essas percepções convergem com o que Manso (2012) identificou como a “moral do extermínio” em meados do século XX em São Paulo, onde as autoridades públicas toleravam (quando não praticavam) o assassinio de certos setores da população como um meio considerado eficiente para o exercício do controle social. Além do mais, no próprio estado do Espírito Santo, conforme Bittencourt (2014), houve a atuação de grupos de extermínio em meados do século XX, dentre os quais se destaca a “*Scuderie Detetive Le Cocq*”<sup>13</sup>, organização que teve origem no estado do Rio de Janeiro.

Um indício desse estado de coisas, da “desumanização” dos moradores das regiões mais pobres e periféricas das cidades pode ser notado em situações em que um rapaz é assassinado por agentes policiais em um bairro e os mora-

<sup>11</sup> A paralisação dos policiais durou 21 dias. Informações acessadas pelo site de notícias G1 ES.

<sup>12</sup> Segundo o Atlas da Violência 2017, os índices de homicídio na região sudeste do país diminuíram; a região, até a década de 1990, concentrava os estados mais violentos. Houve um crescimento dos homicídios no centro-oeste, norte e nordeste. Além disso, o Atlas destaca a redução da mortalidade violenta no Espírito Santo, provavelmente em função da implementação da política de segurança pública, a partir de 2011, denominada “Estado Presente”. Entretanto, o Atlas chama atenção para o mencionado episódio da crise da segurança pública no estado como sendo, talvez, um alerta sobre a fragilidade do equilíbrio em torno da paz social (CERQUEIRA et al., 2017).

<sup>13</sup> Para a discussão sobre a atuação de grupos de extermínio no Espírito Santo ver também Anjos (2008) e Dadalto e Bittencourt (2017).

dores deste manifestam indignação apontando o notório fato de se tratar de um estudante, de um trabalhador e não de um “bandido”. Ora, parece que apenas pela reivindicação de que não se tratava de um “bandido”, o assassinato pode ser contestado, como se o fato de ser “envolvido com drogas”, por assim dizer, justificasse publicamente a violência policial. Em outubro de 2016, aconteceram protestos no Bairro da Penha<sup>14</sup>, em Vitória, em função do assassinato de um adolescente pela polícia. Chamamos atenção para a fala do irmão da vítima e de um morador, as quais ilustram como a vida de um suposto “bandido” parece ser considerada “menos humana”.

Pegaram o moleque com droga não. O moleque tinha acabado de sair de casa para comprar pão. Nisso, que ele acabou de sair de casa, o policial falou ‘para, para, para’. O moleque parou, para que isso? Dá tiro no moleque, *inocente, trabalhador*. Não é a toa que começou a *trabalhar* comigo agora”, conta o irmão do adolescente, Wesley.

Os policiais chegaram de madrugada, atiraram em um menino que não tem nada a ver com o tráfico, *morador*. O menino tem 16 anos, você tá entendendo? O que acontece... a polícia vem executando um serviço bom no morro, ela está melhorando a comunidade. Eles não estão sabendo diferenciar quem é *bandido* e quem é *morador*”, afirmou o comerciante Andreoni. (POLÍCIA..., 2016, grifo nosso).

Portanto, notamos pelos relatos que enfatizar o fato de o adolescente ser “trabalhador” e “morador inocente do morro”, é um meio para que a indignação contra a violência policial seja manifestada. Nesse sentido, a polícia precisaria saber diferenciar quem é “bandido” e quem é “morador”. Sob esse aspecto, caso um suposto “bandido” fosse morto, a ação poderia ser considerada, em alguma medida, legítima. Esse estado de coisas foi, semelhantemente, identificado no âmbito da pesquisa de Freire (2010, p.125), onde a autora aponta o caso em que

---

<sup>14</sup> Digite “bairro da penha vitória es” no site de busca “Google” e aparecerão, nos primeiros *links*, notícias sobre facções do tráfico de drogas, apreensão de armas pela polícia, e vídeos no “Youtube” de homens armados. Ou seja, trata-se de um lugar socialmente representado contemporaneamente como lócus da “violência urbana”. O Bairro da Penha está situado, portanto, no município de Vitória – ES, tendo por limites os bairros Itararé e Bonfim. A ocupação inicial se deu na década de 1950 e foi feita por meio de “invasões pacíficas” conduzidas pelo Sargento Carioca, considerado uma liderança pelos moradores. O perfil inicial da comunidade era de muita pobreza, as casas eram de estuque ou de madeira, cobertas por folhas de coqueiro ou palha, aos poucos foram construindo barracos de madeira localizadas na parte alta do morro e casas de alvenaria na parte baixa (VITÓRIA, 2017).

“[...] uma mãe insiste desesperadamente em explicitar que seu filho, morto por policiais, não é ‘bandido’, único recurso para poder apresentar seu sentimento de injustiça diante do assassinato.”

Freire (2010) estuda as percepções de justiça de diferentes atores sociais em situações da vida cotidiana da cidade e a partir de contextos socioeconômicos distintos. A intenção era apreender a pluralidade de entendimentos acerca do tópico “direitos humanos” na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Assim, são descritas as construções de séries gramaticais dos quatro tipos de coletivos supracitados. A autora explica que os protagonistas desses coletivos apontam tensões entre a lógica universal dos direitos humanos e as lógicas contextuais, nas quais diversos atores operam com esses direitos como princípios que variam de situação em situação. Por exemplo, a autora descreve a situação do advogado defensor dos direitos humanos que, a fim de dar bom curso ao processo judicial aberto por uma mãe de vítima de violência policial, necessita lembrar ao juiz que a cliente e seu filho (assassinado), são **humanos**. Na cena descrita, o advogado reúne fotos da vítima em diferentes momentos da vida e explica para a pesquisadora que tal procedimento funciona para **humanizar** o filho da cliente.

A reflexão de Freire (2010) é devedora da perspectiva analítica dos sociólogos Boltanski e Thévenot, os quais ressaltam os recortes cognitivos, morais e afetivos tipicamente realizados pelas pessoas comuns, consideradas atores competentes. Nessa perspectiva, a unidade elementar de observação é a situação na qual se encontram pessoas que estabelecem um acordo, em um espaço-tempo particular, sobre um “bem-comum”. A autora conclui que considerando que os “territórios da pobreza” são os mais afetados pela sociabilidade violenta e seus moradores têm um acesso limitado ao espaço público, a ordem social na RMRJ estabelece de antemão que tais moradores são os “pequenos”, nos termos de Boltanski e Thévenot, de várias situações da vida cotidiana. O ser “pequeno”, no “regime de desumanização”, caracteriza o fato de ser potencialmente percebido como “desumanizado”. Isso pode implicar na percepção de que os moradores dos “territórios da pobreza” são seres **extermináveis**.

No que se refere à desigualdade socioeconômica e à relação entre juventude e violência urbana, Rodrigues (2010) destaca que as opções políticas tomadas no Brasil no período republicano até meados dos anos 1980 produziram um considerável déficit para grande parcela da população, sobretudo aquela composta por jovens pobres. Assim, o paradigma vigente desde 1930 no Brasil, em relação à juventude, opera ainda na ótica do controle, particularmente em relação aos jovens de origem social popular, em que são reforçados aspectos negativos

tais como: **delinquência, indolência, incapacidade e irresponsabilidade**, para justificar o controle<sup>15</sup>. De modo geral, as políticas sociais públicas voltadas para o controle, em alguma medida, não consultam os jovens, pois separam oficinas de cursos profissionalizantes, sendo estes últimos voltados para postos de menor qualificação no mundo do trabalho. Ademais, diante do quadro de exclusão social e perante a nova dinâmica familiar, em que se nota a crise da autoridade (independente de classe social), o jovem “periférico” pode ser eventualmente aliciado pelo tráfico, tendo em mente que este se apresenta como uma primeira oportunidade de emprego e ingresso no mercado de consumo. Portanto, a questão da violência urbana e, particularmente, dos homicídios juvenis não pode ser descolada da problematização da desigualdade socioeconômica constitutiva do modo de produção capitalista. A despeito disso, abordamos, aqui, a dimensão cultural do fenômeno dos conflitos entre adolescentes, por meio da moral que orienta o comportamento coletivo e da constituição da masculinidade, pois somente o aspecto econômico não explica o quadro de mortalidade violenta. A partir de seus estudos, Lyra (2013) afirma que entre os jovens de bairros urbanos pauperizados, a adesão ao tráfico é mínima e não existiria uma causa específica para esta, mas antes um conjunto de fatores que remetem a um processo de procura por **autonomia**, como veremos adiante.

Também abordamos a situação dos adolescentes pobres urbanos por meio do conceito de “sujeição criminal”, de Misse (2010). O autor postula que a sujeição criminal é um processo de criminalização de sujeitos e não de cursos de ação. O sujeito criminal é aquele produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais. Não se trata de qualquer sujeito incriminado, pois pode haver crime sem que haja sujeição criminal, mas é um sujeito “especial” cuja morte ou desaparecimento pode ser desejável, ou seja, é um sujeito **matável**. Uma evidência nesse sentido consiste no fato de que no Brasil, a partir de meados dos anos 1950, houve certa **justificação** habitual para a eliminação física de criminosos comuns, além dos episódios frequentes de torturas e da existência de esquadrões e grupos de extermínio. Na sujeição criminal se verificam os processos de rotulação como um status negativo atribuído ao desviante. Desse modo, o rótulo de “bandido” é reificado no indivíduo, lhe restando poucos espaços para negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada. Nesse sentido, apontamos os casos encontrados por meio do trabalho empírico na Unimetro. A partir da observação participante, no contexto da pesquisa durante

<sup>15</sup> Para essa discussão ver também Batista (2003) e Paula (2015).

as aulas de elétrica na unidade<sup>16</sup>, percebemos que, em certo sentido, os agentes socioeducativos pareciam céticos com relação à “mudança de vida” dos adolescentes internos. Em geral, alguns costumavam dizer em conversas informais que, em grande medida, quando os adolescentes saem da instituição, voltam para o “crime” - talvez por serem “irrecuperáveis”, tendo em mente a subjetividade essencialmente “criminosa”, nos termos de Misse (2010).

Particularmente em uma conversa sobre o curso de elétrica, um agente disse que “pelo menos **diziam** (os adolescentes) que estavam gostando das aulas”. Ora, ele não pareceu acreditar, de fato, que os adolescentes apreciavam o curso, pois era como se estes não quisessem estudar para conseguir um trabalho legítimo, mas antes quisessem, a bem da verdade, continuar no “mundo do crime”. Por outro lado, um adolescente interlocutor da pesquisa, logo na primeira entrevista em grupo, declarou que estava gostando do curso e manifestou preocupação sobre o fato de sair da instituição antes do término dele - o que, efetivamente, veio a acontecer. A causa da apreensão do adolescente era no sentido de não ter condições econômicas para pagar um curso de elétrica fora da unidade. Considerando essa situação, procuramos a instituição para saber se havia programas de acompanhamento com relação aos adolescentes egressos e a resposta foi que o programa de atendimento ao egresso está “em processo de reconstrução” e que existem, hoje, poucas iniciativas sistemáticas, havendo descontinuidade na articulação entre o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). O adolescente, no caso, deveria ser atendido pelas políticas sociais do município, haja vista a incompletude institucional. Não obstante, o Iases sugeriu que o rapaz procurasse a Subgerência de Liberdade Assistida, a fim de se informar sobre os programas existentes de atendimento ao egresso<sup>17</sup>. Enfim, isso ilustra que, muitas vezes, o desígnio do adolescente de se formar em um curso, prosseguir nos estudos e conseguir um trabalho, por exemplo, para além do envolvimento em atividades ilícitas arriscadas, pode ser frustrado ou dificultado em virtude das debilidades

---

<sup>16</sup> Além das entrevistas em grupo após as aulas do curso, observávamos a dinâmica das próprias aulas, junto aos adolescentes, sentando-nos em cadeiras ao lado deles, muitas vezes, e semelhantemente perto dos agentes socioeducativos. Nesse sentido, quando os rapazes estavam realizando alguma atividade (individualmente ou em grupos), tanto o professor quanto os agentes socioeducativos, buscavam se aproximar e iniciávamos conversas informais. A maioria delas acerca do cotidiano na unidade, sobre a experiência deles com os adolescentes internos, mas também sobre amenidades.

<sup>17</sup> Depois desses dias, soubemos pelo rapaz em questão que embora não tivesse concluído o curso, recebeu o certificado da instituição, tendo em mente que o curso estava quase chegando ao fim quando ele foi liberado da Unimetro. Quando nos falamos pela última vez, o adolescente contou que estava “distribuindo uns currículos”.

das políticas sociais existentes. Adicionalmente, o egresso precisa enfrentar a **desconfiança** da sociedade, a começar por aquela manifestada sutilmente pelos próprios agentes socioeducativos.

No que diz respeito ao processo de sujeição criminal, cumpre-nos destacar outro indício advindo da pesquisa empírica na unidade. Durante uma conversa, o professor do curso de elétrica comparou sua relação com os adolescentes com a atividade de um domador de leões. De acordo com sua percepção, o domador, na maior parte do tempo, é amigo do leão, confia nele e etc., mas sempre existe o risco de ser atacado, já que se trata de um animal selvagem/irracional. Quer dizer, por mais que este professor estivesse à vontade entre os adolescentes e fosse amigável (contando piadas e tornando o ambiente leve e divertido, muitas vezes), o temor por estar numa instituição destinada para pessoas “perigosas” nunca deixou inteiramente de existir.

Doravante, apresentaremos estudos sobre a constituição de um tipo de identidade de gênero masculina, como tendo relação com o presente estado de violência letal que atinge sobretudo indivíduos do sexo masculino. Faremos isso em articulação com os dados coletados na Unimetro acerca da sociabilidade tecida pelos adolescentes.

### **Sociabilidade e masculinidade no âmbito do comércio varejista de drogas ilícitas na RMGV**

A masculinidade pode ser entendida como uma identidade de gênero que é construída a partir das relações sociais entre indivíduos do sexo masculino e feminino. O papel social masculino é moldado por meio das relações recíprocas entre homens e mulheres e, por isso, nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através do estudo inteiramente separado (SCOTT, 1995). O processo de constituição da identidade se dá pelo reconhecimento de que existem pessoas idênticas e diferentes de nós mesmos. A existência de dois gêneros, os quais se constroem cognitivamente sobre o corpo sexuado, que é dual (macho e fêmea), não exclui a possibilidade de que estes sejam constituídos em vários modelos de feminino e de masculino. Estes modelos, portanto, variam conforme a história e a cultura – também dentro de uma mesma cultura existem nuances de masculinidade e feminilidade.

Tendo em mente essas ideias, discutimos a construção social de um tipo de masculinidade entre adolescentes e jovens em contextos de exposição à violência, pois os homens, na faixa etária de 15 a 29 anos, são as principais vítimas de

violência letal no Brasil (CERQUEIRA et al., 2016). Nesse sentido, a pergunta norteadora de nossa reflexão é: **em que medida a construção social de um tipo de masculinidade associada à agressividade, com vistas a afirmar um tipo de identidade masculina, contribui para o presente quadro de homicídios juvenis no país?**

Por certo o espaço limitado deste artigo não nos permitirá responder definitivamente a esta questão, pois trata-se de uma pesquisa em andamento e, ademais, o fenômeno dos homicídios juvenis é complexo: multicausal e multifacetado (RODRIGUES, 2010). Não obstante, partimos de um balanço bibliográfico sobre o tema masculinidade e violência em articulação com os dados parciais da pesquisa, a fim de apontarmos algumas hipóteses plausíveis para a pergunta norteadora.

Pois bem, o fato de indivíduos provenientes dos estratos mais pobres da população serem, em alguma medida, considerados tacitamente **extermináveis**<sup>18</sup> em determinados contextos de enunciação não explica o porquê destes indivíduos serem majoritariamente **homens**. Se a violência letal fosse apenas um sintoma da estrutura socioeconômica injusta, as mulheres<sup>19</sup> deveriam ser igualmente vitimadas ou internadas. Em 2013, 96% dos adolescentes em restrição e privação de liberdade no Brasil eram do sexo masculino (BRASIL, 2015a). Por essa razão, concebemos que o elemento do gênero é crucial para estudarmos o fenômeno dos homicídios juvenis.

Usamos o termo “gênero” no sentido concebido por Joan Scott (1995). Esse termo designa as relações sociais entre os sexos, é, portanto, um conceito relacional. O seu uso rejeita as justificativas biológicas, as quais tendem a **naturalizar** os papéis sociais dos homens e das mulheres a partir do fato de que estas geram filhos e àqueles possuem uma força muscular superior, por exemplo. Nesse sentido, o gênero é uma categoria com um potencial de relativização, na medida em que desvela as construções sociais, que são variáveis cultural e historicamente, no que se refere à criação completamente social dos papéis masculinos e femininos. À vista disso, entendemos que as masculinidades são variáveis e que

---

<sup>18</sup> Sabemos que todos têm oficialmente o direito à vida na democracia constitucional brasileira, todavia o termo “exterminável” chama atenção para o fato de que esse direito é distribuído, na prática, de maneira desigual, tendo em vista que a maioria das vítimas de homicídio no país são homens jovens e afrodescendentes (CERQUEIRA et al., 2016).

<sup>19</sup> As mulheres também sofrem, certamente, violências nesta sociedade; uma destas é o estupro. Contudo, falamos, aqui, da violência letal que afeta, sobretudo, os meninos, os homens jovens. Num certo sentido, a qualidade da violência que afeta os homens é diferente da que afeta as mulheres e isso está relacionado com as construções sociais dos sentidos atribuídos às experiências do ser homem e do ser mulher na sociedade.

a agressividade e a disposição para usar a força física na resolução de conflitos **não** é uma condição inata do homem.

Cecchetto (2004) analisa a pluralidade de construções de masculinidades entre homens jovens no Rio de Janeiro. A pesquisadora enfoca três grupos que considera representativos: os grupos charmeiros de jovens do subúrbio carioca, os lutadores de jiu-jitsu da zona sul e a galera do baile *funk* da periferia. Ela conclui com a ideia da impossibilidade de uma ligação direta e não problematizada entre violência, pobreza e etnia, porquanto “[...] foram estudados diferentes etos masculinos vinculados ao lazer, na mesma camada social, para demonstrar a complexidade da correlação entre pobreza, masculinidade e violência.” (CECCHETTO, 2004, p.208). Nesse sentido, não forçosamente o homem constituirá uma identidade masculina agressiva ou violenta, pois tal identidade não é consequência natural do sexo e tampouco da origem social ou étnica.

Mas “o machismo mata”. Quando nos deparamos com semelhante frase de denúncia inscrita nos muros das cidades a associamos, imediatamente, aos movimentos feministas, os quais lutam pelos direitos das mulheres, **contra** as violências que as vitimam: as simbólicas e sutis, o estupro, o assédio em transportes públicos, por exemplo, e, por fim, o feminicídio<sup>20</sup>. Em geral, não ponderamos que esse mesmo “machismo” (enquanto uma ideologia da supremacia masculina) que mata mulheres também está, provavelmente, relacionado com a violência letal que vitimiza homens. Pois bem, Souza (2005) enfatiza que o gênero masculino ainda é configurado por práticas machistas e de risco e que tais práticas são as mesmas que constituem os homens como as maiores vítimas da violência. Por exemplo, o mesmo homem capaz de assassinar a companheira em função de sentimentos possessivos, ciúmes e etc., também é capaz de assassinar o presumível amante dessa companheira em função de afirmar sua virilidade enquanto homem e de defender sua “honra”, maculada por aquilo que considera como: traição<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Feminicídio é um conceito político que designa o assassinato de mulheres que tenha como motivação a misoginia (ódio ou aversão às mulheres) e o sexismo (discriminação baseada no sexo), por exemplo. Ou seja, são crimes ocasionados pelo sentimento de poder e exercício de controle sobre o corpo da mulher. É, em suma, um assassinato decorrente das relações sociais entre os sexos, em que os homens, muitas vezes, assassinam suas companheiras ou antigas companheiras, em função de elas serem **mulheres** e de eles exercerem um poder de dominação sobre elas (CRUZ; RODRIGUES, 2017). A recente lei brasileira do feminicídio (BRASIL, 2015b), entende que o crime é feminicídio quando envolve violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

<sup>21</sup> Situações assim, de tão comuns, são amplamente representadas na literatura e no cinema. Uma das representações mais significativas é encontrada no conto machadiano, “A cartomante”, onde o escritor narra de forma magnífica o episódio atroz em que um marido traído assassina a esposa e, em seguida, o amante desta. No contexto histórico em

Nesse ponto, cumpre-nos destacar a discussão entre os adolescentes interlocutores da pesquisa em uma das entrevistas em grupo realizadas na Unimetro, a respeito do relacionamento entre homens e mulheres no interior das relações estabelecidas no âmbito do comércio varejista de drogas ilícitas. Com efeito, o homem quando está casado com uma mulher e esta é suspeita de envolvimento com outro ou apenas de receber “cantadas” (tipos de elogios públicos), pode ser severamente punida, pois é compreendida como propriedade do homem, assim como a mercadoria do ponto de venda de drogas.

Quando a propriedade do homem, que é a mulher, é ameaçada, a autoridade masculina é colocada a prova e algo precisa ser feito para que ele continue sendo “respeitado”. Nesse sentido, levando em conta o contexto, a mulher sofre a humilhação de ser agredida fisicamente e moralmente. O principal castigo descrito consiste em cortar o cabelo da mulher, “passar a máquina” e, às vezes, até mesmo uma gilete, a fim de que a mulher fique careca, totalmente. Depois, ela é descartada pelo homem, tornando-se objeto de escárnio na comunidade, quando não é assassinada. É importante salientar que todos os adolescentes do grupo conheciam essa prática, mesmo sendo de cidades diferentes da RMGV. A pena é comumente aplicada às mulheres no âmbito do tráfico de drogas, não só no estado do Espírito Santo<sup>22</sup>. Não podemos deixar de lembrar, aqui, que o Espírito Santo é destaque nacional quando se trata de violência contra a mulher, conforme o trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Espírito Santo figura como líder em taxa de homicídios de mulheres (GARCIA, 2013). A pesquisa compreendeu os anos entre 2009 e 2011 e apontou que, nesse período, a taxa de feminicídios no ES ficou em 11,24 mortes por grupo de 100 mil mulheres. A taxa do país no mesmo período ficou em 5,82 por 100 mil. Segundo o Mapa da Violência 2015, Vitória é a capital brasileira com a maior taxa de homicídios de mulheres (WAISELFISZ, 2015). O Anuário Espírito Santo 2016 do governo do estado<sup>23</sup>, na parte de Segurança, destaca que nos últimos cinco anos no estado, a maior incidência

---

que a obra foi escrita, século XIX, era aceitável socialmente, por assim dizer, que o homem agisse de semelhante modo quando viesse a sofrer o opróbrio de uma traição. Ora, isso tem a ver com os significados sociais construídos em torno da masculinidade. Tais significados estão arraigados, em maior ou menor grau, na sociedade contemporânea, ainda que com novos matizes – pois a cultura não é estática.

<sup>22</sup> A prática de cortar o cabelo das mulheres como forma de punição é semelhantemente aplicada em outros estados, como Bahia e Rio de Janeiro, no contexto da sociabilidade engendrada pelo tráfico de drogas. Historicamente, a punição apareceu, por exemplo, no período da Segunda Guerra Mundial, quando inúmeras mulheres francesas foram humilhadas publicamente após a ocupação nazista (BIANCHI; COSTA, 2016).

<sup>23</sup> Informações disponíveis em <<http://especiais.gazetaonline.com.br/anuario/>>. Acesso em: 27 de junho de 2017.

de mortes violentas de mulheres foi na faixa etária de 15 a 19 anos de idade, ou seja, as adolescentes são as principais vítimas.

Os adolescentes demonstraram naturalidade ao contar episódios de punições aplicadas às mulheres, pois parece ser algo comum e, nesse sentido, eles internalizaram o código de comportamento como **certo**, ou seja, a mulher supostamente traidora deve sofrer esse tipo de tratamento. Todavia um adolescente do grupo disse não ter coragem de “bater em mulher”, pois teria “sangue doce”. Os homens podem ter, em princípio, outras parceiras sem que isso seja condenável moralmente naquele contexto. Se bem que os rapazes mencionaram casos de agressão de mulheres contra homens motivados por ciúmes. Por exemplo, certa vez quando uma moça jogou água fervente no namorado, que é amigo de um interlocutor da pesquisa. Sabemos que agressões de homens contra mulheres, no entanto, são consideravelmente mais comuns.

Souza (2005) explica que o significado de “ser homem” na sociedade ocidental é comumente associado a posições de poder, sinônimo de coragem, afinal “homem que é **homem** não chora”, não pode demonstrar fragilidade expondo seus sentimentos, devendo se arriscar diante do perigo. Por isso, os símbolos tais como armas, carros velozes, esportes radicais, o espaço público e etc., fazem parte do universo masculino. Esse ideal dominante de masculinidade influencia a sociabilidade dos adolescentes pesquisados e produz conflitos que, no limite, podem ser letais.

Schnoor (2013) em seu estudo sobre a masculinidade e o mundo rural entre a Colônia e o Império no Brasil, nos apresenta as virtudes associadas ao caráter masculino que vigorava naquele período histórico. Para o homem, adentrar num conflito era um símbolo de masculinidade. “Riscar o chão” era um termo comum na época que significava a marcação de um limite; o “risco” não poderia ser ultrapassado, sob pena de ser iniciada uma contenda. O jovem que viveu entre a Colônia e o Império tinha de ter várias facetas sociais, entre estas aquelas relacionadas à violência e ao sexo (o menino se tornava homem por meio da prática sexual, em geral entre os 12 e 15 anos, usualmente, com as escravas). Para além da iniciação sexual, a masculinidade passava mais claramente pelo **exercício do mando**: era preciso se fazer obedecer. Discorrendo sobre o processo na região Centro-Sul do Brasil, o historiador explica que os jovens eram lançados às estradas, que os igualava aos tropeiros e aos viajantes que encontrassem. A “dura vida” imprimia nos meninos um tipo particular de identidade masculina. Desse modo, era importantíssimo que o jovem ganhasse o respeito e a confiança dos seus subordinados. Ele não podia cometer um deslize, demonstrando fra-

queza: “[...] sobre a sua masculinidade não podia pairar a menor dúvida, pois era uma sociedade em que o pai informava não o nascimento de um menino, mas que havia nascido um macho.” (SCHNOOR, 2013, p.95).

Quanto à identidade masculina ser vinculada ao **exercício do mando**, consideramos o trabalho de Lyra (2013), “A República dos Meninos”, que conta a história de cerca de trinta jovens vinculados ao varejo de drogas no Rio de Janeiro que cumpriam medidas socioeducativas no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor de Nova Iguaçu - RJ. Para o autor, a inserção no tráfico de drogas é vista como um processo de independência, como a busca por um caminho autônomo e parte do desejo de se tornar “homem”; trata-se de um ingresso simbólico na vida adulta. Para além de se tornar simplesmente homem adulto, na percepção dos adolescentes, significa se tornar um “sujeito-homem”, com todas as consequências de **independência, respeitabilidade e responsabilidade** pelas decisões tomadas.

A categoria “sujeito-homem” também é usada pelos adolescentes interlocutores da pesquisa na Unimetro com, mais ou menos, a mesma carga simbólica apresentada acima por Lyra (2013). O ingresso na vida adulta tem menos a ver com a idade, do que com a capacidade de se fazer “respeitar” e de seguir as rígidas regras no domínio do tráfico de drogas. Para os adolescentes do grupo pesquisado, “sujeito-homem” é aquele que “anda **certo**”, mesmo estando na “vida **errada**”. Ou seja, eles percebem<sup>24</sup> que estão no “mundo do crime”, o que é “errado” na perspectiva moral dominante, porém no interior da “vida errada” existem regras de conduta que precisam ser respeitadas. Notamos que essas regras não diferem muito das regras da sociedade abrangente, porquanto passam pelos valores de “respeito” e “disciplina”. Quem observa as regras está apto para progredir nas posições existentes no comércio varejista de drogas ilícitas, adquire o status de “sujeito-homem”, em contraposição ao “moleque”, o qual é dependente, imaturo e não alcança o sucesso. Em suma, “sujeito-homem” é aquele com a capacidade de prover no sentido material, aquele que administra os negócios com **responsabilidade**, aquele em quem se pode **confiar**, porquanto age com **firmeza**, no âmbito do comércio de drogas ilícitas. Algumas regras definidas de conduta são: não vender drogas para mulheres grávidas ou acompanhadas de crianças, não

---

<sup>24</sup> Essa percepção, acreditamos, pode ser reforçada em virtude do fato de os adolescentes estarem numa instituição que objetiva, em resumo, incentivar a construção de uma nova “visão de mundo”, diferente da “visão de mundo” construída no contexto em que os adolescentes estavam inseridos. O discurso institucional tenciona mostrar ao adolescente a gravidade do ato que cometeu, bem como as consequências de tal ato para ele mesmo e para a sociedade em geral.

fumar perto de crianças, trabalhar **corretamente** no ponto de vendas respeitando as escalas e plantões, não retirar dinheiro da “boca” sem a permissão do gerente e coisas afins. Contudo, alguns adolescentes do grupo pesquisado disseram, pessoalmente, não se importar em vender drogas para mulheres com crianças, por exemplo, pois se eles não venderem, os concorrentes venderão e, afinal de contas, “cada um sabe o que faz”. Além disso, suportar o “esculacho” (violência policial), sem delatar onde estão a droga e as armas do ponto de vendas, por exemplo, também são marcas do “sujeito-homem”, o qual não é um “moleque”.

Entendemos que tais qualidades têm a ver com o ideal dominante de masculinidade no ocidente (SOUZA, 2005). Contudo, combinado com os elementos de competição **personalizada** (OGBURN; NIMKOFF, 1971) intrínseca ao comércio varejista de drogas ilícitas, essa masculinidade descrita suscita conflitos potencialmente letais. Ogburn e Nimkoff (1971) afirmam que desde que existem mais indivíduos desejando empregos do que empregos disponíveis, por exemplo, a competição se desenrola em torno das vagas existentes. Entre os que já possuem empregos, a competição se verifica em torno dos melhores lugares. Contudo, essa luta não é **personalizada**. Por exemplo, os estudantes não concebem seus colegas como competidores, conquanto apenas certo número de honras escolares estejam à disposição. Por outro lado, esses mesmos estudantes podem estar inteiramente conscientes da competição e bastante preocupados com as notas. Este fenômeno se conserva de tipo “competição” enquanto a atenção deles estiver focalizada para os objetivos que procuram alcançar. Assim que se dá uma mudança de interesse, dos objetos de competição para os próprios competidores, temos então o que se chama de **rivalidade**. Portanto, a rivalidade é a competição **personalizada**. Tal competição engendra hostilidade entre os competidores e, por isso, pode produzir violências, tendo em vista que o “extremo lógico” de todo conflito é o aniquilamento dos competidores. Assim, verificamos que a competição no comércio varejista de drogas ilícitas é do tipo **personalizada**, pois os adolescentes se definem constantemente como estando em “guerra” com os rapazes de pontos de vendas concorrentes, a quem chamam de “inimigos”.

Os adolescentes manifestam profunda lealdade com relação ao grupo ou “movimento”<sup>25</sup> a que pertencem e profundo antagonismo com relação aos grupos concorrentes, os “inimigos”. Porém, também existem relações de cooperação. Com efeito, os adolescentes relataram experiências de alianças entre grupos de pontos de venda de bairros ou cidades diferentes, mas essa aliança é, em geral,

---

<sup>25</sup> Organização do tráfico de drogas local.

quebrada em consequência de alguma traição. A lealdade para com o “movimento” do qual faz parte coloca o adolescente tacitamente “em guerra” com os adolescentes de outros “movimentos”. E, por sua vez, a “guerra” com os movimentos rivais, funciona como um mecanismo de coesão intragrupo. Segundo os adolescentes, a causa mais óbvia para os conflitos é “o olho grande na boca<sup>26</sup> do outro”. Mesmo quando um “movimento” coopera com outro, o risco de judaria ou **judação**<sup>27</sup> ainda é grande. Então, o evento para a deflagração da “guerra” pode ser tanto o assassinato do “patrão” de um grupo quanto simplesmente uma briga, à primeira vista desimportante, num jogo de futebol no bairro. Essas brigas se dão em torno do desrespeito a autoridade do outro, em atitudes concretas como ofensas a família, xingamentos e etc.

Um interlocutor da pesquisa, Emanuel<sup>28</sup> contou que houve um período de sua adolescência, aos 15 ou 16 anos de idade, quando a fim de fugir da perseguição de um traficante do bairro em que morava, se mudou para o estado do Rio de Janeiro. O conflito entre Emanuel e o traficante se deu em decorrência de uma dívida atribuída a Emanuel, que ele considerou injusta e, por isso, agiu de modo desafiador com relação ao tal traficante, o que produziu uma contenda espinhosa, tendo em vista que a autoridade deste foi questionada. No caso, Emanuel pertencia ao grupo do traficante. Nesse sentido, nosso interlocutor, sendo ameaçado, achou por bem se mudar para casa de uma tia no Rio de Janeiro. Lá o rapaz também se “envolveu” com o comércio de drogas ilícitas. No novo “movimento”, a primeira tarefa dele foi a de uma espécie de sentinela, usando como instrumento de trabalho um “radinho”. Ele devia informar a quem estivesse no ponto de vendas sobre as pessoas “estranhas” que porventura chegassem à comunidade, sobretudo quando se tratasse de policiais. Ao receber o “radinho”, disseram a Emanuel as seguintes palavras: “esse aqui é o seu **coração**”. Então, o adolescente perguntou: “como assim?”, e lhe explicaram que se ele desse um “vacilo”, ou seja, se deixasse de avisar quem estava chegando, prejudicando o “movimento”, morreria. As palavras foram de tal maneira impactantes para o nosso interlocutor, que ele disse que avisava ao pessoal do “movimento” sobre a presença de qualquer transeunte, até mesmo quando se tratava de moradores do local. Esse mesmo rapaz se “envolveu” com o tráfico de drogas em seu bairro na RMGV aos 11 anos. Quando criança, Emanuel já sofria ameaças e castigos

---

<sup>26</sup> Ponto de venda de drogas.

<sup>27</sup> A expressão nativa faz referência à Judas, o discípulo que traiu Jesus com um beijo, segundo os relatos bíblicos.

<sup>28</sup> Para preservar o anonimato dos interlocutores descritos neste trabalho foram alterados os nomes citados.

infligidos pelo pessoal do “movimento” em função de qualquer ação displicente, por exemplo, vender drogas fiado para quem não deveria. Desse modo, notamos que a sociabilidade construída em meio a “guerra” característica do fragmentado comércio de drogas ilícitas, é agressiva, direcionada para a luta contra os “inimigos”. O “inimigo” é o outro que pode ser morto, ou melhor, que **deve** ser morto. Viver em “guerra” faz com que se mate para não morrer e fomenta interações cuja marca importante é a **desconfiança**. Aliás, outro adolescente do grupo pesquisado, Pedro, possui uma tatuagem, desde quando tinha 13 anos, com a seguinte frase de origem bíblica: “maldito o homem que confia no homem”. Isso porque o irmão dele (que também pertencia ao “movimento” local) foi traído pelos supostos amigos, os quais “estavam de *judação*”.

Outro adolescente entrevistado, David, contou como foi “preso” pela segunda vez, depois de ter fugido da Unis, aos 17 anos. Na Unis, David ficou interno por um ano e seis meses. Visto que sua expectativa de ser posto em liberdade foi frustrada (a medida duraria no mínimo mais seis meses, conforme a decisão do juiz responsável), ele decidiu fugir e, nessas condições, retornou para o “movimento” de onde pertencia. Certa vez, David estava “enquadrando” um jovem transgressor das normas locais, um provável “inimigo”, quando um amigo de David, que o acompanhava na missão, disparou acidentalmente uma arma, a qual atingiu primeiro a mão do amigo e depois as costas de nosso interlocutor. A princípio, David pensou que o disparo tinha sido proposital e por pouco não atirou em seu amigo; felizmente percebeu em tempo que a bala também havia atingido a mão deste. David se **justificou** dizendo que “nessa vida a gente não pode confiar em ninguém”. Depois de ser baleado, o rapaz foi apreendido pela polícia novamente, no hospital onde fora internado.

## Considerações finais

Neste artigo problematizamos os motivos da prevalência da mortalidade violenta que afeta jovens urbanos pauperizados no Brasil, por meio de uma pesquisa qualitativa com um grupo de adolescentes numa unidade de internação no contexto da RMGV. Examinamos o tipo de sociabilidade engendrado pelo comércio varejista de drogas ilícitas, onde os adolescentes se sentem protagonistas e sujeitos: “sujeito-homem”. Por meio dessa categoria nativa, avaliamos os valores dos adolescentes, imbuídos de um ideal de masculinidade associado à ideia de força, respeitabilidade e manifestação de agressividade/força física na afirmação da autoridade masculina. Boa parte dos jovens engajados no comércio de drogas

ilícitas no varejo compreendem essa atividade nos termos do trabalho formal, tendo em vista a disciplina e a organização com que a exercem. As interações no tráfico, o qual é fragmentado em grupos espalhados pelos bairros pobres da RMGV, fomentam a coesão intragrupo e o conflito entre grupos, isso provoca o sentimento de se estar em “guerra” e suscita episódios de homicídios, visto que os outros de outros grupos são “inimigos” que devem, por isso mesmo, morrer. Cumpre-nos destacar que os adolescentes do grupo pesquisado basicamente estudaram somente até as primeiras séries do Ensino Fundamental. Isso caracteriza uma situação de vulnerabilidade com relação à mortalidade violenta, tendo em vista que a educação “blinda” os jovens contra os homicídios (WAISELFISZ, 2016).

Ademais, por meio das ideias de Freire (2010) compreendemos que a concepção moral dominante que orienta, num certo sentido, as sociabilidades urbanas no Brasil, admite a morte de certo segmento da população, tendo em mente que alguns seres são extraídos da humanidade comum - a isso a autora denomina de “regime de desumanização”. Desde que algumas pessoas, as dos “territórios de pobreza” não são consideradas “humanas” no mesmo sentido que as outras pessoas, elas são **extermináveis**. Enfim, acreditamos que isso explica, em parte, a prevalência dos homicídios juvenis no contexto brasileiro.

### **SOCIABILITY AND CONFLICTS BETWEEN ADOLESCENTS AND THE “DEHUMANIZATION REGIME”**

**ABSTRACT:** *This paper discusses juvenile homicides, in the light of the narratives of life of adolescents in an institution of socio-educational assistance in Espírito Santo, namely, in the Unidade de Internação Metropolitana (Unimetro). In order to contribute to the explanation of why this kind of criminalized violence perpetuates, we propose an examination of the constitution of masculinity and potentially lethal conflicts among adolescents, through the interactions established in the retail trade of illicit drugs in the context of impoverished neighborhoods of the Região Metropolitana de Vitória. We understand that being socialized in a “regime of violence”, characteristic of the disputes between the points of sale of that fiery trade, morally legitimizes the practice of homicides, in the adolescents’ perception. In addition, we also discuss the “dehumanization regime”, as an important explanatory element which helps us to understand the indifference or resignation of the broader society in relation to juvenile homicides.*

**KEYWORDS:** *Juvenile homicides. Masculinity. Youthful sociability. Conflicts. “Dehumanization regime”.*

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, M. C. A questão dos adolescentes no cenário punitivo da sociedade brasileira contemporânea. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, v.10, p.110-126, 2014.

ANJOS, E. E. A ‘Pistolagem’ entre nós: crimes de mando na violência do Espírito Santo. **Sinais: Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. Vitória, v.1, n.4, p.186-217, 2008.

BATISTA, V. M. **Díficeis ganhos fáceis**: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Levantamento Anual Sinase 2013**. Brasília, 2015a.

BRASIL. Lei n.13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art.121 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1. da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 mar. 2015b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm)>. Acesso em: 25 set. 2017.

BRASIL. Lei n.12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 19 jan. 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm)>. Acesso em: 22 set. 2017.

BRASIL. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BERTAUX, D. **Narrativas de vida**: a pesquisa e seus métodos. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BIANCHI, P.; COSTA, F. Mulheres são humilhadas e têm cabeças raspadas por traficantes no Rio e na Bahia. **Uol Notícias**, 09 dez, 2016. Cotidiano. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/12/09/mulheres-sao-humilhadas-e-tem-cabecas-raspadas-por-trafficantes-no-rio-e-na-bahia.htm>>. Acesso em: 25 set. 2017.

BITTENCOURT, M. B. **As políticas da insegurança**: da Scuderie Detetive Le Cocq às masmorras do novo Espírito Santo. 2014. 168f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

CECCHETTO, F. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro: IPEA: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2017.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da violência 2016**. Brasília: IPEA: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP\\_Atlas\\_violencia\\_2016.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP_Atlas_violencia_2016.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2017.

CRUZ, K. O. A. R.; RODRIGUES, M. B. F. Feminicídio: a face mais profunda da violência de gênero. 2017. Trabalho apresentado na 3. Jornada de Sociologia Política: desafios acadêmicos em épocas de crise, Vila Velha, 2017.

DADALTO, M. C.; BITTENCOURT, M. Seletividade penal e criminalidade violenta: os esquadrões da morte e as masmorras no estado do Espírito Santo. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p.189-213, 2017.

DADALTO, M. C.; RODRIGUES, M. B. F. Migração e desenvolvimento: segregação e violência criminalizada. **Passagens**: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.261-276, maio-ago. 2015.

ESPIRITO SANTO. Instituto de Atendimento Socioeducativo. **Instrução de serviço n.38-P, de 20 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre a Regulamentação dos Procedimentos de Pesquisa no Âmbito do Instituto de Atendimento Socioeducativo

do Estado do Espírito Santo – IASES. Disponível em: <<https://ias.es.gov.br/Media/iases/Arquivos/Procedimentos%20de%20Pesquisas.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2017.

FERNANDES, V. Corte interamericana vai avaliar a situação da Unis, em Cariacica, ES. **G1**, 07 mar. 2017. Espírito Santo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/03/corte-interamericana-vai-avaliar-situacao-da-unis-em-cariacica-es.html>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

FREIRE, J. Agir no regime de desumanização: esboço de um modelo para análise da sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v.1.3, n.10, p.119-142, out./dez. 2010.

GARCIA, L. P. et. al. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.12, n.24, p.149-161, 2002.

IASES passa a integrar Secretaria de Direitos Humanos. 08 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.es.gov.br/Not%C3%ADcia/iases-passa-a-integrar-secretaria-de-direitos-humanos>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Juventude e violência: uma análise comparativa dos homicídios no estado do Espírito Santo**. Vitória, 2015. (Cadernos da Juventude, n.03).

LYRA, D. **A república dos meninos: juventude, tráfico e virtude**. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.

MANSO, B. P. **Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2010: uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime**. 295f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, v.79, p.15-38, 2010.

OGBURN, W. F.; NIMKOFF, M. F. Cooperação, competição e conflito. In: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. (Org.). **Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral**. 7.ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1971. p.236-261.

PAULA, L. Da “questão do menor” à garantia de direitos: discursos e práticas sobre o envolvimento de adolescentes com a criminalidade urbana. **Civitas**, Porto Alegre, v.15, n.1, p.27-43, 2015.

POLÍCIA explica morte de jovem no Bairro da Penha, mas moradores revoltados contestam versão. **Folha Vitória**. 25 out. 2016. Polícia. Disponível em: <<http://www.folhavitoria.com.br/policia/noticia/2016/10/policia-explica-morte-de-jovem-no-bairro-da-penha-mas-moradores-revoltados-contestam-versao.html>>. Acesso em: 25 set. 2017.

RODRIGUES, M. B. F. Consumo e violência: o fetiche no jogo de dominação da juventude. In: PIMENTA, S. M. et al. (Org.). **Sociedade e consumo**: múltiplas dimensões na contemporaneidade. Curitiba: Juruá, 2010. p.301-315.

SCHNOOR, E. “Riscando o chão”: masculinidade e mundo rural entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, M.; AMANTINO, M. (Org.). **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2013. p.85-117.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.2, n.20, p.71-99, 1995.

SOBE para 173 o número de mortes violentas durante crise no ES. **G1**, 19 fev. 2017. Espírito Santo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/02/sobe-para-173-o-numero-de-mortes-violentas-durante-crise-no-es.html>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

SOUZA, E. R. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.59-70, 2005.

TAVARES, B. Gangsterismo jovem: observação participante e a Escola de Chicago. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, p.781-791, 2006.

VITÓRIA (Prefeitura). **Vitória em dados**. Disponíveis em: <<http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/bairros/regiao4/dapenha.asp>>. Acesso em: 23 maio 2017.

WAISELFISZ, J. J. **Educação**: blindagem contra a violência homicida? Recife: FLACSO Brasil, 2016. (Caderno Temático. Mapa da violência, n.1).

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO Brasil, 2015. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2017.

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

ZALUAR, A.; LEAL, M. C. Violência extra e intramuros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.16, n.45, p.145-164, 2001.

Recebido em 04 de maio de 2017

Aprovado em 20 de jun. de 2017



# “RODEI<sup>1</sup>”: A PERSPECTIVA DOS JOVENS CARIOCAS SOBRE AS EXPERIÊNCIAS COM A POLÍCIA MILITAR LIGADAS À SUSPEIÇÃO DE USO OU TRÁFICO DE DROGAS

Fernanda Novaes CRUZ<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo visa discutir as abordagens policiais motivadas por busca de drogas na cidade do Rio de Janeiro, como ocorrem essas abordagens e a forma que os jovens percebem e avaliam o tratamento dado pelos policiais. Parte de entrevistas semiestruturadas com 25 jovens entre 18 e 29 anos moradores da cidade do Rio de Janeiro. As entrevistas contemplam diversos perfis de jovens, atentando especialmente para a área de domicílio: zona sul (favela e não favela) e zona norte (favela e não favela). O objetivo dessa separação é analisar se há diferenças no tratamento dado por policiais quando comparadas áreas mais ricas e áreas mais pobres da cidade. Também são consideradas na análise a cor dos abordados e se moram em favelas ou não.

**PALAVRAS CHAVES:** Polícia Militar. Abordagem policial. Drogas. Racismo. Jovens.

## Introdução

O consumo de drogas perpassa a história da sociedade. Em diversos períodos históricos foram registrados o uso de substâncias psicoativas. Em paralelo com o consumo, ocorrem diversas tentativas de coerção e proibição do uso de tais substâncias. A juventude que carrega em grande parte o estigma pelo uso dessas substâncias. De fato, diversas pesquisas apontam a juventude como fase

<sup>1</sup> Termo utilizado pelos jovens para se referir à experiência de terem sido abordados pela Polícia.

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro - RJ - Brasil. Doutorado em Sociologia pelo IESP-UERJ. fernandanovaescruz@gmail.com

de experimentação de novas vivências, e o consumo de drogas é apontado como uma dessas vivências (VELHO, 2008; BECKER, 2008).

A lei vigente no Brasil sobre drogas data de 2006 (BRASIL, 2006) e criminaliza a posse das substâncias, considerando o consumo e o tráfico como crimes. Com relação a lei anterior, a atual traz as seguintes alterações: substituição da pena de privação de liberdade para os consumidores por punições mais brandas, e o recrudescimento da pena para o traficante. Com relação às penas, ao usuário podem ser aplicadas: advertência sobre o efeito do uso de drogas; prestação de serviços à comunidade; e medida educativa de comparecimento a programa ou curso socioeducativo. Para o traficante, a penalidade é de reclusão de 5 até 15 anos (SILVA, 2014). Convém acrescentar que a lei não define a quantidade específica para determinar se o portador da substância se enquadra como usuário ou como traficante, sendo a definição a cargo do juiz (e dos demais agentes da lei) a partir de requisitos como “[...] à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, as circunstâncias sociais e pessoais.” (BRASIL, 2006). Alguns pesquisadores defendem que essa indefinição de critérios representa

[...] uma brecha para a rotulagem segundo atributos econômicos e socioraciais, que tem levado jovens pobres, sobretudo negros, sem recursos para pagarem advogados, ao encarceramento por tráfico, enquanto outros jovens, com a mesma quantidade de drogas, mas com melhores “circunstâncias sociais e pessoais” são enquadrados como usuários e não submetidos à prisão. (LEMGRUBER; BOITEUX, 2014, p.361).

Apesar de o Brasil ter a primeira lei sobre o controle de drogas em 1921, a proibição tal como conhecemos hoje, se encaixa em um contexto mundial de “Guerra às Drogas” que tem início nos anos 70 nos Estados Unidos. A história da “Guerra às Drogas” tem relação com o movimento de contracultura iniciado nos anos 60, quando os filhos das classes médias e ricas americanas passam a consumir as drogas ilícitas. Isso representou uma mudança importante no discurso sobre as drogas, já que até então ela era consumida majoritariamente por grupos marginalizados da sociedade americana, como os negros e imigrantes. Diante dessa nova realidade, passa-se a disseminar uma ideia de combate a venda de drogas e medicalização do uso de drogas, sendo o estereótipo do tráfico associado aos grupos mais pobres e o do consumo aos mais ricos (RODRIGUES, 2012).

Com o apoio da mídia na disseminação do medo mundial das drogas, os Estados Unidos passaram a liderar a mobilização de combate às drogas e exportar seu discurso e política antidrogas (OLMO, 1990). E a pressão pelo combate às drogas recai principalmente sobre os países considerados produtores e exportadores, dentre esses muitos países latinos, como Colômbia, Bolívia e Brasil. Diante desse contexto, o combate às drogas passa a ser encarado como uma das principais urgências da Segurança Pública. E, a partir desse momento justifica-se uma política de Estado de repressão que consiste em busca de drogas e apreensões de traficantes. Esse modelo de repressão tem como reflexo uma série de confrontos armados entre os traficantes e a Polícia Militar que culminam em assassinatos de civis e policiais, e conferem ao Brasil bárbaros índices anuais de homicídios, vitimização policial e mortes em decorrência de ação policial.

As mortes decorrentes de intervenção policial já são a segunda causa de mortes violentas intencionais no país. As vítimas dessas mortes têm um perfil claramente definido: jovens, negros e pobres (TEMPONE, 2012). De acordo com o Anuário produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) no ano de 2014 (ANUÁRIO..., 2014), 3.022 pessoas morreram em decorrência das ações policiais das forças policiais brasileiras (civis e militares). No estado do Rio de Janeiro, de acordo com o relatório “Você matou meu filho” produzido pela Anistia Internacional 1.195 pessoas foram assassinadas pela polícia entre 2010 e 2013, 79% das vítimas eram negras. A título de comparação, de acordo com o Censo 2010 (IBGE, 2011), a composição racial no Rio de Janeiro é de 51% de negros. Com relação a faixa etária, 75% das vítimas decorrentes de ação policial tinham entre 15 e 29 anos.

Do outro lado do *front*, está o Estado representado pela Polícia Militar, composta igualmente por policiais jovens, negros e pobres<sup>3</sup>. A concentração de policiais jovens e negros é maior entre os postos dos policiais praças (considerados os extratos mais baixos da hierarquia). Também é nesses postos que se concentram os policiais que estão mais expostos a situações de conflito direto e vulnerabilidade, e conseqüentemente são parte considerável das vítimas das mortes violentas.

---

<sup>3</sup> São escassos os dados da distribuição racial na PMERJ, Ramos e Musumeci (2005) identificaram que entre os registros oficiais dos policiais de 2002 apenas 23.426 registros constavam a cor (62,2%). Entre esses, 39,2% eram brancos e 60,8% eram classificados entre: parda clara, morena, parda escura e escura, considerando os policiais oficiais a participação de brancos aumenta para 58,8%. Magaloni e Cano (2016) em um levantamento realizado com 5.043 policiais de todas as unidades da região metropolitana identificaram que 51% dos policiais se declaravam negros (pretos ou pardos).

Portanto, no Brasil e em muitos outros países latino-americanos, discutir a questão das drogas e os efeitos de sua proibição implica em discutir uma questão que até então é tratada quase como exclusivamente de Segurança Pública.

A lei de drogas vigente, conforme anteriormente apontado, não define critérios objetivos para enquadrar um caso como uso ou tráfico. Por conta disso, os agentes da lei envolvidos no processo, policiais militares, policiais civis e o Judiciário, através do poder discricionário acabam por assumir o papel de decidir entre as duas categorias, sem dúvida, influenciados por suas visões de mundo, suas vivências, seus preconceitos, etc (KANT DE LIMA, 1989).

No Brasil, a repressão às drogas na esfera da Segurança Pública é realizada majoritariamente pelas polícias. A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), através do artigo 144 determina a repartição do trabalho policial. De acordo com essa divisão compete as polícias civis o trabalho investigativo e as polícias militares o trabalho preventivo ostensivo. Por conta dessa divisão, a Polícia Militar acaba por estar mais presente no cotidiano da população e conseqüentemente mais envolvida nos acontecimentos e percepções que a população tem acerca das instituições Segurança Pública na sociedade.

Esse artigo se debruça sob um dos atores responsáveis por parte considerável dos conflitos com os jovens quando pensamos na questão dos entorpecentes, a Polícia Militar. A questão que me proponho discutir ao longo do artigo, partindo da percepção dos jovens, é se o trabalho policial de repressão ao uso de maconha obteve algum êxito no sentido de reprimir o uso da droga e como esses jovens percebem a experiência que vivenciaram, e a conduta utilizada pelos policiais militares durante a situação.

## **Metodologia**

Para dar conta do meu universo de pesquisa, desenvolvi ao longo de pouco mais de um ano, 25 entrevistas semiestruturadas com jovens entre 18 e 29 anos<sup>4</sup> moradores da cidade do Rio de Janeiro, a fim de compreender quais os contatos e experiências que esses jovens já haviam tido com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ).

De modo geral, os jovens foram bem receptivos à pesquisa e tive poucas recusas a participação. A maior dificuldade foi encontrar os jovens moradores de favela, devido ao fato da minha menor proximidade com o local. A indicação de

---

<sup>4</sup> No Brasil, o Estatuto da Juventude define como jovens indivíduos entre 15 e 29 anos. Tendo em vista a dificuldade de fazer pesquisa com menores de 18 anos, optei por contemplar nessa pesquisa jovens entre 18 e 29 anos.

amigos, que recomendavam outros amigos, ou alguém que conhecia moradores desses locais se tornou o método mais eficaz de alcançar essas pessoas. Sendo assim, a seleção dos entrevistados ocorreu através método de amostragem não probabilístico Bola de Neve, que consistia em criar redes de contatos através da indicação.

Bola de Neve é um recurso que seleciona os participantes do estudo através de indicação. Através dele criam-se redes de indicação distintas que permite atingir uma variedade entre os participantes. Além disso, a Bola de Neve é indicada em estudos com temas delicados, por ajudar a estabelecer um maior vínculo de confiança entre o pesquisador e o entrevistado (QUIVY; CAMPENIIOUDT, 2008).

O estudo pretendia dar conta de diferentes realidades socioeconômicas da cidade. Para tal, seguindo parâmetros já utilizados em outras pesquisas (MUSUMECI et al., 2012) estabeleci quatro categorias geográficas nas quais o jovem deveria residir: Zona Sul (Favela ou Não Favela) considerada uma área nobre da cidade e Zona Norte (Favela e Não Favela) área que concentra bairros mais populares. Além dessa subdivisão, me preocupei em contemplar uma amostra diversificada dentro de características como: sexo, raça, escolaridade e faixa etária.

Foi realizada uma entrevista com cada um dos participantes, seguindo os moldes de uma conversa, porém com um roteiro pré-estabelecido. No contato com os jovens expliquei que o tema da pesquisa era as percepções dos jovens sobre Segurança Pública e as experiências com a Polícia Militar. As entrevistas, com o consentimento dos participantes foram gravadas e posteriormente transcritas, no intuito de seguir com fidelidade o conteúdo das experiências narradas pelos jovens. Visando preservar o anonimato, utilizei ao longo do artigo números para identificar os participantes.

O roteiro das entrevistas seguiu basicamente três eixos de perguntas. No primeiro eixo era solicitado aos jovens que falassem as percepções sobre Segurança Pública acerca do seu bairro, da cidade do Rio de Janeiro e por fim, da Polícia Militar. No segundo eixo, era perguntado sobre as experiências, positivas ou negativas, que já haviam tido com a Polícia Militar. No terceiro eixo, foram contempladas questões sobre se o entrevistado era a favor do uso de maconha, e se o entrevistado fazia o uso. No caso dos usuários, foram perguntadas demais questões relacionadas ao consumo e se já havia tido alguma experiência com a Polícia relacionada ao uso. Por fim, foi perguntado para todos os entrevistados como o Estado deveria lidar com os usuários de maconha.

Apesar do especial interesse nas experiências com a Polícia Militar ligada às drogas, optei por não perguntar *à priori* se o entrevistado era ou já havia sido usuário de maconha. Por conta disso, dentre os 25 jovens entrevistados, apenas 10 declararam ter usado maconha pelo menos uma vez na vida. Essa opção se mostrou mais eficaz para o estudo, uma vez que além de não induzir o entrevistado a falar apenas sobre a experiência com a Polícia ligada ao consumo de drogas, me permitiu alcançar entrevistados, que apesar de não serem usuários, haviam tido experiências com a polícia por serem “suspeitos” de estarem consumindo ou traficando drogas. Em síntese, essa escolha metodológica contribuiu para traçar perfis mais suspeitos para a Polícia Militar de serem usuários ou traficante de drogas, que outros, independente do consumo da substância.

### **As experiências dos jovens com a Polícia Militar**

Para Becker (2009), aprendemos as coisas de maneira mais imediata, a partir das experiências da nossa vida diária. Porém, essas experiências acabam se limitando as relações e situações que participamos. Mas além dessas, contamos também com as representações da sociedade em que outras pessoas nos falam sobre situações, épocas ou lugares que não conhecemos. Com base nessas duas modalidades de conhecimento somos capazes de criar nossas interpretações e reagir de uma maneira mais complexa às nossas situações de vida imediatas.

Essa dimensão das representações de Becker (2009) é fundamental para se pensar a maneira como os jovens veem a Polícia Militar. Ou seja, para além das experiências pessoais, as experiências de amigos ou colegas, episódios de repercussão na mídia ou em redes sociais, também cumprem um papel muito importante na formação da percepção. Ramos e Musumeci (2005) destacaram que as opiniões sobre a polícia nem sempre derivam diretamente de experiências pessoais. Segundo as autoras, a percepção generalizada de que polícia é racista, violenta e desonesta, não resulta necessariamente de experiências vividas, mas também da experiência de alguns compartilhada por todos.

Por outro lado, circular entre diferentes perfis de jovens pela cidade me fez perceber que grande parte dos jovens já haviam vivenciado algum tipo de experiência com a Polícia. Dentre os 25 participantes da pesquisa, apenas quatro não relataram algum tipo de experiência com a Polícia. Apesar disso, todos os participantes apresentaram suas percepções e opiniões acerca da atuação da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

O gráfico apresentado a seguir quantifica as experiências que os jovens relataram com a PMERJ. A unidade de análise é a experiência, dessa forma, um jovem pode ter vivenciado mais de uma experiência, mas cada experiência foi contabilizada apenas uma vez.

**Gráfico 1** – Experiências dos jovens com a Polícia Militar do Rio de Janeiro



**Fonte:** Dados da pesquisa.

De acordo com o gráfico, a maior parte das experiências dos jovens (12) com a PM foi a abordagem na rua. Segundo os relatos, essa situação aparece muito relacionada com a busca por entorpecentes. Considerando que somente 10 jovens relataram serem ou terem sido usuário de drogas, percebemos como alguns jovens não usuários também passaram pela experiência de serem abordados pela polícia. Além disso, apenas 6 dos jovens vivenciaram situação de flagrante de drogas.

Chama a atenção a pluralidade de experiências com a polícia considerando que os entrevistados compõem um grupo pequeno na população. Destaco o alto volume de experiências de extorsão. O conteúdo das narrativas estabelece uma relação clara entre a extorsão e o flagrante de drogas na população estudada. Esse fato aponta para um traço muito marcante na Polícia Militar carioca, que são as constantes denúncias de corrupção. Por fim, destaco que dois jovens relataram que foram levados à delegacia, apenas um em situação de flagrante de drogas, enquanto que essa seria a conduta prevista pela lei brasileira em uma situação de flagrante.

## A suspeição do consumo ou tráfico de drogas

Ser suspeito de portar ou traficar drogas não implica em necessariamente ser um usuário de drogas. Conforme foi apontado anteriormente, jovens não usuários de drogas, especialmente os que residiam nas áreas periféricas da cidade, subúrbio ou favelas, relataram experiências de abordagens policiais motivadas pela busca de entorpecentes. “Porque eu?”. Essa é a pergunta que os jovens se fazem depois de vivenciarem determinadas experiências de abordagens, especialmente abordagens na rua, ou em transporte público. Tentando responder a essa pergunta, esses jovens apontam traços em sua aparência, perfil ou comportamento na tentativa de explicar a atuação policial.

*Porque eu sinto que a Polícia tem um preconceito comigo, na verdade, né? Porque eu acho que todas as vezes que eu fui parada em ônibus, essas coisas assim, eu ficava imaginando cara, mas eu não tenho cara de quem faz nada e enfim, não faço nada, então porque ele veio falar comigo e às vezes não fala com outras pessoas. Então eu comecei a... e quando, e nessa época eu era bem novinha, devia ter uns 16, 17 anos, 18 no máximo e então assim, aparentemente eu não apresentava risco nenhum, perigo nenhum sabe? Mas eles sempre me abordavam em ônibus. Até que perto da minha casa não, até porque não tinha muita Polícia também, é em ônibus eles sempre me abordavam. Na Lapa, na Lapa nem sempre, foi só uma vez mesmo que eu tava no Beco do Rato, mas, eu acho que esse tratamento com os policiais, esses episódios e episódios também que eu escuto falar de pessoas mais próximas de mim, que não tem experiências boas com policiais e etc. (7, Mulher, Zona Sul, Não Favela, Negra, Não Usuária).*

Muitos jovens atribuíram a cor da pele o fato de terem sido abordados. A importância da raça para se pensar o trabalho de abordagem dos jovens já foi objeto de uma série de estudos (RAMOS; MUSUMECI, 2005; REINER, 2004; DUARTE et al., 2014). Reiner (2004) destaca o preconceito racial como um aspecto importante do conservadorismo da Polícia, em seguida aponta alguns estudos norte-americanos que demonstrem a suspeição, a hostilidade e o preconceito contra negros praticados pelos policiais, um dos estudos destacados por ele indica que:

[...] os estudos de Caim e Lambert em forças policiais das cidades, no começo do final dos anos de 1960, mostram um padrão claro de pre-

conceito nas fileiras das Polícias, que viam os negros como especialmente propensos à violência ou ao crime e, em geral como sendo difíceis de entender, desconfiados e difíceis de lidar. (REINER, 2004, p.150).

Os trabalhos realizados no Brasil também sugerem a questão do racismo contra os negros como um aspecto do trabalho policial (RAMOS; MUSUMECI, 2005; DUARTE et al., 2014). As análises quantitativas do primeiro capítulo também apontaram maiores chances dos jovens pretos de serem abordados pela Polícia. As entrevistas com os jovens confirmam os dados quantitativos e reforçam a literatura, dentre os 8 jovens que se declararam negros, todos já haviam tido experiências com a Polícia. Cabe destacar que desses 8 apenas 3 eram usuários de maconha, o que aponta no sentido de que mais da metade dessas experiências não foram motivadas por flagrante com drogas. Apesar disso, mesmo em situações que o entrevistado não era usuário, ele tinha sofrido revista corporal ou havia sido questionado se estava com drogas.

Quando partimos para a análise dos relatos, a questão do racismo aparece ainda mais latente. Os jovens negros acreditam que a sua cor pode ter sido um elemento determinante para serem parados pela Polícia. Isto pode ser constatado com falas como “[...] eu acredito que seja porque eu moro perto do morro, eu sou negra, eu acho que junta um pouco e acaba revistando assim.” (9, Mulher, Zona Sul, Não Favela, Negra, Não Usuária). Esta percepção não foi uma variável isolada, tendo em vista que outras entrevistas apontam nessa mesma direção.

*[...] meu irmão foi revistado “n” vezes, porque ele é mais moreno que eu, alto, cabelo baixinho, então ele já foi abordado várias vezes, inclusive por ser negro. Ah, lembrei de uma situação, posso contar? (...) Ele “tava” no ônibus, meu irmão, ele devia ter uns 22 anos, por aí, hoje ele tem 30 anos e a Polícia parou o ônibus pra revistar e ele “tava” sentado lá atrás naquele banco maior e tinha um rapaz branco loirinho, olho claro, sentado na frente dele. Quando a Polícia entrou, o cara, esse garoto branquinho falou assim “ih, fudeu” porque ele “tava” com droga na mochila e o meu irmão “tava” indo trabalhar. Pois o policial cismou com a cara do meu irmão, fez ele levantar, revistou, fez ele abrir a mochila, aí ele queria abrir a mochila do meu irmão, aí meu irmão não deixou ele abrir, falou “se você quer olhar, eu que vou abrir” é e foi uma situação para o meu irmão humilhante (...) e o policial foi, depois de ter feito todo esse escarcéu, só revistou o meu irmão no ônibus, não revistou mais ninguém, moreno, enfim. Desceu, quando ele desceu o cara branquinho falou*

“Rodei”: a perspectiva dos jovens cariocas sobre as experiências com a polícia militar ligadas à suspeição de uso ou tráfico de drogas

*“cara, se ele me revista, eu ‘tô’ com sei lá quantos quilos de maconha aqui, olha ia dar merda porque eu não ia entregar”. (22, Mulher, Zona Norte, Favela, Negra, Não Usuária).*

*Uma vez rolou de a gente sair à noite, pra Lapa inclusive, e estávamos eu e mais uns quatro amigos, no caso eu e mais três éramos negros e um deles era branco, assim, na ocasião, e a gente “tava” descendo a Niemeyer “pra” pegar um ônibus lá embaixo, isso já era mais ou menos meia noite, e nós fomos parados na avenida assim, descendo pro Leblon e uma viatura passou pela gente e virou numa esquina, e aí quando a gente virou a esquina eles estavam lá esperando fora do carro, dois policiais, com as armas na mão e pediram pra que a gente virasse pro carro deles e aí nisso ele revistou um a um e quando chegou no nosso amigo branco, o cara falou “não cara, tudo bem, sai daqui, espera naquele canto ali, que não é contigo”. Então assim, esse foi um dos exemplos que rolaram na minha vida, sacou? E o meu amigo não foi revistado, e eventualmente ele era um dos dois que tinha droga e usava. Obviamente ele não foi pego porque a maconha “tava” com ele “sacou”? [risos]. (24, Homem, Zona Sul, Favela, Negro, Não Usuário).*

As experiências de abordagem com a Polícia quando há busca de drogas e o jovem não é usuário tendem a ser ainda mais traumáticas para os jovens. Especialmente por conta do sentimento de constrangimento e injustiça. Nesse sentido, a acusação do crime de porte ou tráfico de drogas, quando se é inocente é uma das motivações para o sentimento de injustiça, raiva, etc. Além disso, evidenciam para os jovens o caráter seletivo da ação policial, destacando inclusive a questão do racismo presente na seleção do elemento suspeito (RAMOS; MUSUMECI, 2005). Os dois casos acima relatados são exemplos disso. A seguir os jovens avaliam essas duas situações:

*E isso eu lembro porque eu já era maior, “né”? Eu já era adolescente e meu irmão chegou em casa muito chateado com isso, ele ficou realmente chateado, se sentiu discriminado, “né”? Porque o cara que “tava” na frente dele realmente “tava” devendo alguma coisa e ele “tava” só indo trabalhar e o cara prendeu ele cerca de meia hora fazendo perguntas, querendo saber para onde ele ia, o que ele ia fazer, porque que ele “tava” indo pro trabalho naquela hora que era meio dia. É, enfim, uma série de perguntas, com aquele jeitinho peculiar que eles falam que é com muita educação, então ele se sentiu bem mal. Essa situação*

*eu gravei o lugar, gravei tudo, porque eu lembro que ele chegou em casa muito injuriado com isso. (22, Mulher, Zona Norte, Favela, Negra, Não Usuária).*

*O “lance” todo é que depois que eu fui me instruindo mais eu comecei a entender porque o meu amigo branco no dia não foi revistado, mas na época eu não entendi muito e depois de um tempo eu comecei a estudar um pouco mais disso, essa questão racial e social assim e eu comecei a entender porque o meu amigo branco não foi revistado e eu comecei a lembrar de situações que eu passei quando criança com meus amigos brancos e faz sentido assim, tudo se encaixa e tudo mais. (24, Homem, Zona Sul, Favela, Negro, Não Usuário).*

Em concordância com as análises de Musumeci et al. (2012) e Ramos e Musumeci (2005), entre os entrevistados, os jovens negros foram os mais abordados na rua e no transporte público. A suspeição dos negros também é percebida pelos brancos, chegando a ser utilizada como um dos motivos para não ser abordado pela Polícia ou de uma abordagem mais branda. As narrativas dos jovens apontam que eles percebem a raça como o principal elemento que gerou a suspeição do policial. Além disso, cabe destacar que os negros foram os mais abordados e quando questionei sobre a recorrência das abordagens, obtive a resposta “diversas vezes” frequentemente. Também verifiquei diferenças no tratamento dos usuários de maconha na ocasião do flagrante por cor.

## **O consumo de maconha e o flagrante com drogas**

Ser um usuário de maconha não implica necessariamente em ter experiências com a Polícia, relacionado ao uso dela. De acordo com os jovens, tal afirmação pode ser justificada por diversas razões, seja por cuidado excessivo por parte do usuário com os locais em que utiliza ou a forma que guarda, a frequência do uso, a forma de compra, entre outros. Mas isso também pode ser explicado pela chamada “vista grossa” que muitos policiais fazem em determinados locais da cidade. Esse fato pode dar-se pelo motivo de que, “[...] às vezes, depende muito da boa vontade do policial. Sabe, às vezes o cara vai te ver fumando e vai te deixar passar, às vezes não, tudo é muito relativo.” (8, Mulher, Zona Sul, Não Favela, Branca, Usuária).

Alguns jovens atribuem a abordagem em determinados contextos a “dar mole”, isto é, a abordagem como fruto de algum descuido do usuário. Da mesma

forma, existem locais, conhecidos popularmente na cidade por serem reduto de usuários de drogas, em que os policiais costumam buscar flagrantes. Nesse sentido, é recorrente, por exemplo, relatos de flagrante de drogas na Pedra do Arpoador ou na Escadaria Selaron<sup>5</sup>.

*[...] eu tinha uns dezessete anos, foi num Réveillon lá no Arpoador. Nesse dia eu “tava” realmente com um pouco de maconha e a gente “tava”, eu e mais um amigo, e a gente ia fumar lá na pedra do Arpoador e quando a gente “tava” pra fumar chegou um Policial Militar e quando ele viu que eu “tava” com a maconha, ele também não teve uma abordagem, digamos, humana. Apanhei, eu e o meu amigo, e fomos expulsos, não pudemos voltar lá pro Arpoador nesse momento, no caso durante a festa de Réveillon. (11, Homem, Zona Norte, Não Favela, Negro, Usuário).*

Abordagens em busca de drogas também são recorrentes nos acessos às favelas que possuem bocas de fumo,

*[...] eu morava em Niterói ainda, na Boa Viagem, que é um bairro que, meu prédio ficava do lado de uma favela que tinha uma boca, que eu nunca ia lá, até porque a maconha era horrível, lá era uma favela de crack mais assim. Mas enfim, tinha muita gente que saía lá pegar coisa. Ai saía ali e sempre que eu cruzava com um policial andando ali pra ir para casa achavam que eu “tava” saindo daquela favela com certeza... Então sempre que eu cruzasse de noite com uma viatura eu era parado, sempre. 100%, todas as vezes que eu cruzei eu fui parado e foi sei lá, entre 5 e 10 vezes. (2, Homem, Zona Sul, Não Favela, Pardo, Usuário).*

O usuário de drogas branco, morador de bairros mais nobres não passa (ou passa em menor escala) por situações de suspeição criminal (MISSE, 1999) do que os jovens negros, usuários ou não. Exceto quando circula em locais considerados suspeitos ou é flagrado consumindo a droga. Velho (2008) já havia relatado essa situação quando fez uma etnografia de um grupo de usuários de maconha de classe alta.

---

<sup>5</sup> Dois importantes pontos turísticos do Rio de Janeiro. O primeiro localizado nas proximidades praia de Ipanema e o segundo na região boêmia do bairro da Lapa.

É interessante notar que houve uma ocasião em que o carro que viajavam três pessoas do grupo foi parado em uma batida policial. Levavam no carro diversos tipos de tóxicos, mas antes de começar a revista, com a apresentação dos documentos de identidade, o carro foi liberado porque uma das pessoas foi identificada como filho de família poderosa e influente. Não chegou a haver revista. (VELHO, 2008, p.74).

Um bom parâmetro para se pensar essas diferenças é o tratamento dado pelos policiais durante as abordagens. Todos os jovens que foram revistados pela Polícia, sejam na rua, em transporte público ou flagrante de drogas relatam que nessas ocasiões os policiais sempre fazem as “perguntas clássicas” ou o “procedimento”. Chama a atenção nesse sentido a padronização das perguntas, e ao mesmo tempo como determinadas perguntas ocorrem apenas para alguns grupos de jovens. Os depoimentos de dois entrevistados a seguir apontam essa questão:

*[...] foi uma abordagem normal, simplesmente me parou, me verificou se eu “tava” armado ou não, pediu meu documento... Foi essa série de perguntas que você me fez: onde eu trabalho, onde eu morava, o local onde eu tava morando, exatamente isso, foi uma abordagem normal. (23, Homem, Zona Norte, Favela, Branco, Não Usuário).*

Para outro entrevistado:

*[...] e aí os “caras” começaram a perguntar “onde você mora?”, e a gente “ah, a gente mora aqui”, “pô, o que vocês estão fazendo aqui?” esse tipo de coisa, se a gente “tá” com droga, algo do tipo, se a gente vende e tal e tipo fizemos tudo, o protocolo de sempre... (24, Homem, Zona Sul, Favela, Negro, Não Usuário).*

Quando questionado sobre o “protocolo de sempre”, continuou:

*“Tem flagrante aí?”, “não”, “você tá fazendo o que?”, “nada”, “você tá indo aonde?”, “buscar a minha irmã”, “tá, levanta a camisa aí, vira”, sei lá, “mora onde?”, “moro ali”, “e você?”, “moro ali, moro ali”, “tá fazendo o que aqui?”, “ah, a gente tava aqui jogando vídeo game” e isso aqui, isso ali e sei lá, “levanta a camisa, vira de novo. não tem nada não?”, “nada”, “vira o boné, ‘deixo ver seu boné aí, tá, tá bom, foi”, esse tipo de coisa assim. (24, Homem, Zona Sul, Favela, Negro, Não Usuário).*

Para os jovens moradores de favela, os policiais perguntam se eles estão armados, se portam e ou vendem drogas, onde moram e se estão trabalhando. Nas abordagens dos jovens da classe média, especialmente se esta foi motivada por flagrante com drogas, os policiais costumam perguntar qual a profissão dos pais dos envolvidos. Conforme aponta o trecho a seguir:

*E foi engraçado porque eles perguntaram a profissão dos nossos pais, aí a minha mãe era professora, aí os caras nem esboçaram reação assim... Profissão dos pais, sempre perguntam isso, quase sempre né, não é sempre. E aí eu falei “pô, professora minha mãe”, aí o cara não falou nada, aí os outros meus amigos um o pai era coronel da PM, médico coronel, um negócio assim, dentista coronel, acho que era isso e o outro a mãe é deputada federal. E aí eles ficaram, um dos policiais ficou cagado na hora, claramente chegou pra trás, ficou ali... (2, Homem, Zona Sul, Não Favela, Pardo, Usuário).*

Nesse caso em que os policiais perguntam a profissão dos pais, logo em seguida existe a proposição da resolução informal da questão, comumente conhecida como “suborno”. O “suborno” é uma atividade considerada quase que rotineira entre os jovens brancos, de classe média e, especialmente, usuários de maconha. Seis jovens relataram já terem sofrido a extorsão de policiais. Entre essas, duas extorsões ocorreram em *blitz* de trânsito, por conta de irregularidades com o carro e todas as demais ocorreram em situação de flagrante de drogas. Segundo os jovens, o “suborno” nunca é proposto claramente pelos policiais. Os policiais criam pré-condições para que os jovens sugiram a resolução informal, a fala a seguir aponta como essa situação acontece:

*Achei engraçado que eles nunca falam que querem suborno, eles não falam fazem você falar, eles insinua que têm um outro jeito e tal, mas nunca falam o que é que é, só que depende de você sempre tomar uma iniciativa e aí eles continuaram falando e conseguiram tirar um dinheiro aí eles falaram “liga pro seu pai então, quero ver”, “pô, beleza”. Aí o outro policial ficou assim, “porra! Ele tá ligando mesmo, olha lá, tá ligando”, aí foi, pegou o celular, desligou o celular, não deixou ele ligar e aí ele falou “não calma, tem que ter outro jeito” não sei que lá, aí meu amigo foi e deu sessenta reais, só ele tinha dinheiro, deu sessenta reais e foi isso. Aí foi engraçado, porque ele voltou lá e falou “porra, mas libera aí pelo amor de Deus, porque eu moro longe, 15 reais para a gasolina aí dos 60”, o cara devolveu 15 “pra” gasolina, só que na verdade*

*o carro tinha gasolina, era para a gente “laricar” no Ponto Jovem. Aí a gente foi, “laricou”, comeu um italiano, três italianos e um refresco. (2, Homem, Zona Sul, Não Favela, Pardo, Usuário).*

Os relatos sobre “suborno” apontam questões interessantes. Por diversas vezes, como na experiência relatada acima, a questão do suborno foi tratada com comicidade. Especialmente em situações em que os policiais aceitam pequenos valores. Um dos entrevistados conta que um colega havia pago R\$5,00 para um policial durante uma situação de suborno e em seguida questiona “[...] cara, porque um PM pega 5 reais de alguém? Sério não dá nem pra fazer um lanche ali, sabe [rindo].” (5, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Usuário).

*Eu “tava” descendo do Vidigal ou da Rocinha, o que fica virado pra cá, com o R. e o C. e eu “tava bebasso”, a gente “tava” saindo de uma festa e foi pegar “pô” lá em cima, “pra” descer e voltar pra festa. E eu “tava” com uma camisa da Ponte Preta, aí a PM parou a van, olhou pra nós, apontou pra mim e falou “você! Sai!”. Aí o C. já levantou e saiu junto e o R. também, saíram nós três. E a gente “bebasso”, aí o policial “tá com alguma coisa aí?”. E eu não sei o que tinha acontecido porque a gente tinha conseguido dar uma “dichavada” assim. Eu sei que o cara não achou os “pinos”<sup>6</sup> assim, mas ele acabou achando a maconha, de alguma forma, aí e assim, ele entrevistando eu e eu super marrento falando “ah, eu não tenho nada. Porra, eu tava descendo a minha van e vocês me pararam, agora vocês vão pagar a minha outra van?” aí o cara pegou, virou pra mim e falou assim, “olha só ‘velho’, é o seguinte: a gente achou a maconha do seu amigo, vocês já estão na merda, a gente só está procurando mais coisas, pode abaixar o apito aí!” aí tá bom né, aí e aí “o que a gente vai fazer com eles, não sei o que”, ficou olhando “pros” caras assim, aí eu falei “ah, a gente pode conversar”, “ah, agora sim!” (...)“E aí? Quanto que vai sair?”. Acabou que a gente juntou o que tinha lá, deu 90 “conto” e os caras levaram a gente de volta para Ipanema [rindo]. Não deixaram na festa, mas a gente pediu “pô, deixa, um pouquinho pra lá, assim...”. (1, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Usuário).*

Goffman (1980) nos ajuda a pensar como o estigmatizado vê o normal (aquele que o estigmatiza) como inferior. O humor presente ao relatar essas

<sup>6</sup> Gíria utilizada para se referir a Cocaína.

situações, carrega consigo também uma tentativa de ridicularização dos policiais. Apesar disso, as narrativas apontam que especialmente nas situações em que a motivação do “suborno” ocorre por flagrante de drogas, o jovem se vê diante de um dilema moral, o sentimento de estarem colaborando com a corrupção policial e conseqüentemente com o sistema que eles próprios criticam.

*Assim, eu sinceramente, eu me arrependo disso, ideologicamente falando, eu patrocinei a corrupção nesse momento, não posso ser leviano, e é uma das coisas que a gente mais fala, mais martela dos problemas do Brasil... Mas eu fico, na hora, acho que a gente precisa ter uma análise psicológica da pessoa, eu fui acuado, fui ameaçado, entendeu? O cara “tava” armado, o cara “tava” falando que levar a gente “pro” carro, que ia dar um “rolê” com a gente, que ia com a gente não sei aonde. Eu tinha o dinheiro, sabe, e aí eu não quis pagar para ver, sabe? (5, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Usuário).*

Além das práticas de extorsão, outras duas formas de resoluções informais mencionadas pelos jovens durante as abordagens são as agressões físicas e verbais. Embora apenas dois jovens relataram terem sido agredidos durante a abordagem, outros apontaram ter passado por revistas vexatórias, que incluíam socos, tapas e toques especialmente nas partes íntimas. Convém destacar que todos os jovens que foram agredidos durante abordagens são do sexo masculino<sup>7</sup>. Em um dos relatos, o jovem afirma que “[...] eles fizeram a revista assim, tiraram meu short, rasgaram ele todo e aí eu fui pra casa com o short todo rasgado, ‘puto pra caralho.’” (25, Homem, Zona Sul, Favela, Negro, Usuário). Outra situação de agressão foi relatada por um jovem também negro:

*[...] então eu “tava” no Méier com mais dois amigos e na época eu era fumante de cigarro e estávamos nós três no terminal que havia e era bem tarde. Nisso parou uma viatura, saíram do carro e começaram a pedir “cadê a maconha?”, aí eu falei que não tinha maconha, aí levei um tapa no rosto e eles “cadê a maconha? Cadê a maconha? Cadê a maconha?”, até que eles começaram a vasculhar minha mochila, espalharam as minhas coisas pelo chão, me revistaram por completo, a mim e a um outro amigo, porque um deles perguntaram se “tava” comigo e disse que não estava, era um amigo meu de Minas Gerais e eu não queria que ele passasse por aquela humilhação, então ele conseguiu escapar*

<sup>7</sup> No caso das manifestações de 2013 também houve uma agressão a mulher, atingida com um cassetete na cabeça.

*enquanto eu e o meu outro amigo ficamos. Então isso durou uns trinta minutos no máximo, meu amigo também levou uns tapas e todas aquelas coisas de “abaixa o short”, quando eles viram que a gente não tinha nada, liberaram a gente, mas com o aviso de que se nos pegassem fazendo merda por aí o papo ia ser outro.* (11, Homem, Zona Norte, Não Favela, Negro, Usuário).

As entrevistas e outros estudos (CRUZ, 2015; MUSUMECI et al., 2012) apontam que experiências de agressão, especialmente a física, ocorreram mais entre os jovens pardos e pretos, enquanto as experiências de extorsão ocorreram mais com os jovens brancos. Com relação aos locais que ocorreram as agressões, aparecem a favela, um terminal de ônibus na Zona Norte e o Arpoador. Chama a atenção ocorrer a agressão no Arpoador, uma vez que o local é popularmente conhecido entre os jovens da classe média por ser um local de “dura” com extorsão. Embora a quantidade de agressões relatadas seja escassa, ela pode nos ajudar a problematizar como os jovens negros, moradores de periferia ou de favelas estão mais sujeitos a serem agredidos do que os jovens brancos, que por sua vez estão mais sujeitos a sofrerem extorsão policial.

Uma terceira experiência, relacionada ao flagrante com drogas e que seria a orientação legal para o ocorrido, consiste em conduzir o usuário até a delegacia. As narrativas dos jovens apontaram que apenas um entrevistado foi levado à delegacia por esse motivo. Convém destacar que o jovem referido já foi levado à delegacia duas vezes ao ser flagrado com drogas. Também chama a atenção que o único caso nesse sentido se refira a um menino negro, morador de favela.

*[...] Bom, na primeira vez eu era um menino muito imaturo, eu achava que eu ia ser preso, eu achava que meus pais iam me visitar dentro da cadeia, blá-blá-blá, por causa de maconha e isso e aquilo. Então eu fui muito menininho e também muito inocente das coisas, na segunda vez eu tipo “não ‘tô’ nem aí porque a Polícia tá aqui” tá entendendo?* (25, Homem, Zona Sul, Favela, Negro, Usuário).

Quando perguntado sobre o que ocorreu após as duas idas à delegacia, o jovem continuou, dizendo “*Ah, eu tive que ir até o juiz no dia lá, é um aprendizado tá entendendo? Foi até bom, nesse agora eu ainda vou, lá pra fevereiro assim, tranquilo, nada demais.*” (25, Homem, Zona Sul, Favela, Negro, Usuário).

Esse mesmo jovem que afirma ter ido para a delegacia duas vezes, também relatou ter sofrido agressão dos policiais em outra situação também por conta do

flagrante com maconha. Segundo o jovem, ser levado pela delegacia, apesar das implicações jurídicas que o ato pode trazer é considerado como mais tranquilo pelo do que ser agredido. Ir ou não para a delegacia também é um dilema que os jovens se colocam quando passam por situações de flagrante, conforme aponta a fala a seguir:

*É o que eu te falei, eu acho que a atitude correta seria eu ia para a Delegacia, só que como a gente não tem uma exatidão, não tem um número, uma quantidade exata, eu poderia muito bem ser enquadrado como traficante e eu não queria passar os próximos quinze anos, sei lá, da minha vida na cadeia porque eu fumo maconha, entendeu? E aí eu me senti mal porque eu deveria... se eu soubesse que eu ia ser levado para a Delegacia, certeza absoluta que eu não ia sofrer nenhuma violência pelo caminho e que eu ia responder como usuário, pela atual legislação que não é lá essas coisas, mas não vai me encarcerar, não vai... compensaria. Se eu tivesse certeza que a Polícia fosse confiável nesse ponto, ia ser uma coisa ruim, eu não ia gostar, mas... (5, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Usuário).*

O que o depoimento acima indica é que a falta da confiança na Polícia Militar, representada nesse caso pelo medo do que pode vir a ocorrer durante o caminho até a delegacia. Por ser uma situação em que não terá pessoas ao redor e que o jovem se encontrará vulnerável a qualquer ação da Polícia, leva o jovem a optar pelo suborno como a forma mais rápida e segura de resolver seu entrave com os policiais.

Apesar de todas as experiências relatadas e o desconforto que os jovens relataram em relação a elas, nenhum deles denunciou os policiais. Para Misse (1999) isso se explica pela falta de confiança de que as denúncias surtirão algum efeito. Um reflexo disso, é que os jovens tentem resolver essa questão na esfera privada, por exemplo, evitando futuros contatos com os policiais. Ao longo das entrevistas ouvi apenas o relato de uma denúncia.

## **“Enxugando o gelo”: os impactos das abordagens policiais no consumo de drogas**

Segundos os relatos dos jovens, independente da experiência que eles tinham tido com a Polícia, nenhum deles deixou de consumir drogas após o episódio. Tal informação confirma os estudos (TEMPONE, 2012; RODRIGUES,

2014) que apontam como a Política de Drogas adotada no município do Rio de Janeiro e no Brasil, está “enxugando gelo” no combate ao consumo e ao tráfico de drogas.

Para Becker (2008), o jovem usuário de maconha, na medida em que conhece a droga e seus reais efeitos no corpo do indivíduo, passa a desconsiderar os estigmas que costumam carregar a figura do usuário de maconha e consequentemente a não concordar com a repressão imposta pela sociedade, caracterizada especialmente pela repressão policial. Muitas vezes, os jovens voltam a fazer o uso da maconha logo após a abordagem, para amenizar a tensão da experiência.

Outra questão que reforça a hipótese de que o trabalho “enxuga gelo”, ocorre quando os policiais devolvem a maconha logo depois da extorsão.

*[...] E a gente não tinha essa grana, tinha parte dessa grana e aí tipo, o maluco foi e pegou a grana, e aí meu amigo foi e pediu a maconha de volta. Ele devolveu a maconha, entendeu? E ainda meio que “zuou”, falou pra gente não rodar no caminho de volta pra casa... (5, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Usuário).*

Evidentemente que para sabermos qual a percepção dos policiais sobre o trabalho com os usuários de drogas, deveríamos entrevistar os policiais. Mas o fato de muitos jovens relatarem que os policiais devolvem a droga ao final da abordagem aponta que muitos policiais podem partilhar da visão de estar “enxugando gelo”. Isso necessariamente não significa que todos policiais partilhem dessa visão.

Por outro lado, as agressões físicas e verbais, e os conselhos que muitas vezes alguns policiais dão aos jovens, confirmam o papel dos empreendedores morais de Becker (2008). Para o autor, os empreendedores morais são indivíduos dispostos a criar e impor regras baseadas no que julgam ser o certo. A motivação dessas pessoas vai além de induzir outras pessoas ao que elas julgam correto. Mas elas de fato acreditam que suas escolhas são as melhores opções para a vida de qualquer um.

Ao mesmo tempo, quando o policial pratica a extorsão, vemos que ele está abdicando do papel de empreendedor moral (BECKER, 2008) ou de diretor de consciência (FOUCAULT, 1999) em detrimento do seu benefício próprio. Nessa situação, a possibilidade de ganhos financeiros se sobrepõe ao papel de orientador de condutas. Os depoimentos dos jovens entrevistados sugerem que ao lidar com os usuários da classe média os policiais não acreditam no seu poder

de orientador de condutas, enquanto que para os jovens moradores de favela os policiais desempenham essa função.

## **Considerações finais**

As narrativas apresentadas confirmam que proibicionismo das drogas é um tema relevante para se pensar o contato entre os jovens e os policiais. Na medida que se estabelece uma “guerra as drogas” com respaldo legal e a Polícia Militar como um dos órgãos do Estado responsável pela repressão ao porte, ao uso e ao tráfico de drogas. Atribui-se a esse ator a possibilidade de reprimir essa atitude através de incursões policiais em favelas, abordagens policiais e todas as demais situações que em que o policial considere um elemento ou uma atitude suspeita.

Quando pensamos especialmente no flagrante, o consumo de drogas estabelece uma possibilidade de experiências com a Polícia por um grupo que não costuma vivenciá-las, a classe média. Os jovens usuários regulares de drogas possuem ainda mais chances de vivenciar experiências com a Polícia Militar. Cabe destacar também que, mesmo para esse grupo, as abordagens são diferenciadas, ou seja, o usuário de maconha branco, morador das áreas mais ricas da cidade provavelmente não sofrerá as mesmas sanções do que os usuários negros, moradores de favela. Para o primeiro, são comuns situações de “vista grossa” em que os policiais simplesmente não interveem no consumo, bem como situações de extorsões, nas quais os policiais se beneficiam financeiramente da prática ilegal. Em contrapartida, para os jovens usuários, especialmente negros, são comuns situações de agressões verbais, físicas ou outras formas de humilhação. As entrevistas indicam ainda que a conduta dos policiais varia mais com relação a cor e se o jovem é morador de favela ou não, do que se o jovem mora na Zona Norte ou na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.

Destaco ainda, que no que tange as experiências de abordagem policial, o proibicionismo afeta até mesmo os jovens que não são usuários da droga, ou seja, o mesmo estereótipo marginalizado que eu apontei acima é frequentemente acusado de portar, utilizar e traficar drogas, ainda que não tenha ocorrido situação de flagrante. As experiências de abordagem que ocorrem nessas situações são sempre interpretadas pelos jovens com um sentimento de raiva e injustiça muito grande, por serem acusados de crimes que não cometeram.

O relacionamento dos jovens com a Polícia Militar é permeado pela desconfiança, pelo medo, pela raiva e, principalmente, pela tentativa constante de evitar o encontro. De modo geral, a relação entre esses dois grupos, os policiais

e os jovens, especialmente quando falamos dos grupos marginalizados, como os usuários de drogas, os negros e os moradores de favela é permeada pela noção de estigma (GOFFMAN, 1980). Cabe destacar aqui, que essa relação de estigma é ambígua, ou seja, os policiais estigmatizam os jovens, e os jovens estigmatizam os policiais.

O material discutido ao longo do artigo aponta no sentido de uma atuação seletiva da polícia. Nesse sentido, essa pesquisa vai ao encontro de estudos já realizados que apontam para a existência de um viés racial e social na atuação policial. Evidentemente, cabe destacar aqui que esse trabalho partiu das análises das percepções dos jovens. Seria de extrema valia e assumo aqui como desafio futuro propor semelhante metodologia aos policiais, a fim de ouvir as percepções deles sobre esse assunto, até como contraponto as narrativas apresentadas pelos jovens.

Também é relevante a necessidade de discussão sobre a revisão da legislação vigente sobre drogas. A recorrência de situações de abordagem com extorsão e em que no desfecho os policiais devolvem a droga para os jovens, sugere que os próprios policiais não acreditam na efetividade do trabalho de combate às drogas que eles desempenham.

Por fim, acredito que as discussões trazidas nesse trabalho contribuem no sentido de dar visibilidade para as tensões existentes entre esses dois grupos, bem como podem contribuir para pensarmos soluções para amenizar um relacionamento tão complicado e permeado por uma atmosfera de constante desconfiança.

### **“RODEI”: RIO DE JANEIRO’S YOUNG PEOPLE PERSPECTIVE ABOUT EXPERIENCES WITH THE MILITARY POLICE RELATED TO SUSPICION ON DRUG USE OR DEALING**

**ABSTRACT:** *This paper discusses military police checks motivated by drug search in the city of Rio de Janeiro. It analyzes the checks’ procedure and how young people perceive and assess police’s treatment. Interviews with people aged 18 to 29 years old were used. They were selected as to cover various profiles especially regarding their neighborhood of residence. This profile choice aims to analyze differences in the policemen’s behavior towards people from poorer and richer areas. Characteristics like color and whether they live in favelas were considered too. The results suggest that police checks are not random, instead some individuals are considered more suspicious than others.*

**KEYWORDS:** *Military Police. Police checks. Drugs. Racism. Youth.*

## REFERÊNCIAS

- ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014. Disponível em: <[https://www.mppma.mp.br/arquivos/CAO\\_PCEAP/8o\\_anuario\\_brasileiro\\_de\\_seguranca\\_publica.pdf](https://www.mppma.mp.br/arquivos/CAO_PCEAP/8o_anuario_brasileiro_de_seguranca_publica.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2017.
- BECKER, H. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BECKER, H. **Falando da sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o real. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BRASIL. Lei n.11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 24 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm)>. Acesso em: 25 set. 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 25 set. 2017.
- IBGE. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro, 2011.
- CRUZ, F. N. **Unidos pela desconfiança**: polícia militar e juventude um relacionamento complicado. 2015. 106f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- DUARTE, E. et al. Quem é o suspeito do crime do tráfico de drogas? anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos Policiais Militares nas cidades de Brasília, Curitiba e Salvador. In: LIMA, C. do S. L. et al. (Org.). **Segurança Pública e direitos humanos**: temas transversais. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. p.81-118.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

KANT DE LIMA, R. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.4, n.10, p.65-84, 1989.

LEMGRUBER, J.; BOITEUX, L. O fracasso da guerra às drogas. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p.79-90.

MAGALONI, B.; CANO, I. **Determinantes do uso da força policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2016.

MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos**: e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. 1999. 413f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MUSUMECI, L. et al. **Juventude, violência e polícia**: resultados da pesquisa amostral. Rio de Janeiro: CESeC, 2012.

OLMO, R. **A face oculta da droga**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008.

RAMOS, S.; MUSUMECI, L. **Elemento Suspeito**: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

REINER, R. **A Política da polícia**. São Paulo: EdUSP, 2004.

RODRIGUES, T. **Narcotráfico**: uma guerra na guerra. São Paulo: Desatino, 2012.

RODRIGUES, T. Quem é o inimigo? política internacional da “guerra às drogas” não diminui o consumo e reforça a perseguição a grupos sociais específicos.” **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v.10, n.110, p.38-42, nov. 2014.

SILVA, C. A aliança entre Justiça e psiquiatria no controle do uso da droga: medicalização e criminalização na berlinda. In: BATISTA, V. (Org.). **A violência na berlinda**. Rio de Janeiro: Faperj, 2014. p.01-10.

TEMPONE, V. Tráfico de drogas e violência urbana: uma reflexão. In: MUNTEAL, O. et al. **Prisioneiros das drogas**: segurança pública, saúde e direitos humanos no Brasil. Curitiba: CRV, 2012. p.45-70.

*“Rodei”: a perspectiva dos jovens cariocas sobre as experiências com a polícia militar ligadas à suspeição de uso ou tráfico de drogas*

VELHO, G. **Nobres e anjos**: um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008.

Recebido em 14 de maio de 2017.

Aprovado em 07 de jul. de 2017.

# CUSTO DO BEM-ESTAR SOCIAL DE CONTROLE CRIMINAL NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Jatniel Rodrigues JANUÁRIO<sup>1</sup>  
Antonio Gelson Oliveira NASCIMENTO<sup>2</sup>  
Edwan Fernandes FIORAVANTE<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo analisar o custo do bem-estar social relativo ao controle criminal nos estados da Amazônia Ocidental – formada pelos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima. Realizou-se uma pesquisa transversal, das variações das taxas de mortalidade por agressões e das despesas orçamentárias desses estados com as funções de controle criminal (Segurança Pública, Justiça, e Direitos da Cidadania), no período de 2004 a 2014. Utilizou-se dados de mortalidade provenientes do SIM/DATASUS/MS e de despesas segundo os balanços financeiros estaduais. Na interiorização das taxas de mortalidade por agressões do Sudeste para as demais regiões do Brasil, essas taxas declinaram em Rondônia e aumentaram nos demais estados da Amazônia Ocidental. A despesa com o controle criminal cresceu nesses estados, com maior incremento no Acre. Levanta-se a necessidade de ampliar a análise para a qualidade do gasto público de outras áreas sociais e sua possível associação com indicadores de violência.

**PALAVRAS CHAVES:** Bem-estar social. Controle criminal. Mortes por agressões. Custo do crime. Orçamento público.

## Introdução

A promoção do bem-estar social no Brasil está cada vez mais ameaçada pela falta de confiança nas instituições responsáveis pelo controle social do crime

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública, Manaus - AM - Brasil. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. jatnielrj@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais, Belo Horizonte - BH - Brasil. Doutor em Demografia. gepas.gelson@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais, Belo Horizonte - BH - Brasil. Doutor em Demografia. edwanff@hotmail.com

e pela escassez de recursos frente ao recrudescimento da violência. O bem-estar social é entendido neste artigo como o estado de garantias individuais mínimas capazes de proporcionar uma qualidade de vida plena à sociedade. Nesse aspecto, ao longo de décadas, a violência atua com um poder corrosivo imensurável sobre as pessoas. Altera hábitos de convivência social e instaura a sociabilidade violenta. Nessa perspectiva, ela se converte em ameaças constantes que são provocadas pela fraca atuação governamental, seja no controle do crime seja na gestão financeira dos recursos aplicados aos serviços de segurança pública.

A violência contemporânea, suas práticas, ameaças, percepções e formas de intervenção têm nos homicídios a forma mais perversa, ao provocar danos sociais irreparáveis, traduzindo-se em grave violação aos Direitos Humanos. No Brasil, entre os múltiplos tipos de violência, o homicídio é o tipo de “delinquência” que tem sua expressão final mais preocupante nas estatísticas de mortalidade violenta (MINAYO, 2006).

Desde a década de 1990, alguns países da América do Norte, Europa, Ásia e Oceania, em avançado estágio de modernização, possuidores de ricas democracias, experimentaram decremento nas suas taxas da violência criminal, tornando-se mais seguros (LAFREE; CURTIS; MCDOWALL, 2015; TSELONI et al., 2010). O contrário tem sido observado que nos grandes e médios centros urbanos da América do Sul, onde esse problema tem se colocado como questões centrais (TAVARES DOS SANTOS, 2004; AZEVEDO; CIFALI, 2015).

No caso brasileiro, a distribuição das mortes por causas violentas não está restrita a uma região, estado ou município, mas impacta a sociedade brasileira de modo geral, causando perdas de vidas, ameaças e medo. Também, não ocorre de forma homogênea, mas sofre variações entre esses territórios e em cada espaço ao longo do tempo. Com o enfoque nessas variações, a literatura criminológica moderna tem assinalado a heterogeneidade das ocorrências de violência letal (ANDRADE; DINIZ, 2013); CERQUEIRA, 2014; CAPRIROLO; JAITMAN; MELLO, 2017) e o fenômeno da interiorização desses crimes (WASELFSZ, 2012; ANDRADE; DINIZ, 2013).

Quando se trata da Amazônia Ocidental brasileira – formada pelos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima – os elementos presentes nessa dinâmica da violência se aprofundam, com relevante impacto sobre o desenvolvimento da região e o bem-estar social, uma vez que estão relacionados diretamente com a qualidade de vida da sua população. Se por um lado a região amazônica é alvo dos interesses geopolítico e econômico, por outro lado é marcada pela exploração ambiental e pobreza (ARAGÓN, 2013).

Do ponto de vista econômico, a atuação do Estado para reduzir a criminalidade letal têm o seu custo para o setor público e repercutem nas despesas dos governos, especialmente no orçamento público. Isto, por ser um instrumento de ação governamental, conforme suas características teóricas, formais e históricas de grande relevância para o estudo da tomada de decisão em políticas públicas, em que se destaca a sua função programática do trabalho governamental (GIACOMONI, 2010). Nessa perspectiva, a gestão dos recursos públicos é um dos maiores desafios para os governos da Amazônia Ocidental. Desafio maior quando se considera o ambiente de disputa pelo capital.

O orçamento público é analisado neste artigo como instrumento da ação governamental traduzida na aplicação de recursos nas funções governamentais para o bem-estar social e depende da sua decisão política. Pressupõe-se que essas decisões se relacionam com as ideias centrais dos mandatos dos governos no contexto federativo, do ponto de vista social, político e econômico, que, no presente caso estudado se relacionam com o controle do crime. Essas escolhas políticas se refletem no perfil dos dispêndios com as funções de governo e nos índices de mortalidade violenta.

Portanto, entre as perspectivas do debate atual sobre as causas para o aumento dos riscos da letalidade associada à violência, o enfoque deste artigo recai sobre o controle criminal, apontado como uma tendência dos programas de redução criminal (FERREIRA; FONTOURA, 2008; SOUZA, 2015). Neste grupo, estão incorporadas importantes funções de governo geradoras de relevante demanda por recursos: Segurança Pública; Justiça, inclusive “Essenciais à Justiça<sup>4</sup>”; e Direitos da Cidadania – predominantemente o encarceramento, ou administração penitenciária.

Com essas perspectivas teóricas, o artigo responde ao seguinte questionamento: qual o custo público do controle criminal realizado pelos estados da Amazônia Ocidental, no período de 2004 a 2014? Diante dessa inquietação, o objetivo deste artigo é analisar o custo do bem-estar social do controle criminal nos estados da Amazônia Ocidental. Para isso, são analisadas as variações das taxas de mortalidade por agressões e das despesas orçamentárias desses estados com as funções de controle criminal (Segurança Pública, Justiça, e Direitos da Cidadania), no período de 2004 a 2014.

---

<sup>4</sup> O termo “Essenciais à Justiça” se refere aos órgãos utilizados no presente estudo que possuem previsão expressa na Constituição, com atribuições específicas, independência funcional, cujas atividades são indispensáveis para a realização da justiça, a proteção efetiva dos direitos humanos e da cidadania. Esses órgãos são: o Ministério Público, de acordo com o art. 127, da Constituição da República de 1988, e a Defensoria Pública, de acordo com o art. 134 da Constituição da República de 1988 (BRASIL, 1988).

O texto está organizado em sete seções, incluindo esta introdução e as considerações finais. Na segunda seção, apresentam-se os referenciais teórico e empírico que embasam a pesquisa, assinalando-se o recrudescimento das políticas de controle criminal como tendência nacional e a relevância do orçamento público para o estudo da atuação governamental nas políticas de redução da violência. Na terceira seção são apresentados os aspectos metodológicos do estudo, apresentando-se a seleção e fontes dos dados e os métodos, de modo detalhados. Os resultados e a discussão são apresentados na quarta seção e na quinta seção são feitas as considerações finais.

### **Custo público do controle criminal: aproximações teórico-empíricas**

A busca pela atenção do governo para o problema da violência e a formulação da política pública<sup>5</sup> ocorre no ambiente de disputa pelos recursos públicos, caracterizado pelo “movimento” dos vários setores do governo e da sociedade para obter recursos para o financiamento das suas áreas de atuação, seus programas e ações. Esse “movimento” é aqui aplicado no sentido do conjunto de esforços, atividades e artifícios em torno das decisões políticas e econômicas do governo, tal como observado por Condé e Fonseca (2015). Estes autores observam que esse movimento, no período de 2003 a 2014, foi favorecido pelo crescimento econômico, acompanhado de aumento dos gastos públicos com a agenda social, embora, do ponto de vista sociológico, os efeitos sejam indefinidos.

Conforme Rezende (2006) analisa, o fenômeno da expansão dos gastos públicos tem sido explicado por algumas teorias que partem da abordagem monocausal baseada na Lei de Wagner, por teorias tradicionais da oferta e demanda por políticas públicas, produzidas pela economia política até a década de 80, e, ainda, por outras abordagens procuram introduzir o *status* causal de fatores políticos e institucionais. Assinala-se o interesse deste artigo na abordagem sobre esses fatores dada a sua importância para a efetividade do bem-estar social no contexto federativo brasileiro.

Com essa orientação, destacam-se no debate atual sobre a violência no Brasil, as reflexões cuja raiz é a abordagem econômica seminal de Becker (1968), que ampliou o horizonte das análises para as causas e fatores econômicos do

---

<sup>5</sup> Por política pública, entende-se como sendo a decisão do governo acerca de determinado problema, para o qual dirige sua atenção e ação, incluindo a sua execução (DENHARDT, 2012).

crime. Em que pese a prevenção social da violência na redução das taxas de homicídios (TAVARES et al., 2016; PLASSA; CUNHA, 2016) e o enfoque integrado e complementar entre as instituições que atuam no controle social, desde o nível individual e familiar até a intervenção estatal (LAFREE, 1998; CERQUEIRA; LOBÃO, 2004), este estudo tem o seu foco no controle criminal, exercido pela via estatal.

A literatura criminológica tem assinalado, no contexto da violência criminal do país, o recrudescimento das políticas de controle criminal. Beato, Silva e Tavares (2008) e Souza (2015) analisam que a tendência tem sido a ênfase no problema do crime, cuja responsabilidade recai sobre o sistema de justiça criminal. Ferreira e Fontoura (2008) enquadram neste sistema as agências de segurança pública, órgãos de justiça e de encarceramento, os quais se complementam, de modo que a eficiência das atividades da justiça comum, por exemplo, depende da atuação da polícia, que por sua vez também é chamada a agir quando se trata do encarceramento – para vigiar externamente as penitenciárias e transportar os presos.

No controle criminal, a violência é pensada como um problema do controle social exercido pelo sistema de justiça criminal. Black (2010, p.105) se refere ao “controle social” como “[...] o aspecto normativo da vida social, ou a definição de um comportamento desviante e a resposta a ele, tais como proibições, acusações, punições e compensação.” Para Beato Filho (2012), essa concepção é “repressiva por definição”, com o foco na lei e na atuação das instâncias de controle social, e remete a uma dimensão supra individual, embora relacionada aos mecanismos que operam aspirações no plano individual.

Com esse entendimento, é consensual a importância da análise da despesa pública como modo de ação do Estado, tomando-se a centralidade do orçamento-programa como vetor da realização das políticas públicas nas áreas sociais. Também, alguns estudos vêm contribuindo para o debate sobre o papel do Estado no controle social do crime a partir de sua intervenção econômica. Cerqueira (2014) estimou os custos sociais da criminalidade no Brasil, incluindo aqueles dos setores público e privado, além daqueles incidentes sobre o sistema de saúde. Capriolo, Jaitman e Mello (2017), por sua vez, utilizaram metodologia com dados de homicídios menos desagregados, de modo a permitir a comparabilidade com outros países, e obtiveram uma estimativa menor, e mais conservadora, dos custos sociais da criminalidade em comparação com a de Cerqueira (2014).

## **Material e métodos**

Trata-se de estudo descritivo e exploratório sobre as taxas de mortalidade por causas violentas e a evolução das despesas orçamentárias realizadas pelos nos estados da Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima) com as funções de controle criminal, no período de 2004 a 2014. As mortes por causas violentas são os óbitos decorrentes de crimes contra a vida, intencionais causadores de morte. Os dados básicos dessas mortes nas regiões e estados estudados, nos períodos de 2004 e 2014, consistiram nas taxas brutas e específicas de mortalidade anuais por 100 mil habitantes, por sexo, idade, grupos de causa externa violenta e local de residência.

Os dados de mortalidade por causas violentas são provenientes das “estatísticas vitais/TABNET”, obtidas no Portal DATASUS, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2017). Foram coletados os dados por agressões da CID-10<sup>6</sup> agrupados segundo as causas externas que atenderam aos critérios de mortalidade violenta: Acidentes (W32 a W34), Homicídios (X85 a Y09), Intenção indeterminada (Y10 a Y34) e Intervenção legal (Y35 a Y36).

Para esses grupos, considerou-se a qualidade das informações da causa básica do óbito, pois, ao serem desagregadas as causas externas em subgrupos, observaram-se algumas mortes classificadas como “agressões com intenção ignorada”. Por isso, partindo-se do princípio de que qualquer agressão que resulte em morte é o reflexo de comportamentos e vivências violentas (NASCIMENTO, 2013), as causas classificadas como “agressões com intenção ignorada”, foram incorporadas às demais causas de mortes violentas.

O cálculo das taxas anuais de mortalidade (número de óbitos para cada 100 mil habitantes) por agressões foi realizado dividindo-se o total de óbitos ocorridos entre os residentes no estado durante o ano pela população residente no estado no período de referência. Para isso, foram utilizados os grupos populacionais dos estados, nos anos de 2004 a 2014, desagregados por sexo e idades em grupos quinquenais entre zero e 80 anos, e um intervalo aberto para capturar as populações com idade superior a 80 anos.

Esses dados foram obtidos na base de “Projeção da População das Unidades da Federação por sexo e grupos de idade: 2000-2030”, proveniente do Portal DATASUS, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2017). Esclarece-se, ainda, que as taxas de óbitos por agressões não foram padronizadas.

---

<sup>6</sup> A Classificação Internacional de Doenças – CID, publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), cataloga e padroniza a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde, inclusive causas externas de ferimentos e óbitos. A versão atual é a CID 10.

A segunda fonte de dados utilizada foi a despesa orçamentária de cada estado. Para isso, incorporou-se no grupo controle criminal (CC) as funções governamentais de Segurança Pública, Justiça (incluindo Essenciais à Justiça) e Direitos da Cidadania (predominantemente despesas com o encarceramento, ou administração penitenciária). As despesas são apresentadas, geralmente, em vinte e oito funções de governo, de acordo com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (BRASIL, 1964), e a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) (BRASIL, 1999). Retratam a distribuição setorial das despesas realizadas pelos governos e permitem mensurar o tipo de dispêndio realizado nas áreas de atuação governamental.

Utilizou-se a “despesa empenhada”, primeiro estágio de sua realização, que consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico. Esses dados foram obtidos nos balanços financeiros e os demonstrativos consolidados das despesas realizadas, nos balanços gerais dos estados, por meio de consulta aos portais de transparência disponibilizados por cada Governo. Excetuou-se Roraima, cujos dados não estavam disponíveis no portal e, por isso, consultou-se diretamente o Diário Oficial daquele Estado (DOE).

Para Rondônia não há valores das funções “Essenciais a Justiça”, em 2004, e “Direitos da Cidadania”, de 2004 a 2007 e de 2011 a 2014. Para Roraima, não há informação de despesas com Direitos da Cidadania, em 2004, e com Justiça, em 2012 e 2013. Isto se deve, geralmente, à incorporação da despesa de um setor em outra função, em razão de novos arranjos institucionais, tais como fusão de Secretarias de Estado ou assunção de competências de Secretarias por outras. De qualquer modo, adotou-se o grupo CC para todos os estados, com os valores agregados das funções especificadas.

Os valores das despesas orçamentárias foram atualizados para valor correspondente em dezembro 2014, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Empregou-se o artifício da média trienal dos óbitos por agressões e da população, para o cálculo das taxas de mortalidade. De igual modo, os valores das despesas orçamentárias e do Produto Interno Bruto (PIB) foram calculados com base na média trienal desses valores no período analisado. Esse método foi utilizado para suavizar e minimizar as flutuações aleatórias, de modo a apresentar informações mais estáveis e representativas da realidade dos estados.

## **Resultados e discussão**

### **Contexto da criminalidade letal nas regiões brasileiras**

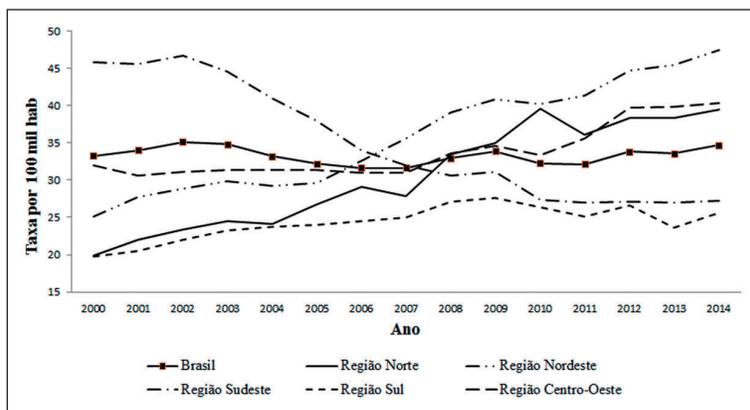
Segundo o “Global Study Homicide” (NAÇÕES UNIDAS, 2014), em 2012 foram registrados no mundo, cerca de 437.000 homicídios. Os países do Continente Americano responderam por 36% dessas mortes, com a maior taxa dos continentes (16,3 homicídios/100 mil habitantes). Nos países sul-americanos, em 2012, os maiores níveis de mortalidade por homicídios foram observados no Brasil, Colômbia e Venezuela, com respectivas taxas de 25,2, 30,8 e 53,7 óbitos por 100 mil habitantes (NAÇÕES UNIDAS, 2014).

O Brasil chegou ao ano de 2014 com 70.324 registros de mortes por agressão (34,7 óbitos por 100 mil habitantes), segundo dados do DATASUS/MS. Do total dessas mortes, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015) menciona 58.497 mortes por Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) – que incluem óbitos por homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte, sendo os homicídios responsáveis por 91% desses óbitos, com 53.240 casos.

No triênio de 2012-2014, a taxa média de mortes por agressão foi 34 por 100 mil habitantes, enquanto que no triênio de 2004-2006 essa taxa era de 34,2 por 100 mil habitantes (Figura 1). Embora tenha havido um leve decréscimo nessa taxa, a distribuição dessas mortes, na vasta dimensão territorial do país, ocorreu de forma heterogênea entre as regiões e os estados. Isto fez variar os registros segundo as características físicas e humanas desses espaços, conforme observado na literatura (ANDRADE; DINIZ, 2013; CERQUEIRA, 2014).

Um dado importante dessa dinâmica foi a mudança observada nos padrões e níveis das curvas de mortes por agressões nas regiões do Brasil, no período de 2000 a 2014. A partir de 2003 houve queda nos registros dessas mortes na Região Sudeste, ao passo do crescimento nas demais regiões do país, com maior importância no Norte e Nordeste (Figura 1).

**Figura 1** – Taxa bruta de mortalidade por agressões (por 100 mil habitantes), segundo o ano, regiões do Brasil, 2004 – 2014



**Fonte:** Elaborado pelos autores com base no MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM; IBGE - Estimativas Populacionais.

Waiselfisz (2012) observa que a partir do ano 2002, houve o deslocamento das ocorrências de homicídios das grandes metrópoles e grandes capitais brasileiras, onde se localizavam os polos dinâmicos dessa criminalidade, para o interior dos estados. Destaca, ainda, como principais características territoriais associadas a essa reconfiguração do crime nesses interiores: o surgimento de “novos polos de crescimento” atrativos de investimentos, trabalho, migrações; municípios de pequeno e médio porte localizados na fronteira, em ambiente de potencial violência, tráfico de drogas, descaminho e contrabando de produtos e armas. Ao lado desses aspectos, constatou-se a ausência, ou reduzida, capacidade institucional de proteção por parte do Estado e a melhoria na cobertura dos sistemas de coleta de dados de mortalidade que reduziu as subnotificações.

Na dimensão do território nacional, Waiselfisz (2012) verificou quedas em algumas regiões metropolitanas do Sudeste, ao passo que houve expressivo crescimento em outras regiões do Norte, Nordeste e Sul do país. No Sudeste, as cidades de São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro apresentaram quedas superiores a 50% nas taxas de homicídios por 100 mil habitantes entre 2000 e 2010. No Norte, Nordeste e Sul, cerca de 13 regiões metropolitanas, num universo de 33, registraram, para esse mesmo período, crescimentos superiores a 100%, sendo que Belém e Salvador tiveram aumento de 383,5% e 493%, respectivamente. Lima et al. (2013) apontam que algumas experiências exitosas de decréscimo dessas taxas no país, tais como as ocorridas nos estados do São Paulo, Rio de

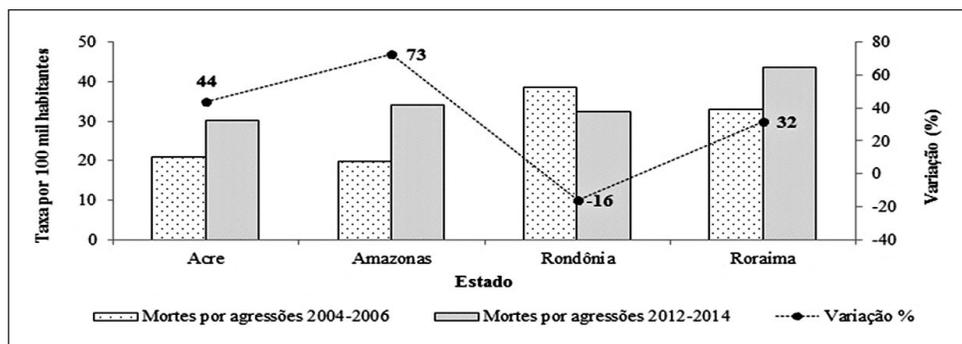
Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, ocorreram ao lado de melhoria da gestão pública da segurança e proximidade policial.

Andrade e Diniz (2013) avançaram nessas observações sobre o território nacional e constataram que a reorganização da violência na dimensão nacional, no que diz respeito ao incremento nas taxas de homicídios, consiste em um processo complexo que perpassa a “interiorização da violência” e obedece às lógicas de aglomeração, permeada por efeitos de contágio e formação de *clusters* de homicídios em áreas marcadas pelo surgimento do dinamismo econômico ou reorganização do espaço.

## Dimensão da criminalidade letal na Amazônia Ocidental

No que diz respeito à dimensão dos óbitos por agressões nos estados da Amazônia Ocidental brasileira, no triênio 2004-2006 a taxa dessas mortes era de 27,2 óbitos por 100 mil habitantes, ao passo que no triênio 2012-2014 era de 33,9 óbitos por 100 mil habitantes. Isso resultou no crescimento de 25% dessas taxas de mortalidade, enquanto que na Região Norte esse incremento foi 78% e a taxa média nacional reduziu 0,4%, no mesmo período.

**Figura 2** – Taxa bruta de mortalidade por causas violentas (por 100 mil habitantes) e sua variação (%), segundo os anos, estados da Amazônia Ocidental, 2004 – 2014



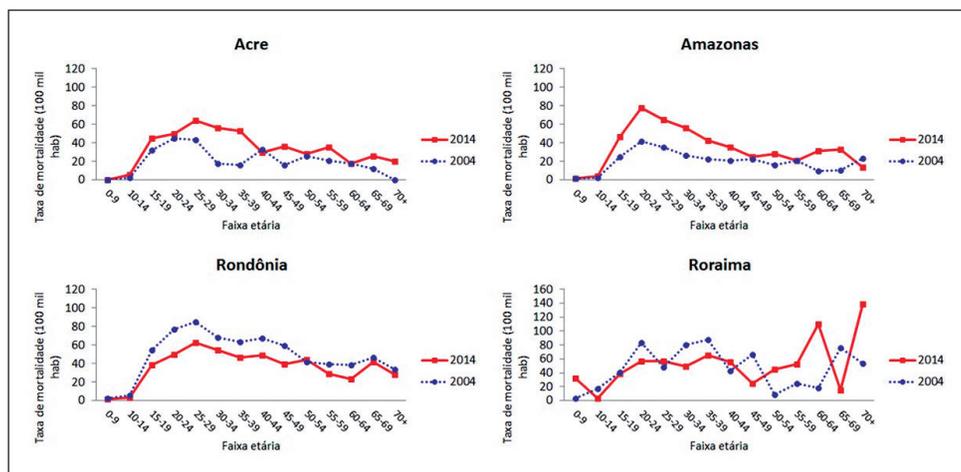
**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos balanços financeiros dos estados; MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM; IBGE - Estimativas Populacionais.

**Nota:** As taxas de mortes por agressões foram calculadas a partir das médias trienais (2004-2006 e 2012-2014) dos óbitos por agressões e da população.

Conforme se pode visualizar na Figura 2, essas taxas de mortalidade variaram de modo heterogêneo entre os estados dessa região. A maior e a menor taxa

média de mortalidade por agressões no triênio 2004-2006 foram observadas, respectivamente, em Rondônia e no Amazonas. No triênio 2012-2014, essas posições foram ocupadas por Roraima e pelo Acre, respectivamente. Quando a análise recai sobre as variações dessas taxas entre esses triênios, destaca-se o decréscimo observado em Rondônia, ao passo do expressivo aumento experimentado pelos estados do Acre, Amazonas e Roraima.

**Figura 3** – Taxas de mortalidade por causas violentas por 100 mil habitantes, segundo os grupos etários e os estados (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima), 2004 - 2013



**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos balanços financeiros dos estados; MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM; IBGE - Estimativas Popacionais.

Em quase todos os estados da Amazônia Ocidental, as taxas de mortalidade por agressões (por 100 mil habitantes) foram maiores principalmente para as idades de 20 a 29 anos. Excetua-se Roraima, onde, em 2004, as maiores taxas de mortalidade ocorreram nas idades de 20 a 24 e 35 a 39 e, em 2014, foram observadas nas idades de 60 a 64 e 70 anos e mais. Neste ano, foram registradas 8 e 33 mortes de crianças de 0 a 4 anos, no Amazonas e em Roraima, respectivamente. Ao dividir esses números de mortalidade pela população de 0 a 4 anos em cada estado, obteve-se as taxas de 2 e 64 mortes por 100 mil habitantes (Figura 3). Em todo o período, o sexo masculino experimentou o maior risco de morte por agressões.

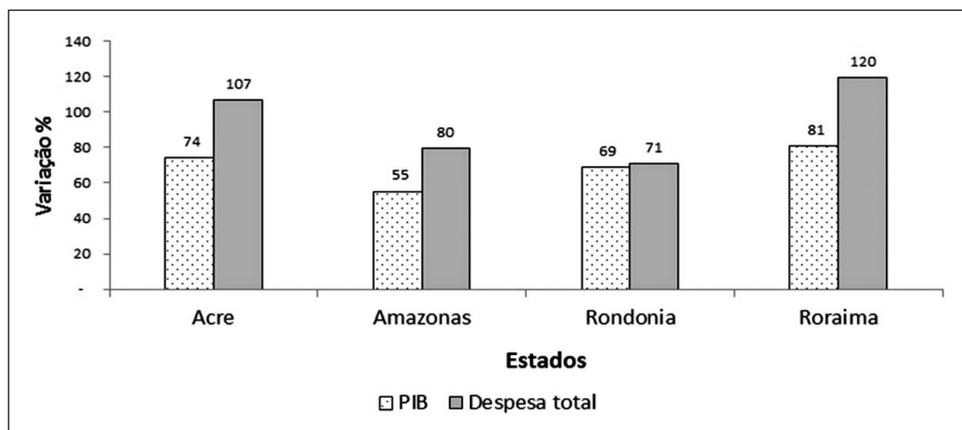
Esses resultados de mortalidade, salvo em Roraima, são compatíveis com aqueles observados por Cerqueira (2014), para o Brasil, ao apontar várias causas para essas variações (incremento e decréscimo): renda, desigualdade, participa-

ção de jovens na população total, número de policiais, taxa de encarceramento, armas e consumo de drogas ilícitas.

## Custo econômico do controle criminal

O período em análise (2004 a 2014) foi de crescimento econômico em todos os estados da Amazônia Ocidental, em termos de riquezas produzidas. Exceto no Amazonas (com o maior PIB da região), o crescimento do PIB desses estados foi maior do que o percentual de crescimento do PIB do Brasil (63%), calculados pela diferença entre os triênios (2004-2006 e 2012-2014). Os estados do Acre, Amazonas e Roraima, com os menores PIBs, apresentaram aumento acima daquele experimentado pela Região Norte (76%). Esse período também foi de expansão das despesas orçamentárias em todos os estados (Figura 4).

**Figura 4** – Variações (%) do PIB e da despesa orçamentária, estados da Amazônia Ocidental, 2004 – 2014



**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos balanços financeiros dos estados; PIB (IBGE).

**Nota:** Todos os valores estão corrigidos a preços de dezembro de 2014, pelo IPCA (IBGE); as variações do PIB e da despesa orçamentária foram calculadas a partir da diferença entre as médias trienais (2004-2006 e 2012-2014).

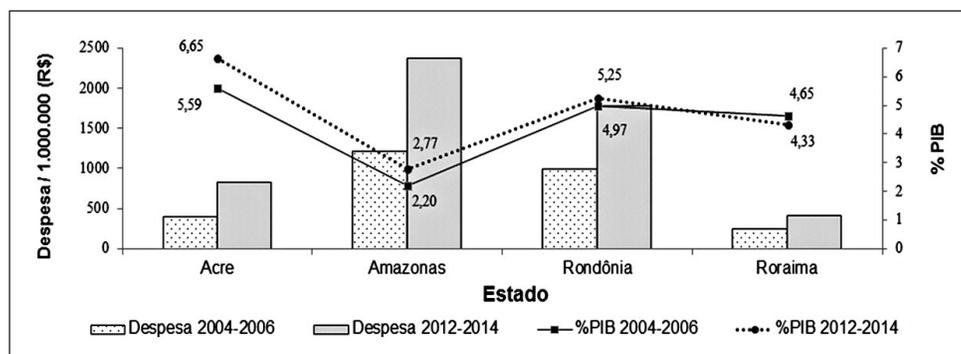
Do ponto de vista econômico, a violência teve o custo elevado para esses estados. Em 2014, a violência custou para o setor público, em termos de despesa orçamentária dos estados da Amazônia Ocidental com o “controle criminal” (CC) – compreende as funções Segurança Pública, Justiça (incluindo Essenciais à Justiça) e Direitos da Cidadania (predominantemente despesas com o encar-

ceramento, ou administração penitenciária), R\$ 5,980 bilhões, correspondentes a 4,2% do PIB da região naquele ano. De 2004 a 2014, a despesa orçamentária média anual com o CC, foi de R\$ 4,025 bilhões e correspondeu a 3,5% do PIB médio anual da região, segundo os balanços financeiros dos estados.

## Aumento de despesas com o controle criminal

Conforme pode ser visualizado na Figura 5, nos dois períodos trienais (2004-2006 e 2012-2014), o Amazonas e Roraima apresentaram, respectivamente, a maior e a menor despesa orçamentária. Entre esses períodos, assinala-se o aumento ocorrido no tamanho das despesas com o CC, no contexto de expansão do gasto público. As variações percentuais dos volumes dessas despesas evidenciam o aumento no Acre (107%), no Amazonas (96%), em Rondônia (78%) e em Roraima (68%).

**Figura 5** – Despesa orçamentária (R\$) realizada no controle criminal e sua distribuição proporcional (%) em relação ao PIB, estados da Amazônia Ocidental, 2004 – 2014



**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos balanços financeiros dos estados; PIB (IBGE).

**Nota:** O grupo de análise “controle criminal” incorpora as funções de Segurança Pública, Justiça e Direitos da Cidadania; todos os valores estão corrigidos a preços de dezembro de 2014, pelo IPCA (IBGE); a despesa e a sua distribuição proporcional ao PIB foram calculadas a partir das médias trienais (2004-2006 e 2012-2014).

A distribuição proporcional dessas despesas em relação ao PIB fornece importantes pistas, em termos de riquezas produzidas no estado, sobre a prioridade dada pelos governos estaduais da Amazônia Ocidental com o CC. Nessa perspectiva, nos dois períodos (2004-2006 e 2012-2014), o Acre e o Amazonas apresentaram, respectivamente, a maior e a menor parcela de despesa propor-

cional ao PIB destinada ao CC (Figura 5). Houve aumento dessa proporção em quase todos estados, exceto em Roraima, onde houve declínio.

Essa situação é mais crítica ao compararmos com a estimativa de Capriolo, Jaitman e Mello (2017). A fim de obter a comparabilidade internacional, a estimativa desses autores incluiu os gastos privados com segurança e custos sociais (perdas devidas a crimes violentos), além dos gastos públicos com o CC (Segurança, Justiça e Direitos da Cidadania - encarceramento). Cabe lembrar que a presente pesquisa se restringiu a esta última categoria.

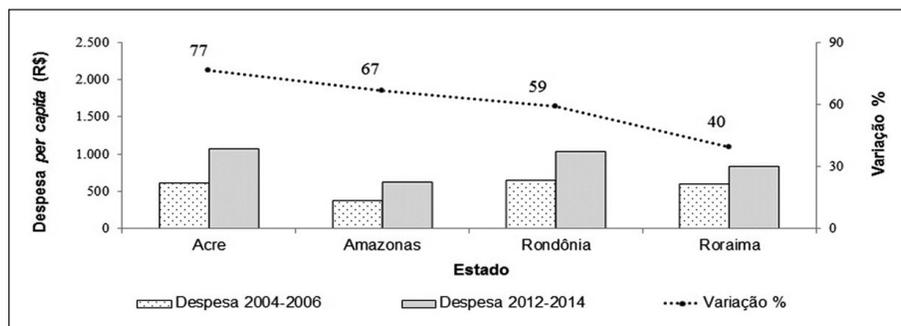
No primeiro período (2004-2006), os estados do Acre, Rondônia e Roraima apresentaram custo público médio do CC em relação ao PIB, superior àqueles do custo do crime do Brasil (3,14% do PIB brasileiro), da América Latina e Caribe (3%) e do Cone Sul (2,5%) (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai). No triênio 2012-2014, esses mesmos estados apresentaram custo acima daquele do Cone Sul e somente. Nesses períodos, o Amazonas apresentou custo abaixo desses referenciais (CAPRIROLO; JAITMAN; MELLO, 2017). As despesas dos estados da Amazônia Ocidental ficaram muito acima, ainda, da estimativa para as regiões Norte (2,0% do PIB) e Sul do país (0,9% do PIB), similar aos achados de Capriolo, Jaitman e Mello (2017).

## **Custo público do controle criminal em termos de população**

No esforço dispendido pelos estados da Amazônia Ocidental para a execução orçamentário-financeira dos recursos públicos no CC, não se pode ignorar os efeitos demográficos. Se por um lado, o tamanho da população se relaciona com a oportunidade de crescimento econômico, por outro lado diz respeito à quantidade de recursos demandados para o bem-estar social. Isto exige uma maior capacidade de gestão dos recursos disponíveis, de modo que coloca em questão do tamanho das despesas em termos de população.

Embora o Amazonas tenha apresentado o maior volume de despesas orçamentárias no grupo de análise CC (Figura 5), mostra-se na Figura 6 que esse estado apresentou os menores valores *per capita* nesse mesmo grupo nos dois triênios: 2004-2006 (R\$ 373,30) e 2012-2014 (R\$ 622,34). Nesses triênios a maior e a menor despesa *per capita* foi realizada por Rondônia (R\$ 642,91) e pelo Acre (R\$ 1.058,78), respectivamente. Também, as variações nas despesas *per capita* desses estados entre esses triênios são menores do que aquelas variações observadas no volume dessas despesas realizadas (Figura 5).

**Figura 6** – Despesa orçamentária *per capita* (R\$) realizada no controle criminal e sua variação (%), estados da Amazônia Ocidental, 2004 – 2014



**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos balanços financeiros dos estados.

**Nota:** O grupo de análise “controle criminal” incorpora as funções de Segurança Pública, Justiça e Direitos da Cidadania; todos os valores estão corrigidos a preços de dezembro de 2014, pelo IPCA (IBGE); a despesa *per capita* e a sua variação foram calculadas a partir das médias trienais (2004-2006 e 2012-2014).

A divisão das despesas orçamentárias realizadas em cada função de governo pela população de cada estado da Amazônia Ocidental possibilitou captar o efeito das despesas orçamentárias sobre o tamanho da população residente do respectivo estado. Os valores obtidos dessa operação permitem entender que ao longo de onze anos (2004 a 2014) os estados experimentaram um considerável crescimento econômico e da despesa orçamentária, contudo, os efeitos não corresponderam às despesas *per capita* e sua variação. Fica o interesse em compreender se esse crescimento econômico e o custo elevado do CC têm gerado maior oferta e melhor qualidade de serviços públicos nas funções de governo que o integram.

### Composição das despesas com o controle criminal

Diante do elevado custo do público do CC nos estados da Amazônia Ocidental, coloca-se a questão da heterogeneidade no que diz respeito à composição da despesa orçamentária desse grupo de análise, segundo os estados. A distribuição proporcional da despesa orçamentária com o CC (nos triênios, 2004 a 2006 - 2012 a 2016), conforme mostrada na Tabela 1, permite identificar os perfis dos dispêndios dos estados com essas funções no início e término do período em estudo.

Nos dois períodos (2004-2006 e 2012-2016), os estados apresentaram perfis semelhantes no que diz respeito à ordem crescente de participação das funções de CC na despesa total do estado: 1) Direitos da Cidadania; 2) Justiça; 3) Segurança Pública, exceto Rondônia no primeiro período (Tabela 1). Essa exceção se relaciona à incorporação das despesas com administração penitenciária na função Justiça ou Segurança Pública, uma vez que se observa a ausência de informações nos dois períodos trienais. Rondônia e Roraima apresentaram o maior e o menor percentual de participação do CC, respectivamente, considerando-se a média do período estudado. Para isso, a Segurança Pública exerceu importante peso.

**Tabela 1** – Distribuição proporcional das despesas orçamentárias, segundo a função de governo e o estado da Amazônia Ocidental, 2004 – 2014

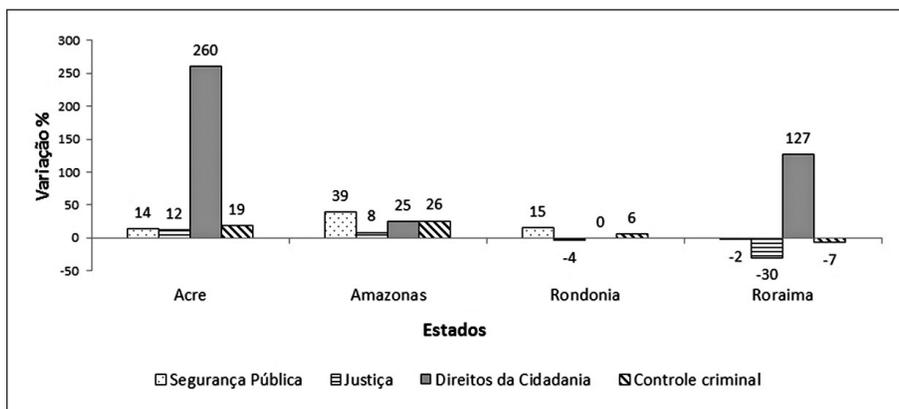
Função	Acre		Amazonas		Rondonia		Roraima
	2004-2006	2012-2014	2004-2006	2012-2014	2004-2006	2012-2014	2004-2006
Segurança Pública	10,22	9,83	7,37	8,87	12,37	14,08	7,37
Justiça	7,58	7,18	5,49	5,14	12,67	12,06	6,79
Direitos da Cidadania	0,41	1,23	1,74	1,87	-	-	0,93

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos balanços financeiros dos estados.

**Nota:** O grupo de análise “controle criminal” incorpora as funções de Segurança Pública, Justiça e Direitos da Cidadania; todos os valores estão corrigidos a preços de dezembro de 2014, pelo IPCA (IBGE); a distribuição proporcional da despesa foi calculada a partir das médias trienais (2004-2006 e 2012-2014).

De igual importância, a variação percentual dessa distribuição proporcional informa com maior clareza sobre alguma mudança havida na despesa com o CC em cada estado. Nesse sentido, cabe destacar que o maior crescimento foi observado nas despesas com encarceramento no Acre (203%) e em Roraima (87%). As despesas com a Segurança Pública experimentaram crescimento no Amazonas (20%) e em Rondônia (14%), ao passo do declínio no Acre (4%) e em Roraima (20%).

**Figura 7** – Variação (%) da distribuição proporcional das despesas orçamentárias em relação ao PIB, segundo a função de governo e o estado da Amazônia Ocidental, 2004 – 2014



**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos balanços financeiros dos estados; PIB (IBGE).

**Nota:** O grupo de análise “controle criminal” incorpora as funções de Segurança Pública, Justiça e Direitos da Cidadania; todos os valores estão corrigidos a preços de dezembro de 2014, pelo IPCA (IBGE); calculou-se a variação da distribuição proporcional da despesa em relação ao PIB a partir das médias trienais (2004-2006 e 2012-2014) dessa distribuição proporcional.

Ao se calcular a variação dessas despesas proporcionais ao PIB, evidencia-se o expressivo incremento nas despesas com o encarceramento (Direitos da Cidadania) no Acre (260%), em Roraima (127%) e no Amazonas (25%). Também, foi relevante o crescimento nas despesas proporcionais ao PIB com a Segurança Pública no Amazonas, em Rondônia e no Acre. Essas variações implicaram no maior percentual de aumento das despesas com o controle criminal, proporcionais ao PIB, no Acre e no Amazonas, todavia, em Roraima, o declínio do custo Segurança Pública e Justiça influenciou a queda no grupo de análise controle criminal (Figura 7).

As variações observadas entre os dois períodos estudados (2004 a 2006 e 2012 a 2016) indicam que as funções exercem influências distintas na composição das despesas, segundo o estado. Todavia, no que diz respeito ao perfil da composição das despesas orçamentárias, segundo os grupos de análise das funções, a distribuição proporcional permite identificar a permanência da mesma configuração da participação das despesas com CC nas despesas orçamentárias de cada estado da Amazônia Ocidental, sugerindo ter continuado o modelo de gastos públicos por parte desses estados.

Esse perfil do custo público com as funções do CC nos estados da Amazônia Ocidental, segundo os triênios (2004 a 2006 - 2012 a 2016), traduz onze anos (2004-2014) de mobilização de recursos e de pessoas, de luta dos vários setores de governo e da sociedade dessa região pela obtenção de recursos públicos, seguindo-se o movimento expresso por Condé e Fonseca (2015). E, a variação percentual dessa distribuição revela o efeito das demandas por recursos no orçamento público e a resposta dos governos dos estados dessa região, em termos de despesas orçamentárias.

## **Considerações finais**

Estudar as despesas governamentais com o controle da criminalidade no Brasil não é tarefa fácil. Isso se deve, em parte, a multicausalidade e complexidade de fatores do fenômeno da violência contemporânea. Outros aspectos se constituem desafios a esse tipo de estudo, tais como identificar uma precedência entre despesa e mortalidade. De igual modo, a questão do conhecimento acerca do valor da vida humana e a possibilidade de se traduzir monetariamente esse valor. Essas análises, ao longo de onze anos, torna-se mais desafiador em razão do longo período de transformações ocorridas nos contextos social, econômico, político e administrativo de cada Estado. Esta limitação e seus desdobramentos se constituem aspectos importantes para investigação científica por meio de outros estudos.

No período de 2004 a 2014, assinala-se o processo de interiorização das mortes por agressões, observado a partir de 2003, com o significativo declínio das taxas desses óbitos na Região Sul e elevação nas demais regiões do Brasil. Acompanhando esse aumento, houve o incremento das taxas de óbitos por agressões nos estados da Amazônia Ocidental, exceto em Rondônia, onde se observou o decréscimo de 16% na taxa de mortes por causas violentas (por 100 mil habitantes).

No entanto, observa-se que essa taxa de homicídio não afetaram todos os grupos da população igualmente, mas, o perfil dessas mortes na Amazônia Ocidental é semelhante ao observado no Brasil, de modo geral, jovens-adultos, do sexo masculino. Excetua-se Roraima, onde se observou perfil diferente em relação a faixa etária de maior risco de morte, principalmente em 2014, quando se observou maior risco nas idades de 60 a 64 e 70 anos e mais. Neste ano, também se observou a taxa de mortes de crianças de 0 a 4 anos, no Amazonas e em Roraima, respectivamente, de 2 e 64 mortes por 100 mil habitantes. Entender

como a violência afeta cada um desses grupos é fundamental para desenhar políticas voltadas para os grupos mais vulneráveis.

Do ponto de vista econômico, houve o crescimento do PIB em todos os estados, que também experimentaram a expansão dos seus gastos públicos, referidos em despesas orçamentárias. No que diz respeito às despesas com o CC, houve aumento em todos os estados, com variação entre as funções incorporadas nesse grupo. O maior volume de despesa apresentado pelo Amazonas com o CC não se traduziu em termos de população. Desse modo, para além de uma visão orçamentário-financeira das despesas públicas, lança-se luz sobre o perfil da relação grau de investimento/modelo de bem-estar social, uma vez que as funções analisadas se referem àquelas despesas públicas realizadas para proporcionar maior segurança e, por conseguinte, aumentar o estado de bem-estar social da população.

Essas heterogeneidades indicam diferentes escolhas políticas realizadas, no espaço e no tempo, mas não suficientes para alterar o perfil do custo público do controle criminal nesses estados. Desse modo, constata-se que estas Unidades da Federação guardam similaridade concernente ao perfil das despesas com os esses grupos de funções. Também, foi comum a tendência de crescimento das despesas com a Segurança Pública, embora variando entre si. Soma-se, ainda, o relevante aumento observado nas despesas com encarceramento, em termos de PIB, nos estados do Acre e Roraima.

Conforme os aspectos teóricos assinalados sobre o tema, afirma-se que os Estados da Amazônia Ocidental estão diante de grandes desafios, entre os quais, está o bem-estar social para além do controle criminal na perspectiva de repressão ao crime. É necessário, portanto, repensar o modelo de alocação de recursos com a prevenção da violência e criminalidade. Nesse sentido, aponta-se a necessidade de investigar a qualidade dessas despesas públicas nas perspectivas da eficiência e da eficácia, e o desenvolvimento de pesquisas com recortes longitudinais, com o propósito analisar uma função governamental ou problemas específicos, no tempo e no espaço, identificado neste estudo. Cabe propor, ainda, a investigação das despesas realizadas com as políticas sociais, frente às demandas demográficas.

## **COST OF SOCIAL WELFARE OF CRIMINAL CONTROL IN THE WESTERN AMAZON**

**ABSTRACT:** *This article aims to analyze the cost of social welfare related to criminal control in the states of the Western Amazon - constituted by the states of Acre, Amazonas, Rondônia and Roraima. A cross-sectional study of the variations in mortality rates by aggressions and budget expenditures of these states with the functions of criminal control (Public Security, Justice, and Rights of Citizenship) was carried out between 2004 and 2014. Data were used Of mortality from SIM / DATASUS / MS and expenses according to the state financial statements. In the interiorization of the mortality rates due to aggressions from the Southeast to the other regions of Brazil, these rates declined in Rondônia and increased in the other states of the Western Amazon. Expenditure on criminal control increased in these states, with the highest increase in Acre. It is necessary to expand the analysis for the quality of public spending in other social areas and its possible association with indicators of violence.*

**KEYWORDS:** *Social welfare. Criminal control. Deaths from aggression. Cost of crime. Public budget.*

### **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, L. T. de; DINIZ, A. M. A. A reorganização espacial dos homicídios no Brasil e a tese da interiorização. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v.30 supl., p.S171-S191, 2013.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2015. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, v. 9, 2015. Disponível em: <[http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/10/9-Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-Publica-FSB\\_2015.pdf](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/10/9-Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-Publica-FSB_2015.pdf)>. Acesso em: 2 fev. 2017.

ARAGÓN, L. E. **Amazônia**: conhecer para desenvolver e conservar: cinco temas para um debate. São Paulo: Hucitec, 2013.

AZEVEDO, R. G.; CIFALI, A. C. Política criminal e encarceramento no Brasil nos governos Lula e Dilma: elementos para um balanço de uma experiência de governo pós-neoliberal. **Civitas**, Porto Alegre, v.15, n.1, p.105-127, jan./mar. 2015.

BEATO FILHO, C. C. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2012.

BEATO, C.; SILVA, B. F. A.; TAVARES, R. Crime e estratégias de policiamento em espaços urbanos. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.51, n.3, p.687-717, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v51n3/05.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.

BECKER, G. Crime and punishment: an economic approach. **Journal of Political Economy**, Chicago, v.76, p.169-217, 1968.

BLACK, D. **The Behavior of Law**: special edition. Bingley: Emerald Group Publishing, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Informações de Saúde** (TABNET). Disponível em: <<http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/tabnet>>. Acesso em: 06 out. 2017.

BRASIL. Ministério do Orçamento e Gestão. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I, do § 1º, do art. 2º, e § 2º, do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; estabelece conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais e dá outras providências. **Portaria n.42**, de 14 de abril de 1999. Disponível em: <[https://www.al.sp.gov.br/arquivos/leis/orcamento/saiba-como-e-elaborado-o-orcamento-do-estado/P42\\_MPOG\\_14-04-1999.pdf](https://www.al.sp.gov.br/arquivos/leis/orcamento/saiba-como-e-elaborado-o-orcamento-do-estado/P42_MPOG_14-04-1999.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 25 set. 2017.

BRASIL. Lei n.4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm)>. Acesso em: 25 set. 2017.

CAPRIROLO, D.; JAITMAN, L.; MELLO, M. **Custos de bem-estar do crime no Brasil**: um país de contrastes. Brasília: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2017. (Nota técnica do BID 1243). Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/8131/Custos-de-bem-estar-do-crime-no-Brasil-um-pais-de-contrastes.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 26 set. 2017.

CERQUEIRA, D. R. C; LOBÃO, W. J. A. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. **Dados**: Revista de Ciências Sociais,

Rio de Janeiro, v.47, n.2, p.233-269, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n2/a02v47n2.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2017.

CERQUEIRA, D. R. C. **Causas e consequências do crime no Brasil**. 2010. 168f. Tese (Doutorado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CONDÉ, E. S.; FONSECA, F. A. Macrodinâmica social brasileira: mudanças, continuidades e desafios. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.58, n.1, p.151-185, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v58n1/0011-5258-dados-58-1-0151.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2017.

DENHARDT, R. B. **Teorias da administração pública**. Tradução técnica e glossário de Francisco G. Heidemann. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

FERREIRA, H.; FONTOURA, N. O. **Sistema de justiça criminal no Brasil: quadro institucional e um diagnóstico de sua atuação**. Brasília: IPEA, mar. 2008.

GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. 15.ed.rev.aum.atual. São Paulo: Atlas, 2010.

LAFREE, G. Social institutions and the crime bust of the 1990s. **Journal of Criminal Law & Criminology**, Baltimore, v.88, n.4, p.1325-1368, 1998.

LAFREE, G.; CURTIS, K.; MCDOWALL, D. How effective are our ‘better angels’? assessing country-level declines in homicide since 1950. **European Journal of Criminology**, London, v.12, n.4, p.482-504, jul. 2015. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1477370815584261>>. Acesso em: 26 set. 2017.

LIMA, R. S. et al. Segurança pública e redução de crimes violentos no Brasil: êxitos gerenciais e mudanças institucionais. In: BASSOBRI, C. (Org.). **Para onde vamos: análise de políticas de segurança públicas de segurança cidadã na América Latina**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2013. p.143–161. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/01/FBSP\\_Livro\\_para\\_aonde\\_vamos\\_seguranca\\_cidada\\_2013.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/01/FBSP_Livro_para_aonde_vamos_seguranca_cidada_2013.pdf)>. Acesso em: 26 set. 2017.

MINAYO, M. C. S. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.11 (supl.), p.1259-1267, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a15v11s0.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2017.

NAÇÕES UNIDAS. Escritório contra Drogas e Crime. **Global Study on Homicide 2013: trends, contexts, data**. Vienna: UNODC, 2014. Disponível em: <<http://>

[www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/statistics/crime/global-study-on-homicide-2011.html](http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/statistics/crime/global-study-on-homicide-2011.html)>. Acesso em: 02 set. 2016.

NASCIMENTO, A. G. O. **Vidas perdidas precocemente**: o impacto da violência na expectativa de vida da população manauara. Manaus: UEA Edições, 2013.

PLASSA, W.; CUNHA, M. S. Sensação de insegurança pública no Brasil: uma análise estrutural das vulnerabilidades e do efeito da vitimização direta. **Economic Analysis of Law Review**, Brasília, v.7, n.1, p.266-290, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/6818/pdf>>. Acesso em: 26 set. 2017.

REZENDE, F. C. Fatores políticos e institucionais nas teorias contemporâneas sobre a expansão dos gastos públicos. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.26, n.2 (102), p.274-289, abr./jun. 2006.

SOUZA, L. A. F. Dispositivo militarizado da segurança pública: tendências recentes e problemas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.30, n.1, p.207-223, jan./abr. 2015.

TAVARES, R. et al. Homicídios e vulnerabilidade social. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.21, n.3, p.923-934, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n3/1413-8123-csc-21-03-0923.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

TAVARES-DOS-SANTOS, J. V. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n.1, p.3-12, 2004.

TSELONI, A. et al. Exploring the international decline in crime rates. **European Journal of Criminology**, London, v.7, n.5, p.375-394, set. 2010. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1477370810367014>>. Acesso em: 26 set. 2017.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012**: os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

Recebido em 10 de ago. de 2017

Aprovado em 10 de ago. de 2017



# RETRATOS DA VIOLÊNCIA URBANA E DA CRIMINALIDADE EM BOA VISTA – RORAIMA: A CAPITAL MAIS SETENTRIONAL DO BRASIL

Janaine Voltolini de OLIVEIRA<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo discute a violência urbana e criminalidade em Boa Vista – Roraima, tomando como fios condutores as análises de mortalidade por homicídios, dados do sistema prisional, crime organizado, tráfico de pessoas e registros de ocorrências em delegacias. Como parte dos resultados de pesquisa da tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, revela que o aumento da criminalidade na capital mais setentrional do Brasil se dá, em grande medida, pela inércia do poder público dado à ausência de políticas voltadas à melhoria das condições de vida da população e, em consequência, redução das situações de vulnerabilidade social. Tal inércia, seguida por descontrole e má gestão das ações de segurança pública, especialmente em tempos de globalização da violência e especialização das formas em que se estabelecem as ações criminosas, leva a um crescente sentimento de medo e busca por aparatos pessoais de segurança.

**PALAVRAS-CHAVES:** Violência urbana. Criminalidade. Segurança pública. Políticas Públicas.

## Introdução

A violência praticada em áreas urbanas tem sido exibida diariamente pela imprensa e recebido especial atenção dos pesquisadores de diversas áreas, seja no sentido de tentar compreender os motivos da ocorrência, a temporalidade ou

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Ceará (UFC), Departamento de Geografia, Fortaleza - CE - Brasil. Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia sob orientação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Clélia Lustosa Costa. Universidade Estadual de Roraima (UERR). Tribunal de Justiça do Estado de Roraima. [jjanaine.voltolini@gmail.com](mailto:jjanaine.voltolini@gmail.com)

as formas em que ela ocorre, seja no sentido de pensar alternativas via políticas públicas para minimizá-la ou até em estratégias tecnológicas para monitoramento e avaliação de ocorrências policiais e crimes, entre outros.

No Brasil, tem-se avigorado cada vez mais uma sociedade civil que judicializa a vida social, clama por justiça e segurança pública; contraditoriamente, parte desta mesma sociedade desacredita no sistema de justiça e tenta solucionar o problema da criminalidade violenta à sua maneira. Assim, repentinamente, a partir do visível e do momentâneo, julga e condena, fortalecendo a cultura do linchamento. Em nome de uma justiça idealizada por muitos, se autoriza nas ruas o espancamento, o assassinato, a intimidação, a tortura e tantas outras formas de violência que se puder lançar mão.

Vivem-se tempos de arrefecimento de ânimos em torno da temática da violência e da criminalidade, em que temas como o (des) armamento da população, o sistema prisional, a pena de morte, outras formas de agravamento de pena para adultos e adolescentes em conflito com a lei e a redução da maioridade penal estão em voga, inclusive tomando corpo em discursos políticos em torno de eleições presidenciais, em detrimento do debate de temas como as penas alternativas, justiça restaurativa entre outras. A população juvenil é o segmento mais prejudicado nos argumentos, assim como em se tratando da vitimização ou autoria de crimes violentos.

Destaque-se que crime ou delito são ofensas à lei penal e, neste caso, há que se observar que no Brasil não há legislações específicas para cada estado ou para diferentes municípios. A compreensão legal de crime pode variar entre as nações, mas no caso brasileiro não varia entre estados ou sociedades, salvo em casos de aplicação específica, por exemplo, algumas situações relativas aos povos indígenas. Como toda infração penal, caracteriza-se pela conduta ilícita praticada pela pessoa, podendo ser a violação de uma norma moral, da lei penal ou ainda por ação ou omissão cujo resultado cause ofensa, dano ou perigo a outrem – seja uma pessoa, um coletivo, um patrimônio ou o que quer que seja que se pretende legalmente evitar.

Ao discutir sobre o aumento da criminalidade na área urbana de Boa Vista – Roraima, demonstrada a partir de dados estatísticos, documentos e referenciais bibliográficos, desvela-se que, ao passo que aumenta a população (fato demonstrado nos últimos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), crescem também os problemas causados pela expansão urbana, cujo planejamento parece ser sempre de curto prazo e incipiente frente às demandas sociais dos moradores da cidade.

Tal situação reflete diretamente no modo de vida urbano, nas formas de sociabilidades, cujas relações fragilizadas, estabelecidas no cotidiano da cidade, seja na família, no trabalho ou até nos espaços que deveriam se destinar ao estudo ou ao lazer, fazem por acrescentar doses de conflitos e violências. Eleva-se, assim, a sensação de medo, que desencadeia a busca por aparatos de segurança (cercas elétricas, sistema de monitoramento por alarme e vídeos - câmeras de segurança, etc.) e os números e os níveis cada vez mais assustadores de agressividade e de criminalidade, a exemplo das mortes ocorridas recentemente com o crime organizado no sistema penitenciário de Roraima.

Manifestam-se também a sociedade violenta, que não consegue sozinha resolver seus conflitos e volta-se para um movimento de judicialização da vida e das relações, com um poder público omissivo e indiferente a estas questões, num tensionamento cada vez mais intenso da vida cotidiana. O aprofundamento das desigualdades revela o acatamento à continuidade da impunidade e promove cada vez mais injustiças, isso sem contar as mazelas explicitadas pela ausência de estatísticas ou deficiência no tratamento dos dados de criminalidade e violência em todo o país.

## **Violência urbana e criminalidade em Boa Vista - Roraima**

Andrade, Souza e Freire (2013, p.5), destacam que o crime nunca foi um tema privilegiado nas pesquisas acadêmicas. No entanto, com o aumento da violência urbana, principalmente nas metrópoles, surgem “estudos, como os da segregação socioespacial, do mercado imobiliário, do comportamento político, da sociabilidade urbana, entre vários outros”.

Ressaltam ainda que “[...] regiões metropolitanas situadas nos estados do norte, nordeste e centro-oeste, cujo processo de metropolização é relativamente recente [...]” (ANDRADE; SOUZA; FREIRE, 2013, p.9) como é o caso de Boa Vista<sup>2</sup>, “[...] passaram a conviver mais diretamente com a violência urbana, pois tiveram suas taxas de homicídios fortemente aumentadas.” (ANDRADE; SOUZA; FREIRE, 2013, p.9).

---

<sup>2</sup> Embora seja necessário discutir se tal decisão política está em acordo com o Estatuto da Metrópole (BRASIL, 2015), a Lei Complementar Nº 229, de 9 de dezembro de 2014 (RORAIMA, 2014b), altera dispositivos da Lei Complementar nº 130, de 21 de dezembro de 2007 (RORAIMA, 2007), que instituiu as Regiões Metropolitanas no Estado de Roraima. Estabelece que são três as regiões metropolitanas: da Capital, Central e a do Sul do Estado. O Art. 3º dispõe que a Região Metropolitana da Capital é constituída pelos municípios de Boa Vista, Alto Alegre, Mucajaí, Cantá e Bonfim, buscando integrá-los em atividades e serviços públicos comuns.

Isto porque, segundo os autores, há uma desorganização social com a chegada de grandes contingentes de migrantes em áreas sem estrutura adequada, que passam a estabelecer maiores graus de integração com outras localidades, acabando por absorver problemas urbanos antes não existentes, sendo a violência um dos mais representativos. Esta atinge principalmente homens jovens, pobres, habitantes das periferias da cidade e com baixa escolaridade.

Existe, entre os pesquisadores da violência urbana, uma “[...] percepção generalizada de uma associação entre o crescimento urbano acelerado e desordenado e aumento das taxas de criminalidade.” (PAIXÃO, 1983 apud ANDRADE; MARINHO, 2013, p.19). Tal premissa torna-se perfeitamente aceitável quando analisados os dados relativos à expansão urbana, migrações e criminalidade violenta em Boa Vista<sup>3</sup>.

De acordo com tal perspectiva, os processos tardios de industrialização e urbanização provocariam intensos movimentos migratórios, produzindo com isso periferias empobrecidas e segregadas dos centros urbanos e áreas mais equipadas urbanisticamente. Ainda de acordo com Paixão (1983), a segregação socioespacial, aliada a outros processos, como o uso e a ocupação do espaço urbano, ordenados principalmente pela exploração econômica fundiária, geraria contextos sociais mais propícios à incursão de violência no cotidiano das pessoas, seja ela intraclasse ou fomentada pelo próprio estado. Essa incongruência entre desenvolvimento humano e urbano produz, além de pobreza e privações, tensões sociais e formas de organização da vida social mais vulneráveis às violências e criminalidade (ANDRADE; MARINHO, 2013, p.19).

O tema da violência urbana se faz presente a todo o momento nas discussões da mídia, do meio acadêmico e da sociedade civil. Trata-se de inserir na agenda das políticas públicas as pautas da segurança, da reforma do sistema prisional, da redução da maioria penal, de intervenção em áreas de baixa renda, entre outras relacionadas às noções de vulnerabilidade, risco e exclusão social, pois são comumente associados aos processos de marginalidade e pobreza.

O termo violência traz consigo diferentes significados a partir de contextos distintos, sendo, portanto, uma construção social com delimitações temporais e espaciais, podendo referir-se a imposição da vontade por meio de força física

---

<sup>3</sup> Assunto tratado no primeiro capítulo da tese de doutorado da autora.

de um indivíduo ou grupo sobre outro indivíduo ou grupo, causando danos ou ferimentos; pode também ser entendida como danos psicológicos, materiais ou simbólicos, podendo, segundo Bourdieu (2001), acontecer sem que a vítima tenha consciência do ato, geralmente instituído por práticas de poder ou modos de dominação.

[...] Ao acrescentar-se a dimensão urbana à palavra violência, outros significados emergem. Violência urbana tem uma carga semântica própria, dependendo do seu contexto. Pode tanto significar guerras entre gangues juvenis, entre gangues de rua, entre narcotraficantes, como crimes contra a pessoa, contra o patrimônio privado ou público. A violência urbana pode significar também violência doméstica, violência no trânsito ou protestos políticos (SILVA, 2010, p.1).

Moser (2004), ao abordar tipos e manifestações da violência em áreas urbanas, classifica o fenômeno em quatro categorias, sendo econômica, política, institucional e social, trazendo o entendimento dos aspectos causais em que ocorre, podendo ser estruturais, normalmente associadas às relações desiguais de poder ou circunstanciais, num somatório de fatores individuais e interpessoais, como o uso de drogas, por exemplo (Fig. 1).

**Figura 1** – Categorias, tipos e manifestações de violência em áreas urbanas

Category of violence	Types of violence by perpetrators and/or victims	Manifestations
Political	<ul style="list-style-type: none"> <li>• State and non-state violence</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Guerrilla conflict</li> <li>• Paramilitary conflict</li> <li>• Political assassinations</li> <li>• Armed conflict between political parties</li> </ul>
Institutional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Violence of state and other “informal” institutions</li> <li>• Including the private sector</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Extra-judicial killings by police</li> <li>• Physical or psychological abuse by health and education workers</li> <li>• State or community vigilante-directed social cleansing of gangs and street children</li> <li>• Lynching of suspected criminals by community members</li> </ul>
Economic	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organized crime</li> <li>• Business interests</li> <li>• Delinquents</li> <li>• Robbers</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intimidation and violence as means of resolving economic disputes</li> <li>• Street theft, robbery and crime</li> <li>• Kidnapping</li> <li>• Armed robbery</li> <li>• Drug-trafficking</li> <li>• Car theft and other contraband activities</li> <li>• Small-arms dealing</li> <li>• Assaults including killing and rape in the course of economic crimes</li> <li>• Trafficking in prostitutes</li> <li>• Conflict over scarce resources</li> </ul>
Economic/social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gangs</li> <li>• Street children (boys and girls)</li> <li>• Ethnic violence</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Territorial or identity-based “turf” violence; robbery, theft</li> <li>• Petty theft</li> <li>• Communal riots</li> </ul>
Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intimate partner violence inside the home</li> <li>• Sexual violence (including rape) in the public arena</li> <li>• Child abuse: boys and girls</li> <li>• Inter-generational conflict between parent and children</li> <li>• Gratuitous/routine daily violence</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Physical or psychological male-female abuse</li> <li>• Physical and sexual abuse, particularly prevalent in the case of stepfathers but also uncles</li> <li>• Physical and psychological abuse</li> <li>• Incivility in areas such as traffic, road rage, bar fights and street confrontations</li> <li>• Arguments that get out of control</li> </ul>

Fonte: Moser (2004, p.2).

O quadro acima chama a atenção também para os reflexos da violência sobre o espaço urbano e o papel do projeto urbano no estímulo à criminalidade e insegurança, atentando para o fato de que “[...] a configuração do espaço urbano e o padrão desigual e segregado de ocupação contribuem para o aumento da violência.” (SILVA, 2010, p.1), ou seja, em zonas de exclusão social há maior vulnerabilidade a conflitos violentos, entendendo que são áreas com alto grau de vulnerabilidade ambiental e social.

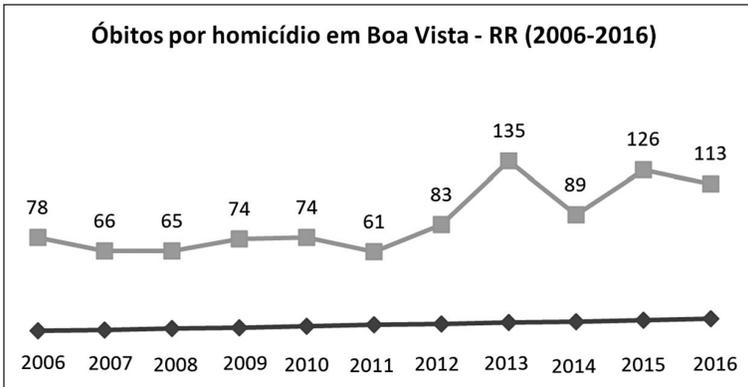
No Mapa da Violência 2016, Boa Vista aparece como o município com menor taxa de homicídios por arma de fogo, tendo registrado 9,1 assassinatos por 100 mil habitantes, destes, 91,5% com vítimas do sexo masculino

(WAISELFISZ, 2016). Apesar disso, o estudo, com informações coletadas entre os anos 2004-2014, aponta para o crescimento de 1,2% em relação aos homicídios por arma de fogo na capital.

Segundo Souza e Frattari (2013, p.45) “[...] o crime de homicídio é o indicador mais adequado para se avaliar a dimensão da violência urbana, pois, além de despertar maior reação moral e institucional, tem uma menor possibilidade de subnotificação”.

Os homicídios por arma de fogo representam 31,7% dos crimes letais registrados em Boa Vista nos últimos dez anos (2006-2016). Neste período, foram registrados 964 óbitos por homicídio (Fig. 2), destes, 306 por arma de fogo. Estes óbitos ocorridos na capital representam 58,6% dos 1.644 óbitos por homicídio registrados em todo o estado de Roraima.

**Figura 2** – Óbitos por homicídio em Boa Vista – RR (2006-2016)



**Fonte:** Elaboração própria com base SIM/NSIS/DVE/CGVS/SESAU-RR.

Homicídios devido à agressão por meio de objeto cortante ou penetrante (faca, facão, canivete, estilete etc.) são os mais representativos – foram 415 casos (43%). Chama atenção também os 155 registros de óbito relacionados à agressão por meio de um objeto contundente (pau, pedra, tijolo etc.), que representam 16,1% dos casos, que, somados, perfazem 59,1% dos crimes letais ocorridos em Boa Vista.

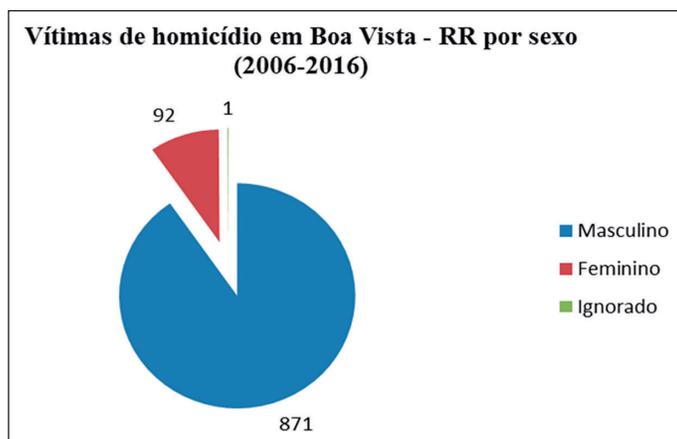
A análise da figura 2 atenta para o aumento importante nos casos de homicídio no último quinquênio. Nos primeiros seis anos, o destaque fica para o ano de 2006, com 78 casos, já a partir de 2012, os números saltam para 83, com um pico de 135 casos em 2013, seguido por 2015 (126 casos) e 2016 (113 casos).

Deste modo, os registros de 546 (56,6%) óbitos do último quinquênio, superaram os primeiros seis anos do levantamento – 418 (43,4%), o que demonstra um crescimento dos crimes letais em Boa Vista.

De acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde – CID 10, informados nas consultas ao Sistema de Informação de Mortalidade – SIM, da Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde – MS, e da Secretaria de Estado da Saúde de Roraima – SESAU, além dos casos associados ao emprego de arma de fogo, objeto cortante ou penetrante e contundente (876 que somam 90,8% das notificações), os outros 88 casos (9,2%) ocorreram: 29 por agressão por meio de outros produtos químicos e substâncias nocivas especificados, 2 por agressão por meio de afogamento e submersão, 3 por agressão por meio de fumaça, fogo e chamas, 1 por agressão por meio de projeção de um lugar elevado, 2 por agressão por meio de projeção ou colocação da vítima diante de um objeto em movimento, 1 por agressão por meio de impacto de um veículo a motor, 24 por agressão por meio de força corporal, 2 por agressão sexual por meio de força física, 1 por outras síndromes de maus tratos pelo esposo ou companheiro, 3 por agressão por outros meios especificados e 20 por agressão por meios não especificados.

Em relação ao sexo – Fig. 3, das 964 vítimas, 871 (90,4%) são do sexo masculino, 92 (9,5%) do sexo feminino e 1 ignorado (0,1%).

**Figura 3** – Vítimas de homicídio em Boa Vista – RR por sexo (2006-2016)



**Fonte:** Elaboração própria com base SIM/NSIS/DVE/CGVS/SESAU-RR.

Em 2007, o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), do Ministério da Saúde – MS, apontou que os homens geram mais atendimentos nas urgências e emergências do Sistema Único de Saúde – SUS, porque além de serem os maiores agressores, são também as maiores vítimas de acidentes e violências.

Isto porque, em se tratando da sociedade machista e patriarcal brasileira, os homens, historicamente, são expostos, desde tenra idade, a situações em que precisam provar virilidade, força, coragem, esperteza e agressividade, preferencialmente em ambientes públicos, ao contrário do que se cobra da mulher – delicadeza, sensibilidade, fragilidade e fraqueza, além de delimitar seu espaço como sendo o do lar (privado).

Ainda que o número de homicídios de mulheres seja substancialmente menor que o de homens, faz-se necessário que se exponha dados do Mapa da Violência 2015, que denuncia o aumento de 500% em relação ao homicídio de mulheres em Roraima entre os anos 2003 a 2013. Em 2013, o estado apresentou uma taxa de 15,3 homicídios de mulheres para cada 100 mil habitantes (Tabelas 1 e 2 e Fig. 4).

**Tabela 1** – Homicídios de mulheres por UF e região. Brasil 2003/2013

UF/REGIÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Δ% 2003/13	Δ% 2006/13
Acre	15	10	13	15	17	13	16	19	18	16	32	113,3	113,3
Amapá	15	15	15	13	11	13	12	16	19	17	19	26,7	46,2
Amazonas	35	49	48	53	52	63	67	65	81	118	96	174,3	81,1
Pará	93	93	127	140	144	167	180	230	186	232	230	147,3	64,3
Rondônia	51	33	49	51	28	39	51	37	48	50	50	-2,0	-2,0
Roraima	6	7	11	13	19	15	24	11	10	17	36	500,0	176,9
Tocantins	22	18	21	22	27	21	31	34	49	49	40	81,8	81,8
Norte	237	225	284	307	298	331	381	412	411	499	503	112,2	63,8

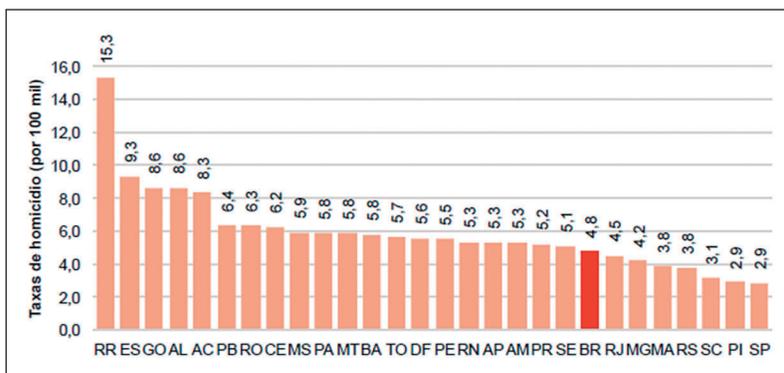
Fonte: Waiselfisz (2015, p.14). Seleção dos dados da região norte.

**Tabela 2** – Taxas de homicídios de mulheres (por 100 mil), por UF e região. Brasil 2003/2013

UF/REGIÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Δ% 2003/13	Δ% 2006/13
Acre	5,0	3,3	3,9	4,4	4,9	3,9	4,7	5,2	4,8	4,2	8,3	65,5	89,2
Amapá	5,6	5,4	5,1	4,2	3,5	4,3	3,8	4,8	5,6	4,9	5,3	-5,3	25,8
Amazonas	2,3	3,2	3,0	3,2	3,1	3,8	4,0	3,8	4,6	6,6	5,3	128,3	64,8
Pará	2,9	2,8	3,7	4,0	4,0	4,6	4,9	6,1	4,9	6,0	5,8	104,2	46,7
Rondônia	7,2	4,6	6,6	6,7	3,6	5,3	6,9	4,8	6,2	6,4	6,3	-11,9	-5,5
Roraima	3,4	3,9	5,8	6,6	9,6	7,7	12,1	5,0	4,4	7,4	15,3	343,9	131,3
Tocantins	3,7	2,9	3,3	3,4	4,0	3,3	4,9	5,0	7,1	7,0	5,7	54,7	67,7
Norte	3,5	3,2	3,9	4,1	3,9	4,4	5,0	5,2	5,2	6,2	6,1	75,8	47,9

Fonte: Waiselfisz (2015, p.15). Seleção dos dados da região norte.

**Figura 4** – Ordenamento das UF's, segundo taxa de homicídio de mulheres (por 100 mil). Brasil - 2013

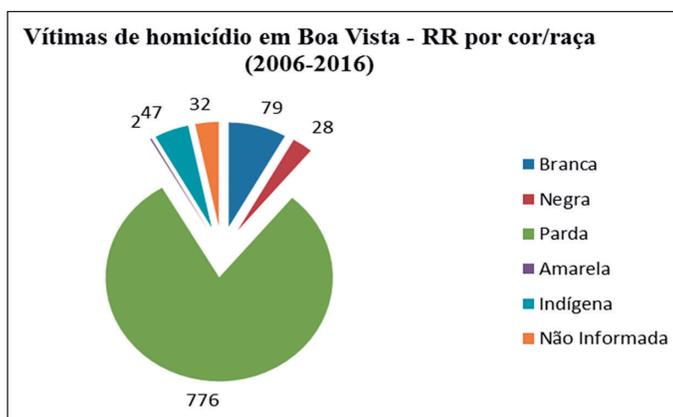


Fonte: Waiselfisz (2015, p.15).

Com exceção da categoria cor/raça, o perfil das vítimas de homicídios em Boa Vista corrobora com as pesquisas realizadas em âmbito nacional: é a população jovem, solteira, do gênero masculino, com poucos anos de escolarização, as maiores vítimas de homicídios. Isto não quer dizer que haja algo errado, já que algumas pesquisas consideram o negro e o pardo como sendo uma mesma categoria, o que não ocorreu aqui, já que se estabeleceu a separação entre eles.

No que diz respeito à cor/raça, 79 (8,2%) das vítimas são brancas, 28 (2,9%) negras, 2 (0,2%) amarelas, 776 (80,5%) pardas, 47 (4,9) indígenas e 32 (3,3) não informadas (Fig. 5).

**Figura 5** – Vítimas de homicídio em Boa Vista – RR por cor/raça (2006-2016)



Fonte: Elaboração própria com base SIM/NSIS/DVE/CGVS/SESAU-RR.

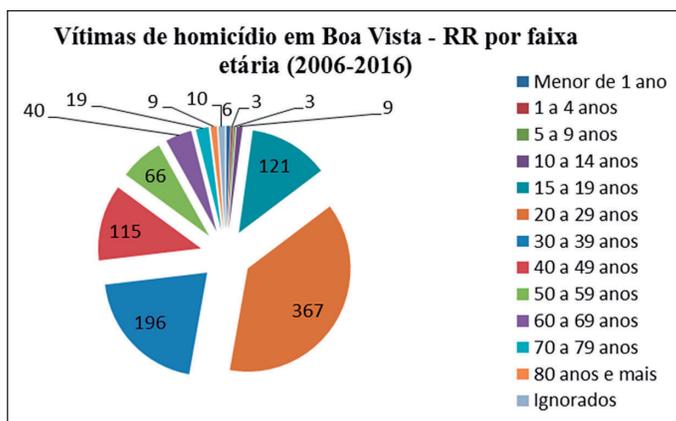
Apesar de se mostrar um elemento relevante para o estudo da representação das vítimas de homicídio em Boa Vista, esta categoria, por ser autodeclarada, pode apresentar inconsistências ou insuficiência nas informações, já que, para o registro do óbito, considerou-se apenas a percepção de cor/raça do médico declarante, de algum documento pessoal da vítima (como Certidão de Nascimento) ou referência da família.

Considerando a realidade multiterritorial do estado de Roraima e de Boa Vista, é salutar que se observe a quantidade de óbitos indígenas. Ao contrário do que aponta o perfil nacional de mortes por homicídios no Brasil, a presença de negros nesta categoria é pouco significativa, abrindo espaço para pardos – uma tipologia que merece ser mais bem analisada em estudos mais específicos.

Pela faixa etária, confirma-se que os jovens são as maiores vítimas de homicídios em Boa Vista. Do total dos casos, 367 (38,1%) corresponde à faixa etária de 20 a 29 anos, 196 (20,3%) de 30 a 39 anos, 121 (12,5%) de 15 a 19 anos, 115 (12%) de 40 a 49 anos, 66 (7%) de 50 a 59 anos, 40 (4,1%) de 60 a 69 anos, 19 (2%) de 70 a 79 anos, 9 (0,9%) de 80 e mais anos, 9 (0,9%) de 10 a 14 anos, 6 (0,6%) menor de 1 ano, 3 (0,3%) de 1 a 4 anos, 3 (0,3%) de 5 a 9 anos e 10 (1%) ignorados (Fig. 6).

Se somada a faixa etária completa da juventude<sup>4</sup> – 15 a 29 anos, tem-se um número ainda mais expressivo: 482 casos, o que corresponde metade das vítimas - 50%.

**Figura 6** – Vítimas de homicídio em Boa Vista – RR por faixa etária (2006-2016)

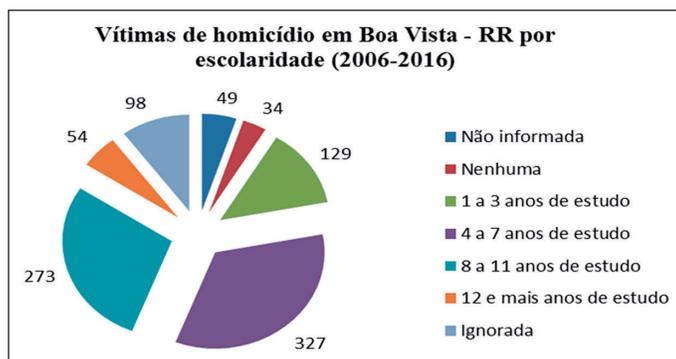


**Fonte:** Elaboração própria com base SIM/NSIS/DVE/CGVS/SESAU-RR.

<sup>4</sup> Estatuto da Juventude - Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (BRASIL, 2013).

Sobre a escolaridade das vítimas de homicídio em Boa Vista, 34 (3,5%) não possuíam nenhuma escolaridade, 129 (13,4%) completaram 1 a 3 anos de estudo, 327 (33,9%) completaram 4 a 7 anos de estudo, 273 (28,3%) 8 a 11 anos de estudo, 54 (5,6%) 12 e mais anos de estudo, 98 (10,2%) são de escolaridade ignorada e 49 (5,1%) não informada.

**Figura 7** – Vítimas de homicídio em Boa Vista – RR por escolaridade (2006-2016)



**Fonte:** Elaboração própria com base SIM/NSIS/DVE/CGVS/SESAU-RR.

No Brasil, para se completar o ensino fundamental – 1º e 2º ciclos, é preciso de 9 anos de escolarização; estes, somados a 3 anos de ensino médio, correspondem a 12 anos de escolarização. Assim, tem-se, com base nas informações supramencionadas, que 456 (47,3%) não chegaram a concluir o ensino fundamental e 729 (75,6%) não chegaram a concluir o ensino médio. Este dado poderia ser ainda pior se não fossem considerados os casos com escolaridade ignorada e não informada – 147 (15,2%).

Este dado em particular revela uma relação direta com a renda, que, por sua vez, se relaciona à condição de moradia, consumo, número de integrantes na família, exposição a situações de risco e vulnerabilidade social etc. Sabe-se que os menores índices de escolarização levam aos piores postos de trabalho, tanto no sentido do emprego da força bruta quanto em relação à precarização dos vínculos trabalhistas, proteção dos direitos, salários e condições para o exercício da ocupação.

Isto posto, confirma-se a premissa de que

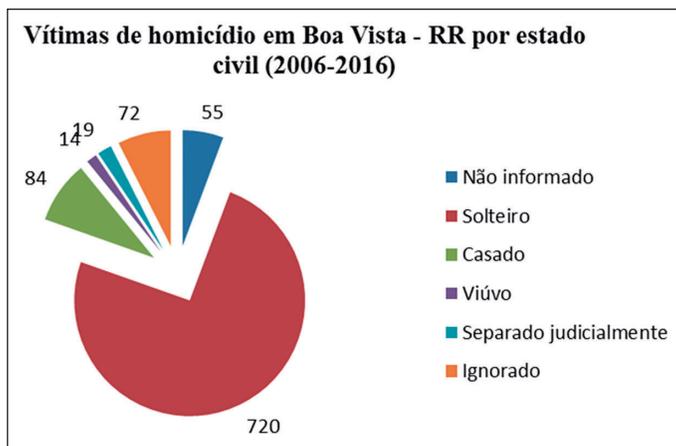
A criminalidade violenta, particularmente os homicídios, não incide homogeneamente sobre todos os espaços [...]. Ela parece acompanhar as

desigualdades sociais intraurbanas. As maiores taxas de homicídios são encontradas em bairros cuja população está sujeita a maior vulnerabilidade social, atingindo preferencialmente os habitantes que residem em espaços sociais e geograficamente segregados. (FREITAS; COSTA, 2009, p.218).

Por fim, a análise dados de ocorrência de homicídios em Boa Vista, na categoria estado civil – Fig. 8, demonstra que, das vítimas, 720 (74,7%) são solteiras, 84 (8,7%) casadas, 19 (1,9%) separadas judicialmente, 14 (1,5%) viúvas, 72 (7,5%) de estado civil ignorado e 55 (5,7%) não informado.

Ao discutir a menor probabilidade de vitimização entre pessoas casadas e maior entre pessoas solteiras, Souza e Frattari (2013, p.58), considerando estudos feitos no Brasil e demais países, explicam que essa relação se dá “[...] a partir do entendimento de que os homens casados se expõe menos frequentemente a situações de risco do que os solteiros.”, sendo, neste caso, o casamento uma proteção dos indivíduos contra a criminalidade violenta.

**Figura 8** – Vítimas de homicídio em Boa Vista – RR por estado civil (2006-2016)



Fonte: Elaboração própria com base SIM/NSIS/DVE/CGVS/SESAU-RR.

Além dos homicídios, dados do estado de Roraima e da capital Boa Vista revelam um aumento em outros tipos de crimes violentos (tentativa de homicídio, estupro, atentado violento ao pudor, roubo), crimes contra o patrimônio público e outros crimes e conflitos de diversas naturezas, como se observa nas tabelas 3 e 4.

**Tabela 3** – Taxa de crimes violentos, crimes contra o patrimônio e homicídios em Roraima (2007-2010)

Ano	Crimes violentos (por 100.000 habitantes)	Crimes contra o patrimônio (por 100.000 habitantes)	Homicídios (por 100.000 habitantes)
2007	313,9	199,6	13,9
2008	356,8	234,5	12,8
2009	378,9	242,2	14,0
2010	381,8	269,7	18,0

**Fonte:** Elaboração própria com base SEPLAN (2014, p.58-60).

Nota-se que o aumento se refletiu em diversos municípios do estado de Roraima, em maior ou menor grau e que, dos 62.086 registros, 50.146 (80,7%) são da capital (Tabela 4).

**Tabela 4** – Número de ocorrências nas delegacias por município – 2008/2013

Delegacia/ Município	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Boa Vista</b>	<b>40.906</b>	<b>41.408</b>	<b>44.119</b>	<b>46.052</b>	<b>43.777</b>	<b>50.146</b>
<b>Alto Alegre</b>	520	576	626	764	857	808
<b>Bonfim</b>	647	675	660	675	727	845
<b>Cantá</b>	428	572	802	767	938	923
<b>Caracarái</b>	1.647	1.910	1.876	2.045	2.078	1.565
<b>DPI</b>	227	310	220	162	293	311
<b>Iracema</b>	345	303	415	435	523	587
<b>Mucajái</b>	796	1.092	1.130	1.380	1.543	1.531
<b>Normandia</b>	190	272	251	243	373	366
<b>Pacaraima</b>	1.303	1.440	1.575	1.362	1.416	1.691
<b>Rorainópolis</b>	1.180	1.622	2.076	2.279	2.424	2.346
<b>Santa Cecília</b>	*	*	*	*	*	*
<b>São João da Baliza</b>	984	711	606	719	862	967
<b>TOTAL</b>	<b>49.173</b>	<b>50.891</b>	<b>54.356</b>	<b>56.883</b>	<b>55.811</b>	<b>62.086</b>

**Fonte:** SEPLAN (2014, p.55) com dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Roraima - SESP/ Boletins de ocorrência da Polícia Civil da capital e interior. Delegacia de Polícia do Interior – DPI. \*Dados não informados. Obs.: os dados de 2012 estão sujeitos a alterações, pois apresentaram pendências na entrega das planilhas estatísticas pelas delegacias.

Nos últimos anos, Roraima tem se destacado nos meios de comunicação por ser rota do tráfico internacional de drogas e Boa Vista como o maior mercado

consumidor do estado. Em 18 de julho de 2014, uma reportagem veiculada em sítio de notícias de alcance nacional UOL notícias, veiculou que “Roraima é usada com rota do tráfico para Venezuela e Guiana” (RORAIMA..., 2014a).

À reportagem supramencionada, o “Departamento de Narcóticos da Polícia Civil de Roraima, afirmou que uma quadrilha de traficantes usa o Estado como rota de droga para países vizinhos, como Venezuela e Guiana.” (RORAIMA..., 2014a). Segundo a polícia, a maconha vem da República Cooperativa da Guyana e a cocaína vem da Venezuela. “Boa Vista é utilizada como entreposto para o Amazonas. Na capital roraimense, os traficantes também abastecem ponto de vendas.” (RORAIMA..., 2014a).

Em 2016, o jornal local Folha de Boa Vista veiculou a Operação ROTA 174 (em alusão à rodovia que cruza o estado de norte a sul) deflagrada pela Polícia Federal, cujo objetivo era “[...] desarticular associação criminosa de investigados que atuam no tráfico interestadual de drogas entre Roraima e Amazonas.” (BARROS, 2016).

Esta operação, além de tornar pública a rota do tráfico, trouxe um dado ainda mais preocupante: a diversidade de substâncias psicoativas sintéticas que circulam pela capital e pelo estado. Na reportagem, “[...] a investigação da Polícia Federal apontou fortes indícios de crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico [...] com tráfico de maconha, cocaína, skunk, ecstasy e LSD entre os Estados de Roraima e Amazonas.” (BARROS, 2016).

Anterior a este fato, já em 2015, a Prefeitura Municipal de Boa Vista havia mapeado 85 pontos de violência, tráfico de drogas e prostituição e entregue aos órgãos de Segurança Pública e Sistema de Justiça (Ministério Público de Roraima, Polícias Federal, Polícia Civil, Guarda Municipal, Juizado da Infância e Juventude, Conselho Tutelar, Secretaria de Segurança Urbana e Trânsito e Secretaria Municipal de Gestão Social) com objetivo de apoiar o combate à criminalidade na capital por meio de um “[...] comitê integrado para planejar ações contínuas de prevenção e combate à violência nas áreas identificadas.” (PONTOS..., 2015). Ainda de acordo com o sítio de notícias, o documento, um “Mapa Falado da Segurança”, foi elaborado pelo Programa Braços Abertos com base em informações repassadas pelos próprios moradores e “[...] identificou 85 pontos de tráfico, 49 de violência e 7 de prostituição em 13 bairros da capital” (PONTOS..., 2015).

Interessa destacar que os entre os locais apontados (ruas, avenidas e praças públicas) todos são em bairros da zona oeste da capital – “[...] Senador Hélio Campos, Cauamé, Santa Tereza, União, Asa Branca, Tancredo Neves, Alvorada,

Equatorial, Buritis, Santa Luzia, Cidade Satélite, Professora Araceli Souto Maior e Pintolândia.” (PONTOS..., 2015). A razão para esta concentração de pontos violentos na zona oeste - caracterizada como de maior extensão territorial e densidade demográfica, concentradora dos maiores índices de pobreza e violência, além de ter o menor valor do solo urbano (VERAS, 2009), pode ser explicada a partir de Bernal, Bonfim e Mudo (2009, p.245), quando afirmam:

Há um grande desnível de investimento entre os bairros periféricos e aqueles que concentram grande parte da população com maior renda. A falta de identidade e de familiaridade dos espaços e o *apartheid* urbano podem ser considerados dimensões geradoras de violência. No entanto, a violência não pode ser explicada por uma visão unilateral e individual, há a necessidade de considerar os aspectos sociais (coletivos), econômicos e espaciais. O conceito de bem-estar social está em estreita relação com o espaço e, no caso estudado, a cidade.

Além do tráfico de drogas, Roraima se destaca negativamente nacionalmente pelo tráfico de pessoas. “Desde 2002, Roraima aparece nas 145 rotas de exploração infantil e de adolescentes nacionais e internacionais.” (RR..., 2016).

Outro importante termômetro para se medir os índices de criminalidade é o sistema prisional. Silva e Almeida (2014, p.3), em um estudo que analisa “[...] o sistema prisional do Estado de Roraima, sua situação fronteiriça (geográfica e social) tendo como observatório a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo – PAMC, maior estabelecimento prisional do Estado.”, afirmam que, embora Roraima tenha a menor população carcerária do país, “[...] possui sistema prisional desorganizado e conflitivo, no qual presos de vários regimes se misturam durante o período de pena.” (SILVA; ALMEIDA, 2014, p.3).

Para os autores, a penitenciária, construída na década de 1980 para atender o regime semiaberto, comporta, ao longo dos anos, o regime fechado e não funciona como agrícola, conforme seu objetivo primeiro. Isto porque, o estado não investiu em estrutura capaz de atender ao aumento da população carcerária e, como resultado, tem-se as inconsistências no alcance da ressocialização/reeducação prevista na Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984).

Atualmente, Roraima conta com dezessete estabelecimentos penais (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2017) incluindo o Centro Socioeducativo – CSE, unidade destinada à internação de adolescentes em conflito com a lei. Destes, sete estão na capital Boa Vista e os outros dez no interior

do estado. Das 1.202 vagas nos estabelecimentos, 1.129 (93,9%) são dos estabelecimentos da Comarca de Boa Vista e dos 2.379 presos, 2.310 (97%) está na capital, que apresenta um déficit de 1.181 vagas (Tabela 5). Com um déficit de vagas de 104,6%, no Brasil, Roraima só está atrás do estado do Pernambuco, que tem um déficit de vagas de 204,3% (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2017).

**Tabela 5** – Estabelecimentos penais do estado de Roraima

Comarca	Estabelecimento	Quantidade de vagas	Quantidade de presos*	Déficit de vagas
Alto Alegre	Delegacia de Alto Alegre	10	0	-10
Boa Vista	Cadeia Pública de Boa Vista	120	325	205
	Casa do Albergado Professora Aracelis Souto Maior	114	203	89
	Centro Socioeducativo Homero de Souza Cruz Neto – CSE	70	105	35
	Comando de Policiamento da Capital - CPC	2	31	29
	Delegacia de Repressão a entorpecentes - DRE	1	1	0
	Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - PAMC	750	1501	751
	Penitenciária Feminina de Monte Cristo - PFMC	72	144	72
Bonfim	Delegacia de Polícia de Bonfim	6	0	-6
	Delegacia de Polícia de Normandia	10	0	-10
Caracará	Delegacia de Polícia Civil	12	0	-12
Mucajaí	Delegacia de Polícia Civil de Iracema	1	0	-1
	Delegacia de Polícia Civil de Mucajaí	1	0	-1
Pacaraima	Delegacia de Polícia Civil de Pacaraima	1	0	-1
Rorainópolis	Delegacia de Polícia Civil de Rorainópolis	2	0	-2
São Luiz	Cadeia Pública de São Luiz do Anauá	24	69	45
	Delegacia de Polícia de São João da Baliza	6	0	-6
Resumo		1202	2379	1177

**Fonte:** Elaboração própria com base Conselho Nacional De Justiça (2017) - Sistema Geopresídios. Dados relativos a 7/2/2017.

\*Presos provisórios, estrangeiros, indígenas, em cumprimento de regime fechado e em cumprimento de regime semiaberto.

Em 6 de janeiro de 2017, ocorreu na Penitenciária Agrícola do Monte Cristo – PAMC o que o jornal Folha de S. Paulo denominou de massacre. Em um confronto entre presos, 33 morreram – vários corpos foram decapitados ou desmembrados, registrando “[...] a 2ª maior matança após o Carandiru.”<sup>5</sup> (VALENTE et al., 2017), já que o ocorrido em Roraima aconteceu quatro dias após a morte de 60 detentos em duas penitenciárias de Manaus – Amazonas.

Segundo Alessi e Benites (2017) do jornal El País, “[...] relatos iniciais dão conta de que os mortos seriam em sua maioria ligados ao grupo criminoso Comando Vermelho e seus aliados da Família do Norte e teriam sido assassinados por detentos do Primeiro Comando da Capital.” – informações refutadas pelo então Ministro da Justiça Alexandre de Moraes, que justificou o ato como sendo “acerto interno de contas” (ALESSI; BENITES, 2017) com base em informações preliminares.

A presença do crime organizado em Roraima já era matéria de jornal em setembro de 2014, quando a Folha de Boa Vista divulgava a operação da Polícia Federal “Weak Link”, que tinha “[...] como objetivo desestruturar o PCC, que vinha atuando dentro e fora dos presídios em Roraima.” (MAIS..., 2014). Na reportagem, o promotor de justiça do Ministério Público do Estado de Roraima – MPRR, Marco Antônio de Azeredo, afirmava que “Família do Norte - FDN, Comando Vermelho - CV e Primeiro Comando da Capital - PCC<sup>6</sup> são as três facções criminosas existentes no sistema prisional do Estado” (MAIS..., 2014).

---

<sup>5</sup> Ação policial que deixou 111 presos mortos na casa de detenção.

<sup>6</sup> A dinâmica de criação e crescimento de uma facção criminosa dentro de um presídio segue uma espécie de roteiro. A pressão para se filiar a um grupo criminoso ou outro surge assim que o detento chega à prisão. No caso de Roraima, as investigações do Ministério Público apontam que a chegada do PCC, em 2013, iniciou quando o homicida e sequestrador Ozélio de Oliveira, de 53 anos, o Sumô, entrou em contato com outros detentos que estavam presos no PAMC. Considerado o principal chefe desta organização criminosa no Estado, Ozélio nunca pôs os pés em Roraima. Ele ganhou notoriedade no mundo do crime ao se envolver no sequestro do cantor e cadeirante Wellington Camargo, irmão da famosa dupla sertaneja Zezé Di Camargo e Luciano. Wellington teve parte de uma orelha arrancada pelos sequestradores nos quase três meses que ficou acorrentado no cárcere. Quando Ozélio criou a célula roraimense do PCC ele estava detido em Piraquara, no interior do Paraná. Antes, estivera preso em Campo Grande, Goiânia e em duas prisões de Alagoas, de onde conseguiu fugir após oito tentativas. De acordo com as investigações do Gaeco, o principal contato dele em Boa Vista foi Diego Mendes de Andrade, 25, o *Taylor*. Na época, ele estava preso por tráfico de drogas na PAMC. Foi por ordem dele e de Ozélio que os presos realizaram o massacre de outubro do ano passado. Depois que a Polícia desarticulou parte da estrutura do PCC no Estado e comprovou a vinculação de Andrade com a chacina, ele foi transferido para a penitenciária federal de Campo Grande (MS) e, na sequência, para a de Mossoró (RN). Mesmo na “tranca dura”, como é conhecido o regime mais severo dentro do sistema penitenciário, a liderança continuava dando ordens no Estado. Participou de conferências por telefone celular e seguiu aliciando novos membros para o grupo criminoso (BENITES, 2017).

Por sua vez, Benites (2017) do jornal El País, noticiou em 9 de janeiro de 2017 que o “[...] tamanho de facções em Roraima cresce seis vezes em dois anos ante inação do Estado.”, apontando que “[...] falhas nos mais diversos níveis do Estado brasileiro.” (BENITES, 2017) fizeram com que o número de facções criminosas se multiplicassem.

Em 2014, quando o Ministério Público apresentou uma megadenúncia contra supostos membros do Primeiro Comando da Capital (PCC) eram 96 detentos identificados como representantes do crime organizado, todos dessa facção. Das outras não havia registros relevantes. O último levantamento feito em dezembro do ano passado aponta que são quase 600, de acordo com o Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Roraima, um dos braços do Ministério Público do Estado. As facções estão divididas assim: 400 criminosos foram identificados como do PCC, 100 do Comando Vermelho e 60 da Família do Norte. O número total é o equivalente a 37% de todo o contingente da Polícia Militar no Estado. Nesta segunda-feira, a gestão da governadora de Suely Campos (PP) admitiu oficialmente que não tem condições de garantir a segurança dos quase 2.200 presos que estão sob sua responsabilidade e pediu ajuda ao Governo Michel Temer, que decidiu enviar contingente da Força Nacional para o Estado e também para o Amazonas. (BENITES, 2017).

Benites (2017) afirma ainda que “[...] nos últimos dois anos, o governo roraimense usava a política de negar a presença das lideranças das facções em seus presídios, mesmo diante de uma série de interceptações telefônicas e de crimes que demonstravam o contrário.”, citando inclusive a transferência, em 2016, de 20 presos para penitenciárias federais. Contudo, segundo Benites (2017), em outubro de 2016 após uma chacina em que “[...] detentos do PCC mataram dez representantes do Comando Vermelho na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo – PAMC” é que “[...] os membros das facções foram divididos por unidades prisionais.” (BENITES, 2017).

O reflexo imediato dessa guerra entre bandidos foi o massacre que vitimou 33 detentos no último dia 6 de janeiro na PAMC, o assassinato de três policiais nos últimos dois meses e os incansáveis alertas dados quase que diariamente de que as cadeias de Boa Vista terão rebeliões. O mais recente,

recebido neste domingo por agentes penitenciários, era de que uma bomba seria instalada na Cadeia Pública, hoje ocupada por representantes do Comando Vermelho e da Família do Norte, para que parte das lideranças dessas facções pudessem escapar. (BENITES, 2017).

Diante deste contexto, a Governadora do Estado, Suely Campos, oficiou ao Presidente Michel Temer e ao então Ministro da Justiça Alexandre de Moraes, solicitando o envio de duzentos homens, cem da Força Nacional de Segurança e outros cem da Força de Intervenção Penitenciária, mais recursos para a compra de equipamentos e a necessidade de se transferir lideranças do PCC de Boa Vista para presídios federais, “[...] admitindo formalmente que não tem condições de garantir a segurança dos quase 2.200 presos que estão sob sua responsabilidade.” e que “[...] não pode fazer a guarda dos detentos de ‘forma plena’ sem comprometer o policiamento ostensivo que atua na proteção da população.” (BENITES, 2017).

Conforme aponta Verona (2006, p.1), esta realidade “[...] reflete a necessidade urgente de se propor novas alternativas para solucionar problemas da ‘sociedade do medo’, que se moldou não mais da falsa criminalidade relacionada à ‘indústria do crime’ a que foi criada.”, mas sim de dados que demonstram um aumento crescente dos índices de criminalidade violenta no Brasil, em Roraima e, conseqüentemente, Boa Vista. Isto porque, ainda que se tente analisar a criminalidade violenta em escala municipal, é a partir do entendimento do funcionamento da “[...] rede em escala estadual, nacional e mundial.” (VERONA, 2006, p.1), que se terá, de fato, a compreensão concreta da totalidade dos acontecimentos.

Embora a criminalidade violenta apresente “[...] íntima relação com a organização social do território.” (RODRIGUES; ROMANO, 2013, p.209), não é mais privilégio dos grandes centros urbanos, já que “[...] no mais longínquo dos lugares têm-se notícias de atos de violência, dadas às proporções, obviamente, das condições de vida, diferenças de oportunidades e, principalmente do distanciamento entre as pessoas.” (VERONA, 2006, p.3).

À medida que o Estado capitalista ultraliberal recua nos investimentos em políticas de segurança pública, por exemplo, avança o medo da criminalidade urbana e a sensação pessoal de insegurança e desamparo – no interior das casas, nas ruas, nos bairros, na cidade. Para Freitas e Costa (2009, p.227, grifo do autor), “[...] o sentimento de medo dos cidadãos os leva a buscar espaços de mecanismos de segurança, no caso, domicílios com sistema de vigilância,

condomínios fechados e *shopping centers*, e evitar outros, considerados *perigosos*.”, o que contribui para acelerar o processo de segregação socioespacial e, em consequência, aumentar ainda mais a violência.

## Considerações finais

Via de regra, as raízes ou causas do problema nunca foram atacadas pelos governos, que insistem em enxergar (por diversos motivos e interesses ocultos) apenas suas consequências, reprimindo a violência e a criminalidade com ações mais violentas e comprovadamente ineficientes – exemplo disso é pensar a prisão nos moldes brasileiros como forma de diminuir a criminalidade e reintegrar o indivíduo à sociedade ou ainda, tratar o uso de drogas apenas como caso de polícia.

Do mesmo modo, quando a população julga que o sistema de justiça está inerte aos acontecimentos ou apenas reproduz a lei sem significado moral ou impacto social, torna-se também agente de violência e criminalidade – basta lembrar os casos de pessoas ou grupos de pessoas identificados como justiceiros (e a mídia faz o desserviço de divulgar ou fortalecer este modelo), que optam por “fazer justiça” com as próprias mãos.

É preciso que se ataque de frente a causa ou as causas do problema, que se coloque, de fato, a segurança pública na agenda dos governos, que se invista em educação, políticas de sensibilização para uma cultura de paz, que se equipem as polícias e os presídios, combata o crime organizado, o tráfico de drogas, de armas, de pessoas, de órgãos, mas também que se permita, favoreça e fortaleça os espaços de participação popular, para que a sociedade possa, de forma democrática, pensar estratégias e estabelecer prioridades de forma coletiva. E este, acredita-se, seria apenas o início.

Enquanto não acontece uma mudança política, econômica, social e cultural que dê conta de reduzir os índices de criminalidade violenta, continuaremos, infelizmente, a perder vidas, ceifadas de forma violenta e precoce; vidas estas que começam a se perder quando do não reconhecimento da condição cidadã e da não vivência nos princípios da dignidade da pessoa humana.

## **PORTRAITS OF URBAN VIOLENCE AND CRIME IN BOA VISTA - RORAIMA: THE MOST NORTHERN CAPITAL OF BRAZIL**

**ABSTRACT:** *The article discusses urban violence and criminality in Boa Vista - Roraima, taking the analyzes of mortality due to homicide, data from the prison system, organized crime, trafficking in persons and records of occurrences in police stations. As part of the research results of the PhD thesis of the Postgraduate Program in Geography of the Federal University of Ceará, it shows that the increase in crime in the northernmost capital of Brazil is largely due to the inertia of public power given to Absence of policies aimed at improving the population's living conditions and, consequently, reducing situations of social vulnerability. Such inertia, followed by lack of control and mismanagement of public security actions, especially in times of globalization of violence and specialization in the ways in which criminal actions are established, leads to a growing sense of fear and search for personal security devices.*

**KEYWORDS:** *Urban violence. Crime. Public safety. Public policy.*

### **REFERÊNCIAS**

- ALESSI, G.; BENITES, A. Ao menos 31 presos morrem em Roraima em ação atribuída ao PCC. **El País**, São Paulo; Brasília, 6 jan. 2017. Brasil. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/06/politica/1483703548\\_179354.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/06/politica/1483703548_179354.html)>. Acesso em: 9 mar. 2017.
- ANDRADE, L. T.; SOUZA, D. B.; FREIRE, F. H. M. de A. **Homicídios nas regiões metropolitanas**. Colaboração de Marco Antônio Couto Marinho. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- ANDRADE, L. T.; MARINHO, M. A. C. Organização social do território e violência letal na região metropolitana de Belo Horizonte: o balanço de uma década. In: ANDRADE, L. T.; SOUZA, D. B.; FREIRE, F. H. M. de A. **Homicídios nas regiões metropolitanas**. Colaboração de Marco Antônio Couto Marinho. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p.15-44.
- BARROS, J. Operação da PF prende 26 pessoas por tráfico de drogas entre RR e AM. **Folha Web**, Boa Vista, 17 dez. 2016. Disponível em: <<http://folhabv.com.br/noticia/Operacao-da-PF-prende-26-pessoas---por-trafico-de-drogas-entre-RR-e-AM-/23496>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BENITES, A. Tamanho de facções em Roraima cresce seis vezes em dois anos ante inação do Estado. **El País**, Boa Vista, 10 jan. 2017. Brasil. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/10/politica/1484004155\\_392022.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/10/politica/1484004155_392022.html)>. Acesso em: 9 mar. 2017.

BERNAL, C.; BONFIM, Z.; MUDO, E. Vulnerabilidade, violência e pobreza na região metropolitana de Fortaleza. In: COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. C. (Org.). **Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Ed. da UFC, 2009. p.245-272. (Coleção Estudos Geográficos, n.4).

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Lei n.13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da MetrÓpole, altera a Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 13 jan. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113089.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113089.htm)>. Acesso em: 26 set. 2017.

BRASIL. Lei n.12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 6 ago. 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm)>. Acesso em: 27 set. 2017.

BRASIL. Lei n.7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm)>. Acesso em: 9 mar. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Sistema Geopresídios**: informações sobre estabelecimentos penais. Disponível em: <[www.cnj.jus.br/inspecao\\_penal/mapa.php](http://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php)>. Acesso em: 7 fev. 2017.

FREITAS, F. L. S.; COSTA, M. C. L. Violência, vulnerabilidade e desigualdade socioespacial na região metropolitana de Fortaleza. In: COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. C. (Org.). **Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Ed. da UFC, 2009. p.217-244. (Coleção Estudos Geográficos, n.4).

MAIS um é preso pela operação 'weak link'. **Folha Web**, Boa Vista, 24 set. 2014. Disponível em: <<http://folhabv.com.br/noticia/-Mais-um-e-presopela-operacao-Weak-Link-/775>>. Acesso em: 5 mar. 2017.

MOSER, C. O. N. Urban violence and insecurity: an introductory roadmap. **Environment & Urbanization**, Londres, v.16, n.2, p.3-16, oct. 2004. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/200410moser.pdf> >. Acesso em: 09 out. 2017.

PONTOS violentos de Boa Vista são mapeados e entregues à segurança. **G1**, Boa Vista, 19 ago. 2015. Roraima. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/08/pontos-violentos-de-boa-vista-sao-mapeados-e-entregues-seguranca.html>>. Acesso em: 26 set. 2017.

RODRIGUES, A. L.; ROMANO, C. N. Organização social do território e criminalidade violenta na Região Metropolitana de Maringá. In: ANDRADE, L. T.; SOUZA, D. B.; FREIRE, F. H. M. de A. **Homicídios nas regiões metropolitanas**. Colaboração de Marco Antônio Couto Marinho. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p.209-230.

RORAIMA é usada como rota do tráfico para Venezuela e Guiana, diz polícia. **UOL notícias**, São Paulo, 18 jul. 2014a. Cotidiano. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/07/18/roraima-e-usada-com-rota-do-trafficopara-venezuela-e-guiana-diz-policia.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

RORAIMA. Lei complementar n.229, de 9 de dezembro de 2014. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 130, de 21 de dezembro de 2007, que instituiu as Regiões Metropolitanas no Estado de Roraima. **Diário Oficial**, Boa Vista, n.26, ed.2421, p.06, c.02, 9 dez. 2014b. Disponível em: <<http://www.tjrr.jus.br/legislacao/index.php/leis-complementares/120-leis-complementares-2014/1230-lei-complementar-n-229-de-09-de-dezembro-de-2014>>. Acesso em: 26 set. 2017.

RORAIMA. Lei complementar n.130, de 21 de dezembro de 2007. Institui Regiões Metropolitanas no Estado e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Boa Vista, p.7, 21 dez. 2007. Disponível em: <[http://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/LeisComplementaresEstaduais/2007/Lei\\_Comp\\_Est\\_130-2007.pdf](http://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/LeisComplementaresEstaduais/2007/Lei_Comp_Est_130-2007.pdf)>. Acesso em: 26 set. 2017.

RR aparece em mais de 145 rotas de tráfico de pessoas. **Folha Web**, Boa Vista, 14 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/RR-tem-mais-de-145-rotas-de-Trafico-de-Pessoas/18205>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RORAIMA [SESAU]. Coordenação de Vigilância em Saúde. **Óbitos no Estado de Roraima**. Disponível em: <<http://www.saude.rr.gov.br/cgi-bin/dh?sesau/sim/sim>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

SEPLAN. **Roraima: indicadores gerais - 2012**. Boa Vista: DIES, 2014.

SILVA, A. N.; ALMEIDA, L. B. Prisões da fronteira (sem) norte: observações sociológicas sobre o sistema prisional em Roraima. **Revista eletrônica EXAMÁPAKU**, Boa Vista, v.7, n.3, p.3-22, set./dez. 2014.

SILVA, R. C. M. Violência, vulnerabilidade e exclusão socioespacial: uma revisão conceitual. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, I., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPARQ, 2010. Disponível em: <<http://anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/161/161-822-1-SP.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2017.

SOUZA, D. B.; FRATTARI, N. F. Padrões de homicídios na região metropolitana de Goiânia. In: ANDRADE, L. T.; SOUZA, D. B.; FREIRE, F. H. M. de A. **Homicídios nas regiões metropolitanas**. Colaboração de Marco Antônio Couto Marinho. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p.45-72.

VALENTE, R. et al. Confronto mata 31 presos em RR; essa é a segunda maior matança após Carandiru. **Folha de São Paulo**, São Paulo; Boa Vista, 6 jan. 2017. Cotidiano. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1847511-33-presos-sao-mortos-em-penitenciaria-de-roraima-diz-secretaria.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1847511-33-presos-sao-mortos-em-penitenciaria-de-roraima-diz-secretaria.shtml)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

VERAS, A. T. R. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima**. 2009. 236f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VERONA, J. A. **Geografia do crime e contribuição ao planejamento sócio-espacial do município de Jundiá-SP**. 2006. 167f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

WASELFSZ, J. J. **Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil**. Versão corrigida. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2016.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil.  
Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2015.

Recebido em 04 de maio de 2017

Aprovado em 28 de jun. de 2017

# CIDADANIA E AUTORITARISMO NO BRASIL: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O CARÁTER INFRAPOLÍTICO DA “VIOLÊNCIA DE ÓDIO DIFUSA”

Ana Paula SILVA<sup>1</sup>

**RESUMO:** O texto faz uma análise das transformações recentes no Brasil e problematiza o aumento da violência depois da democratização, tendo como foco casos de violências banais ou que expressam intolerância. O pressuposto teórico importante é a noção de que a violência é um problema da política, pensando esta última como um agir em concerto. Neste sentido, a constituição da cidadania e seus dilemas atuais ajudam a revelar as especificidades da violência no contexto contemporâneo brasileiro. Os dados e argumentos apresentados visam trazer substância para o conceito de “violência de ódio difusa”, tendo como base a noção de novo paradigma da violência, de Michel Wieviorka, e da crise da política. Para abordar a constituição da cidadania, o texto começa seu trajeto histórico buscando as marcas deixadas pela ditadura militar, que influenciam a violência, e chega até o momento mais recente de aceleração da economia e da diminuição da miséria no país.

**PALAVRAS CHAVES:** Violência de ódio difusa. Novo paradigma da violência. Cidadania. Autoritarismo.

## Introdução

A proposta deste artigo é compreender de que maneira as formas de violência aqui delimitadas estão incluídas em um novo paradigma da violência,

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Tupã, Tupã - SP - Brasil. Professora de Sociologia. [anapaulasilva4@yahoo.com.br](mailto:anapaulasilva4@yahoo.com.br)

que é explicado, em grande medida, pela dificuldade de agir politicamente face às mudanças materiais e ideológicas promovidas pelo capitalismo flexível. Para ratificar a relevância atribuída a esta proposta, foi delimitado um tipo de violência como objeto de pesquisa, que se caracteriza por se manifestar em situações onde há pouca possibilidade de se expressar um conflito social sob o registro da ação política. O tipo de violência abordado se caracteriza, além de ser bastante atual, por ter como base ou motivação o ódio. Por ódio entende-se um sentimento forte de aniquilação do outro, no qual a pessoa - imbuída de ódio - não é capaz de produzir o repertório de valores necessários para negociar, dialogar e produzir empatia. Ou seja, a noção de ódio aqui exposta é bastante ampla e contempla um grande número de manifestações violentas. O objeto escolhido para análise são formas de violência que se originam tanto pela incapacidade de conviver com o “outro”, como, por exemplo, grupos minoritários, tais como homossexuais, negros, moradores de rua, como pela inability para lidar com opiniões, comportamentos, estilos de vida diferentes. Mais especificamente, estão inseridas neste quadro tanto as violências de ódio (*hate crimes*), quanto os *rampage shootings*, assim como violência banal motivada por desentendimentos cotidianos, que tem aumentado no Brasil na última década. Assim, vale destacar que se considera que a noção de banalidade pressupõe um ato sem planejamento. Associada à violência, essa noção ilustra um ato explosivo, cujo objetivo é apenas a efetivação do ato violento, que muitas vezes pode estar associado com a inability de lidar e conviver com diferentes opiniões, estilos de vidas e grupos minoritários. Desta forma, há uma zona de intersecção entre a violência de ódio difusa e a violência banal, ou seja, há diversos casos enquadrados como violência banal que poderiam ser delimitados no conceito de violência de ódio difusa. Na sociologia americana há o uso do termo *random violence* (violência aleatória) (BEST, 1999), que pode ser encontrada em violência no trânsito, entre vizinhos e que acontecem sem nenhum motivo claro, sem um fim, algo que dá mais evidência ao caráter difuso que se quer destacar.

Assim, diferentemente de experiências limites como a do nazismo, este tipo de ódio se manifesta de maneira difusa, fragmentada, e não possui uma única narrativa que o sustente. Mais do que isto, pode-se dizer que a forma de violência abordada é típica deste momento pós-fordista e pode ser enquadrada como difusa porque se dissemina por toda a sociedade e adquire uma multiplicidade de manifestações, todas elas vinculadas ao dilaceramento da cidadania (SANTOS, 2004). Segundo José Vicente Tavares dos Santos (2004, p.5):

Os fenômenos da violência difusa adquirem novos contornos, passando a disseminar-se por toda a sociedade. Essa multiplicidade das formas de violência presentes nas sociedades contemporâneas – violência ecológica, exclusão social, violência entre os gêneros, racismos, violência na escola – configura-se como um processo de dilaceramento da cidadania.

Neste sentido, esta noção se aproxima à de Michel Wieviorka (2009), pois o autor defende que para pensar a violência atualmente é necessário um novo paradigma, ou seja, é fundamental uma abordagem original que dê um papel central para a subjetividade dos atores e para os processos de perda de sentido ou de produção exagerada de sentido. Mais especificamente, a noção de novo paradigma da violência, fornece fundamento para compreender uma violência que não é política, mas antes, infra ou metapolítica. Nas palavras do autor:

Sobretudo, ela parece – ao menos provisoriamente – não estar numa correspondência tão estreita com a política e com o Estado quanto a que sugere Max Weber, para quem a essência do político, e mais ainda, do Estado, está no meio específico, que lhe é próprio, que constitui a violência física e seu uso mais ou menos regrado. No fundo ela parece por vezes constituir bem mais o avesso do político enfraquecido, a marca da pane de Estado, que a essência de um ou de outro. O planeta encontra-se numa era de mutação, em que a violência política continua tendo um lugar considerável, e segundo modalidades relativamente clássicas, mas em que também se desenvolvem violências infra e metapolíticas que constituem as expressões mais significativas, mas talvez provisórias, dessa mutação. Essas violências, bem mais do que a violência política, por definição fria, calculada, instrumental, traz a marca do individualismo moderno, que faz com que cada pessoa, mesmo muito jovem, seja suscetível de querer existir enquanto indivíduo-consumidor e como sujeito. (WIEVIORKA, 1997, p.36).

Além da reflexão do autor supracitado, há uma diversidade de teorias (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; SENNETT, 2010; BECK, 2010; WACQUANT, 2001; MOUFFE, 2009, 2003) que, embora não abordem o tema da violência, buscam compreender as transformações do capitalismo, as mudanças na subjetividade e na socialização e que, por isto, ajudam a compreender as especificidades da violência no momento contemporâneo. Este processo

de transformação pode ser sintetizado no fato de que a transição da acumulação fordista para a flexível trouxe a reboque mudanças no trabalho e diminuição de políticas de bem-estar social, ambas acompanhadas por uma transformação generalizada na ideologia e na socialização.

Assim, o objeto específico desta pesquisa, a violência de ódio difusa, está inserido neste processo histórico mais amplo, no qual o conflito social típico do capitalismo industrial, vinculado às relações contraditórias entre capital e trabalho, já não possui mais centralidade (OFFE, 1989), sendo substituído por um conjunto outro de dilemas relacionados a uma ideologia privatista e instrumental, chamada de “novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Para compreender os nexos que foram construídos para se chegar a esta suposição e depreender quais as suas implicações, é necessário deixar claro, em primeiro lugar, o que se entende por violência de ódio difusa e, posteriormente, indicar o caminho escolhido para desenvolver esta problemática.

Compreende-se por violência de ódio aquela que é motivada por preconceito em relação à raça, nacionalidade, etnia, religião, orientação sexual, entre outros. O adjetivo “difusa” foi incluído para evidenciar que não há um grande discurso, nem uma prática idêntica que una todos os agressores em um grande grupo. Além disto, a noção de difusão tem a ver com sua extensão territorial, ou seja, elas se difundem tanto em regiões periféricas, centros urbanos ou áreas gentrificadas, assim como em diferentes territórios e países. Cabe destacar este termo abrange a noção de que ódio é múltiplo também no sentido de que não se expressa, em uma sociedade cosmopolita, somente contra grupos socialmente marginalizados, mas pode se constituir contra uma diversidade de comportamentos, opiniões e estilos de vida.

Para compreender como este tipo de violência se expressa no Brasil, é necessário abordar algumas especificidades brasileiras. É importante ressaltar, em primeiro lugar, que as transformações típicas do capitalismo na economia não produziram uma ordem social competitiva entre nós (FERNANDES, 2006). Isto significa também que grande parte da população permaneceu, ao longo da história do Brasil, marginalizada e, portanto, sem um repertório racional de ação, fato este que culminou na estruturação de uma cultura política autoritária, intensamente permeada pela dependência pessoal e pela violência, e disseminada por todo o tecido social. Para compreender alguns traços dessa cultura autoritária fez-se um recorte histórico que se inicia na análise das marcas deixadas pela ditadura militar.

## Transição democrática, autoritarismo e mudança social

Alba Zaluar (2007) refere-se aos fatos de que o processo de democratização do país foi acompanhado por taxas crescentes de criminalidade, sobretudo de assassinatos, assim como de que o caráter cordial do brasileiro e sua capacidade de negociação foram substituídos por impulsos incontrolláveis de agressividade e por uma ausência clara de cidadania, como paradoxos do Brasil contemporâneo. Para compreendê-los, Zaluar (2007) faz uma análise ao mesmo tempo de transformações institucionais e microssociais, que buscam encontrar explicações sociais para o vínculo de jovens no tráfico e no crime. Ambas as explicações encontradas pela autora são muito relevantes para a discussão proposta neste artigo. Para pensar as transformações no âmbito macrossocial, a autora resgata as características de nossa formação política, as consequências previstas e não previstas pelos militares da vivência relativamente longa do período de ditadura militar brasileira (1964-1985) e, posteriormente, as transformações sociais e econômicas no período pós-ditadura. Diante de todo este quadro social, Zaluar (2007) faz um diagnóstico das motivações pessoais dos jovens envolvidos no crime organizado e no tráfico.

Neste caminho denso e esclarecedor traçado pela autora, ela fornece uma análise que ajuda a compreender a formação política e social do Brasil através da comparação com os Estados Unidos. Segundo a autora:

[...] o Brasil não tem nem traumatismos indelévels nem ódios profundos em consequências das guerras civis envolvendo grupos étnicos, religiosos ou políticos, tampouco as glórias e sofrimentos de revoluções. O trabuco, o fuzil ou o revólver nunca tiveram a importância simbólica adquirida em outros países, embora também fossem usados em conflitos. Não se desenvolveu um culto à arma de fogo no Brasil, como ocorreu nos Estados Unidos após a guerra civil americana. Todavia, é também um fato que a violência ocupou um lugar, se bem que limitado, no imaginário da sociedade, como aconteceu em Portugal (Fatela, 1989). É essa violência privada e a desigualdade social, econômica e jurídica que foram as marcas mais importantes da sociedade brasileira de então, mas que persistem, transformadas, até hoje. (ZALUAR, 2007, p.36).

A desigualdade social e econômica no Brasil rural até o século XX gerou também a desigualdade jurídica, pois os juízes - e também a polícia - não tinham

autonomia diante dos chefes locais, cujos crimes ficavam impunes. Desta forma, a impunidade nas instituições brasileiras tem uma longa história, tendo gerado uma insatisfação moral, na qual se consegue explicar o surgimento de bandos de homens armados com códigos de honra - como o fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro -, assim como de lutas entre famílias por poder local. No entanto, Zaluar (2007) aponta que mesmo diante desta ausência de instituições com repertório democrático desenvolveu-se no Brasil, sobretudo no ambiente urbano, as artes da negociação e da conversação. Segundo ela:

A cultura da negociação, desenvolvendo-se ao longo dos séculos XIX e XX, e a da tolerância deixam também traços na história do Brasil. No século XVII, o país era um refúgio para os judeus tão importante quanto os Países Baixos (Mello e Souza, 1987), assim como antes, durante e após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil Colônia, a Inquisição presente também jamais conseguiu mobilizar a população em explosões de caça às bruxas. No século XX, os judeus imigrantes encontraram um lugar em um país tolerante das diferenças raciais e culturais. (ZALUAR, 2007, p.37).

Este caráter de tolerância e de negociação poderia ter evoluído para uma cultura democrática. Fato é que com a perda do poder dos coronéis, os partidos políticos passaram a fazer uso dos mesmos métodos adotados por aqueles no meio rural, e, posteriormente, com a ditadura militar, as artes da negociação se reduziram apenas ao Congresso, deixando as outras formas de associações civis como sindicatos, clubes e associações de moradores ficarem à míngua. Além da consequência mais evidente da perda de uma cultura democrática, a qual não se constrói com a rapidez com a qual se elabora uma Constituição democrática, a ditadura militar também deixou profundas marcas na violência:

Por ter empregado a tortura, as prisões ilegais e a censura, o regime militar abriu o caminho para a disseminação do crime organizado em vários setores. Alguns oficiais, que haviam aderido a essas práticas subterrâneas, tornaram-se membros de grupos de extermínio ou de extorsão. (ZALUAR, 2007, p.39).

Sobre esta última consequência, Paulo Sérgio Pinheiro (1991) se debruça e demonstra que principalmente devido à ditadura militar, criou-se no Brasil um “autoritarismo socialmente implantado”. Em um país como o Brasil, os

efeitos de transições políticas são a continuidade de um nível intenso de violência. Neste contexto, a democracia não está totalmente garantida haja vista a continuidade do sistema judiciário e penal precários. Soma-se a isto o fato de que o país manteve uma das piores distribuições de renda do mundo e de desigualdade em termos de acesso à Justiça. Mesmo nos anos 1960, em que houve crescimento econômico não houve distribuição de renda, tendo sido seguido por duas décadas (1970 e 1980) de “[...] várias crises econômicas, morais e políticas provocadas inicialmente pela inflação rápida e, após a estabilização da moeda, pelos vícios do sistema eleitoral brasileiro.” (ZALUAR, 2007, p.40). Por fim, mas não menos importante, é que, entre as mudanças mais visíveis nas décadas que seguem à democracia no país, está o fato de que ocorreram grandes transformações nos padrões de consumo, de lazer e cultura. Através da compreensão ampla deste contexto de “autoritarismo socialmente implantado”, instituições jurídicas e penais precárias, grande desigualdade social e inserção do país na economia de mercado global que vários sociólogos brasileiros (ZALUAR, 2007; ADORNO; CARDIA, 1999, por exemplo) compreendem que a inserção de jovens no crime organizado e a força que estas organização adquirem desde então.

É justamente nesse processo de transição social, no qual novas agências de socialização ainda não se configuraram, que o crime organizado, em especial o narcotráfico, captura os jovens moradores dos conjuntos habitacionais populares ou das favelas encravadas nos morros cariocas. E os captura não como nação a um mundo social de injustiças [...] O resultado deste processo não é, como acentua Zaluar, a instituição de regras de solidariedade entre pobres e excluídos constituídas em torno do narcotráfico, porém a explosão do individualismo que, para os jovens, se traduz na valorização de ‘bens como a arma e o fumo, o dinheiro no bolso, as roupas bonitinhas e a disposição para matar’. (ZALUAR, 1994, p.102 apud ADORNO; CARDIA, 1999, p.71).

Esta nova linguagem do individualismo somada com uma cidadania precária explicam, em grande parte, o grande número de jovens inseridos no crime organizado assim como o aumento expressivo no número de homicídios no Brasil na segunda metade do século XX. Para se ter uma ideia do aumento exponencial a longo prazo, Adorno e Cardia citam o fato de que no estado de São Paulo “[...] no ano de 1940, a cada 100 mil jovens entre 15 e 24 anos, apenas 1,2 apresentava como causa mortis o homicídio doloso. Em 1995, essa taxa havia

alcançado 246,6 entre cada 100 mil jovens naquela faixa etária.” (ADORNO; CARDIA, 1999, p.70). O aumento é assustador e também o fato de que não se sabe a autoria da grande maioria dos assassinatos. Neste sentido, os autores afirmam que muitos homicídios estão relacionados com o narcotráfico, mas muitos também podem ser provocados por “[...] tensões nas relações intersubjetivas e que nada parecem ter em comum com a criminalidade cotidiana.” e que “[...] ocorrem, com maior frequência, nos bares, nos lares e nas ruas.” (ADORNO; CARDIA, 1999, p.72).

Para os autores, o que mais surpreende, além do grande aumento no número de assassinatos é a gratuidade e banalidade dos atos. Desta forma, os autores sintetizam que:

Não apenas por razões de ordem econômica, a atualidade brasileira expressa uma ‘violência endêmica’, escrevem Adorno e Cardia, ‘radicada nas estruturas sociais, enraizada nos costumes, manifesta quer no comportamento de grupos da sociedade civil, quer na ação de agentes encarregados de preservar a ordem pública, e que espelhou-se em infindável número de situações, em particular na exacerbação da violência policial e nos conflitos entre particulares que redundaram em desfechos fatais’. (SANTOS, 1999, p.25 apud ADORNO; CARDIA, 1999, p.49).

Diante destas análises com viés amplo na sociologia para a compreensão da violência endêmica, que tem caracterizado o Brasil, é possível perceber as relações profundas e, ao mesmo tempo sutis, que os diferentes tipos de violência, seja aquela urbana, seja entre particulares, possuem. Estes profundos e ao mesmo tempo sutis intercâmbios que podem existir entre as motivações dos diversos tipos de violência no Brasil definem o caráter dos problemas contemporâneos brasileiros associados à violência. As fronteiras e os limites entre as diferentes motivações de violência são difíceis de detectar, seja porque os problemas associados aos seus diversos tipos se confundem, seja porque há uma carência de dados sobre as motivações/causas de violência no Brasil, que deveriam ser mais bem investigadas e divulgadas pelas polícias e pela justiça brasileiras. O que cabe nesta investigação proposta é ressaltar alguns dados e fatos que se configuram como paradigmáticos do nosso momento e da nossa sociedade e ajudam a encontrar pistas de como abordá-los/confrontá-los seja nas políticas públicas, seja nas agendas de pesquisas. Sobre políticas públicas e agendas de pesquisa, Alba Zaluar explica:

Quando faço estas afirmações, como fica claro para qualquer leitor medianamente atento ao que escrevi, não estou contra o aumento do salário mínimo nem da distribuição de renda no país que apresenta um dos altos índices mais altos, senão o maior, de desigualdade social no mundo, mas estou alertando para o fato de que apenas o aumento do salário mínimo ou a implementação de políticas públicas que não contemplem a especificidade da nova criminalidade, não serão nem suficientes nem eficazes. [...] Ao mesmo tempo é preciso desenvolver instrumentos teóricos para entender esta mortandade, esse antagonismo violento que desconhece as regras de sociabilidade, de respeito mútuo, da aceitação do outro. (ZALUAR, 1999, p.96).

Zaluar escreve em 1999 como se tivesse a capacidade de prever o futuro, já identificando que a melhoria econômica do país e aumento do salário mínimo, ainda que sejam grandes conquistas sociais, não são por si só capazes de enfrentar os graves problemas produzidos pela nova criminalidade. Neste sentido, as mudanças da última década no Brasil devem ser trazidas à tona tendo como recorte a análise aqui proposta.

### **A redução da miséria e a persistência da violência como problema para a construção da cidadania contemporânea**

No Brasil, ao longo das duas últimas décadas, todo um conjunto de políticas sociais foi responsável por uma redução da exclusão social, ao atender demandas – até então latentes – por consumo e acesso a serviços públicos básicos (saúde, educação, energia, transportes, etc.). Em um curto espaço de tempo, milhões de brasileiros foram subtraídos da condição de absoluto abandono social emergindo na esfera de uma ordem econômica pautada pela ação reguladora do Estado e pela lógica capitalista de reprodução social – por intermédio da produção e do consumo em massa de bens industriais – o que, conseqüentemente, acabou por institucionalizar, mesmo que primariamente, o mercado e o Estado em um conjunto significativamente mais amplo da sociedade.

Sem dúvida que, do ponto de vista da cidadania, isto representa um avanço na implementação de garantias previstas na ordem constitucional brasileira, e vai além, ao empoderar sujeitos que passam não apenas a viver uma situação material menos precarizada, mas também a adquirir um conjunto de informações e de práticas relacionadas ao mercado e às instituições modernas. Isto

se verifica, por exemplo, nos programas de transferência de renda do governo federal, como o Bolsa Família, e, num sentido mais amplo, na universalização das relações contratuais e monetarizadas que surgiram a partir desta e de outras políticas que expandiram o acesso ao crédito e a massa salarial no país<sup>2</sup>.

O avanço social e a mudança na economia a partir destas políticas públicas supracitadas parecem ter se tornado um fato incontestável. Estas mudanças atingem a todos os cidadãos brasileiros, mas de formas distintas: os indivíduos que comprovadamente passam a se empoderar são aqueles que, até recentemente, se encontravam completamente marginalizados das condições básicas de existência, ao passo que o restante da população, que já tinha acesso aos recursos materiais essenciais, parece estar sendo transformada especificamente pelo viés do consumo – cada vez mais potencializado.

À perspectiva de que o dinheiro produz reconhecimento e habilidades, deve-se somar o fato de que o dinheiro é também um mecanismo de desencaxe (GIDDENS, 2002), ou seja, produz uma multiplicidade de relações e conhecimentos referentes à modernidade que descolam os sujeitos das tradições e da esfera local, evocando, com isto, a necessidade da incorporação de uma visão de mundo cosmopolita ou dialógica. Somado a isto deve-se considerar que os efeitos da colonização, da escravidão e do subdesenvolvimento fizeram-se sentir no processo de construção da cidadania e nos entraves à afirmação de uma ordem social moderna e competitiva no Brasil (FERNANDES, 2008).

Diante deste quadro, em que pese as mudanças conducentes ao amadurecimento de um regime democrático e à inserção profunda no capitalismo global, permanecem dilemáticos os efeitos da reposição do atraso sobre nossa socialização política, dada a patente dificuldade de construção de uma sociedade alicerçada em valores que sustentem uma cultura cívica. Esta constatação se sustenta também através de dados sobre a violência nos últimos vinte anos. Como já introduzido acima, o fato de o país ter se democratizado, ter conseguido estabelecer instituições estáveis e ter tido um crescimento econômico notável não fez com a violência diminuísse. Pelo contrário, nos últimos vinte anos houve um crescimento em todas as modalidades de crime, em especial nos homicídios. De acordo com dados retirados do relatório de Desenvolvimento Humano 2009/2010 da PNUD, “[...] a taxa de homicídios por 100 mil habi-

---

<sup>2</sup> Sobre este tema há pelo menos duas referências importantes: André Singer (2009) escreve sobre as mudanças no comportamento eleitoral, sobretudo nas camadas sociais subalternizadas, e Walquiria Leão do Rego (2008) demonstra, com base em Simmel, como o dinheiro gerou um conjunto de saberes que empoderou a classe social contemplada com o Bolsa Família.

tantes no Brasil cresceu 153,5% no período, saltando de 11,4 em 1980 para 28,9 em 2003, com uma melhoria recente desde então [até 2007].” (NAÇÕES UNIDAS, 2010, p.165).

Inserida neste aumento geral da criminalidade encontra-se a violência de ódio difusa. No entanto, não há no Brasil um acompanhamento já consolidado, nestes vinte anos, que forneça estatísticas ano a ano de violência de ódio contra grupos historicamente estigmatizados tais como judeus, negros, homossexuais, e, no caso específico do Brasil, contra populações oriundas das regiões norte e nordeste do país. Muito menos provável é a existência de registros oficiais que acompanhem o que se delimita aqui como violência de ódio difusa, que engloba os casos de violência supracitados, além de ser motivada por preconceito contra uma parte da população que é vista como moralmente inferior pelo senso comum, tais como prostitutas, moradores de rua, população de periferia; ou ainda, motivada por uma multiplicidade de problemas na socialização.

Há, por outro lado, um conjunto de evidências disponíveis em relatórios sobre violência e Direitos Humanos, feitos nos últimos 10 anos por agências como PNUD/ONU, NEV/USP e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, assim como reportagens, notícias e campanhas que permitem, em conjunto, diagnosticar o aumento da relevância do tipo de violência delimitada.

Um primeiro exemplo pode ser dado através de campanha feita pelo Ministério Público Federal, que busca orientar a população para que evite assassinatos por impulso. A campanha, intitulada “Conte até 10” (CAMPANHA..., 2011), foi lançada em novembro de 2012 e teve como fundamento o aumento de homicídios por motivos banais. Ainda não há uma definição muito clara sobre quais motivos banais seriam estes, mas é provável que estejam incluídas brigas de trânsito, brigas domésticas, entre pessoas alcoolizadas, dentre outros casos parecidos. Segundo exposto no portal eletrônico do governo federal brasileiro (BRASIL, 2012), foi feito um estudo inédito que expõe as motivações de homicídios cometidos entre 2011 e 2012 em 11 estados. Os dados ainda não estão disponíveis, mas o site da campanha afirma que em alguns estados o índice de homicídios dolosos por motivos banais supera os 50%. Pelo fato de haver ainda pouca informação publicada a respeito dos dados que fundamentam a campanha, não é possível saber se o crime motivado por preconceito está incluído nesta noção utilizada de banalidade<sup>3</sup>. Da mesma forma que o conceito

<sup>3</sup> Não foi possível encontrar estes dados disponíveis online.

de violência de ódio difusa pode incluir mais formas de violência do que estas classificadas como banais, assim também não é possível afirmar que todas as ocorrências consideradas pelo Ministério Público coincidem com aquelas que podem ser enquadradas no conceito aqui delimitado de violência de ódio difusa. No entanto, é muito provável que nestes registros estejam incluídos o problema social amplo que se busca destacar aqui.

É possível adiantar que estes dados possuem como pano de fundo a intolerância proveniente da inabilidade de produzir um conflito social a partir de divergências e oposições, onde se busca a negociação e não a aniquilação do outro. Neste sentido, é possível citar um crime que pode ser incluído no tipo de violência aqui delimitada e que provavelmente estaria incluída nesta estatística do Ministério Público: no dia 25 de outubro de 2012 um universitário matou um colega com quem morava em uma república de estudantes, no Rio de Janeiro. O agressor disse que era vítima de *bullying* e tentou se matar logo após assassinar o colega (ESTUDANTE..., 2012).

Ainda, vale citar que em 27 de maio de 2013 o portal da internet UOL (GARCIA, 2013) publicou que, segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e o Conselho Nacional do Ministério Público, um terço dos assassinatos no estado de São Paulo ocorreu por motivos banais. No momento em que foi publicado este índice havia grande comoção pública em razão da morte de um casal que foi assassinado a tiros, em um condomínio de luxo em São Paulo, por um vizinho que supostamente praticou o homicídio por estar incomodado com o barulho feito pelo casal.

No estado do Rio de Janeiro, em abril de 2013, outros dois casos de violência banal causaram comoção pela brutalidade e também pelo fato de acontecerem em um curto espaço de tempo. No primeiro, uma mulher asfixiou um menino de 6 anos supostamente motivada por vingança contra os pais do garoto e, no segundo, um acidente de ônibus foi provocado por uma briga entre um jovem, que já tinha passagem pela polícia, e o motorista. Ambos os casos também estão incluídos na violência de ódio difusa, na medida em que representam ódio, não por um grupo historicamente marginalizado, mas por comportamentos, estilos de vida, opiniões. A respeito destes eventos, o *Estadão* fez uma entrevista com o filósofo e psicanalista André Martins, professor da UFRJ, que aponta a necessidade de olhar para a violência que nasce em contexto diferente daquele movido pelo tráfico nas favelas, que é disseminada e está associada, segundo ele, tanto ao passado escravista, que produz ecos reforçando o fosso social brasileiro e a cultura do privilégio, quanto ao que ele chama de capitalismo desenvolvi-

mentista selvagem brasileiro (MARSIGLIA, 2013). É necessário, segundo ele, buscar construir um pacto social que valorize as instituições jurídicas, políticas e de organização urbana, e que esteja vinculado à valorização da educação, sobretudo da primeira infância.

Os exemplos acima remetem, também, ao tipo de violência caracterizado na obra de Maria Silvia de Carvalho Franco (1969). Nela, a violência partia de uma situação tipicamente banal e cotidiana, que culminava em uma agressão sumária, onde as regras de decoro e civilidade, que se impõem num contexto em que indivíduos reconhecem-se igualmente como cidadãos, são ignoradas. Importa destacar que a ausência de um repertório de cidadania ainda é um problema latente e o que torna mais complexo este cenário é que a sociedade brasileira contemporânea vive um processo de cosmopolitização, em que é inevitável não apenas conviver com “outros”, ou seja, com grupos sociais marginalizados, mas com diferentes visões de mundo, estilos de vida e comportamentos difundidos de maneira complexa em todo o tecido social. Ou seja, é necessário aqui considerar a sobreposição de dois processos: um nacional, no qual a construção de uma cultura política autoritária, inscrita na formação social brasileira e reatualizada ao longo do Império e da República, não foi superada no processo recente de democratização, e, em segundo lugar, o processo global de transformação convulsiva da socialização, no qual está inserida a inevitável cosmopolitização da sociedade, que, diante da ideologia do “novo espírito do capitalismo”, degenera para uma condição crise da política.

Além disto, vale destacar também a intensificação do isolamento social e, conseqüentemente, da inabilidade de resolver problemas de forma dialógica em um contexto de marginalidade avançada, de disseminação de medidas punitivas e do discurso do medo. Tendo como base o paradoxo entre o avanço da democracia e o aumento da repressão policial ilegal, Teresa Pires do Rio Caldeira (2000) demonstra a existência de uma combinação entre violência cotidiana e falência institucional, que intensifica o discurso do medo, o aumento de segurança privada e de preconceitos.

É possível incorporar a este diagnóstico alguns dados mais recentes constantes do Relatório de Desenvolvimento Humano da PNUD sobre racismo, violência e pobreza, publicado no ano de 2005. Neste relatório há a constatação, a partir das estatísticas, de que “[...] ser preto, jovem, de sexo masculino e solteiro significa ser alvo preferencial da violência letal no Brasil.” (NAÇÕES UNIDAS, 2005, p.87). Na comparação entre pretos, brancos e pardos, na faixa etária entre 10 e 39 anos, é possível perceber, que na medida em que a pele escurece

a mortalidade por homicídios vai ficando maior. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes para a população negra, ou seja, população de pretos e pardos, é de 46,3, o que é quase o dobro do número em relação à taxa de homicídios para os brancos (a mortalidade dos negros no Brasil era maior do que na Colômbia, que estava em guerra civil no mesmo período, com taxa de 44 por 100 mil). Na busca por compreender as motivações e tentar definir os agressores, o relatório publica que foram feitas sondagens e buscas de estudos específicos que “[...] indicam que os negros são as maiores vítimas não só dos criminosos, mas também da instituição que deveria proteger os cidadãos: a polícia.” (NAÇÕES UNIDAS, 2005, p.91).

O dado referente à violência policial envolve um conjunto de fatores que não está compreendido na abordagem definida neste trabalho. No entanto, este tema não pode ser ignorado pelo fato de que a violência policial se intensifica com a democracia e, mais importante para este trabalho, muitas vezes é movida por preconceitos e autoritarismo. Para abordar este problema sem fugir do foco proposto compreende-se, assim como a constatação feita no 5º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos do NEV/USP, que os preconceitos e também o autoritarismo da polícia estão presentes na sociedade como um todo. Segundo o relatório:

Nesta linha de classificação feita pela população, “preto”, “pobre”, “nordestino”, “prostituta”, “adolescente” representam autorizações prévias que permitem práticas abusivas e essa “demarcação” apoia-se frequentemente em preconceitos arraigados na sociedade como um todo, e não apenas na corporação policial. (NÚCLEO DE ESTUDO DA VIOLÊNCIA, 2012, p.296).

Assim também, de acordo com o relatório supracitado, comparando pesquisas sobre os valores relacionados à violência e aos direitos humanos feitas em 1999 e 2010, aumentou a propensão a aceitar um certo arbítrio da política para violar as leis.

Ainda sobre os valores referentes à violência e aos direitos humanos, um dado relevante é a fraca discordância em relação à tortura, fato que muda em relação a 1999, momento em que a rejeição era maior. Segundo o relatório, os entrevistados deveriam dizer se concordam ou discordam da frase: “[...] os tribunais devem aceitar provas obtidas através de tortura.” Enquanto em 1999 houve uma clara discordância da frase, em 2010 apenas 52% discordaram (NÚCLEO

DE ESTUDO DA VIOLÊNCIA, 2012, p.47). Sobre este relatório, Nancy Cardia (2012) escreveu um artigo para o jornal *Le monde diplomatique*, em que diz que a juventude de 2010, que nasceu sob a égide do regime democrático, apresenta aspectos mais autoritários que a juventude de 1999: surpreende o número de jovens que apoiam a pena de morte e tortura, assim como a violência como medida punitiva para educação dos filhos.

No âmbito geral dos valores, aumentou o número de jovens que valorizam mais o aumento da capacidade de consumo e da geração de renda do indivíduo em detrimento de valores mais coletivos como bem-estar da comunidade e solidariedade de grupo. Estes valores não parecem ter sido passados de pais para filhos, pois, por exemplo, muitos dos jovens que concordam com a violência no intuito de disciplinar, seja proveniente do Estado, seja proveniente da família, não sofreram violência por parte dos pais. Cardia (2013) conclui que nesta juventude há o que Guillermo O'Donnell intitulou de “autoritarismo socialmente implantado”, que significa a desvalorização das leis e da solidariedade em nome da segurança e disciplina.

Teresa Pires do Rio Caldeira (2000) identifica este autoritarismo da sociedade brasileira, que defende a prática ilegal da polícia no momento imediatamente após a ditadura militar. Como exemplo da dificuldade, enfrentada por grande parte da população, em construir uma cidadania inclusiva, vale trazer um fato que Teresa Pires do Rio Caldeira cita em seu livro *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Segundo a autora, o governo Montoro “[...] lutou pelo retorno ao estado de direito e, uma vez eleito, tentou não só controlar os abusos policiais como também melhorar as condições das prisões de São Paulo. Foi durante a sua administração que o crime violento aumentou significativamente em São Paulo.” (CALDEIRA, 2000, p.346). Em resposta ao discurso em favor dos direitos humanos e diante do aumento da criminalidade, o repórter policial Jazadji “[...] se opôs à política de humanização das prisões, à reforma da polícia e a algumas inovações do governo Montoro, como a delegacia da mulher.” (CALDEIRA, 2000, p.347). O discurso estereotipado associado à oposição do bem contra o mal foi infinitamente mais popular do que a defesa dos direitos humanos, fato que gerou não só o “[...] aumento da oposição do governo Montoro, mas também tornou mais difícil para a sua administração garantir o Estado de Direito.” (CALDEIRA, 2000, p.348).

Como não há muitos dados sistematizados em relação à motivação da violência nos últimos vinte anos, as pesquisas sobre valores ajudam a fornecer base para o argumento defendido, qual seja, de que, principalmente a partir dos

anos 1990 há uma propensão para o aumento da violência de ódio difusa que está relacionada ao dilaceramento da cidadania e que não está em oposição aos valores hegemônicos, mas que ocorrem em decorrência, no caso do Brasil, da justaposição entre uma cultura política autoritária e a ideologia do novo capitalismo. Compreendendo que na violência de ódio difusa está incluída também a violência contra parcelas da população que sofrem preconceitos, tais como negros, homossexuais, prostitutas, moradores de rua, nordestinos, entre outros, foram coletadas algumas notícias que exemplificam este tipo de intolerância.

Apenas a partir de 2011 surgem dados oficiais sobre violência homofóbica no Brasil, algo que dificulta a produção científica em torno do tema, mas, ao mesmo tempo, demonstra o aumento da relevância deste tipo de violência. Assim, de 2011 a 2012 houve um aumento de 166,09% no número de denúncias, o que pode indicar a intensificação do debate sobre violência homofóbica e a percepção de que isto tem se tornado um problema social (BRASIL, 2013). O banco de dados do NEV/USP, acessado em abril de 2013, também apresenta dados a partir de 2011, coletados em jornais, o que, portanto, reforça a ideia de que a abordagem sobre a intolerância inerente a este tipo de violência tem ganhando relevância nas ciências sociais.

Nesta pesquisa feita no banco de dados do NEV/USP também foi colhido um conjunto de notícias dos anos 2004, 2007, 2008 e 2012 a partir de vários jornais que relatam agressões contra moradores de rua. Por não haver uma sistematicidade na coleta do NEV/USP não há como concluir se houve um aumento nestes casos de violência contra moradores de rua e nem se há uma característica marcante presente na maioria deles. Além disto, não há dados oficiais sistematizados que mostrem agressões contra moradores de rua ao longo destes vinte anos. Mas, entre as notícias recolhidas ao longo do ano, uma veiculada de *Folha de São Paulo* evidencia a recorrência sobre casos de violência contra moradores de rua em um espaço curto de tempo. O excerto abaixo tirado de uma notícia veiculada em 02 de novembro de 2013 pela *Folha de São Paulo* ilustra bem este cenário.

Além do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Bahia são alguns dos Estados que têm casos recentes de agressões à moradores de rua. Em Brasília, no mês passado, três jovens de classe média foram acusados de matar queimado o morador de rua, Edivan Lima da Silva, 48. O caso tem semelhanças com assassinato do índio pataxó Galdino dos Santos, que também teve o corpo queimado na cidade, em 1997. Na época, cinco rapazes, de classe média, confessaram ter

ateado fogo no índio, dizendo se tratar apenas de uma “brincadeira”. Eles foram condenados em 2001. No começo do ano, em Porto Alegre, um morador de rua foi espancado até a morte por cinco pessoas ao lado do Mercado Público, um dos locais mais tradicionais da capital. Em Presidente Venceslau (611 km de São Paulo), em novembro do ano passado, um mendigo foi encontrado em estado grave com parte do corpo queimada e com o desenho de uma suástica (símbolo do nazismo) feito em suas costas com uma faca. Poucos meses antes, outro morador de rua também foi vítima de agressão com fogo em Salvador. Daniel Pinto dos Santos, 26, morreu após ter 60% do corpo queimado por quatro homens. No início de 2012, no Rio de Janeiro, Vítor Suarez Cunha, 21, foi espancado após tentar defender um morador de rua que era agredido na Ilha do Governador. O ataque lhe causou 20 fraturas no crânio e a necessidade de colocar 63 parafusos e oito placas de titânio na cabeça. (SP, RS..., 2013).

Diante disto, é importante dizer que, assim como descrito no relatório de violência homofóbica (BRASIL, 2013), muitas vezes os ataques são feitos por um grupo cuja intenção é atingir as pessoas que se encaixam em minorias estigmatizadas por algum preconceito, tais como nordestinos, homossexuais, moradores de rua, prostitutas, etc. No caso do relatório sobre violência homofóbica isto fica claro principalmente pela quantidade maior de agressores do que de vítimas. Como exemplo deste tipo de agressão em grupo, em 28 de abril de 2013 foi noticiado no site UOL que um jovem nordestino foi agredido duas vezes em diferentes lugares e momentos na cidade de São Gonçalo por um grupo de neonazista que, além de espancá-lo o ofendeu por ser nordestino (FARIAS, 2013).

Este conjunto de casos de violência citados aqui são apenas alguns exemplos que estão incluídos na violência de ódio difusa, que podem estar crescendo juntamente com a difusão de discursos conservadores e autoritários que muitas vezes expressam uma busca de sentido, ou em outros termos, de um mecanismo de fuga à liberdade, diante da insegurança típica da modernidade radicalizada. A partir desta propensão ao autoritarismo, que se expressa de maneira mais individualizada e múltipla, busca-se compreender estas expressões de violência de ódio difusa que, no Brasil, são predominantemente reforçadas pela ausência histórica de um repertório de cidadania inclusiva.

Mais especificamente, defende-se que no Brasil a violência de ódio difusa é predominantemente infrapolítica. Este conceito abrange um conjunto vasto de formas de violência, mas, mais importante, ele sintetiza um processo tam-

bém amplo de transformação da violência. Segundo Michel Wieviorka (2009), principalmente depois dos anos 1980, em que houve um processo mundializado de privatização da economia, a violência também se privatizou, ou melhor, houve uma diminuição da violência que se interessa pelo sistema político ou pelo poder do Estado. Houve, por outro lado, um aumento da violência que se interessa mais em atividades lucrativas, tais como tráfico de drogas, armas, órgãos, crianças, etc. Como exemplo, o autor cita a máfia russa e da antiga Iugoslávia, que podem atacar o Estado principalmente se este interferir em seus negócios, com uma probabilidade muito pequena de atacar tendo um projeto político de poder como motivação. Wieviorka também cita a violência no Brasil, que até os anos 1970 podia apresentar alguma motivação política em razão da ditadura. Atualmente, no entanto, estão entre as motivações propósitos estritamente criminais.

O autor também inclui na violência infrapolítica o fenômeno racista e xenofóbico. Ainda que esta violência se caracterize fundamentalmente pelo fato de não estar ligada ao sistema político ou não ser motivada pela busca do poder político, é possível que alguns discursos autoritários, fundamentalistas ou preconceituosos encontrem espaço no sistema político. No entanto, apesar destes discursos motivarem a violência, eles não declaram publicamente um incentivo à violência.

Inserida nestas transformações da violência, há também o aumento da violência metapolítica. De maneira sintética, a violência metapolítica não é apolítica, mas pode estar acima do sistema político, tal como o terrorismo e pode ter como motivação o ataque ao Estado. No entanto ela se caracteriza fundamentalmente por uma rejeição à modernidade, principalmente devido seu caráter pós-tradicional, ou seja, que faz com que a tradição não seja a única alternativa de construção de sentido. Há sempre neste tipo de violência uma intransigência e uma impossibilidade de negociação, podendo estar ligada a uma tradição, ou ter um conteúdo religioso.

No Brasil houve apenas dois casos amplamente divulgados de violência metapolítica. Um caso em 1999 (MASSACRE..., 2012) em que um jovem matou 14 e feriu 50 pessoas sem um alvo estabelecido em um cinema do Morumbi shopping, em São Paulo. O segundo, na cidade do Rio de Janeiro (TRAGÉDIA..., 2012), ocorreu em 7 de abril de 2011, quando o atirador Wellington Menezes, ex-aluno do colégio, matou 12 crianças e feriu mais de dez estudantes. Estes dados, sejam referentes à violência infrapolítica, sejam em relação a estes casos de violência metapolítica evidenciam a condição brasileira de moder-

nidade periférica radicalizada. Isto significa que a violência de ódio difusa no Brasil combina ao mesmo tempo expressões resultantes da condição de “atraso” como também dilemas inerentes à modernidade radicalizada.

O Brasil, como se sabe, possui um processo de modernidade diferente, podendo ser classificado como periférico (NOGUEIRA, 2007), onde nem o igualitarismo, nem o individualismo típicos da experiência norte-americana conseguem se afirmar como horizonte de sentido para a vida social. A noção de indivíduo é, neste contexto, pouco valorizada e desenvolvida, ao contrário da cordialidade, que permanece com força de sentido. Segundo Sérgio Buarque (HOLANDA, 1994), o homem cordial poderia ser superado através do repertório civilizacional burguês, que o trabalho produtivo, em moldes empresariais, pode proporcionar. Mas o Brasil assimilou o capitalismo flexível, no qual o trabalho é precário e pouco valorizado, sem alcançar os objetivos materiais da modernidade. Embora as últimas décadas tenham como marca, no Brasil, a retirada de muitas pessoas da miséria, não houve uma melhora estrutural da educação nem um projeto bem sucedido de desenvolvimento da cidadania. Ao contrário, produziu-se apenas mais consumidores. No Brasil, alia-se, portanto, competitividade e isolamento social, de um lado, com o aumento de violência banal, do outro, o que gera um contexto muito agressivo e de ameaça à democracia, compreendida não apenas como um modelo, mas também como um conjunto de repertórios de cidadania.

No Brasil, portanto, não há espaço para a violência metapolítica, que se manifesta em lugares onde há saturação de sentido e onde o mal-estar gerado é consequência de um processo de isolamento social e de ausência de reconhecimento individual decorrentes da crise de controle social. Esta crise de controle social se revela claramente na sociedade norte-americana, por exemplo, a partir de uma excessiva normalização e engessamento das formas de agir, fruto de um estilo paranoico de fazer política, mas também resultado de um contexto no qual as instituições funcionam há muito tempo de forma eficaz e no qual tanto elas quanto os indivíduos possuem um sentido político bem definidos.

**CITIZENSHIP AND AUTHORITARIANISM IN BRAZIL:  
AN INVESTIGATION ABOUT THE INFRAPOLITICAL  
FEATURE OF THE “DIFFUSE HATRED VIOLENCE”**

**ABSTRACT:** *The article is an analysis of the current transformations in Brazil and the violence increase after the democratization, focusing the banal violence cases or those which manifests intolerance. The important theoretical assumption is that the violence is a political problem, considering as an act in concert. In this sense, the constitution of the citizenship and its current dilemmas help to reveal the violence specificities in the contemporary Brazilian context. The data and the arguments presented seek to bring material to the concept of the diffuse hatred violence, having as basis the notion of the new paradigm of violence, by Michel Wieviorka, and the political crisis. In order to approach the citizenship constitution, the article begins its historical path by seeking the scars left by the military dictatorship, which changes the violence, and, finally, the article approaches the recent acceleration of the economy and the decrease in poverty in the country.*

**KEYWORDS:** *Diffuse hatred violence. New paradigm of violence. Citizenship. Authoritarianism.*

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, S.; CARDIA, N. Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio: São Paulo (Brasil), 1980-1989. In: TAVARES DOS SANTOS, J. V. (Org.). **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. p.66-90.
- BECK, U. **Sociedade do risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: 34, 2010.
- BEST, J. **Random violence**: how we talk about new crimes and new victims. Berkeley: University of California Press, 1999.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**: ano de 2012. Brasília, 2013.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**: ano de 2011. Brasília, 2012.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: 34: EDUSP, 2000.

CAMPANHA “conte até 10” pretende diminuir crimes cometidos por impulso. Portal Brasil, 05 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/11/campanha-201cconte-ate-10201d-pretende-diminuir-crimes-cometidos-por-impulso>>. Acesso em: 15 out. 2013.

CARDIA, N. Conservadores ou Liberais? **Le monde diplomatique Brasil**, 02 out. 2012. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/conservadores-ou-liberais/>>. Acesso em: 3 abr. 2013.

ESTUDANTE confessa assassinato de colega de república no Rio, diz polícia. **UOL Notícias**, Rio de Janeiro, 26 out. 2012. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2012/10/26/estudante-confessa-assassinato-de-colega-diz-policia.htm>>. Acesso em: 15 out. 2013.

FARIAS, C. Agredido por jovem que se diz neonazista conta que mudou a rotina por medo. **UOL Notícias**, Rio de Janeiro, 28 abr. 2013. Cotidiano. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/04/28/agredido-por-jovem-que-se-diz-neonazista-Conta-que-mudou-rotina-por-medo.htm>>. Acesso em: 2 maio 2013.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**: no limiar de uma nova era. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

GARCIA, J. Um terço dos assassinatos em SP em 2012 e 2013 foi por motivos fúteis, diz SSP. **UOL Notícias**, 27 maio 2013. Cotidiano. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/05/27/um-terco-dos-assassinatos-em-sp-em-2012-e-2013-foi-por-motivos-futeis-diz-ssp.htm>>. Acesso em: 15 out. 2013.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994.

MARSIGLIA, I. O país do autoengano. **Estadão**, 6 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,o-pais-do-autoengano,1017818>>. Acesso em: 27 set. 2017.

MASSACRE de Columbine chocou o país em 1999. **Estadão**, 21 jul. 2012. Internacional. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,massacre-de-columbine-chocou-o-pais-em-1999-imp,-903230>>. Acesso em: 19 out. 2017.

MOUFFE, C. **Em torno a lo político**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2009.

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política e Sociedade**, Florianópolis, n.3, p.11-26, 2003.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2009/2010**: valores e desenvolvimento humano. Brasília: PNUD, 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/bibpat/Downloads/undp-br-rdh\\_brasil\\_2009\\_2010.pdf](file:///C:/Users/bibpat/Downloads/undp-br-rdh_brasil_2009_2010.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2017.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de desenvolvimento humano – Brasil 2005**: racismo, pobreza e violência. Brasília: PNUD, 2005. Disponível em: <<file:///C:/Users/bibpat/Downloads/undp-br-brazil-po-2005.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

NOGUEIRA, M. A. Bem mais que pós-moderno: poder, sociedade civil e democracia na modernidade periférica radicalizada. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v.1, n.43, p.46-56, jan./abr. 2007.

NÚCLEO DE ESTUDO DA VIOLÊNCIA. **5º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos**: 2001-2010. São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down265.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

OFFE, C. Trabalho: a categoria chave da sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.4, n.10, p.5-20, 1989.

PINHEIRO, P. S. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, São Paulo, n.9, p.45-56, abr./jun. 1991.

REGO, W. L. Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao bolsa família. **Lua Nova**, São Paulo, n.73, p.147-185, 2008.

SANTOS, J. V. T. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n.1, p.3-12, jan./mar. 2004.

SANTOS, J. V. T. (Org.). **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SENNETT, R. **Corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2010.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.85, p.83-102, 2009.

SP, RS E DF têm casos recentes de agressão a moradores de rua. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 set. 2013. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/09/1335519-sp-rs-e-df-tem-casos-recentes-de-agressao-a-moradores-de-rua.shtml>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

TRAGÉDIA em realengo. **G1**, 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Tragedia-em-Realengo/>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

WACQUANT, L. J. D. **Os condenados da cidade**: estudos sobre a marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2001.

WIEVIORKA, M. **Violence**: a new approach. London: Thousand Oaks: Sage, 2009.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.1, n.9, p.5-41, 1997.

ZALUAR, A. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: TAVARES DOS SANTOS, J. V. (Org.). **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. p.91-100.

ZALUAR, A. A. Democratização inacabada: fracasso na segurança pública. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.21, n.61, p.31-49, 2007.

Recebido em 31 de maio de 2017

Aprovado em 13 de jul. de 2017



# RESENHA DO LIVRO *A DEMANDA POR DEUSES: GLOBALIZAÇÃO, FLUXOS RELIGIOSOS E CULTURAIS NOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO*

Rita de Cássia GONÇALO<sup>1</sup>

GRACINO JÚNIOR, P. **A demanda por deuses**: globalização, fluxos religiosos e culturais nos dois lados do Atlântico. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

*A demanda por deuses* é um trabalho que discute a globalização do (neo) pentecostalismo protestante enquanto elemento de profunda mudança social em espaços onde o catolicismo popular resiste à incursão pentecostal. Tomando como exemplo os territórios do estado de Minas Gerais e Norte de Portugal, Paulo Gracino Junior elucida de que forma certas conformações culturais mostraram-se extremamente refratárias à implantação das igrejas pentecostais. No entanto, a emergência e expansão dos evangélicos nessas regiões provocaram a reconfiguração das paisagens religiosas, territoriais e sociais, tendo impacto na mobilização de áreas urbanas e rurais e no dinamismo econômico local.

O fio condutor da obra se baseia em dois episódios midiáticos que foram responsáveis pela intensificação da resistência ao pentecostalismo nesses territórios marcadamente católicos: o “chute à santa” ocorrido em 1995 envolvendo o pastor Sergio Von Helder, da Igreja Universal do Reino de Deus – IURD (considerado uma verdadeira invasão dos evangélicos à cultura católica); e a tentativa de compra, por parte da IURD, da sala de espetáculos Coliseu do Porto, também em 1995, o que mexeu com a honra e a memória coletiva dos portugueses, em especial dos nortenhos. Ambos os casos demandaram intensos conflitos de

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Pesquisas em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), Rio de Janeiro – RJ - Brasil. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. ritaantropologia@gmail.com

âmbito religioso e nacionalista no Brasil e em Portugal, pois a expansão da IURD representava uma ameaça à padronização das crenças e costumes já estabelecidos.

É neste sentido que o autor chama a atenção para a penetração das igrejas pentecostais ao redor do mundo, mostrando que as hostilidades de outras comunidades religiosas quanto à investida e presença pentecostal representa um fato sociológico bastante contundente, qual seja: o de que as tradições locais e demandas religiosas são constantemente determinadas e limitadas às necessidades humanas que se permutam com o tempo. Em sua Parte I, *Sociólogos versus economistas: balizando o problema*, o trabalho de Gracino Junior defende que a “escolha racional” - paradigma utilitarista da sociologia da religião – traz um novo entendimento da atuação religiosa, ao buscar na Economia seus principais fundamentos. De forma diversa, processos histórico-estruturais influenciam a demanda por religião, e a produção e consumo dos bens religiosos estariam imersas nas relações sociais. Esses circuitos socioculturais (nos termos de Canclini (2003)) seriam, então, os responsáveis por fazerem com que projetos identitários sejam confrontados e postos em questão. A conexão entre identidades culturais, relações sociais e suas sobreposições econômicas regulariam, portanto, o trânsito dos indivíduos entre as denominações religiosas.

Uma vez que os elementos socioculturais estão atuando como reguladores do trânsito religioso, vinculando o sucesso numérico das agências religiosas à sua capacidade de mobilizar as demandas locais, observa-se que a “escolha racional” pode ser definida como “[...] uma miríade de opções possíveis numa dada situação, onde pessoas escolhem ‘racionalmente’ aquelas opções que lhes permitam alcançar suas metas, maximizando os benefícios e reduzindo os custos máximos de sua ação.” (GRACINO JUNIOR, 2016, p.69). Desse cenário, se estabelece como premissa básica que os indivíduos, em matéria de religião, fazem escolhas da mesma maneira que ponderam suas outras ações: pesando custos e benefícios.

Paulo Gracino argumenta que as escolhas religiosas estão permeadas por muito mais que a busca por interesses individuais; estão imbricadas, muitas vezes, nas densas relações sociais e na contribuição dos agentes religiosos às necessidades dos fiéis, o que estimula a concorrência entre as organizações religiosas mais atuantes no Brasil e em Portugal: Pentecostalismo, Renovação Carismática e Religiões de Matriz Africana. A competição que domina as firmas espirituais seria um dos fatores que explica o crescimento pentecostal, pela grande capacidade de mobilização de seus agentes religiosos (em especial no que tange ao proselitismo e ao mercado de serviços mágicos), constituindo-se como fenômeno privilegiado

para se pensar não só processos de destradicionalização, mas as novas formas de vínculos sociais na atualidade.

Na Parte II, *Pluralidade e demanda religiosa nos dois lados do Atlântico*, o autor expõe diferentes dados estatísticos que mapeiam a pluralidade da participação religiosa no Brasil e em Portugal. Destaque para o crescimento de islâmicos, sua tranqüila integração à sociedade portuguesa e seu significativo reconhecimento público; a representatividade de judeus na sociedade portuguesa e suas inserções na mídia local; a positividade da Igreja Ortodoxa, que sempre representou um ponto de apoio no processo de integração de imigrantes do Leste europeu à sociedade portuguesa; bem como o significativo incremento e visibilidade das religiões afro e afro-brasileiras em terras portuguesas, possibilitando frequente diálogo entre Portugal e Brasil (especialmente Rio de Janeiro e Bahia, com o trânsito dos babalorixás). São observados também o declínio de católicos nos dois países (apesar da população ter maior percentual de declarantes católicos) e uma frequente não identificação com o catolicismo, sobretudo em Portugal, o que pode representar uma negação de novos indivíduos a essa religião que se mimetizou com o Estado português e brasileiro durante longos anos.

De posse desses dados, o autor volta às atenções para a diversidade religiosa e para a distribuição das instituições de crença no território brasileiro. Vê-se que enquanto a Igreja Católica mantém sua hegemonia nas áreas menos dinâmicas do ponto de vista das transformações culturais, industriais e deslocamento populacional, os pentecostais têm seu maior crescimento nas grandes regiões metropolitanas, principalmente em sua periferia. Esse panorama sugere que as denominações religiosas conseguem maior êxito quando dispõem de um aparato institucional-litúrgico mais próximo às demandas religiosas das populações às quais se dirigem, conseguindo operar a tradução desses anseios para o seu discurso religioso.

Uma vez que a globalização possibilita a objetiva reconfiguração do mundo em termos econômicos, identitários e culturais, a religião, assim, ganha novos contornos nesse processo crescente da subjetividade na escolha e composição da religiosidade individual. À religião é incumbido o rearranjo constante das estruturas teológicas, rituais e organizacionais de suas instituições, no intuito de atender à diversidade de demandas colocadas pelos diversos grupos sociais. Neste sentido, a Parte III do livro, *Globalização, religião e culturas locais: dois casos exemplares* traz um panorama do cenário católico e pentecostal na região histórica das Minas Gerais e no Norte de Portugal, mostrando como as duas agências se utilizam da relação entre patrimônio, história religiosa e cultura local para reforçar o vínculo

entre população e instituição religiosa. Parece certo que a hegemonia católica esteja ameaçada; no entanto, é difícil fundamentar o prognóstico de que surgirá outra instituição capaz de unificar a diversidade de demandas dos públicos tradicionais. Por outro lado, pululam formas de organização institucional que visam atender aos interesses específicos de grupos pontuais – como no caso do (neo) pentecostalismo.

Embora ambas as regiões da amostra apresentassem conjunturas desfavoráveis ao pluralismo religioso – especificamente representado pelas igrejas pentecostais e a IURD, desencadeando controvérsias e animosidades –, por outro lado o aspecto conflitante fomentou não só uma intensa discussão acerca da liberdade religiosa (sobretudo em Portugal), mas também um questionamento do próprio conceito de religião vigente. Naquele momento da celeuma midiática do “chute à santa” e da tomada do Coliseu do Porto, Brasil e Portugal foram chamados a discutir e posicionar-se publicamente sobre a própria estrutura católica do país e sua legitimidade enquanto única instituição a representar os anseios religiosos de suas comunidades.

Neste caso, a repressão ao pentecostalismo não levou ao recalque absoluto deste nos territórios luso e brasileiro; antes viabilizou processos de resistência e negociação de sentidos, “ressemantizando estímulos comunitários e reapropriando-se deles localmente” (GRACINO JUNIOR, 2016, p.313). Sendo assim, a passagem ao pentecostalismo nesses territórios reconheceu a necessidade de não ruptura radical com o plano cultural local, mas a inevitável carência de se articular os modos de ser mineiro e português ao trânsito religioso. Ao incorporar a cultura local e seus produtos (festas, ritos, posições femininas e masculinas), o pentecostalismo protestante passou a oferecer trocas simbólicas aos habitantes locais.

A experiência da contemporaneidade leva-nos a assistir a uma germinação de demandas por reconhecimento, que traz novos arrazoados discursivos e novas formas de associativismo religioso. Sendo assim, *A demanda por deuses* colabora na compreensão de que a demanda por religião varia historicamente, e que o principal papel da religião é traduzir a complexidade que se apresenta na realidade, assegurando-lhe um sentido para conectar aquilo que não se conecta no real. Em busca de adaptação a demandas cada vez mais específicas e dinâmicas, as agências religiosas atuais não desprezam o cálculo de interesses fundamentado na lógica utilitarista, porém nem todas as formas de pertença religiosa são conduzidas tendo por base os cálculos de custos *versus* benefícios. Tem a ver ainda com a capacidade de tradução de uma feição cultural e com o rearranjo dos estí-

mulos comunitários. Por isso as escolhas religiosas e produção de bens religiosos obedecem, também, às lógicas das relações sociais em territórios distintos e em um dado momento da história, facultando aos indivíduos a possibilidade de uma infinita reinvenção ou engajamento das/nas instituições religiosas.

## REFERÊNCIAS

CANCLINI, N. G. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

Recebido em 18 de maio de 2017

Aprovado em 04 julho de 2017

STAEPE – Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão  
Laboratório Editorial  
Rodovia Araraquara-Jaú, km 01  
14800-901 – Araraquara  
Fone: (16) 3334-6275  
e-mail: [laboratorioeditorial@fclar.unesp.br](mailto:laboratorioeditorial@fclar.unesp.br)  
<http://www.fclar.unesp.br/laboratorioeditorial>

Produção Editorial:



Impressão:

